GLOSSÁRIO DE TERMOS NEOLÓGICOS DA ECONOMIA

Coordenação: Ieda Maria Alves (FFLCH-USP)
Consultoria e Revisão na Área de Economia: Adriano Biava (FEA-USP)
Darcy Carvalho (FEA-USP)
Coleta e Definição de Termos:
Adriana Moura Salles Fernandes de Andrade (IC-CNPq/PIBIC - 1997)
Alberto Akira Nakamura (IC-CNPq/PIBIC - 1997)
Ana Paula Nogueira Couceiro (AP-CNPq - 1996-7)
Daniel Pio Soares (IC-CNPq - 1996-7)
Edson Ferreira de Abreu (IC-CNPq - 1991-2)
Elaine Habiro (IC-CNPq - 1993-6)
Gema Galgani Rodrigues Bezerra (IC-FAPESP - 1997)

Revisão e Organização de Verbetes:
Eliane Dantas dos Anjos (IC-CNPq - 1996, Pró-Reitoria de Pesquisa - 1997)
Ieda Lebensztayn (IC-CNPq - 1995, Pró-Reitoria de Pesquisa - 1996-7)
Mariangela de Araujo (IC-CNPq - 1994-5, FAPESP - 1996-7)

Endereço para correspondência

COMISSÃO EDITORIAL

CITRAT – CENTRO INTERDEPARTAMENTAL
DE TRADUÇÃO E TERMINOLOGIA – FFLCH/USP
Cx. Postal 2530 – 01060-970
São Paulo, SP – Brasil
e-mail: citrat@edu.usp.br

COMPRAS E/OU ASSINATURAS

HUMANITAS LIVRARIA – FFLCH/USP
Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
05508-900 – São Paulo, SP – Brasil
Tel: (011) 818-4593 e Telefax: (011) 818-4589
e-mail: pubflch@edu.usp.br
http://www.usp.br/fflch/fflch.html

Humanitas Publicações – FFLCH/USP – agosto/1998

ISBN 85-86087-32-7

Cadernos de Terminologia n. 03

GLOSSÁRIO DE TERMOS NEOLÓGICOS DA ECONOMIA

CITRAT - FFLCH/USP

Coord. IEDA MARIA ALVES

São Paulo, 1998

Os **Cadernos de Terminologia** são publicações do CITRAT – Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Volumes publicados

G484 Glossário de termos neológicos da economia/coordenação de Ieda Maria Alves. – São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998

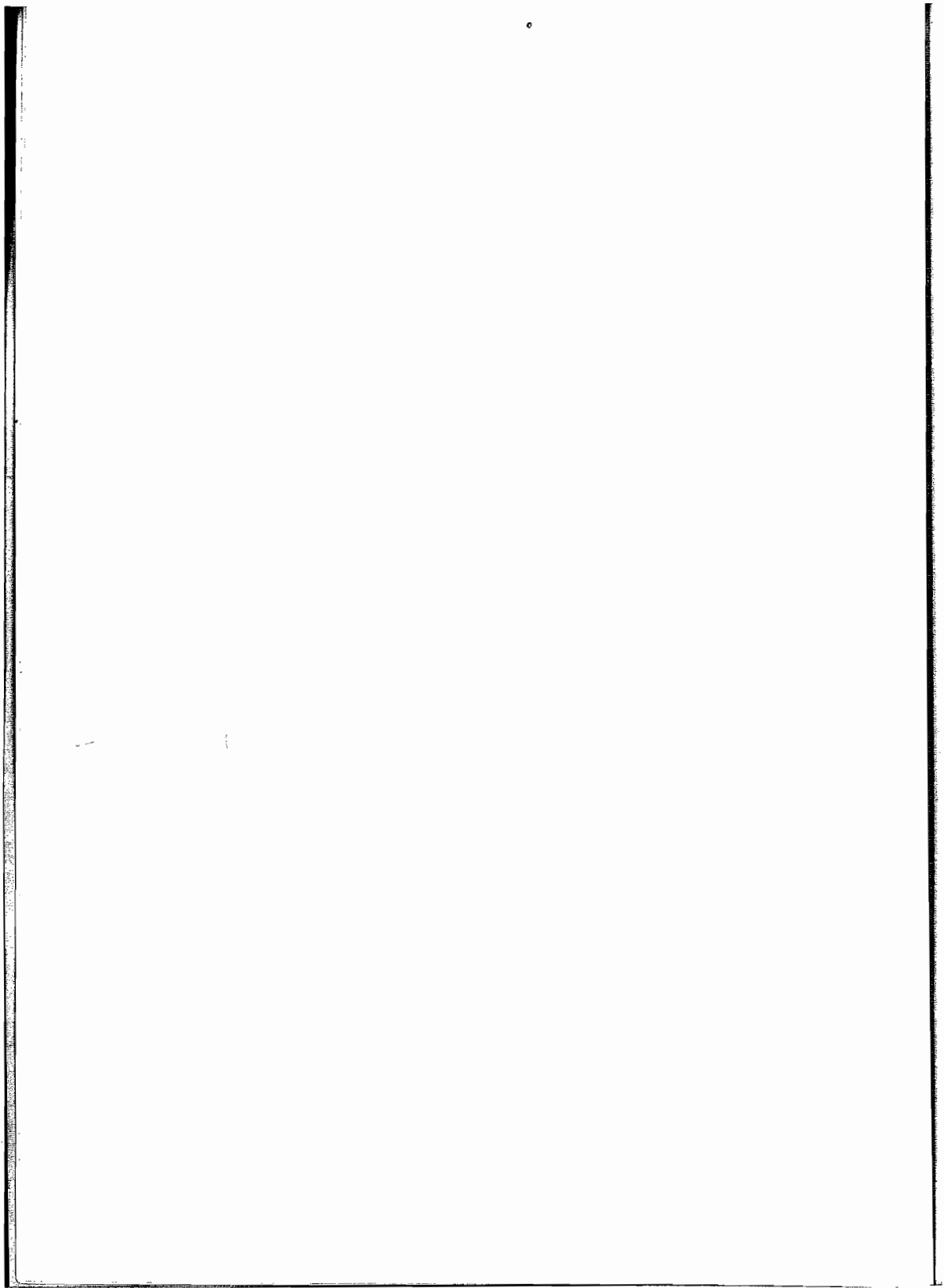
270p. (Cadernos de Terminologia; 3)

Projeto desenvolvido no Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia/FFLCH/USP.

ISBN 85-86087-32-7

1. Economia (Dic. Enciclopédias) 2. Lingüística I. Alves, Ieda Maria II. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia. III Série

CDD (21. ed.) 330.014

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

m uma época e uma sociedade em que, ao menos na superfície, o econômico assume precedência sobre o político e o cultural, ou se coloca como referencial das esferas políticas e culturais, a série Cadernos de Terminologia muito apropriadamente inicia, com este *Glossário de Termos Neológicos da Economia*, a consolidação de seu projeto: a publicação sistemática de glossários terminológicos resultantes de pesquisas empreendidas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Este terceiro número da série destaca-se por pelo menos duas qualidades que reputo essenciais: seu valor intrínseco, enquanto obra de consulta, enquanto produto; e seu valor pedagógico, como um caminho de produção e construção do conhecimento, ou seja, como processo.

Como produto, este *Glossário* é consistente com a linha de investigação adotada pelo CITRAT, sob inspiração do modelo franco-canadense, que enfatiza, sobretudo, a situação de uso. Oferece, deste modo, uma sistematização daquilo que os usuários da terminologia efetivamente empregam em seu domínio de conhecimento e esfera de atuação (no caso em tela, na interação com o público leitor). Retrata a prática terminológica corrente, sem pretensões normativas, ou seja, sem impor a esses mesmos usuários parâmetros de 'certo' e de 'errado'. Nesse sentido, é particularmente valioso para os consumidores dos textos jornalísticos de economia – interessados em geral, resenhadores, analistas, redatores, tradutores: não apenas contribui com o estabelecimento da conceituação corrente, espelhada pela recuperação de contextos explicativos e/ou definitórios típicos em que ocorre cada termo, mas mostra as conexões conceptuais de cada termo através de remissivas a outros termos constantes do *Glossário*. Deste modo, permite melhor cercar a noção recoberta pelo termo e definir sua inserção nos campos semânticos pertinentes.

Enquanto processo, O *Glossário de Termos Neológicos da Economia* é representativo da pesquisa enquanto formadora de competências. Sob a coordenação segura da Profa. Dra. Ieda Maria Alves, dez bolsistas de iniciação científica tiveram a oportunidade de (i) participar ativamente da produção de conhecimento, (ii) adquirir, pela prática, as técnicas de trabalho em equipe, (iii) desenvolver uma qualificação avançada, (iv) desenvolver uma prática de multidisciplinaridade, através da interação entre uma equipe de Letras e os consultores da Faculdade de Economia e Administração, e (v) firmar uma melhor conscientização da necessidade de compartilhar e socializar o conhecimento produzido na Universidade. Representa, deste modo, um exemplo a ser imitado, um modelo de trabalho acadêmico e de interação ensino-aprendizagem que suplanta a estrutura fechada da mera transmissão de conhecimentos em sala-de-aula, tornando o percurso formativo, dos alunos e dos próprios professores, mais rico e mais generoso.

São Paulo, agosto de 1998
Francis Henrik Aubert

INTRODUÇÃO

ste trabalho insere-se no âmbito do Projeto "Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo do Brasil", criado em 1988, que tem a finalidade de coletar, analisar e difundir aspectos da neologia técnico-científica e, ainda, a de elaborar glossários e dicionários terminológicos em algumas das áreas analisadas. O Projeto tem contado, desde sua criação, com bolsas de Iniciação Científica e de Aperfeiçoamento concedidas pelo CNPq. A partir de 1991 passou também a receber bolsas de Iniciação Científica da FAPESP e, desde 1996, tem sido igualmente apoiado com bolsas de Apoio Técnico e Auxílio a Projeto de Pesquisa concedidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo.

A terminologia da Economia tem sido estudada desde o início da criação do Projeto. Os altos índices de inflação, as diferentes moedas e os vários planos de estabilização econômica por que tem passado o Brasil são responsáveis, dentre outros fatores, pelo emprego de uma terminologia bastante variada, muitas vezes efêmera, que reflete as mudanças econômicas que a sociedade brasileira vem sofrendo.

Constituição da nomenclatura

Neste trabalho, registramos termos da Economia coletados sistematicamente de 1991 a 1997 nos cadernos dominicais de Economia do jornal *Folha de S. Paulo* e nos números mensais da revista *Conjuntura Econômica*. Por ter sido coletado em um corpus de divulgação, dirigido a leitores não-especialistas, porém usuários das atividades econômicas, este trabalho destina-se a esse público. Pretende, assim, elucidar os termos da Economia que são mais freqüentes nos veículos analisados e que mais afetam a vida do brasileiro no que concerne às aplicações financeiras, ao

mercado de trabalho, às relações econômicas estabelecidas internamente e, ainda, pelo Brasil com outros países. No período estudado, foram registrados cerca de 3500 (três mil e quinhentos) termos de caráter neológico, dos quais analisamos 602 (seiscentos e dois), os mais freqüentes. Para a determinação do caráter neológico dos termos, consideramos o *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986), que, por ser o dicionário de língua mais utilizado pelos brasileiros, contemporaneamente, parece-nos adequado ao caráter de divulgação deste trabalho. Desse modo, os termos já registrados nesse dicionário, com uma acepção econômica, não estão incluídos em nosso repertório.

De acordo com essa metodologia, não incluímos como corpus de exclusão – ou seja, o conjunto de dicionários que servem como referência para o estabelecimento do caráter neológico de um termo – a consulta a glossários e dicionários terminológicos dedicados à Economia e suas áreas conexas. Essa decisão decorre do fato de que grande parte dos termos registrados nessas obras são pouco conhecidos do público ao qual se destina este glossário.

Apresentação dos verbetes

Os verbetes estão apresentados em ordem alfabética e obedecem à seguinte estrutura: termo; referências gramaticais; sigla ou acrônimo e variante, em alguns casos; definição; contexto(s); nota, sinônimo(s) e remissiva(s), em alguns casos.

Termo

Os termos estão apresentados sob forma lematizada: substantivos e adjetivos no masculino singular e verbos no infinitivo. As exceções a esta sistematização implicam que o termo é sempre usado no plural (**finanças**

públicas) ou seu conceito comporta vários elementos constituintes, como **agregados monetários.**

Alguns termos constituem unidades terminológicas já pertencentes à terminologia da Economia (**ativo público, déficit fiscal**). Outros são, na verdade, candidatos a termos e refletem o economês, não raro efêmero, a linguagem econômica destinada a um público amplo e não-especializado em Economia. Outros termos, como **laranja** e **operação zé-com-zé**, revelam o lado lúdico da linguagem econômica.

Consideramos também oportuna a inclusão, em um trabalho que visa à explicação e à divulgação de uma terminologia, de termos referentes a denominações de índices, de fundos de aplicação, de programas governamentais, de planos de estabilização e mesmo de algumas instituições – **Banco Central** – ou associações, como o **Mercosul.** Nesses casos, os termos estão apresentados com as letras iniciais em maiúscula. Com essas inclusões, estamos consciente de que o trabalho extrapola o caráter estritamente lingüístico e incorpora elementos enciclopédicos que, no entanto, constituem uma das características da terminologia da Economia e são necessários para a compreensão dos fatos econômicos brasileiros.

Do ponto de vista da formação, os termos deste glossário constituem, na maior parte dos casos, sintagmas nominais que classificamos como substantivos nas referências gramaticais. Esse fato reitera observações já feitas por estudiosos de várias línguas que têm observado que, em uma terminologia, um número considerável de termos é formado por constituintes de frases que vão se cristalizando e gerando novas unidades. De maneira análoga ao que se verifica em outras terminologias, a maioria dos sintagmas é constituída por um substantivo e um adjetivo (**dívida externa, economia globalizada**) ou por um substantivo seguido de uma preposição e de outro substantivo (**meios de pagamento, nicho de mercado**). Outras estruturas sintagmáticas, embora menos freqüentes, são também observadas: **crédito direto ao consumidor, longo prazo, moeda única européia, plano de previdência privada.**

Além de formações sintagmáticas, os termos repertoriados neste glossário também são formados pelos processos vernáculos da derivação e da composição.

Derivados substantivos são formados com sufixos de caráter aumentativo (-ão, -aço: **Fundão, pacotaço, tarifaço**), agentivo (**-dor, -ista: indexador, rentista**) e sobretudo com o sufixo **-ção**, que, a partir de bases verbais, forma substantivos indicativos de um processo em expansão: **cartelização, globalização, mundialização, terceirização, urvização**. As formações prefixais, menos numerosas do que as sufixais, constituem substantivos com prefixos de caráter negativo (**des-: desindustrialização, desintermediação, desterceirização**), temporal (**pré-: pré-pagamento**) e intensivo (**mega-, mini-: megaespeculador, megainvestidor, minibanda**).

Neologismos compostos por dois substantivos, em caráter de subordinação, também são observados neste glossário. A título de exemplificação, citamos **cartão-fiança, conta-fantasma, conta-laranja, data-base, efeito-cascata, livro-caixa, moeda-lastro, operação-desmonte, renda-padrão, salário-educação** e **seguro-fiança**.

Neologismos semânticos e empréstimos da língua inglesa, igualmente observados na terminologia analisada, são comentados no item *Nota*.

O glossário apresenta, ainda, um caso de truncação – **eurobônus** (**euro(peu) + bônus**) – e a curiosa formação **M4**, constituída por uma letra e por um numeral.

Referências gramaticais

As referências gramaticais referem-se, na maioria dos casos, a substantivos masculinos e femininos. Dentre esses, grande parte é constituída por sintagmas nominais como **processo de privatização, valor agregado**. Registramos ainda o emprego de um verbo (**dessazonalizar**), de alguns adjetivos (**antidumping, vendido**) e de alguns advérbios (**ex-ante, in cash**).

Os empréstimos do inglês têm o gênero registrado apenas nos casos em que o determinante está explícito no contexto (do **box**, uma **clearing house**). No campo das variantes, são registradas referências gramaticais quando se observam diferenças de classe gramatical ou gênero entre o termo e sua respectiva variante: **in cash** adv. / **cash** a; **ganho de seignoriage** sm / **senhoriagem** sf.

Sigla e acrônimo

As siglas e os acrônimos, muito numerosos na terminologia da Economia, estão também bastante representados neste glossário, em que vários termos sintagmáticos sofrem a concorrência de seus respectivos acrônimos (redução do sintagma sob forma de sílabas, geralmente as iniciais, pronunciadas como uma palavra autônoma: **Unidade Fiscal de Referência/UFIR**) ou siglas (redução do sintagma sob forma de suas letras iniciais: **Fundo Monetário Internacional/FMI**).

Como anexo, incluímos no final do trabalho duas listas que apresentam siglas e acrônimos – concernentes a instituições e a índices e outras referências – não-incorporados ao trabalho, por apresentarem poucas ocorrências, porém também registrados durante o período estudado.

Variante

Nesse campo, registramos variações em que elementos de termos sintagmáticos apresentam alternância de caráter morfossintático. Em alguns casos, o sintagma preposicionado alterna com o emprego do adjetivo: **banco de varejo/banco varejista**; **desmonte do Estado/desmonte estatal**. A alternância reflete-se também na escolha do sufixo (**estabilidade monetária/estabilização monetária**). Em alguns sintagmas nominais, a variação diz respeito à inversão da ordem determinado/determinante, como ocorre em **livre flutuação/flutuação livre**.

As variações sofridas pelos termos sintagmáticos concernem também ao apagamento de elementos dos sintagmas: **bens de consumo duráveis/bens duráveis; empresa estatal/estatal; fundo de ações carteira livre/fundo de carteira livre.** Em **FIF de curto prazo**, observa-se uma curiosa formação, em que o sintagma **Fundo de Investimento Financeiro de Curto Prazo** tem seus elementos iniciais reduzidos à forma de sigla.

Incluímos ainda, entre as variantes, formas abreviadas que constituem, na verdade, prefixos que recebem a carga semântica do termo a que se associam e passam a exercer função substantival: **hiperinflação/híper; maxidesvalorização/máxi.**

Definição

As definições apresentam um termo genérico e as características que individualizam o termo definido. Redigidas de forma intencionalmente curta e com o objetivo de serem compreendidas por leitores não-especializados, foram baseadas nos contextos encontrados e, muitas vezes, complementadas pelos professores de Economia que as validaram do ponto de vista conceitual. Em alguns casos, contextos pouco elucidativos levaram-nos também a buscar apoio em obras de Economia.

Sempre que possível, é observada a mesma estrutura sintática na redação dos termos relacionados. Os termos genéricos pertencem à mesma classe gramatical do termo sob análise: substantivos e sintagmas nominais são definidos por um substantivo, um adjetivo é definido por um adjetivo, um verbo por outro verbo, um advérbio por outro advérbio. Nos casos de expansão sintagmática, o termo genérico coincide, quando possível, com o elemento determinado do sintagma:

ganho fiscal

Ganho obtido pelo governo em decorrência do aumento de tributos ou da redução de despesas.

Na ordenação das características do termo, procura-se apresentar, quando pertinente, sua constituição e em seguida seu objetivo.

Os termos econômicos incluídos nas definições (como termos genéricos ou como parte das características) integram o repertório ou estão definidos no *Novo dicionário da língua portuguesa*, já mencionado.

Contexto(s)

Nesse campo, registramos um contexto – de caráter definitório, preferentemente – extraído da *Folha de S. Paulo* ou da revista *Conjuntura Econômica,* que visa a apresentar o termo, colocado entre < >, no âmbito de seu funcionamento conceitual e morfossintático. Em alguns casos, a opção pela inclusão de contextos definitórios, ou bastante explicativos a respeito do termo definido, levou-nos a introduzir contextos encontrados na revista semanal *Exame,* nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo,* em números não-dominicais da *Folha de S. Paulo* ou datados anteriormente a 1991.

Os verbetes apresentam mais de um contexto nos casos em que um contexto completa o outro e, juntos, contribuem para a elucidação do termo analisado.

Sempre que há interrupção do contexto, tal fato é assinalado por (...). Informações entre duas barras oblíquas significam que foram introduzidos alguns elementos necessários à compreensão do texto.

Nota

Incluímos, nesse campo, observações de caráter enciclopédico e/ ou lingüístico sobre o termo.

As observações de caráter enciclopédico visam a apresentar informações, não-incluídas na definição, que dizem respeito ao histórico ou ao emprego do termo sob análise. Estão fundamentadas nos contextos coletados ou foram sugeridas pelos professores de Economia (**plano econômico, População Economicamente Ativa**) ou, ainda, refletem uma citação coletada no corpus especializado em que, muitas vezes, baseamo-nos para a redação das definições: **Plano Verão, swap**.

Já as observações lingüísticas referem-se à formação do termo (neologismo semântico, empréstimo do inglês), às suas possibilidades derivativas e de expansão.

Neologismos semânticos refletem a passagem da unidade lexical da língua geral para a terminologia da Economia (**pico**). Os empréstimos do inglês, bastante numerosos, são comumente encontrados em um corpus de divulgação como o deste glossário e não raro concorrem com o respectivo termo vernáculo (**black/dólar paralelo; floating/ganho inflacionário**).

Por vezes, um termo apresenta um derivado, como o par **terceirização/desterceirização** e, nesses casos, o contexto em que figura o derivado é também apresentado no campo *Nota*. Se o termo derivado é bastante freqüente, como **desintermediação econômica**, essa forma derivada é registrada em um verbete próprio.

A expansão de um sintagma nominal é mencionada sempre que o termo expandido é empregado com baixa freqüência, como ocorre em **ativo de renda fixa** e **taxa de juros de longo prazo,** que constituem sintagmas expandidos de **renda fixa** e **taxa de juros**, respectivamente.

Sinônimo(s)

As relações sinonímicas estão registradas. O verbete principal, com a definição, refere-se ao termo mais freqüente; o sinônimo menos freqüente é também apresentado com um contexto explicativo e remetido ao termo sinônimo em que se encontra a definição:

adaptabilidade
Ver **flexibilização**

Se o Dicionário Aurélio registra o termo sinônimo, é notada a observação *reg. em Ferreira,* como se observa em:

câmbio livre
Sin. **câmbio flutuante** (reg. em Ferreira)

Em alguns casos, a relação sinonímica não foi observada no corpus analisado porém foi mencionada pelos especialistas de Economia que atuaram como consultores.

Os termos sinônimos refletem, ainda que esporadicamente, variações de caráter discursivo, em que unidades características de textos mais formais (**Fundo de Aplicação Financeira, rendimento nominal, rendimento tributável**) estabelecem uma relação sinonímica com termos menos formais, mais característicos do discurso de divulgação (**Fundão, ganho nominal, ganho tributável**, respectivamente).

Remissiva(s)

As remissivas, simbolizadas por Cf., relacionam termos que fazem parte do repertório. Implicam que os termos são antônimos (**ex-ante/ex-post, Imposto de Exportação/Imposto de Importação**) ou complementares (**abertura comercial/abertura econômica**). Indicam, por vezes, que os termos mantêm uma relação hiponímica ou hiperonímica entre eles (**Plano Real/plano de estabilização**) ou, ainda, que estão incluídos na definição de outro termo (**aceleração inflacionária/taxa de inflação, lavagem de dinheiro/operação financeira**).

Organização do trabalho

A elaboração deste glossário somente foi possível graças ao apoio que o Projeto “Observatório” tem recebido das agências de fomento à pesquisa.

Desde 1991, bolsistas de Iniciação Científica têm trabalhado na coleta de termos e na organização de uma base de dados terminológicos da área da Economia. Definições começaram a ser redigidas em 1995 e, desde o final de 1996, procedeu-se à organização e à revisão dos verbetes.

Como em todo trabalho terminológico, a participação de pesquisadores da área analisada foi extremamente importante. Os professores de Economia atuaram como consultores e revisores das definições e também no estabelecimento de muitas das relações de caráter sinonímico observadas entre os termos.

Em complemento a este trabalho, um *Dicionário terminológico da Economia* está sendo preparado conjuntamente. Baseado em um corpus especializado, versará sobre as principais subáreas da área econômica e pretende constituir-se em um instrumento didático auxiliar aos estudantes e demais estudiosos da área da Economia.

Abreviaturas utilizadas

a	adjetivo
Acrôn.	acrônimo
adv.	advérbio
c.	coluna
CE	Conjuntura Econômica
Cf.	conferir
ESP	O Estado de S.Paulo

Ex	Exame
f	feminino
FSP	Folha de S.Paulo
G	O Globo
m	masculino
p.	página
reg.	registrado
s	substantivo
Sin.	sinônimo
subtít.	subtítulo
tít.	título
v	verbo
Var.	variante

Referências bibliográficas

BAER, Werner. *A economia brasileira.* Trad. do inglês por Edite Sciulli. 4. ed. São Paulo, Nobel, 1996.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa.* 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado financeiro: produtos e serviços.* 10. ed. Rio de Janeiro, Qualitymark Editora, 1997.

LEITE, José Alfredo Américo. *Macroeconomia. Teoria, modelos e instrumentos de política econômica.* São Paulo, Atlas, 1994.

LIPSEY, Richard G. *Introdução à economia positiva.* Trad. do inglês por Maria Imilda da Costa e Silva e Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo, Martins Fontes, 1986.

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. Trad. do inglês por Maria José Cyhlar Monteiro. São Paulo, LTC Editora, 1992.

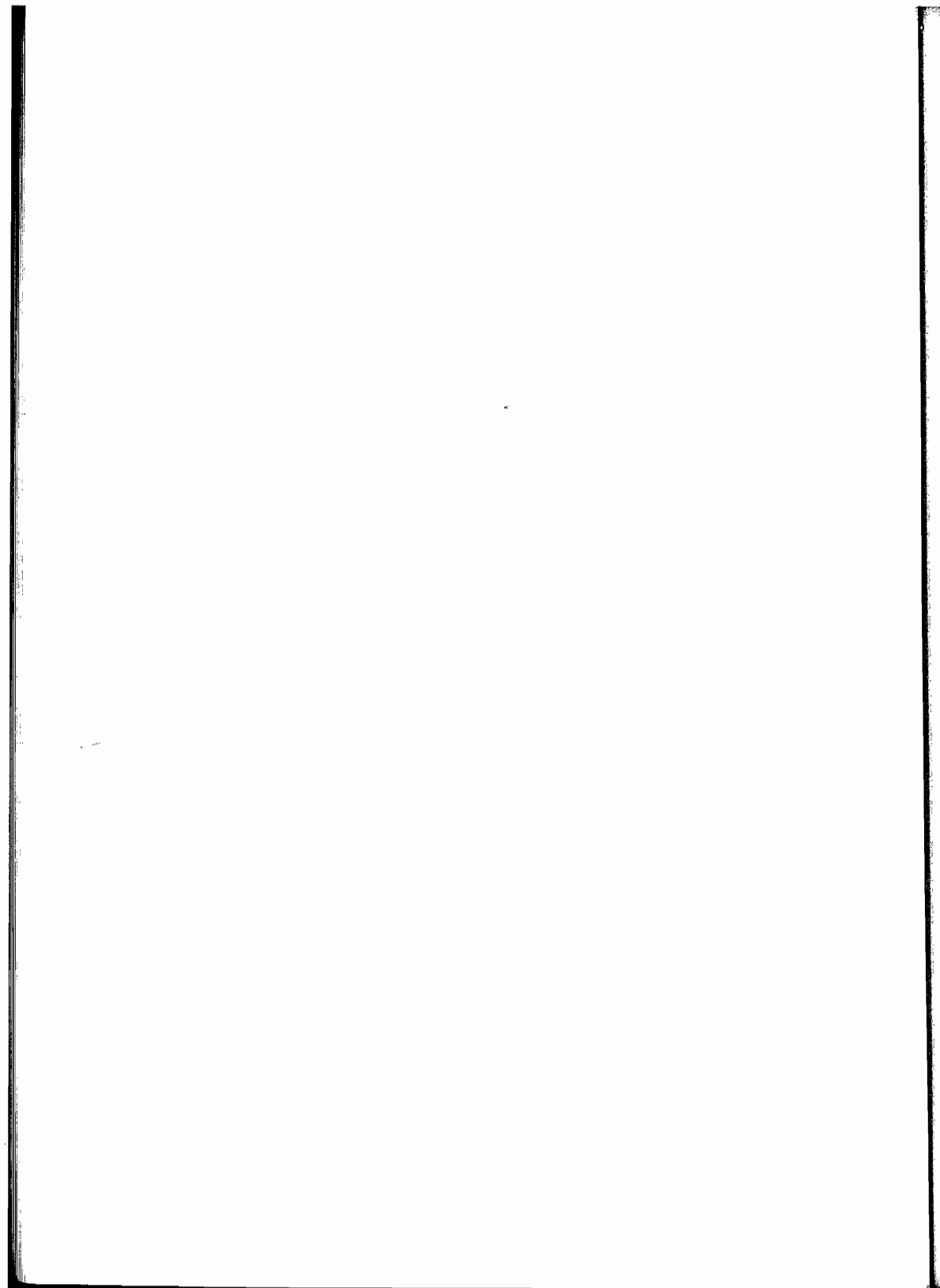
SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, Williams D. *Economia*. Trad. do inglês por Elsa Nobre Fontainha e Jorge Pires Gomes. 14. ed. São Paulo, McGrawHill, 1991.

SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. 8. ed. São Paulo, Best Seller, 1994.

SIMONSEN, Mario Henrique e CYSNE, Rubens Penha. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1989.

Ieda Maria Alves

Coordenadora do Projeto "Observatório de Neologismos Científicos e Técnicos do Português Contemporâneo do Brasil"

Glossário de Termos Neológicos da Economia

abertura comercial sf

Política governamental de extinção gradual de tarifas e de restrições não-tarifárias que incidem sobre produtos importados.

Ao iniciar a <abertura comercial>, o governo imaginou a quebradeira de setores menos competitivos com a inundação do mercado pelos importados. Mas admite que não previu o "fator China" nem a lentidão nas reformas. (FSP, 08-12-96, p. 2.6, c. 4).

Cf. **abertura de mercado, abertura econômica, livre comércio**

abertura de mercado sf

Política econômica que prevê a entrada de produtos, empresas e investimentos estrangeiros em um país.

Após a ameaça de impasse, países-membros da OMC chegaram ontem à tarde, em Genebra (Suíça), a um acordo para a <abertura de mercado> das telecomunicações em todo o mundo. (FSP, 16-02-96, p. 2.7, c. 4)

Cf. **abertura comercial, abertura econômica, investimento estrangeiro**

abertura econômica sf

Política governamental de extinção gradual de restrições aos fluxos comerciais com o exterior e aos movimentos internacionais de capital.

O peso das importações sobre a produção no país já vinha crescendo progressivamente desde 1990, como resultado da <abertura econômica> promovida pelo governo Collor, mas saltou de forma espetacular depois do Plano Real pelo fato de o poder de compra do Real (em termos de dólares) ter sido fixado em patamar artificialmente elevado. (FSP, 13-04-97, p. 2.5, c. 1)

Cf. **abertura de mercado, abertura econômica, fechamento econômico, liberalização da economia**

abono pecuniário sm

Pagamento recebido pelo trabalhador pela venda de um terço de suas férias para a empresa.

O ideal, para o trabalhador, é descansar 30 dias de férias por ano. Mas, em época de dinheiro curto, vender um terço do período pode ser a solução para muitos problemas financeiros. Para ter direito à "venda", chamada <abono pecuniário>, o empregado deve fazer um requerimento à empresa até 15 dias antes do vencimento do período aquisitivo (tempo que lhe garante as férias). Entretanto, pedidos feitos após o prazo geralmente são aceitos. (FSP, 05-12-93, p. 2.8, c. 5)

aceleração inflacionária sf

Aumento progressivo da taxa de inflação.

Em um ambiente de <aceleração inflacionária> é muito fácil conceder elevados reajustes para os salários nominais, pois o salário real acaba corroído pela inflação crescente. Em resumo, é muito fácil governar tendo a inflação como parceira, pois o administrador público não tem de enfrentar diretamente as decisões quanto à alocação dos recursos escassos. (FSP, 26-11-95, p. 2.2, c. 3)

Cf. **taxa de inflação**

Acordo de Livre Comércio Norte-Americano sm

Acrôn. **Nafta**

Associação econômica estabelecida entre Estados Unidos, Canadá e México, que objetiva facilitar e aumentar as transações comerciais entre esses países por meio da eliminação progressiva das tarifas aduaneiras.

O <Nafta (Acordo de Livre Comércio Norte-Americano)> foi aprovado. A formação de uma zona de livre comércio entre México, Canadá e Estados Unidos, com um mercado de 367 milhões de consumidores potenciais e um PIB conjunto da ordem de 6 trilhões de dólares, terá certamente impacto importante nos fluxos internacionais de comércio e de capital. (FSP, 21-11-93, p. 2.2 c. 3)

Cf. **Área de Livre Comércio das Américas, Imposto de Importação, transação comercial**

adaptabilidade sf
Ver **flexibilização**
3. <"Adaptabilidade"> – Antes era flexibilização, termo ainda empregado no Brasil. Significa negociar normas, contratos e organização do trabalho mais flexíveis, "incluindo, quando apropriado, reduções na jornada de trabalho". (FSP, 23-11-97, p. 1.23, c. 2 e 3)
Nota Neologismo semântico

Adiantamento de Contrato de Câmbio sm
Sigla **ACC**
Empréstimo em dólares contraído por um exportador com base em mercadorias que serão vendidas ao exterior.
O <ACC> é um tipo de empréstimo em dólares que o exportador contrai no banco, com base em mercadorias que serão embarcadas no futuro, pagando juros de 8% a 12% ao ano.
O dinheiro captado com essa venda antecipada de dólares de exportações é aplicado no mercado financeiro doméstico, onde as taxas de juros estão no patamar de 47% ao ano. (FSP, 12-02-95, p. 2.10, c. 5)

agente econômico sm
Indivíduo ou entidade que toma decisões relativas às transações econômicas.
A superioridade do imposto de renda sobre outros tributos resulta de uma observação simples, segundo a qual a renda de um <agente econômico> é uma medida objetiva de sua capacidade contributiva. (Ex, 26-06-91, p. 16, c. 1)
Cf. **transação econômica**

agente financeiro sm

Instituição autorizada a realizar operações em determinados segmentos do mercado financeiro.

Mutuários do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) com data-base em outubro e novembro terão suas prestações de dezembro reajustadas em 31, 2269% e 30, 6403% (...). Os mutuários das demais datas-base não terão reajuste.

Esses índices serão aplicados caso o mutuário não informe a tempo, ao <agente financeiro>, o reajuste salarial efetivo que teve na data-base. (FSP, 03-12-95, p. 2.9, c. 3)

agregados monetários sm

Conjunto de elementos homogêneos que compõem a oferta de moeda em um país.

A evolução da oferta de moeda demonstra que o Banco Central conseguiu recuperar o controle das emissões. Os <agregados monetários> mais restritos, base monetária e meios de pagamento (M1), decresceram 7,2% e 2,4% respectivamente, em abril, e 13,8% e 9,4% desde janeiro. Os agregados mais amplos, M2, M3 e M4, que são formados por depósitos e títulos de alta liquidez, cresceram 0,4%, 2,2% e 0,9% em abril, respectivamente, demonstrando também desaceleração em relação ao período anterior. (CE, v. 49, 07-95, p. 16, c. 1)

Nota Os <agregados monetários> compreendem a base monetária, as diversas definições de meios de pagamentos (oferta monetária) assim como as relações entre esses agregados e o produto interno bruto. São costumeiramente divulgados no Boletim Mensal do Banco Central e no já mencionado documento Brasil – Programa Econômico elaborado pelo Banco Central. (Leite, 1994, p. 243)

agribusiness sm

Conjunto de transações econômicas referentes à agricultura e à produção animal.

O setor agrícola depende cada vez menos do governo. Os recursos externos estão vindo. Em 1996, foram injetados no <"agribusiness"> brasileiro mais de US$ 5 bilhões, o que, de uma maneira ou de outra, acabou irrigando o campo. (FSP, 02-02-97, p. 2.1, c. 4)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **setor agrícola, transação econômica**

agricultura comercial sf

Atividade agrícola cuja produção está direcionada tanto ao mercado interno como ao mercado internacional.

Contudo, a compensação do subsídio do crédito rural às taxações predadoras sofridas pelo setor agrícola concentrou-se na <agricultura comercial>, isto é, nas grandes propriedades, produzindo para o mercado internacional ou para suprir itens de grande consumo no mercado doméstico. (CE, v. 48, 09-94, p. 41, c. 1)

Cf. **agribusiness, mercado internacional, mercado interno**

ajuste cambial sm

Ver **correção cambial**

Melhor do que declarar a falência asiática é perceber que o <ajuste cambial> na maioria dos países da região já ocorreu. As reformas financeiras, políticas e fiscais levarão anos, como em qualquer lugar do planeta. Mas sob os escombros da especulação financeira há uma base produtiva integrada e de última geração. (FSP, 26-10-97, p. 2.2, c. 6)

ajuste fiscal sm

Conjunto de medidas que objetivam equilibrar as contas do setor público por meio da diminuição ou da eliminação de seu déficit.

<Ajuste fiscal> – são medidas com o objetivo de equilibrar as contas do setor público, diminuindo ou eliminando seu déficit, que pode até mesmo ser transformado em superávit. O ajuste pode ser feito tanto

nas receitas (aumento de impostos) como nas despesas (arrocho de salários, demissões, corte de investimentos etc.). (FSP, 15-12-91, p. 3.6, c. 5)
Todo <ajuste fiscal> (menos gastos públicos, mais impostos) é em geral interpretado como "política anti-social". O presidente dos E.U.A. parece querer encontrar um meio termo, tarefa que fica facilitada num momento em que a economia norte-americana mostra-se vigorosa, crescendo, com baixo desemprego e inflação idem. E a população sênior, que poderia reclamar dos cortes, vive atualmente uma fase de rara felicidade. (FSP, 09-02-97, p. 2.2, c. 4 e 5)

Cf. **déficit público, setor público**

alíquota de importação sf

Percentual cobrado pelo governo sobre o preço de determinado produto importado.

Entraram US$ 4 bilhões em automóveis importados, esfrangalhando as contas externas.
(...) Numa ponta, reduziu-se a 2% a <alíquota de importação> de autopeças; na outra, aumentou-se para 70% a <alíquota de importação> de automóveis. (FSP, 08-12-96, p. 2.3, c. 2)

Cf. **Imposto de Importação**

alíquota única sf

Percentual único cobrado no imposto de renda de todos os contribuintes.

De logo, podemos analisar a função do imposto de alíquota única em relação ao binômio-chave para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação: poupançc e investimento. Com o imposto de <alíquota única>, os contribuintes com renda acima da média estariam pagando menos imposto agregado. Quanto menos imposto for pago – seja pela pessoa física, seja pela jurídica, acima da média ou não –, maior será o capital não tributado disponível para a poupança e investimento. (CE, v. 50, 01-96, p. 54, c. 1)

Cf. **Imposto de Renda-Pessoa Física, Imposto de Renda-Pessoa Jurídica**

alíquota zero sf

Percentual de tributação zerado com o objetivo de eliminar temporariamente a cobrança de um tributo.

O mercado acionário ficou agitado na semana passada com a possibilidade de restrições à captação de dinheiro estrangeiro. O governo fixou <alíquota "zero"> de IOF sobre aplicações de investidores estrangeiros em Bolsa, mas pode aumentar até 25% caso haja necessidade. (FSP, 06-03-94, p. 2.10, c. 2)

âncora cambial sf

Conjunto de medidas de política cambial que objetivam manter fixa a taxa de câmbio e implicam que o país possui reservas para defender a moeda contra movimentos especulativos.

<Âncora cambial> é uma coisa: basicamente, significa manter o câmbio fixo e ter reservas para defender a moeda. (FSP, 05-02-95, p. 2.5, c. 1)

A <âncora cambial> (outro jargão dos economistas) significa expor a economia aos preços e à concorrência internacional. É deixar claro que o país tem dólar (reservas internacionais) e pode importar. Por decorrência, as empresas precisam ganhar eficiência e os preços tendem a se nivelar com os praticados no mercado internacional – mais estáveis. (FSP, 28-05-95, p. 2.4, c. 3)

Cf. **movimento especulativo, política cambial**

âncora fiscal sf

Conjunto de medidas que objetivam manter a economia estável por meio da contenção dos gastos públicos.

A menção à <âncora fiscal> – o controle dos gastos do governo – não constava do texto redigido por Franco. Foi acrescentada de improviso no pronunciamento. (FSP, 21-08-97, p. 2.1, c. 3)

Dornbush disse, sem se referir a qualquer país, que políticas de âncora cambial deviam ser trocadas pelas de <âncora fiscal> – ou seja, pelo equilíbrio das contas públicas. (FSP, 18-11-97, p. 2.6, c. 6)

Cf. **âncora cambial, gasto público**

âncora monetária sf

Conjunto de medidas que objetivam manter a economia estável por meio da determinação de um limite à oferta de moeda.

O uso de uma <âncora monetária> seria uma forma indireta de ancorar os preços, enquanto que a âncora cambial é uma forma direta. Além disso, a <âncora monetária> supõe a âncora cambial, enquanto o inverso não é verdadeiro. Com a estabilização sempre ocorre um processo de monetização que não é incompatível com a âncora cambial. Por tudo isso, a âncora cambial é mais aconselhável do que a monetária. (FSP, 27-02-93, p. 1.3, c. 2)

A <"âncora monetária">, em princípio, seria a fixação de limite rígido de oferta de moeda, limite a ser anunciado previamente ao mercado. O governo diria, em algum momento, que a base monetária só cresceria, por exemplo, 5% a partir de junho. Todos os demais preços da economia (salários, preços, contratos em geral) passariam, então, a se acomodar a essa meta, puxando a inflação para baixo, pelo menos na teoria. (FSP, 27-02-93, p. 1.6, c. 5)

Cf. **âncora cambial**

Antecipação de Receita Orçamentária sf

Sigla **ARO**

Operação de empréstimo de curto prazo concedido pelos bancos ao governo federal, estadual ou municipal com a garantia de receitas esperadas.

Em média, os 86 fundos de commodities renderam 0,46% por trimestre acima da poupança. O líder de rentabilidade foi o fundo Interunion-Finco, da instituição administradora do popular título de capitalização Papa-Tudo. Esse fundo lucrou muito com operações de <antecipa-

ção de receita orçamentária (ARO)> para as prefeituras. As taxas para esse tipo de antecipação – na verdade, um empréstimo mediante a contrapartida da promessa do repasse de receitas pela União – são muito elevadas. (CE, v. 50, 01-96, p. 23, c.2 e p. 24, c. 1)

Cf. **curto prazo**

antidumping a

Referente ao combate à venda de produtos a preços inferiores aos custos com o objetivo de eliminar concorrentes no comércio internacional.

Age certo o governo Itamar ao fazer com que uma nova e mais eficaz legislação <antidumping> acompanhe uma nova rodada de redução de alíquotas de importação. (FSP, 18-09-94, p. 2.2, c. 4)

Nota Empregado em função adjetival nos sintagmas: **ação antidumping, direito antidumping, legislação antidumping, processo antidumping.**

Empréstimo do inglês

Cf. **comércio internacional**

aplicação de renda fixa sf

Aplicação cujo valor do rendimento, geralmente expresso no corpo do título, é estabelecido previamente.

Para os que se espantam com as nossas taxas de juros internas, talvez sirva de consolo saber que os retornos em dólares dos fundos direcionados para as <aplicações de renda fixa> na Europa, no Japão e na Alemanha têm sido também extremamente elevados. (CE, v. 49, 07-95, p. 56, c. 2)

Cf. **aplicação financeira, renda fixa**

aplicação financeira sf

Operação financeira por meio da qual um indivíduo ou uma entidade transfere, temporariamente, o exercício de certo poder aquisi-

ção de receita orçamentária (ARO)> para as prefeituras. As taxas para esse tipo de antecipação – na verdade, um empréstimo mediante a contrapartida da promessa do repasse de receitas pela União – são muito elevadas. (CE, v. 50, 01-96, p. 23, c.2 e p. 24, c. 1)

Cf. **curto prazo**

antidumping a

Referente ao combate à venda de produtos a preços inferiores aos custos com o objetivo de eliminar concorrentes no comércio internacional.

Age certo o governo Itamar ao fazer com que uma nova e mais eficaz legislação <antidumping> acompanhe uma nova rodada de redução de alíquotas de importação. (FSP, 18-09-94, p. 2.2, c. 4)

Nota Empregado em função adjetival nos sintagmas: **ação antidumping, direito antidumping, legislação antidumping, processo antidumping**.

Empréstimo do inglês

Cf. **comércio internacional**

aplicação de renda fixa sf

Aplicação cujo valor do rendimento, geralmente expresso no corpo do título, é estabelecido previamente.

Para os que se espantam com as nossas taxas de juros internas, talvez sirva de consolo saber que os retornos em dólares dos fundos direcionados para as <aplicações de renda fixa> na Europa, no Japão e na Alemanha têm sido também extremamente elevados. (CE, v. 49, 07-95, p. 56, c. 2)

Cf. **aplicação financeira, renda fixa**

aplicação financeira sf

Operação financeira por meio da qual um indivíduo ou uma entidade transfere, temporariamente, o exercício de certo poder aquisi-

tivo a uma instituição financeira em troca da obtenção de rendimentos sobre o capital investido.

A captação das principais <aplicações financeiras> está tendo comportamento inverso ao do final de 95. Tanto fundos quanto poupança estão tendo mais depósitos do que saques. (FSP, 22-12-96, p. 2.10, c. 4)

Cf. **instituição financeira, operação financeira**

Área de Livre Comércio das Américas sf
Acrôn. **Alca**

Associação econômica, prevista para ser implantada em 2005 entre todos os países americanos, com exceção de Cuba, que objetiva facilitar as transações comerciais entre esses países por meio da redução das tarifas aduaneiras.

A <Alca> (que passou assim a ser chamada pelos países do hemisfério: <Área de Livre Comércio das Américas>) tinha um objetivo nobre e grandioso: eliminar as barreiras existentes entre os países da região, criando assim um mercado comum, inicialmente de bens que seriam comercializados sem a cobrança de tarifas aduaneiras.

Para a primeira reunião, marcada para Denver em 95, decidiu-se que haveria uma reunião paralela de empresários da região para que os mesmos tivessem, desde o início do processo, uma atitude pró-ativa a favor da <Alca>.

(...) Não houve interesse inclusive em liderar nenhum dos grupos de trabalho que se formaram e passamos a questionar a interpretação do que 2005 realmente implicava: o início da desoneração tarifária ou a <Alca> já em pleno funcionamento, como entendiam os Estados Unidos!

(...) a posição norte-americana apontava um paradoxo: um lado querendo acelerar o processo da <Alca>, mas internamente com dificuldades de vender a imagem de integração hemisférica a um Congresso apático, num ano eleitoral.

A <Alca>, para a maioria dos países da América Latina, é atraente: os demais países têm mais a ganhar do que a perder. (FSP, 16-02-97, p. 2.10, c. 1, 2, 3 e 5)

Nota A criação da <Área de Livre Comércio das Américas> foi proposta pelos Estados Unidos da América.

Cf. **Acordo de Livre Comércio Norte-Americano, Imposto de Importação, Mercado Comum do Cone Sul, transação comercial**

arrocho monetário sm

Situação criada por medidas de política econômica em que ocorre a redução do volume de moeda ou crédito e o decorrente aumento da taxa de juros.

Discordando dos clamores para a maxidesvalorização do real, o Dresdner Kleinwort Benson diz que o duplo <arrocho – monetário> (juros altos) e fiscal (mais impostos) – é o alto custo que o país tem de pagar para alcançar equilíbrio fiscal de longo prazo. (FSP, 14-12-97, p. 2.3, c. 2)

Cf. **taxa de juros**

arrocho salarial sm

Situação em que ocorre uma defasagem do salário recebido pelo trabalhador em relação ao ritmo da inflação.

Outro ponto importante que está associado à reação positiva da sociedade é a questão dos salários. A CUT e o PT vinham, desde a conversão para a URV, falando do <arrocho salarial>. A menos do salário mínimo, isto não aconteceu. (FSP, 31-07-94, p. 2.4, c. 4)

Cf. **salário nominal, salário real**

ataque especulativo sm

Situação em que um país sofre a ação de investidores que, primeiramente, aplicam na moeda local para em seguida trocá-la por dólares, o que ocasiona a desvalorização da moeda ou a elevação da taxa de juros.

<Ataque especulativo>

Investidores estrangeiros escolhem um país para investir, considerando a rentabilidade e a segurança. Convertem suas moedas fortes (dó-

lar, em geral) em moeda local (o real, no Brasil). Em moeda local, eles compram ações na Bolsa ou títulos de renda fixa. Quando um investidor (ou um grupo de investidores) percebe que a economia do país-alvo não é capaz de arcar com a remuneração que tem atraído o capital começa a vender ações e títulos. Com o dinheiro obtido, passa a usar a moeda para comprar uma grande quantidade de dólares. O aumento pela demanda de dólares valoriza a moeda estrangeira, o que pode levar a uma desvalorização da moeda local (o caso da Tailândia) ou o aumento da taxa de juros (Hong Kong). (FSP, 30-10-97, p. 2.8, c. 2, 3 e 4)

Embora o ministro da Fazenda tenha enfatizado que os ataques atualmente são "imprevisíveis", seu colega Kandir elencou para os parlamentares as nove condições que levam um país a ser mais propenso a um <ataque especulativo>:

1) Regime de câmbio rígido (caso, por exemplo, da Argentina); 2) moeda extremamente valorizada; 3) sistema financeiro em desequilíbrio; 4) desajuste nas contas externas; 5) desajuste nas contas públicas; 6) dificuldade de aumentar a capacidade de investimentos; 7) dificuldade política para fazer os ajustes; 8) manter os ativos extremamente valorizados; 9) não canalizar a poupança interna para o estímulo à produção. (FSP, 23-11-97, p. 2.5, c. 5 e 6)

Cf. **desvalorização cambial, taxa de juros**

atividade econômica sf

Atividade que envolve todo tipo de transação referente a produção, circulação, compra e venda de bens e serviços e a investimentos.

A Fipe, por exemplo, acha que o governo pode ter exagerado nas medidas de contenção do consumo do início do ano, provocando forte retração na <atividade econômica>. (FSP, 24-09-97, p. 2.1, c. 4)

ativo público sm

Recursos, sob várias formas, pertencentes ao governo.

Se a revisão constitucional não enfrentar essas questões-chave, haverá dúvida crescente sobre a possibilidade de virem a ser redefinidas a di-

aviso prévio indenizado sm

Período não-trabalhado, de no mínimo trinta dias, pago pelo empregador ao empregado após a comunicação da rescisão do contrato de trabalho.

Ao empregado dispensado sem justa causa é devido aviso prévio, por parte do empregador, de no mínimo 30 dias. Durante esse período, o empregado pode continuar trabalhando, caracterizando o aviso prévio trabalhado, ou, ainda, o empregador pode indenizar o respectivo período (<aviso prévio indenizado>). Contudo, inexiste na legislação previsão acerca do aviso prévio cumprido em casa, não devendo, portanto, a empresa concedê-lo desta forma. (FSP, 08-05-94, p. 2.2, c. 1)

Cf. **aviso prévio trabalhado**

aviso prévio trabalhado sm

Período, de no mínimo trinta dias, em que o empregado continua trabalhando após a comunicação da rescisão do contrato de trabalho por uma das partes.

Ao empregado dispensado sem justa causa é devido aviso prévio, por parte do empregador, de no mínimo 30 dias. Durante esse período, o empregado pode continuar trabalhando, caracterizando o <aviso prévio trabalhado>, ou, ainda, o empregador pode indenizar o respectivo período (aviso prévio indenizado). Contudo, inexiste na legislação previsão acerca do aviso prévio cumprido em casa, não devendo, portanto, a empresa concedê-lo desta forma. (FSP, 08-05-94, p. 2.2, c. 1)

Cf. **aviso prévio indenizado**

balanço de pagamentos sm

Registro sistemático das transações econômicas entre agentes residentes e não-residentes em um país, que é efetuado, em geral, anualmente.

Um país afetado por desequilíbrios em seu <balanço de pagamentos> deve evitar as restrições e substituí-las pelo uso de suas reservas ou pelo

financiamento oficial compensatório com os recursos do Fundo. (CE, v. 31, 08-91, p. 284, c. 4).

Nota Para saberem o que acontece no campo dos pagamentos internacionais, os governos acompanham as transações efetivas entre países. O registro de tais transações é chamado de <BALANÇO DE PAGAMENTOS>. Cada transação, tal como uma remessa de exportações, ou a chegada de bens importados, é registrada e classificada de acordo com os pagamentos ou recebimentos dela tipicamente resultantes. (Lipsey, 1986, p. 680-1)

Cf. **agente econômico, transação econômica**

Banco Central sm

Sigla **BC**

Instituição financeira governamental, responsável pela emissão de papel-moeda e pela fiscalização do sistema financeiro e dos fluxos internacionais de dinheiro e metais preciosos, que objetiva manter a estabilidade da moeda e o controle do crédito.

O Brasil precisa atrair algo como US$ 18 bilhões anuais em capital externo considerado "de má qualidade" para que o <Banco Central> não perca suas reservas em moeda forte. (FSP, 10-11-97, p. 2.5, c. 1)

Nota Instituição financeira federal criada pela lei nº 4 595, de 31-12-1964. Substituiu a antiga Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) e algumas funções então exercidas pelo Banco do Brasil. Tem principalmente as seguintes atribuições: executar a política financeira do governo; emitir papel-moeda; autorizar o funcionamento de instituições financeiras e fiscalizar suas operações de acordo com leis específicas; receber depósitos compulsórios e voluntários do sistema financeiro nacional; realizar operações de compra e venda de títulos públicos federais, de empresas de economia mista ou estatais; custodiar e administrar as reservas nacionais em ouro e moedas estrangeiras; e representar o governo brasileiro perante os organismos financeiros internacionais. (Sandroni, 1994, p. 22-3)

Cf. **instituição financeira, sistema financeiro**

banco comercial sm

Banco que oferece financiamentos e prestação de serviços para indivíduos e entidades.

Com a aquisição do Barings em março, o ING Bank decidiu utilizar no Brasil, a partir desta semana, duas marcas para delimitar sua atuação: o ING Bank, o <banco comercial>, e ING Barings, o banco de investimento.

(...) O ING Bank não deve alterar também sua característica de especialista em operações com dívida externa. (FSP, 03-12-95, p. 2.1, c. 1)

banco de investimento sm

Banco que oferece empréstimos e financiamentos para a implantação de empresas.

Outros bancos, como o Sudameris e o Boston, também registraram aumento na captação de dinheiro de curto prazo. Não há estatísticas oficiais sobre o total dos depósitos, mas a tendência de encurtamento é geral, atesta César Sizenando, vice-presidente do Unibanco e da Anbid, associação dos <bancos de investimento>. (FSP, 22-10-95, p. 2.1, c. 3 e 4)

banco de varejo sm

Var. **banco varejista**

Banco que concentra atividades e prestação de serviços direcionadas a um vasto mercado de clientes.

Assim, os grandes <bancos de varejo>, como Bradesco, Itaú e Unibanco, dominarão a prestação de serviços, como contas correntes, recebimento de contas, arrecadação de impostos – serviços que necessitam de ampla rede de agências.

Aos outros bancos caberá a disputa em setores específicos, como crédito (varejo ou atacado), administração de recursos de terceiros e estruturação de operações sofisticadas de "corporate finance" para as empresas, prevê o executivo /Alfredo Neves Penteado de Moraes/. (FSP, 03-12-95, p. 2.7, c. 4)

Os <bancos varejistas>, em número reduzido, serão um grupo seleto constituído por alguns nacionais já preparados para o processo, poucos estrangeiros claramente varejistas em seus países de origem e os sobreviventes públicos ao processo de privatização. (FSP, 09-06-96, p. 2.2, c. 5 e 6)

Banco Interamericano de Desenvolvimento sm

Sigla **BID**

Instituição financeira internacional de investimento que objetiva prestar ajuda financeira aos países da América Latina e do Caribe.

Acho oportuno destacar que nosso esforço não é isolado. Hoje, o mundo sabe que crescimento econômico amplo, sustentado, depende necessariamente da pequena empresa. Não por acaso, o <Banco Interamericano de Desenvolvimento> tomou a pequena empresa como prioridade de sua ação continental.

<BID> sabe, a **Folha** *sabe e o Sebrae sabe que competitividade econômica não se alcança apenas com bolsões de desenvolvimento. Qualidade é uma onda poderosa em movimento, que atrai, arrasta, envolve. (FSP, 27-03-94, p. 2.2, c. 6)*

Nota Instituição Internacional sediada em Washington, foi criada em 1959 para prestar ajuda financeira aos países da América Latina e do Caribe. Subscrita inicialmente pelas nações americanas, conta desde 1974 com doze nações fora do hemisfério, entre elas a Grã-Bretanha. Seus principais acionistas são Estados Unidos, Canadá, Brasil, Argentina e México. (Sandroni, 1994, p. 28)

Cf. **instituição financeira**

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social sm

Sigla **BNDES**

Instituição financeira governamental brasileira que oferece linhas de financiamento a entidades dos setores público e privado.

A Bolsa de Valores de São Paulo fechou ontem com uma forte alta de 8,71%, embalada pela maior estabilidade dos mercados asiáticos e pela

alta de 1,13% da Bolsa de Nova York. A linha de financiamento de R$ 1 bilhão criada pelo <BNDES> para que as empresas possam recomprar suas ações, também animou os investidores locais.
A linha do <Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social> deu ao mercado a perspectiva de demanda por ações, até agora comprometida pela falta de interesse dos investidores estrangeiros, ainda assustados com a turbulência das últimas semanas. (FSP, 15-11-97, p. 2.6, c. 1)

Nota Surgiu, em 1952, como órgão técnico para executar o programa de reaparelhamento econômico elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e recebeu auxílio do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e do Banco de Exportação e Importação dos EUA (Eximbank). (Sandroni, 1994, p. 29)

Cf. **instituição financeira, setor privado, setor público**

banda cambial sf

Medida de política cambial por meio da qual o governo define um intervalo para a variação do preço de moedas estrangeiras em moeda nacional.

O governo desvalorizou o real frente ao dólar. A moeda norte-americana passa a variar de R$ 0,86 a R$ 0,90 num sistema, chamado de <bandas cambiais>, em que o Banco Central atua para o dólar flutuar numa determinada faixa. Ontem, o real teve desvalorização de 2,8% no mercado. (FSP, 07-03-95, p. 1.1, c. 5 e 6)
As <bandas cambiais> passaram a ser adotadas em março de 95. Na maioria dos países que adotam o sistema, o Banco Central só intervém se a cotação do dólar ameaça ultrapassar os limites.
No caso brasileiro, o BC intervém, regularmente, comprando dólares para promover uma alta gradual de cotações. (FSP, 26-01-97, p. 2.3, c. 6)

Nota Nos casos em que a taxa cambial ultrapassa o intervalo estabelecido pelo governo, este intervém no mercado por meio da compra ou da venda de moedas estrangeiras.

Derivado prefixal: **minibanda**

Definida uma banda, o câmbio continua flutuando dentro dela. Sendo larga, ou seja, sendo grande a distância entre o valor inferior e o superior, o pico e o teto, podem surgir várias <"minibandas"> mais estreitas, que se sucedem ao longo do tempo. (FSP, 25-06-95, p. 2.2, c. 1)

Cf. **política cambial**

base monetária sf

Soma da moeda emitida e das reservas bancárias detidas por um país.

A <base monetária> (emissão de moeda mais reservas bancárias), medida pelo conceito de média trimestral, cresceu 1,3 bilhão de julho para agosto e encerrou o mês na casa dos 7,8 bilhões de reais. (Ex, 14-04-94, p. 36, c. 3)

Cf. **reservas bancárias**

benefício de prestação continuada sm

Pagamento mensal efetuado pela Previdência Social a portadores de deficiência física e a idosos com mais de setenta anos de idade.

Com a implantação dos benefícios eventuais (auxílio por natalidade ou morte) e <benefício de prestação continuada> (pessoa portadora de deficiência física e o idoso com 70 anos ou mais), ficam extintos os benefícios na renda mensal vitalícia, o auxílio natalidade e o auxílio funeral, os quais serão pagos pela Previdência Social até a transferência dos beneficiários do sistema previdenciário para a assistência social. (FSP, 13-02-94, p. 2.2, c. 2)

Cf. **benefício eventual**

benefício eventual sm

Pagamento efetuado pela Previdência Social em casos de natalidade ou morte.

Com a implantação dos <benefícios eventuais> (auxílio por natalidade ou morte) e benefício de prestação continuada (pessoa portadora de deficiência física e o idoso com 70 anos ou mais), ficam extintos os

benefícios na renda mensal vitalícia, o auxílio natalidade e o auxílio funeral, os quais serão pagos pela Previdência Social até a transferência dos beneficiários do sistema previdenciário para a assistência social. (FSP, 13-02-94, p. 2.2, c. 2)

Cf. **benefício de prestação continuada**

benefício fiscal sm

Benefício caracterizado pela isenção ou redução do pagamento de impostos por parte de indivíduos ou entidades.

Desde os primeiros dias de julho, o governo de São Paulo fechou questão contra o aumento do imposto. Na condição de maior estado produtor de veículos, seu governador chegou a considerar a hipótese de garantir a manutenção do <benefício fiscal> em 12% através do uso de decreto-lei. Caso isto ocorresse, o preço dos veículos, incluindo ônibus e caminhões, seria menor naquele estado, representando no caso do carro popular uma diferença de cerca de 10%, em relação às outras regiões do País. (CE, v. 48, 10-94, p. 24, c. 1)

Cf. **isenção tributária**

benefício indireto sm

Pagamento adicional e não-oficializado oferecido pelas empresas a seus funcionários de alto nível e sobre o qual não incidem tributos.

A nova alíquota da tabela do IR, de 35%, teria o objetivo, segundo parlamentares que a defenderam, de tributar mais os altos salários, acima de US$ 10 mil. Acontece que rendimentos nesse valor raramente são pagos na forma de salário direto. São <benefícios indiretos>, como pagamento de escola de filho, carro com motorista, etc. (FSP, 06-02-94, p. 2.9, c. 3)

Sin. **salário indireto**

benefício previdenciário sm

Pagamento recebido pelo beneficiário da Previdência Social e condicionado à contribuição por ele prestada a esse órgão.

O <benefício previdenciário> deve ser pago diretamente ao beneficiário. Entretanto, em caso de ausência, moléstia contagiosa ou impossibilidade de locomoção o mesmo poderá ser pago a procurador nomeado, cujo mandato não terá prazo superior a 12 meses, sendo admitida renovação da procuração. (FSP, 20-02-94, p. 2.2, c. 1)

bens de capital sm

Bens duráveis utilizados para a produção de outros bens.

O aumento das importações, por sua vez, tem refletido mais compras de <bens de capital>, ou seja, está sendo usado mais para elevar investimentos produtivos do que para gasto de consumos. (FSP, 21-09-97, p. 2.6, c. 5)

Sin. **meios de produção** (reg. em Ferreira)

Cf. **bens de consumo duráveis**

bens de consumo sm

Bens que satisfazem diretamente as necessidades do consumidor.

Detemos 18% do mercado brasileiro de TV em cores, 17% de vídeo e 50% da venda de TV branco e preto no país. Não acredito em grande aumento de consumo em 94. Pode crescer no máximo 10%. A situação econômica é muito complicada. Não há expectativas para melhorar as condições de financiamento. A expansão de <bens de consumo> só se dará quando houver uma estrutura boa de financiamento. (FSP, 14-11-93, p. 2.12, c. 5)

bens de consumo duráveis sm

Var. **bens duráveis**

Bens de consumo cujo tempo de vida útil é relativamente longo.

A nova rodada de redução de alíquotas estabelece uma queda média de dez pontos percentuais para os <bens de consumo duráveis>. (FSP, 13-09-92, p. 2.1, c. 3)

Para o comércio de <bens duráveis> (eletrônicos e móveis), por exemplo, a expectativa da federação para este ano é de uma queda de 12,6%

no faturamento e de crescimento de 0,4% na venda física. (FSP, 21-09-97, p. 2.7, c. 1)

Cf. **bens de consumo, bens de consumo não-duráveis**

bens de consumo não-duráveis sm

Var. **bens não-duráveis**

Bens de consumo cujo tempo de vida útil é reduzido e que são utilizados somente uma vez.

A antecipação do consumo pelas pessoas que temiam os resultados do congelamento parece explicar o crescimento, disseram os funcionários do Instituto. Mas a ampliação das exportações também acelerou a venda de <bens de consumo não-duráveis>. (CE, v. 44, 06-91, p. 19, c.2)

Embalada pelo sucesso dos dois primeiros meses de vigência do real, a Confederação Nacional da Indústria resolveu, em agosto passado, rever para cima suas projeções. Pelos novos cálculos da CNI, a atividade industrial este ano deve crescer 5% e não 4%, como previa até junho. Ela acredita que tal expansão vai ser sustentada pelo aumento de poder aquisitivo da população de baixa renda, com sua influência no consumo de <bens não-duráveis> e duráveis de linha popular. (Ex, 14-09-94, p. 35, c. 2)

Cf. **bens de consumo, bens de consumo duráveis**

bens móveis sm

Bens caracterizados pela possibilidade de serem deslocados.

Uma decisão judicial serve de alerta para os casais que se separam judicialmente mas só partilham (dividem) os bens no divórcio, o que é muito comum.

<Bens móveis> (como telefone, televisão, etc.) podem ficar definitivamente para o cônjuge que fez uso do objeto, após cinco anos da separação, mesmo sem haver partilha, se ele entrar com uma ação de usucapião. (FSP, 12-06-94, p. 2.13, c. 1)

black sm

Ver **dólar paralelo**

Em outubro, a vedete no ranking foi o dólar paralelo (3,54% comparando preços de venda), mas, se o contra-ataque do governo for bem sucedido, a cotação do <"black"> deve recuar. (FSP, 02-11-97, p. 2.1, c. 1)

Nota Empréstimo do inglês

bloco econômico sm

Conjunto de países, situados em uma mesma região, que estabelecem uma política econômica e comercial comum.

Folha – Por que a União Européia decidiu dar prioridade ao Mercosul, quando tem à disposição tantos outros <blocos econômicos>, como o asiático ou o próprio Nafta?

Marín – Em primeiro lugar, por um desenho estratégico. Em segundo lugar, porque o Mercosul responde ao que é a vocação natural da União Européia, ou seja, a integração regional. (FSP, 10-12-95, p. 2.4, c. 1)

bolha de consumo sf

Aumento do consumo observado durante um período determinado.

<Bolha de consumo> é o aumento de consumo que geralmente ocorre após um congelamento de preços. Como há incerteza sobre o êxito do controle da inflação, os consumidores procuram estocar produtos antecipando a volta ou a aceleração da inflação. (FSP, 11-08-91, p. 3.10, c. 5)

As vendas do comércio no final de semana animaram os lojistas, causando uma agradável surpresa a duas semanas do Natal. Batizada de <"bolha de consumo">, esse movimento de alta só deverá permanecer até o Natal. (FSP, 09-12-97, p. 2.12, c. 1)

bolo fiscal sm

Soma dos recursos fiscais de um governo.

O Poder Judiciário tampouco ficou atrás. A evolução dos balanços estaduais revela que, enquanto em 1983 a justiça estadual tinha uma fatia de 3,23% do orçamento global dos estados brasileiros, já ao fim de 10 anos sua participação no <bolo fiscal> pode chegar aos 13,02%. Ou seja, a ampliação da fatia de verbas da justiça estadual foi, no período assinalado, de 303%, crescendo quatro vezes em relação a 1983. (CE, v. 49, 07-95, p. 39, c. 1)

Cf. **orçamento fiscal**

Bolsa de Mercadorias & Futuros sf

Sigla **BM & F**

Instituição em que são realizadas negociações referentes a mercadorias, sobretudo as mais importantes no mercado interno e internacional, cujos estoques podem ser existentes ou projetados.

O preço do ouro subiu 1,01% em Nova York na semana passada. A alta no exterior puxou as cotações domésticas. Na <BM & F (Bolsa de Mercadorias & Futuros)>, o metal teve valorização de 10,29% na semana, superando todas as outras aplicações financeiras. (FSP, 27-03-94, p. 2.4, c. 1)

Cf. **mercado internacional, mercado interno**

Bolsa de Valores de São Paulo sf

Acrôn. **Bovespa**

Instituição de intermediação financeira, localizada na cidade de São Paulo, que constitui o maior mercado acionário do Brasil.

A Bovespa (<Bolsa de Valores de São Paulo>), maior centro de negócios com ações do país, resolveu se lançar em defesa da abertura do capital estrangeiro. (FSP, 10-04-94, p. 2.10, c. 1)

Cf. **intermediação financeira, mercado acionário**

box sm

Operação que transforma ações em ativos de renda fixa no mercado de opções.

O Banco Central deverá regulamentar o funcionamento das operações de renda fixa realizadas no mercado acionário através do <box> (...).

Como o <box> é uma das alternativas utilizadas pelos administradores dos fundos carteira livre para transformar ações em um ativo de renda fixa, através da compra e venda no mercado de opções, existe a possibilidade de a rentabilidade ser afetada por alguma resolução do BC. (FSP, 19-12-93, p. 2.3, c. 2)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **mercado de opções, renda fixa**

brady sm

Título da dívida externa de países em desenvolvimento.

Para quem não quer correr o risco de apostar em bolsas de valores ou em fundos de ações de países distantes, existem outras opções. Embora os juros americanos tenham se tornado mais atraentes, os títulos de dívida de países emergentes, os chamados <bradies>, e os eurobônus emitidos por empresas latino-americanas continuam a ser sedutores. (Ex, 01-02-95, p. 89, c. 3)

Nota <Brady> tem como base o antropônimo Nicholas Brady, que, em 1989, na função de secretário do Tesouro dos Estados Unidos, propôs um plano que objetivava reduzir a dívida externa de países em desenvolvimento.

Empréstimo do inglês

Cf. **dívida externa**

câmara setorial sf

Instância de discussão, decisões e acordos de que participam o governo e representantes de setores da Economia de um país.

Até agora, a Fazenda ainda não decidiu que instrumento irá empregar para negociar com os empresários a prefixação de preços, que a equipe econômica insiste em chamar de adoção de um indutor. Ainda existe resistência na assessoria de FHC com relação às <câmaras setoriais>. A equipe econômica avalia que as câmaras são mecanismos que distribuem incentivos, isenções fiscais e redução de alíquotas de impostos. O secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, e o diretor da área externa do Banco Central, Gustavo Franco, são os principais críticos do sistema. (FSP, 12-11-93, p. 1.12, c. 1 e 2)

câmbio comercial sm

Taxa de câmbio utilizada em operações comerciais de importação e exportação e em investimentos estrangeiros.

O Banco do Brasil teria comprado este mês US$ 4,6 bilhões no <câmbio comercial>. Sob orientação do Banco Central, o BB "opera" o câmbio como "superdealer", com carta branca.

Vem controlando nas duas pontas a liquidez do comercial. O BB não executa uma simples missão de enxugamento dos dólares, mas é parte fundamental de uma estratégia não-declarada do BC. (FSP, 28-05-95, p. 2.9, c. 2)

Cf. **dólar comercial, investimento estrangeiro, operação comercial**

câmbio fixo sm

Regime em que a taxa de câmbio permanece invariável durante um período determinado.

Sobre a taxa de câmbio, o presidente disse inicialmente que no Brasil não há <câmbio fixo>, como na Argentina e em Hong Kong. (FSP, 25-11-97, p. 2.4, c. 1)

Cf. **câmbio livre**

câmbio livre sm

Regime em que a taxa de câmbio varia de acordo com a oferta e a procura de moeda estrangeira.

O Plano Collor acabou com o câmbio oficial e criou o chamado <câmbio livre> ou flutuante. A partir de agora, os agentes econômicos autorizados e interessados em comprar ou vender dólar podem fazê-lo livremente pela cotação de mercado. Essa prática promete desvalorizar acentuadamente o cruzeiro em relação ao dólar, acabando com a vantagem (ágio) que o paralelo mantinha sobre o câmbio oficial. (FSP, 15-04-90, p. B.11, c. 1)

Sin. **câmbio flutuante** (reg. em Ferreira)

Cf. **câmbio fixo, dólar flutuante**

câmbio sobrevalorizado sm

Ver **sobrevalorização cambial**

São visíveis os efeitos da política de estabilização baseada no <câmbio sobrevalorizado> e juros elevadíssimos sobre a produção e o emprego. Em 1995, mais de 10 mil empresas quebraram, recorde de 32 anos, e a agricultura teve queda de safra superior a 13% neste ano. (FSP, 26-05-96, p. 2.5, c. 1)

câmbio supervalorizado sm

Ver **sobrevalorização cambial**

Infelizmente, <câmbio supervalorizado>, juros elevadíssimos, arrocho creditício e saldos comerciais cadentes em direção a um déficit constituem uma configuração contraproducente para a economia, deletério para as finanças públicas e nocivas para a competitividade da indústria. (FSP, 27-11-95, p. 2.4, c. 2)

câmbio-turismo sm

Taxa de câmbio utilizada em operações que envolvem compra e venda de moeda estrangeira para uso em viagens internacionais.

*<**Câmbio-turismo**> – Nada mudou em relação ao funcionamento anterior. É operado por quase todos os grandes bancos, e atende às des-*

pesas dos turistas brasileiros no exterior (até US$ 4.000,00), bem como à remessa de pequenos valores (...). (FSP, 15-04-90, p. 1.1, c. 3)

Cf. **dólar-turismo**

capital especulativo sm

Recursos oriundos de especuladores estrangeiros os quais aplicam em investimentos que podem ser rapidamente retirados diante da possibilidade de risco iminente.

Esses recursos vêm de empréstimos e financiamentos externos, de investidores na Bolsa, de aplicadores em renda fixa e outros, reunidos no que se convencionou chamar de <capital especulativo>. (FSP, 10-11-97, p. 2.5, c. 1 e 2)

Cf. **investimento de risco, investimento estrangeiro, movimento especulativo**

capital estrangeiro sm

Capital disponível para a aquisição de recursos produtivos ou financeiros de um país por indivíduos ou entidades de outros países.

Está certo, omiti a atração que se está fazendo do <capital estrangeiro>, oferecendo-se de bandeja investimentos nas áreas desestatizadas. É verdade. A omissão é imperdoável, pois se trata da grande realização governamental. Pena que a alegria que se deu foi ao <capital estrangeiro> e não ao povo brasileiro. (FSP, 22-10-95, p. 2.2, c. 2)

Sin. **capital externo, recursos externos**

capital externo sm

Ver **capital estrangeiro**

Dito isso, uma primeira observação a fazer é que os problemas econômicos cuja resolução se afigura como prioritária em 1996 são bastante diferentes dos de 1995. No início do ano findo, havia duas questões essenciais a resolver: a) o crescimento insustentável da demanda agregada ameaçando fazer retornar a inflação e b) o perigo de crise cam-

bial, em decorrência não só do surgimento de déficit em nossas transações com o exterior, mas também da ameaça de fuga maciça de <capitais externos> ressabiados com as economias emergentes desde a crise mexicana. (CE, v. 50, 01-96, p. 4, c. 1)

capital privado sm

Recursos de propriedade do setor privado.

Quando assumi a secretaria de Energia de São Paulo, tinha duas certezas. A primeira, de que a moralização da administração das energéticas era uma condição necessária, mas não suficiente. E a segunda de que o modelo de intervenção estatal na infra-estrutura estava esgotado e que, somente com o redesenho das funções do Estado e a abertura à participação de <capitais privados> o setor energético poderia superar a grave crise financeira enfrentada há mais de uma década. (FSP, 22-10-95, p. 2.2, c. 3)

Cf. **capital público, setor privado**

capital público sm

Recursos de propriedade do setor público ou de empresas estatais.

Apesar das privatizações, o ranking de 1993 indica que o <capital público> ainda é o centro controlador de sete das 10 maiores empresas brasileiras. Mesmo assim, no grupo das 10 maiores estatais, houve um turnover de quatro empresas: caíram a Eletrosul, Açominas (privatizada), Eletrobrás e Sabesp, dando lugar a Chesf, Telemig, Telerj e Petrobrás Distribuidora. (CE, v. 48, 08-94, p. 42, c. 2)

Cf. **capital privado, empresa estatal, setor público**

captação líquida sf

Diferença entre os depósitos e os saques relativos a uma aplicação financeira durante um período determinado.

As cadernetas de poupança fizeram a festa em dezembro, em termos de <captação líquida>.

Até 27 de dezembro, informa o Banco Central, os depósitos bateram os saques em nada menos do que R$ 3,8 bilhões. (FSP, 05-01-97, p. 2.1, c. 3)

Cf. **aplicação financeira**

captação líquida positiva sf

Var. **captação positiva**

Captação líquida em que os depósitos superam os saques em uma modalidade de aplicação financeira durante um período determinado.

As cadernetas de poupança registraram <captação líquida positiva> (depósitos maiores que os saques) de 5,32% nas duas primeiras semanas de dezembro. Como até novembro o crescimento era de 19%, o saldo pode fechar o ano com avanço real de 25%. (FSP, 26-12-93, p. 2.8, c. 3)

Em outubro, no mesmo período de dias úteis, os depósitos superavam os saques em R$ 278,73 milhões. O mês fechou com <captação positiva> de R$ 274,79 milhões. (FSP, 01-12-96, p. 2.6, c. 2)

Cf. **aplicação financeira, captação líquida, captação negativa**

captação negativa sf

Captação líquida em que os saques superam os depósitos durante um período determinado.

Nos momentos de restrição ao crédito acontece o inverso. O banco cobra o pagamento do empréstimo. O devedor é obrigado a vender bens de valor equivalente para fazer o dinheiro. Quem compra saca o dinheiro de suas aplicações.

Assim, diz Toledo, "é natural que os depósitos e as aplicações tenham <captação negativa> (saques maiores que os depósitos)". (FSP, 03-12-95, p. 2.1, c. 4 e 5)

Cf. **captação líquida, captação líquida positiva**

carga tributária sf

Soma de todos os tributos e contribuições suportados por um agente econômico.

Como a contribuição sobre o lucro bruto não incidiria sobre as exportações, haveria adicionalmente uma redução da <carga tributária> incidente sobre os produtos brasileiros vendidos ao exterior, aumentando a competitividade destes. (FSP, 15-12-96, p. 2.2, c. 3 e 4)

Cf. **agente econômico**

carnê-leão sm

Carnê com o qual alguns contribuintes pagam a parcela do imposto de renda relativo ao mês anterior.

Termina na próxima sexta-feira, dia 26, o prazo para que contribuintes do Imposto de Renda pelo <carnê-leão> recolham o tributo referente ao mês de maio. Estão nessa situação, por exemplo, autônomos e profissionais liberais. (FSP, 23-06-96, p. 2.12, c. 6)

Quem paga <carnê-leão> (aluguéis, autônomos, etc.), adotará o mesmo critério. Calcula o valor, acrescenta 10%, e recolhe por meio do Darf (Documento de Arrecadação de Receitas Federais). (FSP, 11-11-97, Especial, p. 3, c. 4)

Cf. **Imposto de Renda-Pessoa Física**

cartão-fiança sm

Documento com o qual o inquilino garante o pagamento da locação de um imóvel à seguradora, o que dispensa a intervenção do fiador.

Após um ano de implantação, o <cartão fiança> já superou os dez mil usuários (...). Criado para eliminar as dificuldades de encontrar fiador para o aluguel de imóveis, o produto rendeu ao "pool" de seguradoras que o patrocinam o prêmio de marketing do ano passado concedido pela Fenaseg (Federação Nacional de Seguradoras). (...)

O aluguel é limitado a 35% da renda do inquilino, que paga anualmente 65% do valor de um mês de aluguel. (...) No momento em que recebe o documento, o inquilino ganha uma lista de todas as imobiliárias que o aceitam. O cartão tem validade de 60 dias, renováveis por mais 60.

O seguro garante ao locador cobertura contra não-pagamento de aluguel e encargos (condomínio, IPTU), danos causados ao imóvel e multas (decorrentes de quebra contratual, por exemplo). (FSP, 06-02-94, p. 2.8, c. 1)

Cf. **seguro-fiança**

carteira administrada sf

Conjunto de aplicações que um banco adapta ao perfil de cada cliente com o objetivo de oferecer-lhe maior rentabilidade no mercado financeiro.

O patrimônio do Crefinvest (<carteira administrada> com aplicação inicial de US$10 mil) em dois meses após seu lançamento chega a US$ 12 milhões. Uma <carteira administrada> é aquela /em/ que o banco monta um portafólio de aplicações específico para cada cliente, visando adequar o perfil do cliente e as aplicações mais rentáveis no mercado. (FSP, 19-09-93, p. 2.13, c. 2)

Cf. **aplicação financeira, portfólio**

cartelização sf

Processo pelo qual grupos de empresas independentes formalizam um acordo para uma atuação coordenada, que objetiva atender a interesses comuns e atenuar a competitividade entre os mesmos.

Nos últimos 15 anos, em um dos setores mais dinâmicos da economia – da construção civil e dos serviços públicos – a competição foi massacrada por uma <cartelização> espúria, que encareceu os preços dos contratos e impediu o florescimento de uma nova geração de empreendedores. (FSP, 06-02-94, p. 2.3, c. 1)

CDB pós-fixado sm

Var. **CDB pós**

Documento comprovante de depósito a prazo fixo, em instituição financeira, que rende juros e correção monetária estabelecidos posteriormente à aplicação.

O estoque de <CDBs pós-fixados> pela TR, no mesmo dia 11, era de CR$ 5,12 trilhões e os indexados ao IGP-M, de CR$ 927,3 bilhões. (FSP, 13-05-94, p. 2.4, c. 3)

Os <CDBs pós> de 120 dias, corrigidos pela TBF, foram completamente ignorados pelos investidores. O estoque de CDB/TBF soma R$ 52,3 milhões e representa apenas 0,10% do total de CDB pré-emitido pelos bancos (R$ 52,3 bilhões), registrados pela Cetip. (FSP, 22-10-95, p. 2.8, c. 1)

Cf. **CDB prefixado, depósito a prazo, instituição financeira**

CDB prefixado sm

Var. **CDB pré**

Documento comprovante de depósito a prazo fixo, em instituição financeira, que rende juros e correção monetária estabelecidos anteriormente à aplicação.

Após a forte alta entre os dias 7 e 23 de março, as taxas de juros dos <CDBs prefixados> pararam de subir. Na última sexta-feira, a taxa-over para grandes aplicações atingiu 61,84% (efetiva de 44,38% para 31 dias corridos e 18 úteis), contra 62,42% na quarta-feira (efetiva de 51,06% para 33 dias corrigidos e 20 dias úteis). No dia 7 de março a taxa-over desses CDBs era de 51,83%. O efeito de abril ter menos dias já é menor e, principalmente, as expectativas de inflação futura já não são tão pessimistas como há uma semana. (FSP, 27-03-94, p. 2.5, c. 1)

De todas as aplicações financeiras, a mais prejudicada pela CPMF (...) será o CDB prefixado de 30 dias.

Quem adquirir CDB prefixado de 30 dias nesta terça-feira já terá dor de cabeça com o novo "imposto do cheque".

Mas, se comprar <CDB pré> no curto expediente (das 9h às 11h) de terça, o vencimento será no dia 23 de janeiro, estréia da contribuição. (FSP, 22-12-96, p. 2.10, c. 1)

Cf. **CDB pós-fixado, depósito a prazo, instituição financeira**

ções financeiras para captar dinheiro junto ao público e fazer empréstimos. Quem compra <CDB> recebe juros prefixados ou pós-fixados. (FSP, 08-11-97, p. 2.4, c. 4)

Cf. **Certificado de Depósito Interbancário, depósito a prazo, instituição financeira**

Certificado de Depósito Interbancário sm

Sigla **CDI**

Documento que registra a troca de moeda entre instituições bancárias.

Inicialmente, vai-se permitir o financiamento da dívida no banco junto ao compulsório, por prazos largos e a taxas inferiores às do CDI (o papel que serve para troca de dinheiro entre os bancos). O financiamento corresponderá a US$ 1 bilhão. (FSP, 06-08-95, p. 2.3, c.1)

Cf. **Certificado de Depósito Bancário**

Certificado Internacional de Qualidade ISO 9000 sm

Var. **ISO 9000** sf

Documento, emitido pela ISO (Organização Internacional de Normalização), que certifica a qualidade dos serviços ou produtos de uma empresa.

O setor produtivo tem demonstrado crescente interesse pela implantação do PBQB – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade –, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Importa para as empresas a obtenção do certificado de qualidade conforme às normas da International Organization for Standardization, série< ISO-9000>, com vistas a facilitar o acesso ao mercado internacional e melhorar a competitividade no seu próprio mercado, bem como o relacionamento com os seus clientes e fornecedores. A certificação é a garantia de que o sistema de produção e o produto ou o serviço final estão de acordo com as normas internacionais estabelecidas.

(...) Foi desenvolvido, recentemente, no Instituto de Pesquisa Econô-

mica Aplicada da IPEA, um estudo cujo objetivo foi identificar a trajetória do processo de reestruturação produtiva e organizacional das empresas e o seu impacto sobre a mão-de-obra de ambos os sexos. Foram entrevistadas 12 empresas que obtiveram o <Certificado Internacional de Qualidade (ISO-9000)>, que estabelece as recomendações, as orientações e as diretrizes para a escolha e uso de um conjunto de quatro normas básicas: 9001 a 9004. (CE, v.49, 05-95, p. 48, c. 3 e p. 49, c. 1)

cesta básica de consumo sf

Var. **cesta básica**

Conjunto formado por produtos essenciais para o sustento do trabalhador e sua família, cujo preço é utilizado constantemente como base para o cálculo do custo de vida.

O Procon de São Paulo divulga diariamente o valor de uma <cesta básica de consumo>. Ela é um indicador importante do comportamento da inflação, por medir de uma maneira mais clara do que os índices quadrissemanais. (FSP, 04-12-94, p. 2.4, c. 3)

A <cesta básica> de nenhum país pode ser inteiramente importada. No caso brasileiro, grande produtor e exportador de alimentos, o preço das importações afeta sobretudo os preços internos dos insumos, em particular os energéticos, que são um componente na produção e transporte dos alimentos. (FSP, 15-05-94, p. 2.9, c. 4)

cheque pré-datado sm

Cheque, utilizado para pagamentos efetuados a prazo, em que a data expressa é posterior à data da operação.

Aqueles consumidores compulsivos e que gostam de pagar com a emissão de <cheques pré-datados> atenção: daqui para frente, quanto mais próximo estiver o momento da criação da nova moeda, maior o risco de prejuízo com os cheques que estiverem na praça, ainda a vencer. Portanto, o melhor é não realizar compras contra pagamento em três cheques a partir desta semana. (FSP, 27-02-94, p. 2.1, c. 1)

Aqueles consumidores compulsivos e que gostam de pagar com a emissão de <cheques pré-datados> atenção: daqui para frente, quanto mais próximo estiver o momento da criação da nova moeda, maior o risco de prejuízo com os cheques que estiverem na praça, ainda a vencer. Portanto, o melhor é não realizar compras contra pagamento em três cheques a partir desta semana. (FSP, 27-02-94, p. 2.1, c. 1)

cheque sem fundo sm

Cheque não-compensado e devolvido nos casos em que não há saldo na conta do correntista para cobrir o valor emitido.

O número de <cheques sem fundos> registrados pelos bancos bateu novo recorde histórico no último mês de outubro.

A Serasa só considera o <cheque sem fundos> após a segunda devolução, para que fique caracterizada a inadimplência do consumidor. (FSP, 02-12-97, p. 2.8, c. 1)

Cf. **saldo negativo**

choque econômico sm

Política econômica que objetiva combater a inflação por meio de um conjunto de medidas que alteram bruscamente o funcionamento do mercado.

Seus poderes continuam muito amplos, mas é indiscutível que no Brasil dos <choques econômicos> o prestígio desses profissionais já não é o mesmo. (FSP, 10-03-91, p. 2.6, c.1)

ciranda financeira sf

Movimentação especulativa causada pela aplicação e retirada de investimentos no mercado financeiro.

O provável sumiço dos pequenos bancos (...) tem por trás o fim de seu principal ganha-pão, a <ciranda-financeira>. (FSP, 15-12-96, p. 2.3, c. 1)

Cf. **movimento especulativo**

clearing s

Sistema pelo qual é efetuada a compensação de cheques e de contas entre bancos.

No caso da custódia, é preciso haver um depósito central dos documentos e registros de transações. Deve haver o sistema de <clearing>, ou seja, um processo de conciliar as operações de compra e venda de documentos. Nessa parte, pode haver uma empresa que opere com uma clearing house e atue como interface entre os compradores e vendedores, além de garantir a liquidação das operações. (Esse papel pode ser desempenhado por uma empresa privada que registre as operações de compra e venda de produtos agrícolas.) (CE, v. 49, 01-95, p. 45, c. 2)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **clearing house**

clearing house sf

Organização que reúne vários bancos e objetiva liquidar os débitos entre eles por meio da compensação de todos os cheques emitidos de modo puramente escritural.

No caso da custódia, é preciso haver um depósito central dos documentos e registros de transações. Deve haver o sistema de clearing, ou seja, um processo de conciliar as operações de compra e venda de documentos. Nessa parte, pode haver uma empresa que opere com uma <clearing house> e atue como interface entre os compradores e vendedores, além de garantir a liquidação das operações. (Esse papel pode ser desempenhado por uma empresa privada que registre as operações de compra e venda de produtos agrícolas.) (CE, v. 49, 01-95, p. 45, c. 2)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **clearing**

Collorgate sm

Escândalo gerado por corrupção nos setores político e financeiro e que envolveu o ex-presidente Fernando Collor de Mello em 1992.

Na época, o país vivia a fase mais aguda do <Collorgate>, o escânda-

lo político-financeiro que levou à renúncia do presidente Fernando Collor de Mello, em dezembro. *(FSP, 24-09-97, p. 2.1, c. 6)*

Nota O elemento inglês **-gate**, com valor sufixal, é empregado em <Collorgate> por analogia com Watergate, o edifício situado em Washington, Estados Unidos, que deu nome ao escândalo que envolveu o ex-presidente norte-americano Richard Nixon e levou-o à renúncia em 1974.

Cf. **Plano Collor I, Plano Collor II**

comércio exterior sm

Comércio de bens e serviços estabelecido entre um país e seus parceiros comerciais e que reflete a produção e as necessidades de cada um deles.

O dólar comercial é usado nas operações de <comércio exterior> (exportação e importação) e também para investimentos estrangeiros nas Bolsas de Valores. Já o flutuante é usado em aplicações de renda fixa, por exemplo, feitas por estrangeiros. *(FSP, 15-11-97, p. 2.15, c. 2)*

Cf. **comércio internacional**

comércio internacional sm

Comércio de bens e serviços estabelecido entre países e que reflete a produção e as necessidades de cada um deles.

O Brasil parece trafegar na contramão da via de mão dupla que é o <comércio internacional>.

Enquanto países de desenvolvimento equivalente procuram vender cada vez mais produtos industrializados, o Brasil aumenta a participação de produtos agrícolas em sua pauta de exportações. *(FSP, 13-04-97, p. 2.1, c. 3)*

Cf. **comércio exterior**

Comissão de Valores Mobiliários sf

Sigla **CVM**

Instituição governamental responsável pela regulamentação e fiscalização do mercado acionário.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a <CVM (Comissão de Valores Mobiliários)> anunciaram ontem medidas tomadas pelo governo para estimular que empresas recomprem nas Bolsas suas próprias ações. A recompra evita que os preços dos papéis continuem caindo.

(...) Algumas horas antes do anúncio feito por Mendonça de Barros, a <CVM>, órgão responsável pela regulamentação e pela fiscalização do mercado de ações, divulgou a instrução nº 268, aumentando a parcela passível de recompra pela empresa emissora de 5% para 10% do total dos papéis em circulação. (FSP, 14-11-97, p. 2.4, c. 1)

Nota É uma entidade auxiliar, autárquica, autônoma e descentralizada mas vinculada ao Governo. Seus objetivos fundamentais são:

- estimular a aplicação de poupança no mercado acionário;
- assegurar o funcionamento eficiente e regular das bolsas de valores e instituições auxiliares que operem neste mercado;
- proteger os titulares de valores mobiliários contra emissões irregulares e outros tipos de atos ilegais que manipulem preços de valores mobiliários nos mercados primários e secundários de ações;
- fiscalizar a emissão, o registro, a distribuição e a negociação de títulos emitidos pelas sociedades anônimas de capital aberto.

O fortalecimento do Mercado de Ações é o objetivo final da <CVM>. (Fortuna, 1997, p. 17)

Cf. **mercado acionário**

Comissão Econômica para a América Latina sf

Acrôn. **Cepal**

Instituição regional da Organização das Nações Unidas que objetiva estudar e criar possibilidades de desenvolvimento para os países latino-americanos.

O Brasil continua sendo o campeão de inflação na América Latina e no Caribe, com uma variação percentual de 2.244% entre dezembro de1992 e dezembro de 1993, revela o balanço econômico atual da <Co-

missão Econômica para a América Latina (Cepal)> divulgado no início de 1994, em Santiago do Chile. (CE, v. 48, 02-94, p. 51, c. 1)

commercial paper s

Título de dívida ao portador, facilmente negociável, emitido por empresas com o objetivo de captar dinheiro e cuja única garantia consiste no porte e no nome da entidade responsável.

O Banco Central (BC) aprovou em abril mais uma série de resoluções para tentar conter o nível de demanda, considerado perigosamente elevado em face das limitações de expansão da oferta de bens. Os esforços não vinham sendo bem-sucedidos, dada a criatividade do sistema financeiro em evitar os depósitos compulsórios exigidos pelo BC. Dessa vez as novidades foram as medidas que buscam cercar os mercados alternativos de aplicação de recursos das instituições financeiras, como as notas promissórias (<commercial papers>) e a limitação do crescimento dos estoques de títulos privados em poder do sistema financeiro. (CE, v. 49, 06-95, p. 10, c. 1)

Nota Empréstimo do inglês

commodity sf

Produto primário, de grande importância econômica no comércio internacional, cujo preço é estabelecido pelas cotações dos principais mercados internacionais.

Nesse último caso, o crescimento se deveu tanto ao ativismo exportador da época como à combinação de alta dos preços das <commodities> e elevada inflação externa, situação que não se espera que se repita. (FSP, 12-10-97, p. 2.2, c. 6)

Nota Sintagma expandido: **commodity agrícola**.
Empréstimo do inglês

Cf. **comércio internacional, fundo de commodities, mercado internacional**

companhia de capital aberto sf

Var. **companhia aberta**

Companhia que tem seus títulos negociados no mercado acionário após registro na Comissão de Valores Mobiliários.

<Companhia de capital aberto> é aquela cujos valores mobiliários são objeto de colocação e negociação pública junto ao mercado de capitais, após registro na CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Entre os principais títulos, temos as ações, admitidas para negociação nas Bolsas de Valores, e as debêntures, no mercado de balcão.

É dever do acionista majoritário de uma companhia aberta, seja uma empresa controlada por capitais privados ou de economia mista, atender às normas legais quanto à publicação de demonstrativos financeiros e ao encaminhamento para a CVM e as Bolsas das informações que possam interferir na formação do preço do papel no mercado. Ele deve ainda ter como prática uma saudável política de distribuição de dividendos e a realização de reuniões periódicas com os analistas, ou seja, uma boa política de "disclosure". (FSP, 15-10-97, p. 2.2, c. 3)

A necessidade de incremento da captação de recursos não-exigíveis por parte das empresas e de maior estabilidade dos preços no mercado secundário de ações levou diferentes governos a estimularem a criação de investidores institucionais, bem como a estabelecer a obrigatoriedade de aplicações de parte de suas carteiras em ações e debêntures de <companhias abertas>. (CE, v. 48, 02-94, p. 31, c. 1)

Cf. **Comissão de Valores Mobiliários, mercado acionário**

compensação sf

Processo de ajuste de contas entre indivíduos ou empresas por meio da apuração e do acerto das diferenças entre créditos e débitos.

E, a essa altura, o governo já deve ter percebido o erro que cometeu ao garantir a <compensação> dos salários pelo IPC-r nas próximas datas-bases. A inflação inercial não foi o resultado das correções livremente contratadas pelos agentes econômicos privados, mas da indexação compulsória, que ainda não foi abolida por completa. (Ex, 14-09-94, p. 11, c. 2)

Nota Neologismo semântico

competição monopolística sf

Situação em que duas ou mais empresas que produzem bens ou serviços bastante semelhantes, porém não substituíveis uns pelos outros, mantêm certo grau de controle sobre os preços desses produtos.

Por outro lado, atividades com traços de <competição monopolística> tais como serviços médicos, bares e restaurantes, oficinas e outros como transporte público, cujos preços são fixados fora da esfera federal, podem perfeitamente conduzir seus preços segundo trajetórias ascendentes. Essas atividades são pouco sensíveis a acréscimos na taxa de juros ou a variações no câmbio. Nessas circunstâncias, é possível que desfaçam-se temporariamente as semelhanças entre IPC e IPA, que não contêm serviços em matéria de dispersão de preços relativos. (CE, v. 48, 09-94, p. 12, c. 3)

comprado sm

Investidor que se dispõe a comprar um ativo por determinado preço no futuro.

O volume de negócios cresceu e as perspectivas eleitorais e mesmo econômicas trazem alento aos pregões. De qualquer forma, a reação da Bolsa neste momento deve ser vista com cautela porque no dia 15 há vencimento de opções e no dia 17, do índice futuro em São Paulo. Não há tendência definida. <"Comprados"> (investidores que apostam na alta) e "vendidos" (na baixa) travam uma batalha que tem influência direta sobre os preços das ações mais negociadas. (FSP, 07-08-94, p. 2.10, c. 5)

Cf. **mercado de opções, mercado futuro, vendido**

comunicação de dispensa sf

Documento que informa o empregado sobre seu desligamento da empresa em que estava trabalhando.

A empresa que demitiu deve entregar-lhe ainda o formulário Requerimento do Seguro-Desemprego *e <Comunicação de Dispensa>. (...) Pre-*

cisa levar os seguintes documentos: <Comunicação de Dispensa>, Carteira de Trabalho, cartão PIS/Pasep, Rescisão Contratual quitada e Carteira de Identidade. (FSP, 15-10-95, p. 2.9, c. 5)

concentração de renda sf

Processo pelo qual a renda, proveniente de lucro, de salário e de outros rendimentos, converge para uma mesma região, empresa ou grupo restrito de pessoas.

Para agravar, a fase atual de liberalização do comércio mundial e aplicação intensiva de tecnologias informatizadas levam a um forte crescimento do comércio, mas criam poucos empregos, reforçando a tendência de <concentração de renda>. (FSP, 02-02-97, p. 2.4, c. 3)

Cf. **distribuição de renda**

Consolidação das Leis do Trabalho sf

Sigla **CLT**

Conjunto de normas legais que regem as relações entre empregadores e empregados no Brasil.

Segundo ele o banco demitiu este ano 13 funcionários por dívidas. "Em todos os casos, os funcionários já haviam apresentado anteriormente problemas financeiros". O artigo 508 da <CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)>, diz Camargo, permite a demissão de bancários com dívidas. (FSP, 25-06-95, p .2.7, c. 4)

conta bloqueada sf

Conta corrente cuja movimentação é impedida durante um período determinado.

Pitta admite movimentar <conta bloqueada> (FSP, 06-12-97, p. 1.10, tít.)

O prefeito de São Paulo, Celso Pitta (PPB), admitiu ontem que movimenta conta bancária bloqueada judicialmente em 25 de junho. (FSP, 06-12-97, p. 1.10, c. 1)

conta remunerada sf

Conta corrente na qual o dinheiro recebe correção monetária e mantém-se disponível para movimentação ou saque.

Outra opção de investimento com liquidez diária "recriado" recentemente foi a <conta remunerada>. Trata-se de um fundão vinculado à conta corrente, com a diferença de que a aplicação é feita diretamente pelo banco, sem que você faça a transferência. (FSP, 24-10-93, p. 2.10, c. 3)

conta-fantasma sf

Conta corrente, registrada em nome de pessoa inexistente ou já falecida, utilizada para movimentar recursos obtidos ilegalmente.

As portas vão sendo fechadas, mas sempre se encontra um jeitinho. Acabou o fundo ao portador e procura-se criar um cerco às <contas fantasmas>. A válvula de escape encontrada para abrigar a movimentação do caixa 2, agora, é a conta laranja. O esquema é simples e descarado. O empresário empresta o CIC e o RG de um funcionário e abre uma conta corrente com os dados. A assinatura é feita pelo empresário mesmo. Tenta-se num banco, não dá certo. Mas uma hora passa. Da mesma forma, continuam sendo utilizadas contas de pessoas que já morreram. (FSP, 30-01-94, p. 2.10, c. 3)

conta-laranja sf

Conta corrente ilegal, aberta por um agente com o nome e os documentos de empregado ou outra pessoa, utilizada para movimentar um caixa dois.

Mas toda vez que se fala em PC Farias, Collor, Castor de Andrade, anões do Orçamento, tem dólar metido no meio realmente. Isso cria uma psicose de país subdesenvolvido que não conhece liberdade cambial. (...)

Não sou contador do Castor, mas pelo visto a grande massa de recursos permaneceu no Brasil, em imóveis, CDBs e poupança. Apareceu transferência de US$ 497 mil do Castor para a Suíça. Será que a rede

de jogo do bicho do Rio rendeu US$ 497 mil? Será que não tem um pouquinho mais de dinheiro que isso depositado na rede bancária, em cruzeiros? Tem e estão naquilo que eu chamo de contas agrícolas, ou seja, nas <contas "laranja">. Tem é que acabar com esse preconceito de câmbio bandido. (FSP, 24-04-94, p. 2.5, c. 3 e 4)

Cf. **laranja**

contas externas sf

Sistema de contas que registra as transações econômicas dos residentes de um país com o exterior.

A necessidade de controlar as <contas externas> deve limitar ainda por algum tempo a capacidade de crescimento do país, avalia Boris Tabacof, diretor da Fiesp. (FSP, 01-10-97, p. 2.1, c. 1)

Cf. **balanço de pagamentos, transação econômica**

contrato de gaveta sm

Contrato de compra e venda de imóvel, já financiado pelo Sistema Financeiro da Habitação, em que o novo comprador não transfere o contrato original de financiamento para o seu nome.

Quem comprou um imóvel financiado pelo SFH (Sistema Financeiro da Habitação) e não transferiu o empréstimo para seu nome – o chamado <"contrato de gaveta"> –, nem registrou a escritura definitiva, deve tomar alguns cuidados para não correr riscos de perder o bem, principalmente após o término do financiamento. (FSP, 03-10-93, p. 2.10, c. 1)

Cf. **Sistema Financeiro da Habitação**

contrato de gestão sm

Contrato, estabelecido entre uma empresa estatal e o governo, em que as partes assumem compromissos importantes para a obtenção de resultados comuns.

As experiências internacionais têm demonstrado ser o <contrato de gestão> um instrumento adequado à melhoria do desempenho das

empresas estatais, desde que, como pressuposto, haja o cumprimento dos compromissos fundamentais assumidos pelas partes. Encerrado o processo da Petrobrás, espera-se uma maior agilidade nas negociações entre o Governo e as próximas empresas que deverão assinar contratos desta natureza como Telebrás, BNDES e ECT. (CE, v. 48, 03-94, p. 12, c. 3)

Cf. **empresa estatal**

contrato de locação sm

Contrato bilateral em que as partes convencionam as condições para o aluguel de um imóvel.

A MP 542 fixou regras para a conversão do aluguel ao real, mas não anulou a lei 8.245, que rege os <contratos de locação>. (FSP, 31-07-94, p. 2.9, c. 4)

Nota Sintagma expandido: **contrato de locação residencial**

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social sf

Acrôn. **Cofins**

Contribuição social, calculada sobre o faturamento mensal das empresas, que objetiva prover recursos para a Seguridade Social.

Membros da equipe econômica recentemente se pronunciaram a respeito da necessidade da redução do peso dos tributos sobre as exportações. Afirmaram que o Governo Federal, por meio de medidas restritivas à incidência do Programa de Integração Social (PIS) e da <Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins)>, já teria dado a sua quota de sacrifício para a redução do ônus tributário nas exportações. (CE, v. 49, 01-95, p. 16, c. 1)

Nota <Cofins> substitui o **Fundo de Investimento Social (Finsocial).**

Na primeira fase, as principais medidas adotadas dizem respeito às alterações no imposto de renda, dentre elas a redução dos abatimentos, a aplicação da indexação generalizada e a elevação da alíquota do adicional sobre o lucro, esta última tendo em vista o interesse de tributar mais fortemente as grandes empresas e as instituições financeiras. Ou-

tra medida importante foi a criação do <fundo de investimento social (Finsocial)>, com o objetivo de captar recursos para investimento, de caráter assistencial. O novo tributo taxou a receita bruta das empresas que realizam vendas de mercadorias, das instituições financeiras e das sociedades seguradoras. (CE, v. 48, 09- 94, p. 31, c. 2)

Cf. **Seguridade Social**

contribuição patronal sf

Contribuição paga pelas empresas à Previdência Social e calculada sobre os salários dos trabalhadores.

Foi mencionado aqui que a redução dos custos de trabalho e o novo sistema orçamentário em andamento seriam duas reformas-chave em 1994. Há um denominador comum entre elas, que é o fato de ser requerido um grande esforço fiscal para financiar essas transformações: para compensar as <contribuições patronais> mais reduzidas, no primeiro caso, e os desvios (para administradoras de fundos de pensão) de <contribuições patronais>, no segundo caso. (CE, v. 48, 03-94, p. 60, c. 2)

contribuição previdenciária sf

Contribuição paga por empregados e empregadores à Previdência Social e calculada sobre os salários dos trabalhadores.

<Contribuições previdenciárias> sobre o 13° devem ser recolhidas até 20 de dezembro.

No dia 13 de dezembro terá início o pagamento do abono de um salário mínimo aos participantes do PIS-Pasep que ganharam até dois mínimos no ano passado. Começa também o pagamento dos rendimentos. (FSP, 28-11-95, p. 2.9, c. 4)

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira sf

Sigla **CPMF**

Contribuição social, em vigor desde 23-01-97, que taxa em 0,20% os valores que transitam pelo sistema financeiro com o objetivo de arrecadar verbas para o setor da saúde.

Os investidores precisam ficar atentos neste final de ano. Antes de qualquer aplicação ou transferência, devem olhar no calendário a data de vencimento.
O motivo é a entrada em vigor, no dia 23 de janeiro, da <CPMF (Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira)>, que vai taxar em 0,20 % os valores que passarem pela conta corrente bancária. (FSP, 01-12-96, p. 2.6, c. 2)
O Senado aprovou ontem o projeto de lei que prorroga por mais 11 meses a cobrança da <CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira)> – o chamado "imposto sobre o cheque". A votação foi simbólica (sem registro nominal dos votos). O projeto agora vai à sanção presidencial. (FSP, 10-12-97, p. 1.5, c. 4)

Nota A <CPMF> teve um antecessor, o **IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira)**, que vigorou de 26-08-93 a 01-01-95.

Cf. **Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira, sistema financeiro**

correção cambial sf

Modificação dos preços da moeda nacional em relação a moedas estrangeiras.
Os contratos com vencimento em novembro, por exemplo, fecharam com queda de 0,03%, projetando <correção cambial> de 0,88% para outubro. Para setembro, essa taxa ficou em 0,58%. (FSP, 24-09-97, p. 2.8, c. 2)

Sin. **ajuste cambial**

Cf. **desvalorização cambial, valorização cambial**

crash sm

Queda na cotação das ações negociadas nas bolsas de valores de um país.
(...) na memória recente de Wall Street está cravado o dia 19 de outubro de 1987, quando os investidores tiveram um prejuízo estimado na ocasião em US$ 600 bilhões.

Esse dia, uma segunda-feira, entrou para a história do mercado como o <"crash"> (queda brusca). (FSP, 02-02-97, p. 2.5, c. 6)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **crash global, mercado acionário**

crash global sm

Queda na cotação das ações, negociadas nas bolsas de valores de um bloco econômico, que influencia negativamente o mercado acionário de vários países.

A iniciativa – que lembra o Proer, o programa que ajudou a contornar a crise bancária no Brasil – fez com que a Bolsa de Tóquio desse salto de quase 8%, interrompendo tendência de queda que se verificava com mais intensidade desde 23 de outubro, quando um colapso da Bolsa de Hong Kong deu início ao <crash global>. (FSP, 18-11-97, p. 2.1, c. 5)

O que aconteceu após o <crash global> das Bolsas foi uma redução do dinheiro disponível no mundo. Isso torna muito menor a disposição dos investidores de especular nas economias emergentes. (FSP, 23-11-97, p. 2.15, c. 6)

Cf. **bloco econômico, crash, mercado acionário**

crédito ao consumidor sm

Operação pela qual uma instituição financeira ou um vendedor financia a compra de um produto para o consumidor.

Em comparação com as condições vigentes há dois meses, a situação atual do <crédito ao consumidor> diminuiu sua participação nas vendas realizadas pelos micro e pequenos comerciantes (saldo com 13% em fins de dezembro de 1993, contra 16% em fins de outubro de 1993): o elevado custo do crédito direto acarretou declínio da fatia correspondente a vendas a prazo.

Dentre os ramos que sofreram repercussões creditícias menos favoráveis sobre os negócios, destacam-se: utilidades domésticas, vestuários e calçado, autopeças e acessórios. (CE, v. 48, 03-94, p. 45, c. 3)

Cf. **instituição financeira, operação financeira**

crédito automático sm

Operação financeira pela qual o banco cobre o saldo negativo do cliente, até o limite de seu cheque especial, mediante o pagamento de juros.

Para isso, o banco está focando as pequenas e médias empresas, responsáveis por 70% do crédito concedido no semestre passado. Um novo produto foi lançado para esse tipo de cliente: um cheque empresarial, com <crédito automático> de até 100.000 reais. Além disso, todos os cheques do banco foram transformados em especiais. (Ex, 14-09-94, p. 90, c. 3)

Cf. **operação financeira, saldo negativo**

crédito bancário sm

Crédito concedido por uma instituição bancária a indivíduos ou entidades que se comprometem a restituir a soma emprestada com o acréscimo de juros.

Recurso ao <crédito bancário> – Apenas 13% das MPE recorreram ao <crédito bancário> no bimestre em pauta, sendo que 26% delas sentiram maior dificuldade para a obtenção de recursos (elevação da taxa de juros). (CE, v. 48, 03-94, p. 45, c. 3)

crédito de comercialização sm

Crédito destinado a empresas, com prazo de devolução, que objetiva a formação de capital de giro.

Segundo dados do Banco Central, o saldo médio anual do crédito total estendido pelo sistema financeiro à agricultura cresceu 24%, em dólar não-defasado (corrigido pelo IGP-DI a partir do Plano Real), entre 1993 e 1994 – de US$ 14 bilhões para US$ 17,1 bilhões. O <crédito de comercialização>, motivo maior das queixas recentes, cresceu 27,3% – de US$ 3,1 bilhões para US$ 4 bilhões. E mais incrível ainda, o crédito de investimento teve uma expansão de 36,2% – de US$ 3,7 bilhões para US$ 5 bilhões. (CE, v. 49, 07-95, p. 54, c. 1)*

Cf. **crédito de investimento**

crédito de investimento sm

Crédito a longo prazo destinado ao desenvolvimento de empresas.
Segundo dados do Banco Central, o saldo médio anual do crédito total estendido pelo sistema financeiro à agricultura cresceu 24%, em dólar não-defasado (corrigido pelo IGP-DI a partir do Plano Real), entre 1993 e 1994 – de US$ 14 bilhões para US$ 17,1 bilhões. O crédito de comercialização, motivo maior das queixas recentes, cresceu 27,3% – de US$ 3,1 bilhões para US$ 4 bilhões. E mais incrível ainda, o <crédito de investimento> teve uma expansão de 36,2% – de US$ 3,7 bilhões para US$ 5 bilhões. (CE, v. 49, 07-95, p. 54, c. 1)*

Cf. **crédito de comercialização, longo prazo**

crédito direto ao consumidor sm

Sigla **CDC**

Operação financeira, estabelecida diretamente com o cliente, pela qual a empresa financia a compra de um produto.
Patinho feio do setor financeiro, o velho crediário está voltando a seduzir os banqueiros neste final de ano. Não em forma de cisne, como no conto infantil. O <CDC (crédito direto ao consumidor)>, em tempos de Real, é a nova galinha dos ovos de ouro do mercado. (FSP, 03-12-95, p. 2.6, c. 3)

Cf. **operação financeira**

crédito interno sm

Crédito concedido por agentes financeiros de um país a tomadores nele residentes.
Ao longo dos três primeiros meses deste ano, fatores técnicos e psicológicos provocaram a elevação da demanda interna, que, considerada a política cambial e a rigidez de oferta no curto prazo, resultou no aumento das importações, na queda das exportações e na elevação dos preços dos produtos não-comercializáveis com o exterior (aluguéis, escolas, etc.). Em reação, o governo, acertadamente, restringiu o <crédito interno>. (FSP, 12-11-95, p. 2.2, c. 3)

Nota Sintagma expandido: **crédito interno líquido**
Cf. **agente financeiro**

crédito público sm
Operação financeira pela qual o governo toma empréstimos por meio de emissão de títulos públicos ou de contratos de empréstimo ou de financiamento.
Na situação brasileira atual a terapia keynesiana não se aplica por duas razões. Em primeiro lugar porque parte substancial do déficit público tem sido financiado emitindo-se moeda, que gera inflação. Em segundo lugar, porque o financiamento por títulos públicos é feito a taxas de juros bastante elevadas, em virtude da falta de confiança no <crédito público>. (FSP, 13-02-94, p. 2.2, c. 3)
Cf. **operação financeira, título público**

crédito rural sm
Crédito concedido por bancos a agricultores, para a compra de insumos e implementos agrícolas, com o objetivo de promover o desenvolvimento do setor agrícola.
Para elevar o montante de recursos à disposição dos agricultores, o governo aumentou, em agosto, de 6% para 17% o percentual das exigibilidades bancárias.
As exigibilidades bancárias são a parcela dos depósitos à vista aplicada obrigatoriamente no <crédito rural>. (FSP, 03-09-95, p. 2.6, c. 3)
Cf. **setor agrícola**

crescimento econômico sm
Crescimento do volume de bens e serviços, produzidos em um país, medido pela evolução do Produto Interno Bruto.
A produção industrial brasileira cresceu menos que a economia do país em 95 e 96, os dois primeiros anos completos de vida do real. O setor de serviços foi o principal motor do <crescimento econômico>. (FSP, 19-01-97, p. 2.6, c. 1)
Cf. **Produto Interno Bruto**

crime de colarinho branco sm

Contravenção de caráter político-financeiro cometida, geralmente, por profissionais das áreas política, administrativa ou financeira.

Mais da metade dos executivos franceses consultados acreditam que a França deveria lançar uma investigação sobre <crimes de colarinho branco>, ao estilo italiano. (FSP, 11-09-94, p. 2.2, c.1)

crise cambial sf

Situação de um país que pode levá-lo à perda rápida de suas reservas cambiais.

Teme-se que, em eventuais momentos de insegurança ou estabilidade, esses investidores retirem suas aplicações do país, provocando a ameaça de uma crise de escassez de dólares – em economês, uma <crise cambial>.

Foi o que aconteceu no México, no final de 94. Aquele país, como o Brasil, também controlou sua inflação sobrevalorizando sua moeda em relação ao dólar, prejudicando as exportações. (FSP, 20-09-97, p. 2.6, c. 4)

Cf. **reservas cambiais**

crise financeira sf

Situação que reflete um desequilíbrio entre a receita e a despesa de uma entidade.

Quando assumi a Secretaria de Energia de São Paulo, tinha duas certezas. A primeira, de que a moralização da administração das energéticas era uma condição necessária, mas não suficiente. E a segunda, de que o modelo de intervenção estatal na infra-estrutura estava esgotado e que, somente com o redesenho das funções do Estado e a abertura à participação de capitais privados, o setor energético poderia superar a grave <crise financeira> enfrentada há mais de uma década. (FSP, 22-10-95, p. 2.2, c. 3)

crowding out sm

Situação em que o investimento privado é reduzido em conseqüência da implementação de medidas econômicas por parte do governo.

Enquanto o Estado permanecer intervindo nos mercados, isso inibirá o setor privado. O Estado acaba criando um verdadeiro <crowding out> do investimento privado no setor de comercialização. (CE, v. 48, 09-94, p. 38, c. 3)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **setor privado, setor público**

cruzado novo sm

Moeda legal brasileira vigente de janeiro de 1989 a março de 1990 e extinta com a reintrodução do cruzeiro.

Desde Barbosa, circula hoje no país a oitava moeda (houve real, cruzeiro, cruzeiro novo, cruzeiro, cruzado, <cruzado novo>, cruzeiro e real), e entre 86 e 94 foram seis planos econômicos, com mais um número pelo menos igual de pacotes e ajustes de rota. (FSP, 11-11-97, p. 2.18, c. 1)

Nota Assim, no início de 1989 a administração Sarney tentou, novamente, lidar com a inflação através de um programa especial chamado "Plano Verão", cujas principais medidas consistiam de: (1) um novo congelamento de preços e salários; (2) eliminação da indexação, exceto para depósitos de poupança; (3) introdução de uma nova moeda, o <"Cruzado Novo">, equivalente a 1.000 cruzados; (4) uma tentativa de restringir a expansão monetária e de crédito (aumentando as exigências de reservas a 80%; redução do prazo de empréstimos ao consumidor de 36 para 12 meses); suspensão de operações de conversão da dívida em capital de giro; e (5) uma desvalorização cambial de 17,73%. (Baer, 1995, p. 195-6)

Cf. **Plano Verão**

cruzeiro real sm

Moeda legal brasileira vigente de agosto de 1993 a julho de 1994 e extinta com a introdução do real.

O <cruzeiro real>, criado em agosto de 1993, foi substituído pela URV, uma moeda indexada legal, que corre atrás da inflação passada, com mais de 15 dias de defasagem e tem pela frente as expectativas do mercado financeiro que, este sim, corrige dia-a-dia os seus contratos. Esta situação provoca altíssimo grau de incerteza e uma aceleração inflacionária que continua levando às nuvens as taxas de juros. (FSP, 27-03-94, p. 2.5, c. 3)

Cf. **Plano Real, real**

currency board sm

Autoridade monetária que permite a emissão de moeda para circulação local.

A proposta de adoção de um <"currency board"> (ou comissão da moeda) tem circulado com intensidade no Brasil como algo que ajudaria a reduzir a inflação.

O <currency board> é uma autoridade monetária simples. Ele emite uma moeda sob sua chancela, para circulação local, contra o recebimento de dólares ou outra moeda escolhida como âncora. Uma vez emitida uma certa quantia inicial desta moeda, contra o estoque de divisas que dá o primeiro lastro às operações, as emissões futuras ficam dependentes da entrada (ou saída) de dólares. (FSP, 31-10-93, p. 2.2, c. 3)

Nota Esse sistema foi muito utilizado nas colônias inglesas da África, Ásia, Caribe e Oriente Médio até a independência, e em alguns casos de crise ou de forte instabilidade política, como aconteceu durante a guerra civil na Rússia entre 1918/21 nas regiões do norte, dominadas pelos Brancos (contra-revolucionários). Hoje existem Comitês da Moeda em Cingapura, Brunei e Hong Kong e na Estônia depois da separação da ex-União Soviética. A idéia da introdução de um <Currency Board> no Brasil vem sendo discutida pelas autoridades monetárias como um dos instrumentos para evitar a

hiperinflação e/ou dotar a moeda nacional de estabilidade. (Sandroni, 1994, p. 83-4)

Empréstimo do inglês

Cf. **autoridade monetária**

curto prazo sm

Período de tempo considerado breve em relação ao vencimento de créditos ou débitos e ao retorno de investimentos.

Empresas (...) já contam com atrasos e com a falta de pagamento dos tributos. Uma pequena diminuição da atividade econômica é esperada para o <curto prazo>. (FSP, 14-07-91, p. 3.1, c. 1)

Cf. **longo prazo, médio prazo**

custo Brasil sm

Soma dos custos de produção e dos impostos cobrados pelo governo sobre os produtos comercializados nos mercados interno e internacional.

Um dos objetivos primordiais da política econômica deve ser a redução do <"custo Brasil">, ou seja eliminar as peculiaridades da nossa economia que resultam em custos de produção mais altos, prejudicam a competitividade dos produtos brasileiros no exterior e reduzem o poder aquisitivo do consumidor interno.

Exemplos do <"custo Brasil"> na área de impostos são as obrigações acessórias tributárias, que forçam as empresas a manterem batalhões de técnicos, para atender às exigências do governo nos impostos e contribuições. Outro é a complexidade e ineficácia na desoneração tributária das exportações, que nos obriga a exportar tributos. (FSP, 03-09-95, p. 2.8, c. 5)

Cf. **custo de produção, mercado internacional, mercado interno**

custo **de produção** sm

Soma dos gastos referentes a matéria-prima, mão-de-obra empregada e outras despesas decorrentes da elaboração de um produto.

Depois de dois anos de dificuldades, com os preços caindo abaixo do <custo de produção>, a indústria de papel e celulose começa a vislumbrar alguma recuperação. (FSP, 24-05-92, p. 2.5, c. 1)

custo **financeiro** sm

Soma dos gastos referentes a juros, correções e taxas cobrados sobre empréstimos e financiamentos.

As empresas têm administrado com muito cuidado as suas necessidades financeiras de capital de giro e de investimentos permanentes, com o intuito de reduzir ao mínimo possível os empréstimos e financiamentos do sistema bancário, dado que os <custos financeiros> estão acima de seus retornos operacionais. (CE, v. 31, 05-92, p. 42, c. 1)

custo **operacional** sm

Soma dos gastos necessários à manutenção dos serviços produtivos de uma empresa privada ou estatal.

Folha – Que modelo bancário se espera, ao final das reformas?
Cavallo – Seguramente vamos ficar com um sistema bancário com menor quantidade de instituições. Mas elas estarão fortalecidas, com maior número de agências e com menores <custos operacionais>. Isso, na Argentina, é uma coisa muito importante. (FSP, 26-11-95, p. 2.6, c. 4)

Cf. **empresa estatal, empresa privada**

data-base sf

Data estabelecida para o cálculo de reajustes de valores como salários, prestações e investimentos.

Mutuários do SFH (Sistema Financeiro da Habitação) com <data-base> em outubro e novembro terão suas prestações de dezembro rea-

justadas em 31,2269% e 30,6403%, respectivamente, na hipótese de seus contratos preverem o repasse após 60 ou 30 dias. Os mutuários das demais <datas-base> não terão reajuste. (FSP, 03-12-95, p. 2.9, c. 3)

débito automático sm

Operação pela qual um banco efetua o pagamento de contas e impostos de um cliente e subtrai os valores devidos da conta desse correntista em datas prefixadas.

Jorge Higashino, diretor de Serviços Bancários da Febraban (Federação Brasileira da Associação de Bancos), diz que a tendência dos bancos é a de fazer com que os clientes deixem suas contas em <débito automático>, evitando filas.

Técnicos do Banco Central dizem que não há, na legislação brasileira, nada que obrigue os bancos a aceitar cheques de outras instituições no pagamento de contas. (FSP, 16-06-96, p. 2.14, c. 3)

defasagem cambial sf

Diferença cambial ocasionada pela inflação e calculada em relação a uma moeda estabelecida como referência.

Num extremo, uma saída seria acelerar as minidesvalorizações cambiais, de modo a ir sanando a <defasagem cambial> e manter a atual taxa de emissão de dinheiro. Contudo, tal mudança na política cambial parece inteiramente fora de cogitação pelas autoridades. Deixar a moeda crescendo a 30% ao ano tampouco parece sensato. (CE, v. 50, 10-96, p. 13, c. 1)

déficit comercial sm

Déficit resultante do valor maior de importações em relação ao de exportações.

Ao contrário: o <déficit comercial> (importações menos exportações) tende a US$ 4 bilhões este ano. E a necessidade de financiamento externo para cobrir o buraco na conta corrente (a soma de todas as transações com o exterior) chegará a US$ 9 bilhões ou cerca de 3% do PIB

*(Produto Interno Bruto, soma das riquezas produzidas por **um** país). (FSP, 28-11-97, p. 2.11, c. 6)*

Sin. **déficit da balança comercial**

Cf. **saldo comercial, superávit comercial**

déficit da balança comercial sm

Ver **déficit comercial**

*A agricultura, mesmo castigada, teve um papel relevante. Basta lembrar que o <déficit da balança comercial> de mais de US$ 5 bilhões em 1996 poderia ser mais acentuado caso não houvesse o **superávit** de US$ 10 bilhões proporcionado pelas exportações dos produtos agrícolas. (FSP, 02-02-97, p. 2.2, c. 3)*

déficit em transações correntes sm

Déficit resultante do valor maior de mercadorias, serviços e transferências unilaterais oriundos do exterior em relação ao valor dos mesmos itens que saem de um país.

O <déficit em transações correntes> é um balanço das receitas e despesas do Brasil em negócios com os demais países. (FSP, 15-11-97, p. 2.3, c. 2)

Cf. **contas externas, déficit externo**

déficit externo sm

Déficit resultante do valor maior de mercadorias, serviços, transferências unilaterais e movimentação de capital oriundos do exterior em relação ao valor dos mesmos itens que saem de um país.

(...) haveria um crescimento de 25% no <déficit externo> em relação a 96, quando os US$ 24,347 bilhões registrados já ultrapassavam os limites desejados pela equipe econômica.

Esse déficit é medido pelo critério chamado transações correntes, que soma a balança comercial (exportações menos importações), a conta de

serviços (pagamento de juros, remessa de lucros e dividendos e outros) e as transferências de dinheiro de país para país. (FSP, 23-03-97, p. 2.4, c. 3)

Cf. **contas externas, déficit em transações correntes**

déficit fiscal sm

Déficit resultante do valor maior das despesas públicas em relação ao total da arrecadação de tributos pelo governo.

É o que preocupa Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central. Para ele, a política atual do governo vai acabar aumentando o endividamento público e ampliando o <déficit fiscal> (arrecadação de impostos menos despesas). (FSP, 27-08-95, p. 2.1, c. 4)

Cf. **gasto público**

déficit habitacional sm

Déficit resultante da oferta menor de imóveis para locação ou venda em relação à procura.

Como a construção civil para fins residenciais está também passando por momentos de incerteza e o <déficit habitacional> é bastante significativo, uma legislação muito protecionista ao inquilino poderá, num segundo momento, prejudicá-lo severamente, pela própria escassez de imóveis para locação. (CE, v. 48, 09-94, p. 5, c. 4)

déficit nominal sm

Déficit da soma das despesas correntes, de investimento e de juros e da correção monetária e cambial da dívida, descontadas as receitas correntes.

Para responder a essas questões, vamos considerar as duas principais definições criadas para uma economia com inflação, os conceitos de <déficit nominal> e operacional. Em seguida, usando algumas hipóteses simplificadoras, vamos desenvolver as expressões que permitirão verifi-

car como se inter-relacionam e de que variáveis dependem.
Esses conceitos podem ser definidos, então, da seguinte forma:
1.<Déficit nominal> = despesas correntes e de investimento + despesas de juros + correção monetária e cambial da dívida – receitas correntes. (CE, v. 48, 09-94, p. 20, c. 1)

déficit operacional sm

Déficit resultante do valor maior das despesas correntes, de investimentos e de juros em relação às receitas correntes.

Para responder a essas questões, vamos considerar as duas principais definições criadas para uma economia com inflação, os conceitos de <déficit> nominal e <operacional>. Em seguida, usando algumas hipóteses simplificadoras, vamos desenvolver as expressões que permitirão verificar como se inter-relacionam e de que variáveis dependem.
Esses conceitos podem ser definidos, então, da seguinte forma:
(...) 2. <Déficit Operacional> = despesas correntes e de investimento + despesas de juros – receitas correntes. (CE, v. 48, 09-94, p. 20, c. 1)

déficit público sm

Déficit resultante do excesso de gastos públicos em relação aos recursos arrecadados pelo governo.

Essa definição também é importante para outro indicador examinado com lupa na hora de avaliar a solidez de um país: o <déficit público>, ou seja, quanto o governo gasta acima de sua receita, tomando dinheiro emprestado. (FSP, 01-11-97, p. 2.5, c. 2)

Nota Sintagma expandido: **déficit público nominal**
Cf. **gasto público**

demanda agregada sf

Soma anual dos investimentos, das exportações líquidas e das despesas de consumo da população e do governo em um país.

A inflação diminuiu, a <demanda agregada> foi posta sob controle

e as reservas internacionais foram mais do que recompostas, alcançando US$ 50 bilhões no fim de 1995. (CE, v. 50, 01-96, p. 5, c. 2)

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos sm

Acrôn. **Dieese**

Instituição, mantida por sindicatos, que realiza pesquisas para a obtenção de dados atualizados sobre assuntos de interesse do trabalhador.

Pesquisa divulgada ontem pelo <Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos> mostra que em setembro, na média de 16 capitais, o trabalhador comprometeu 70,78% do salário mínimo líquido (R$ 110,40, após o desconto de 8% para o INSS) só para comprar a cesta. (FSP, 07-10-97, p. 2.7, c. 1)

depósito a prazo sm

Depósito bancário, com movimentação restrita, que rende juros para o correntista.

A preocupação maior é mesmo com a possibilidade de uma expansão súbita do consumo. Por isso, o governo resolveu adotar medidas para arrochar o crédito. A principal foi a elevação, de 30% dos depósitos compulsórios dos bancos sobre o saldo de haveres financeiros como a poupança e os <depósitos a prazo>. (Ex, 14-09-96, p. 36, c. 3)

Cf. **depósito à vista, depósito bancário**

depósito à vista sm

Depósito bancário, com captação imediata e sem rendimento ao correntista, que lhe possibilita livre movimentação do dinheiro.

Seguro limitado a US$ 100 mil por pessoa nos EUA se aplica ao total que o cliente possui em <depósito à vista> ("demand deposit account"), conta remunerada ("money market account"), poupança ("savings

account") e depósitos a prazo ("time deposit", espécie de CDB). (FSP, 03-12-95, p. 2.4, c. 3)

Cf. **depósito a prazo, depósito bancário**

depósito bancário sm

Soma em dinheiro colocada sob a guarda de uma instituição bancária.

O prazo para o pagamento termina sexta-feira, dia 25, para quem faz <depósito bancário> – quem paga em dinheiro tem até sábado, dia 30. A multa pelo não-pagamento é de R$ 141,55 por empregado prejudicado. (FSP, 24-11-96, p. 2.4, c. 1)

depósito compulsório sm

Depósito, efetuado no Banco Central, de um percentual das somas em dinheiro guardadas nos bancos comerciais.

Nossa preferência, nesse particular, é por uma política monetária ativa (não permissiva), baseada no controle dos agregados monetários (digamos, M4), através de <depósitos compulsórios> sobre os diferentes tipos de depósitos (ou de contingenciamento de crédito). (FSP, 22-05-94, p. 2.2, c. 3)

Nota Sintagma expandido: **depósito compulsório não-remunerado**

Sin. **recolhimento compulsório**

Cf. **Banco Central, banco comercial**

Depósito Especial Remunerado sm

Sigla **DER**

Aplicação em que foram transformados os cruzados novos bloqueados por ocasião da implantação do Plano Collor I.

O <DER (Depósito Especial Remunerado)>, ainda uma herança do Plano Collor 1, está com juros de 6% ao ano desde a última segunda-feira.

Esta aplicação especial que recebeu de volta os cruzados novos bloqueados começou com juros de 8% ao ano, em agosto de 91. Depois, foram caindo meio ponto percentual de seis em seis meses, até chegar aos atuais 6% ao ano.
Não é exatamente o juro da poupança livre, porque esta tem 0,5% ao mês, acumulando 6,17% ao ano. O juro do <DER> é calculado por 365 dias corridos. Assim, chega a no máximo 0,4961% em mês de 31 dias. (FSP, 21-08-94, p. 2.8, c. 5)

Cf. **aplicação financeira, cruzado novo, Plano Collor I**

depósito judicial sm

Soma em dinheiro depositada por uma empresa, por ordem do poder judiciário, nos casos em que o pagamento de um tributo é questionado.
<Depósito judicial>: são os valores depositados por empresas, aos cuidados da Justiça, quando questionam a exigência de algum tributo ou contribuição. A conversão ocorre quando a Justiça decide, em última instância, que o contribuinte não tem razão, ou seja, o tributo é devido à União.
O Imposto de Renda das empresas foi, no ano passado, o tributo que mais retorno trouxe à União em São Paulo. (FSP, 16-03-97, p. 2.3, c. 3)

derivativo sm

Aplicação derivada de ativos como ações, moedas e commodities, que objetiva proteger o investidor de problemas financeiros futuros.
Conectados a supercomputadores pilotados por especialistas fanáticos pela análise quantitativa, os mercados mundiais ganharam uma volatilidade imprevista na última década. Eles se sofisticaram em alto grau, criaram novas modalidades de aplicações – os famosos <"derivativos">, assim chamados porque derivam de outros ativos, como ações, moedas ou commodities – e tornaram real a chance de que catás-

trofes financeiras localizadas possam se espalhar por várias regiões do globo. (FSP, 17-04-94, p. 2.12, c. 1)
Os professores norte-americanos Robert C. Merton, da Universidade de Harvard, e Myron S. Scholes, da Universidade de Stanford, receberam o Prêmio Nobel de Economia de 1997 pelo desenvolvimento de um novo método de avaliação das operações comerciais nos mercados futuros, os chamados <"derivativos"> (...).
Segundo o informe divulgado ontem pela Academia Sueca, a nova metodologia abriu caminho para "avaliações econômicas em muitas áreas, propiciou novos tipos de instrumentos financeiros e uma administração mais eficaz dos riscos da sociedade".
Os <derivativos> são instrumentos financeiros cujo valor é "derivado" do valor de um ativo, como ações ou taxa de câmbio. Usando <derivativos> é possível criar mecanismos de antecipação de pagamentos ou rendimentos futuros.
Pode-se também delimitar a extensão de riscos envolvidos na variação de preços de um ativo ou mesmo de uma moeda. Esses mecanismos estão associados a contratos de opções: o titular tem o direito de comprar ou vender um ativo de acordo com uma avaliação definida antecipadamente. (FSP, 15-10-97, p. 2.7, c.3)

Cf. **aplicação financeira, commodity**

desaceleração econômica sf

Processo pelo qual ocorre a diminuição da oferta de emprego, da produção e da demanda por produtos nacionais.

A receita operacional das empresas do setor também melhorou depois das privatizações, embora a um ritmo menos brilhante. Em 1990-91, foi de 14,6 bilhões, a preços de maio de 1996; entre 1992-96 subiu para R$ 17,6 bilhões. Entretanto, caiu para projetados R$ 11,9 bilhões em 1995-96, certamente em função da grave <desaceleração econômica> imposta recentemente pelo governo para garantir a estabilidade monetária. Assim, quando se compara o faturamento do setor nos períodos 1988-91 e 1992-96, observa-se uma retração de 19,5%. (CE, v. 50, 10-96, p. 28, c. 2)

desaquecimento sm

Processo pelo qual ocorre a retração da demanda agregada da economia de um país.

O segundo fator – do nosso ponto de vista, um dos principais determinantes da reversão do saldo – está no <desaquecimento> do ritmo de crescimento da economia. (CE, v. 50, 01-96, p. 19, c. 1)

Nota Neologismo semântico

Cf. **demanda agregada**

desenvolvimento econômico sm

Processo pelo qual ocorre o aumento do Produto Interno Bruto e a conseqüente melhoria no padrão de vida da população em geral.

Uns imaginam que o Estado possa e deva renunciar a toda e qualquer política ativa visando o <desenvolvimento econômico>; outros imaginam que o <desenvolvimento econômico> continua a exigir que o Estado desempenhe as mesmas funções do passado.

Ambos são cegos às mudanças que novos padrões tecnológicos impuseram, nas duas últimas décadas à organização da produção, dos mercados e do Estado no mundo capitalista. (FSP, 08-05-94, p. 2.2, c. 3)

Cf. **Produto Interno Bruto**

desequilíbrio fiscal sm

Situação em que os gastos do governo superam as receitas arrecadadas por meio de tributos e de outras fontes de renda permanentes.

Na parte do diagnóstico da Exposição de Motivos de FHC ao presidente são anunciadas, com bastante coragem até, as fontes primárias do <desequilíbrio fiscal>. Os Estados e municípios gastadores, o INSS inchado pelos direitos sociais da Constituição de 1988, o sistema teórico de saúde e o desequilíbrio financeiro dos bancos estatais e das empresas públicas que carregam, no seu passivo, o rombo dos fundos sociais. (FSP, 26-12-93, p. 2.2, c. 3)

Cf. **equilíbrio fiscal, gasto público**

desindustrialização sf

Processo de desaparecimento de empresas do setor industrial, devido, principalmente, à concorrência externa.

Um dos ensaios, por Ricardo Bielschowsky e Giovanni Stumpo, trata da internalização da indústria brasileira.

Primeiro, mostra que há uma aproximação entre a indústria brasileira e os padrões dos principais parques industriais do mundo. O texto mostra ainda, em parte como decorrência dessa primeira constatação, que a abertura no Brasil não provocou <desindustrialização>. (FSP, 03-12-95, p. 2.2, c. 3)

Cf. **setor industrial**

desintermediação financeira sf

Processo pelo qual operações financeiras são realizadas fora do sistema financeiro formal.

O processo de <desintermediação financeira> (operações fora do sistema bancário) também deve ser levado em conta nesse cenário, acrescenta o economista Paulo Rabello de Castro, presidente da SR Rating. (FSP, 05-11-95, p. 2.4, c. 2)

Sin. **evasão financeira**

Cf. **intermediação financeira, operação financeira, sistema financeiro**

desmonte do Estado sm

Var. **desmonte estatal**

Operação pela qual o setor público se desincumbe de algumas atividades e encargos.

O retrato inequívoco: o chamado <desmonte do Estado>, a liberalização em nome da competitividade, a flexibilização do mercado de trabalho, a redução dos gastos sociais corresponderam, na prática, a um aprisionamento dos Estados numa ciranda financeira de proporções planetárias. (FSP, 10-12-95, p. 2.2, c. 5)

De um lado, esses dados não provam a tese de ampla redução dos gastos públicos. Ao mesmo tempo, ilustram bem como o <desmonte estatal> serviu na realidade a interesses muito precisos. Vem ocorrendo uma perversão dos modelos social-democratas, que se transformaram em máquinas de transferência de renda para os setores rentistas das sociedades. (FSP, 10-12-95, p. 2.2, c. 6)

Cf. **setor público**

desoneração tributária sf

Procedimento que permite a redução do valor do tributo incidente sobre uma transação econômica ou devido por um agente econômico.

Na mesma ocasião, será conhecido também o desconto que os empregados terão para adquirir suas ações, objeto da segunda etapa. As expectativas do mercado são de que a avaliação da CVRD fique entre R$ 9 bilhões e 10 bilhões, não sendo ainda considerado o impacto da <desoneração tributária> que eliminou a cobrança de ICMS sobre as exportações, o que provavelmente elevará o valor da empresa. (CE, v. 50, 10-96, p. 16, c. 1)

Cf. **agente econômico, transação econômica**

despesa operacional sf

Total das despesas efetivamente pagas ou comprometidas para a realização de operações necessárias ao funcionamento de uma empresa.

Perante a legislação do Imposto de Renda, são <despesas operacionais> os dispêndios efetivamente pagos ou incorridos para a realização das transações ou operações exigidas pela atividade da empresa. (FSP, 06-02-94, p. 2.2, c. 1)

Nota Sintagma expandido: **despesa operacional dedutível**

dessazonalizar v

Recalcular um indexador com o objetivo de eliminar as interferências causadas pela sazonalidade.

A inflação, pela primeira vez desde 1986, é menor no terceiro trimestre do que foi nos dois trimestres anteriores. Isso só está acontecendo porque existe um processo de reindexação em curso. Se você <dessazonalizar> os índices de inflação, desde setembro a taxa mensal não supera o 1,5% e fica menor nos meses de dezembro e janeiro. Sazonalmente ajustada, a inflação de 95 não deve superar os 20%. Podemos ter pressões localizadas. (FSP, 15-01-95, p. 2.9, c. 2)

Cf. **indexador, sazonalidade**

desvalorização cambial sf

Aumento dos preços de moedas estrangeiras em moeda nacional.

Esses fatores nos indicam a possibilidade de manutenção, em 1996, do atual nível real da taxa de câmbio, ou seja, a <desvalorização cambial> deverá igualar o diferencial entre a inflação doméstica (essencialmente, o incremento do IPA-DI) e a inflação mundial relevante (dada pelas inflações ponderadas de nossos principais parceiros comerciais). Isso implicará uma desvalorização do real frente ao dólar não superior a 17%. Tais políticas de taxas de juros e de câmbio devem ser suficientes para inibir a entrada de capitais externos especulativos e estancar o crescimento das reservas internacionais, presentemente um fator de perturbação da política monetária e de deterioração dos orçamentos públicos. (CE, v. 50, 01-96, p. 5, c. 3)

Cf. **sobrevalorização cambial, valorização cambial**

dinheiro de plástico sm

Var. **dinheiro plástico**

Cartão eletrônico, fornecido por instituições financeiras, que permite a realização de pagamentos ou o saque de moeda.

O mundo do <dinheiro de plástico> anda agitado. É só ver a avalanche de promoções que vêm sendo criadas pelas administradoras

de cartões de crédito. Para cada dólar que você gastar, ganha uma milha de vôo, promete um anúncio. (Ex, 01-03-95, p. 100, c. 1)
O brasileiro ainda usa pouco o cartão de crédito. Às vezes, por desconhecimento de como o <dinheiro plástico>, como é conhecido o cartão, permite a redução das despesas através do alongamento dos prazos de pagamento. (FSP, 22-11-92, p. 2.1, c. 1)

Sin. **cartão de crédito** (reg. em Ferreira)
Cf. **instituição financeira**

dinheiro em espécie sm

Papel ou moeda em poder da população em um país.
O comércio que trabalha com mercadorias de baixo valor – de peças do vestuário a artigos de perfumaria e mercearia – registra aumento no uso de dinheiro vivo – cédulas e moeda.
(...) "Esse fenômeno é ainda incipiente. Mas não há dúvida de que a tendência é a de aumentar o uso do <dinheiro em espécie>", afirma Marcos Gouvêa de Souza, consultor especialista em varejo.
"Já estamos percebendo que o consumidor está carregando mais notas e moedas no bolso". (FSP, 24-07-94, p. 2.3, c. 3)

distribuição de renda sf

Processo pelo qual a renda, proveniente de lucro, de salário e de outros rendimentos, é dividida entre regiões, empresas ou grupos de pessoas.
<Distribuição de renda> – É a divisão da riqueza nacional entre salários, lucros e outros rendimentos, como aluguéis, rendimentos financeiros, etc. (FSP, 18-11-90, p. B.18, c. 4)

Cf. **concentração de renda**

dívida externa sf

Dívida assumida pelos setores público e privado de um país junto a entidades supranacionais ou de outros países.

As incertezas em relação à inflação, somadas ao desfecho do acordo sobre os atrasos na <dívida externa>, seriam as razões da alta do ouro e do dólar. (FSP, 14-04-91, p. 3.11, c. 3)

Sin. **dívida pública externa** (reg. em Ferreira)

Cf. **dívida interna, endividamento externo, setor privado, setor público**

dívida interna sf

Dívida assumida pelo setor público junto a indivíduos ou empresas de um país.

A semana passada mereceu comemoração cívica. A <dívida interna> bateu nos US$ 100 bilhões. Houve crescimento de 30% em apenas quatro meses. Parte devido à acumulação de reservas cambiais. Parte devido aos juros. (FSP, 22-10-95, p. 2.3, c.1)

Sin. **dívida pública interna** (reg. em Ferreira)

Cf. **dívida externa, setor público**

dívida mobiliária sf

Dívida contraída pelo governo sob forma de títulos.

Outro fato relevante para o restabelecimento da normalização do sistema financeiro foi dado em meados do mês de setembro, com o fechamento do primeiro acordo de rolagem da <dívida mobiliária> de um governo estadual com o Banco Central. (CE, v. 50, 10-96, p. 37, c. 2)

Nota Sintagmas expandidos: **dívida mobiliária federal, dívida mobiliária interna, dívida pública mobiliária federal**

Cf. **bens móveis**

Documento de Arrecadação de Receitas Federais sm

Sigla **Darf**

Documento que comprova o recolhimento de impostos e contribuições federais.

A tabela de retenção do Imposto de Renda na fonte continua sendo expressa em cruzeiros reais. O preenchimento dos <Darfs (Documento de Arrecadação de Receitas Federais)> para recolhimento dos impostos e contribuições federais não foi alterado, ou seja, o valor a ser pago continua sendo demonstrado em cruzeiros reais, apesar da criação da URV. (FSP, 06-03-94, p. 2.2, c. 1)

Documento de Ordem de Crédito sm
Sigla **DOC**

Documento que registra a transferência de dinheiro entre contas bancárias diferentes mediante o pagamento de uma taxa.
Se o contribuinte tiver conta em outra agência do BB, não pagará nada pela transferência do dinheiro. Se pedir para o dinheiro ser transferido para outro banco, pagará apenas o <DOC (Documento de Ordem de Crédito)>. (FSP, 13-08-95, p. 2.4, c. 6)

doença do trabalho sf

Doença adquirida ou desencadeada em conseqüência de condições em que o trabalho é realizado e diretamente relacionada com ele.
Considera-se <doença do trabalho> a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relaciona diretamente. Ex.: doença cardíaca, hipertensão, etc. (FSP, 12-06-94, p. 2.2, c. 2)

Cf. **doença profissional**

doença profissional sf

Doença provocada pelo exercício de uma determinada atividade.
Considera-se <doença profissional> a produzida ou desencadeada pelo exercício de trabalho peculiar a determinada atividade. Ex.: infecções, afecções, etc. (FSP, 12-06-94, p. 2.2, c. 1)

Cf. **doença do trabalho**

dólar comercial sm

Dólar utilizado em operações comerciais de importação e exportação e em investimentos estrangeiros nas bolsas de valores.

O fluxo de dólar continua negativo no mês até o dia 13, no resultado consolidado dos segmentos comercial e flutuante. O <dólar comercial> é usado nas operações de comércio exterior (exportação e importação) e também para investimentos estrangeiros nas Bolsas de Valores. (FSP, 15-11-97, p. 2.15, c. 2)

Cf. **câmbio comercial, investimento estrangeiro**

dólar flutuante sm

Dólar, negociado por intermédio de agentes autorizados pelo Banco Central, cujo preço é determinado pelas leis da oferta e da procura.

Desde setembro do ano passado que os investidores em dólar estão acumulando prejuízos seguidos. Foi naquele mês que o governo anunciou sua intenção de unificar as taxas do <dólar flutuante> (ou dólar-turismo) às do dólar comercial. (FSP, 23-01-94, p. 2.5, c. 5)

Cf. **agente econômico, Banco Central**

dólar paralelo sm

Dólar, utilizado em operações não-oficiais, cuja comercialização é efetuada por doleiros.

Em outubro, a vedete no ranking foi o <dólar paralelo> (3,54% comparando preços de venda), mas, se o contra-ataque do governo for bem-sucedido, a cotação do "black" deve recuar. (FSP, 02-11-97, p. 2.1, c. 1)

Sin. **black**

dólar-cabo sm

Cotação do dólar utilizado em operações que envolvem transferência de moeda para o exterior.

O preço do grama do ouro subiu 0,59% na última semana. Fechou cotado a R$ 10,28 na sexta-feira no mercado à vista da BM&F, contra R$ 10,22 na sexta anterior.

O metal acompanhou mais as cotações do dólar comercial, que reagiram 0,71% na semana. Paralelo e <dólar-cabo> (para remessa ao exterior) caíram. (FSP, 26-02-95, p. 2.4, c. 2)

dólar-turismo sm

Dólar utilizado em operações legais que envolvem compra e venda de moeda estrangeira para uso em viagens internacionais.

Vale ressaltar, entretanto, que a compra de <dólar-turismo>, até os limites permitidos pelo Banco Central, não é ilegal. Mas, se você não viajar, deve revendê-los no prazo mínimo de um ano após a compra. (FSP, 09-01-93, p. 2.9, c. 6)

Cf. **câmbio-turismo, dólar flutuante**

dolarização sf

Adoção da moeda norte-americana como referência monetária nas transações de um país.

<Dolarização>: é admitir legalmente que contratos de compra e venda, ou crédito e débito, sejam firmados usando como unidade de conta a moeda norte-americana. (FSP, 14-04-91, p. 3.10, c. 5)

downsizing s

Processo pelo qual se reduz o porte de uma empresa por meio da terceirização dos serviços que não constituem a função principal dessa entidade.

É difícil fazer uma opção entre as duas perspectivas. Entretanto, na medida em que elementos da segunda perspectiva sejam eficazes para aumentar a produtividade, as respostas mais imediatas ao choque de concorrência externa baseadas na flexibilização do mercado de trabalho e redução de custos via <"downsizing"> e terceirização podem ser efeitos negativos, só que os efeitos aparecerão demoradamente, ao longo do tempo. (FSP, 29-10-95, p. 2.2, c. 6)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **terceirização**

duplicata fria sf

Duplicata ilegal, emitida sem a efetivação da venda de mercadorias.

"Através de uma lei municipal, a prefeitura se compromete a retribuir, em serviços, o valor que a empresa gastar na aquisição de um terreno para se instalar", diz o prefeito Demerval Nevoeiro Júnior (PPR). Ele vive uma situação curiosa. Quatro dias antes da eleição em 1992, Nevoeiro Júnior foi condenado a quatro anos de prisão, acusado de emitir <duplicatas frias> quando era sócio de uma firma de embalagens, em São Paulo. Mesmo assim, ganhou já no primeiro turno. (Ex, 14-09-94, p. 25, c. 2)

economia aberta sf

Sistema econômico que mantém relações com o exterior por meio de importações, exportações e fluxos de capitais.

O país está passando por um processo de transição de uma economia fechada ao exterior e centralizada no governo federal, para uma <economia aberta> e descentralizada. (CE, v. 31, 08-91, p. 257, c. 2)

Cf. **fluxo de capitais**

economia capitalista sf

Sistema econômico de mercado baseado na propriedade e iniciativa privadas.

Em grande parte, a baixa estima da economia se deve à mania de alguns economistas de exagerarem as diferenças que os separam. Há muito mais concordância sob alguns aspectos do funcionamento da <economia capitalista>, por exemplo, do que sonha o leigo. (FSP, 10-12-95, p. 2.7, c. 1)

Sin. **economia descentralizada, economia de mercado** (reg. em Ferreira)

Cf. **economia centralizada, iniciativa privada**

economia centralizada sf

Sistema econômico em que o governo é responsável pela maioria das decisões econômicas.

<Economia centralizada> – é a economia que vigora nos países socialistas, onde o Estado tem o papel decisório. É ele quem administra a produção, determinando seus meios, objetivos e prazos de concretização. (FSP, 25-08-91, p. 3.14, c. 6)

Cf. **economia capitalista, economia descentralizada**

economia descentralizada sf

Ver **economia capitalista**

<Economia descentralizada> – também chamada de economia de mercado, visa principalmente à obtenção de lucro. É formada basicamente por empresas privadas, sem orientação ou controle estatal. (FSP, 25-08-91, p. 3.14, c. 5)

economia formal sfs

Parte de um sistema econômico que respeita o pagamento de tributos e o registro de empregados e de transações.

As cifras são pouco precisas, mas, a partir da arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pode-se estimar que a massa de salários da <economia formal> vai engrossar em pelo menos R$ 7,6 bilhões neste final de ano, só por conta do 13º. (FSP, 24-11-96, p. 2.4, c.1)

Cf. **economia informal**

economia globalizada sf

Situação em que se eliminam as barreiras ao comércio e ao fluxo de capitais entre países.

O raciocínio é o seguinte: numa <economia globalizada>, os Tigres Asiáticos, com sua força de trabalho barata e flexível, estão abocanhando o mercado internacional de manufaturas com baixo conteúdo tecnoló-

gico. Logo, a única saída para o Brasil é flexibilizar o mercado de trabalho nos moldes asiáticos. (FSP, 17-04-94, p. 2.2, c. 4)

Cf. **abertura comercial, abertura econômica, comércio exterior, fluxo de capitais, globalização**

economia informal sf

Parte de um sistema econômico, constituída por pequenos grupos de produção, venda ou serviços; que não respeita o pagamento de tributos e o registro de empregados e de transações.

O caso dos vendedores ambulantes é o mais típico exemplo da <economia informal>. Grande número de desempregados tem dividido espaço atualmente com os camelôs profissionais. (FSP, 12-07-92, p. 2.1, c. 3)

Cf. **economia formal**

efeito Tanzi sm

Redução do valor real da arrecadação de tributos em conseqüência da inflação.

Há uma outra endogenia ainda mais sutil: receitas e despesas, consideradas em termos reais, são afetadas pela inflação. Pelo lado da receita, ficou conhecida pelo nome de <"efeito Tanzi"> a relação negativa entre inflação e o valor real da receita tributária. (FSP, 31-10-93, p. 2.2, c. 3)

Cf. **taxa de inflação**

efeito-cascata sm

Reprodução do mesmo evento em vários setores da Economia.

Fiesp teme que o início das demissões nas montadoras de veículos se transforme em <efeito-cascata> e agrave o desemprego em outros setores da indústria.

(...) A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) prevê um processo de "demissões em cascata" nos próximos dois meses, na

esteira do recente anúncio de cortes de mão-de-obra na indústria de veículos. (FSP, 27-08-95, p. 2.1, c. 1 e p. 2.6, c. 2)

Cf. **efeito-dominó**

efeito-dominó sm

Sucessão de eventos econômicos ocorridos em decorrência de outros.

As intervenções fizeram o BCP injetar recursos da ordem de US$ 162,5 milhões no mercado financeiro, para evitar o chamado <"efeito-dominó"> com a falência de corretoras e financeiras. (FSP, 18-06-95, p. 2.8, c. 3)

Cf. **efeito-cascata**

efeito-tequila sm

Possibilidade de reprodução, em outros países da América Latina, do fenômeno da evasão de capitais ocorrido no México no final de 1994.

O movimento traz tranqüilidade a toda a América Latina, pois temia-se que a fuga de capitais iniciada com a crise mexicana de 94 se espalhasse pela região, colocando em risco planos econômicos de diversos países, inclusive o brasileiro. Era o chamado <"efeito tequila"> que não mais assusta, segundo o "The New York Times". (FSP, 07-07-96, p. 2.3, c. 1)

elisão fiscal sf

Operação pela qual alguns contribuintes sonegam informações com o objetivo de pagar menos impostos.

O projeto contém a combinação de três atributos fundamentais: diminuição expressiva da carga tributária, com medidas específicas de estímulo ao investimento produtivo; simplificação de procedimentos que resultará em economia de custo e tempo para as empresas; e combate à sonegação e <elisão fiscais> (manobras tributárias exploradas pelos

especialistas, resultando em prejuízo para o conjunto dos contribuintes). (CE, v. 50, 01-96, p. 14, c. 3)

emprego formal sm

Emprego que oferece registro em carteira profissional ao trabalhador.

E à medida que mais e mais desempregados se tornam trabalhadores precários, mais se debilitam os sindicatos e mais se amedrontam os trabalhadores que continuam em <empregos formais>, os quais oferecem menos resistência à precarização de postos de trabalho em seu setor, e mesmo em sua empresa, contanto que ela não afete seus próprios empregos. (FSP, 10-12-95, p. 2.2, c. 6)

Sin. **trabalho assalariado formal**

Cf. **economia formal, emprego informal**

emprego informal sm

Emprego que não oferece registro em carteira profissional ao trabalhador.

O aumento da informalidade também reduz a importância da amostra da Fiesp. Embora de difícil mensuração, há estimativas de que na Grande São Paulo a informalidade total cresceu sistematicamente de 90 para cá (cerca de 25%), ao passo que o emprego formal registrou quedas consecutivas no período, encolhendo aproximadamente 12%. Com isso, o <emprego informal> já responde por quase 50% de todos os postos de trabalhos privados em São Paulo. Essas questões sugerem que os dados da Fiesp devem ser analisados com ressalvas. (FSP, 13-02-94, p. 2.5, c. 4)

Sin. **trabalho informal**

Cf. **economia informal, emprego formal**

empresa estatal sf

Var. **estatal** (reg. em Ferreira)

Empresa, pertencente ao governo federal, estadual ou municipal, que objetiva produzir bens e serviços básicos.

O desafio não era o de simplesmente bem gerir <empresas estatais>, mas sim conceber uma estratégia efetiva que, reestruturando o setor energético, fosse uma solução viável para o conflito entre a escassez de recursos públicos e a necessidade de investimentos maciços no futuro, sem comprometer a qualidade do serviço ao consumidor. (FSP, 22-10-95, p. 2.2, c. 3)

Para Fernando Exel, presidente da Economática, mais impressionante ainda é a participação das ações de <estatais> no volume negociado diariamente nas Bolsas. (FSP, 26-10-97, p. 2.11, c. 4)

Cf. **empresa privada**

empresa privada sf

Empresa, pertencente a indivíduos ou grupos, que objetiva produzir bens e serviços para a obtenção de lucro.

Olhandc-se algumas das principais instituições que compõem a sociedade brasileira, percebe-se um ritmo de modernização bastante desigual. O grupo que mais tem avançado nesta direção é o das <empresas privadas>, em resposta às políticas de competição lançadas ao início dos anos 90 (notadamente a abertura econômica), a instrumentos legais (como o Código de Defesa do Consumidor) e à crescente consciência do público de seu poder e direitos no campo da aquisição de bens e serviços. (FSP, 04-12-94, p. 2.2, c. 3)

Cf. **empresa estatal**

endividamento externo sm

Processo pelo qual um país assume débitos junto a entidades supranacionais ou de outros países.

Do ponto de vista da dívida pública, é relevante destacar o novo ciclo de <endividamento externo> e o aumento do estoque da dívida interna, mesmo com a queda da taxa de juros. (CE, v. 50, 10-96, p. 14, c. 1)

Cf. **dívida externa**

engenharia financeira sf

Estudo econômico que objetiva estruturar operações financeiras que produzam alta rentabilidade, tanto para o investidor como para a instituição que as ofereça.

A Investrade Empreendimentos e participações está lançando a primeira empresa de consultoria financeira para desenhar e estruturar operações com os novos papéis da dívida externa brasileira de acordo com a resolução 2.062 do BC.

(...) Para ele, as recentes resoluções do Banco Central possibilitam a criação de uma <engenharia financeira> de ponta que estima a criação de fundos internacionais multiparticipativos. (FSP, 29-05-94, p. 2.3, c. 1)

Cf. **operação financeira**

enxugamento sm

Política de contenção de gastos que objetiva diminuir os custos operacionais de uma empresa e aumentar sua produtividade.

Essa é, aliás, uma característica universal do investimento neste final de século, em que o novo paradigma tecnológico e organizacional preconiza flexibilidade e <"enxugamento"> de custos. No caso brasileiro, essas são exacerbadas pela substituição rápida dos fornecedores domésticos por supridores estrangeiros de equipamentos, partes e peças, componentes e matérias-primas. (FSP, 10-08-97, p. 2.7, c. 2)

Cf. **aumento da produtividade, custo operacional**

equilíbrio fiscal sm

Situação em que os gastos do governo se equiparam às receitas arrecadadas por meio de tributos e de outras fontes de renda permanentes.

Alcançar o <equilíbrio fiscal> no decorrer de 1996 é o grande desafio que as autoridades da área econômica têm pela frente. Mas o ocorrido em 1995, quando as finanças federais ficaram longe de atingir a meta de zerar o déficit operacional, indica que as perspectivas não seriam muito alentadoras. (CE, v. 50, 02-96, p. 1, c. 2)

Cf. **desequilíbrio fiscal**

equipe econômica sf

Equipe encarregada pelo poder executivo de implementar a política econômica de um país.

A <equipe econômica> vai definir ainda como ficará o preço desse serviço. Uma das idéias em estudo é manter o valor de US$ 18 para estrangeiros e viagens para os países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai). (FSP, 29-11-97, p. 2.7, c. 4)

estabilidade econômica sf

Situação de equilíbrio econômico alcançado em um país por meio de uma política baseada, entre outros fatores, em uma moeda desindexada.

O aumento do poder aquisitivo das pessoas de menor renda, decorrente da <estabilidade econômica>, está fazendo com que muitas empresas apostem em um maior crescimento nas vendas na região Nordeste do que no resto do país. (FSP, 19-01-97, p. 2.6, c. 1)

Cf. **moeda desindexada**

estabilidade monetária sf

Var. **estabilização monetária**

Situação de equilíbrio do valor da moeda alcançado em um país por meio do controle da oferta monetária, das taxas de juros e do déficit público.

As condições indispensáveis para que a <estabilidade monetária> tenha sucesso são o rígido controle do déficit público e da política monetária, a reforma do Estado e a privatização acelerada das estruturas públicas pouco eficientes. (FSP, 11-09-94, p. 2.2, c. 5)

O gráfico "Taxas de Câmbio-Brasil" compara o câmbio do real com relação ao dólar deflacionado pelo IPVA, mostrando que, após uma violenta valorização que ancorou a <estabilização monetária> estaria registrando ligeira desvalorização dos últimos 18 meses, como argumentaram as autoridades brasileiras. (FSP, 10-08-97, p. 2.2, c. 4)

Cf. **déficit público, taxa de juros**

euro sm

Moeda que será implantada na Europa a partir de 1999 e terá circulação livre por todos os países pertencentes à União Européia.

Declarações do ministro da Fazenda britânico, Gordon Brown, de que o Reino Unido não vai aderir ao <euro> (a moeda única européia) em 1999 provocaram confusão nos meios político e financeiro de Londres no fim-de-semana. Brown, mudando declarações anteriores, afirmou ser "pouco provável" que o Reino Unido adote a nova moeda em 1999, ano de sua implantação. (FSP, 20-10-97, p. 1.12, c. 3)

Sin. **moeda única européia**

Cf. **União Européia**

eurobônus sm

Título de empresa brasileira intermediado por bancos europeus.

Respondendo a uma pergunta feita de Londres por um analista financeiro, Franco afirmou que a decisão de reduzir o prazo de renovação dos <eurobônus> – títulos emitidos por empresas e bancos brasileiros no exterior – foi nessa direção, ou seja, na de atrair capitais de curto prazo. (FSP, 19-11-97, p. 2.7, c. 1)

evasão financeira sf

Ver **desintermediação financeira**

Tal instrumento tende a abrir o spread de intermediação, isto é, a aumentar as taxas de juros de aplicação e diminuir as de captação dos bancos e, por causar <evasão (desintermediação) financeira> e má alocação de recursos, está em franco desuso pelos bancos centrais dos países desenvolvidos. (CE, v. 49, 07-95, p. 17, c. 1)

evasão fiscal sf

Processo pelo qual é sonegado o pagamento de impostos.

O sistema tributário brasileiro é desnecessariamente complicado e muito sujeito a modificações, o que dificulta o correto cumprimento das obri-

gações tributárias e estimula a <evasão fiscal>. (CE, v. 49, 01-95, p. 36, c. 1)

Sin. **evasão tributária**

Cf. **elisão fiscal**

evasão tributária sf

Ver **evasão fiscal**

Tais artifícios podem ocasionar evasão de divisas e tributos. A preocupação hoje predominante no país é evitar a <evasão tributária>. Ela pode ocorrer no âmbito de impostos aduaneiros ou do IR. (FSP, 08-12-96, p. 2.2, c. 2)

ex-ante adv

Referentemente à magnitude ou à evolução de um fato econômico analisado antes de sua ocorrência.

Nenhum norte-americano ou europeu procura adivinhar, olhando a "Prime Rate" ou a "Libor" o que é, <"ex- ante">, taxa real e expectativa de inflação. Apenas os acadêmicos fazem cálculos "expost-facto", deflacionando as taxas nominais por algum índice de inflação (claramente explicitado) e chegando à taxa real "ex-post". E as há tantas quantos os índices de inflação disponíveis. (FSP, 10-07-94, p. 2.2, c. 3)

Nota Em *Monetary Equilibrium*, 1931 (*Equilíbrio Monetário*), /G. Myrdal/ desenvolveu a análise das antecipações e introduziu os conceitos de <ex-ante> e ex-post, para distinguir, na análise de um processo econômico delimitado no tempo, as ações projetadas no início do período (<ex-ante>) e aqueles adotados no fim do período (ex-post). (Sandroni, 1994, p. 236-7)

Cf. **ex-post**

ex-post adv

Var. **expost-facto**

Referentemente à magnitude ou à evolução de um fato econômico analisado após sua ocorrência.

É bem verdade que o país já vem praticando juros elevados desde a era Marcílio, mas, em um cenário de inflação ascendente, os juros reais somente são conhecidos <ex- post>, elevando o risco. Com a inflação sob controle, fica mais fácil prever os ganhos reais das aplicações de renda fixa, que com isso tiveram um sobreganho de atratividade. (CE, v. 50, 01-96, p. 36, c. 1)

Nenhum norte-americano ou europeu procura adivinhar, olhando a "Prime Rate" ou a "Libor" o que é, "ex-ante", taxa real e expectativa de inflação. Apenas os acadêmicos fazem cálculos <"expost-facto">, deflacionando as taxas nominais por algum índice de inflação (claramente explicitado) e chegando à taxa real "ex-post". E há tantas quantos os índices de inflação disponíveis. (FSP, 10-07-94, p. 2.2, c. 3)

Nota Em *Monetary Equilibrium*, 1931 (*Equilíbrio Monetário*), /G. Myrdal/ desenvolveu a análise das antecipações e introduziu os conceitos de ex-ante e <ex-post>, para distinguir, na análise de um processo econômico delimitado no tempo, as ações projetadas no início do período (ex-ante) e aqueles adotados no fim do período (<ex-post>). (Sandroni, 1994, p. 236-7)

Cf. **ex-ante**

export note s

Título, indexado ao dólar, pelo qual uma empresa exportadora cede os direitos de venda de uma mercadoria a uma empresa ou a um banco em troca do recebimento do valor da operação em moeda estrangeira.

Segundo Paranhos, 20% dos recursos do fundo estavam aplicados em operações de "box" de café (negócios conjugados de compra e venda de contratos futuros de café na BM&F) e <"export notes"> (títulos representativos de direitos de crédito de exportações), ambos indexados ao dólar. (FSP, 10-07-94, p. 2.12, c. 4)

Crédito em dólar – O custo projetado para as operações de crédito em dólar, que serão fechadas nesta segunda-feira, dia 21, deverá manter-se em níveis semelhantes aos registrados na semana passada. Apenas o

financiamento através de <export notes> (títulos que rendem correção cambial e juros) deve cair um pouco. (FSP, 20-02-94, p. 2.7, c. 2)

Nota Empréstimo do inglês

factoring s

Serviço prestado por empresas especializadas, que oferecem crédito imediato a lojas por meio da compra de cheques pré-datados de terceiros com deságio, o qual representa os juros e a correção monetária cobrados pela operação.

De outro, os bancos passaram a evitar o recolhimento compulsório criando depósitos remunerados, como atesta a prática de depositar os salários recebidos no banco em contas de poupança diária. Tudo isto veio acompanhado de um aumento na desintermediação financeira, com a proliferação dos serviços de <factoring> onde uma empresa oferece crédito imediato às lojas ao adquirir cheques pré-datados de terceiros, cobrando juros na operação. (CE, v. 49, 06-95, p. 59, c. 2)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **cheque pré-datado**

fast track sm

Mecanismo que objetiva permitir ao presidente dos Estados Unidos a negociação, com outros países, de acordos comerciais que podem ser rejeitados ou aprovados pelo congresso norte-americano, porém não podem receber emendas.

<"Fast track"> é o mecanismo que permite ao presidente negociar acordos comerciais que, depois, são aprovados ou rejeitados pelo Congresso, mas não emendados.

Sem esse instrumento, Clinton fica em posição desvantajosa nas negociações internacionais, como a da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), que terá em maio nova rodada na Cúpula das Américas, em Santiago do Chile. (FSP, 24-11-97, p. 1.4, c. 3)

(...) a autorização congressual para o mecanismo chamado <"fast track"> (via rápida, em tradução livre) só virá acompanhada da exigência da cláusula social.

E o <"fast track"> é, segundo o próprio subsecretário, "central para a integração hemisférica".
Traduzindo: o <"fast track"> dá ao Executivo mãos livres para negociar acordos comerciais, como, no caso hemisférico, a Alca (...), que envolve todos os 34 países americanos, exceto Cuba. (FSP, 02-02-97, p. 2.1, c. 6)

Nota Empréstimo do inglês

fechamento econômico sm

Política comercial segundo a qual a entrada de produtos importados é dificultada por meio de medidas governamentais.

Uma coisa que ficou bem clara ouvindo as palestras de hoje é como os países da América Latina, não importando a ideologia dos seus governos, estão todos no mesmo barco, todos buscando corrigir décadas de estatismo e <fechamento econômico>, todos abrindo suas economias, privatizando e lutando para tornar as finanças do Estado mais equilibradas. (FSP, 31-10-93, p. 2.6, c. 4)

Sin. **protecionismo** (reg. em Ferreira)
Cf. **abertura econômica**

férias coletivas sf

Período em que uma empresa concede férias a todos os seus funcionários.

Segundo ele, a intenção da indústria têxtil é prorrogar o quanto for possível as <férias coletivas> concedidas neste mês para evitar as demissões. (FSP, 07-12-97, p. 2.6, c. 1)

finanças públicas sf

Subárea da Economia que estuda os aspectos ligados aos fluxos de receita e despesa das atividades do setor público.

A taxa de juros se mantém em 30% real em dólar, para fechar o balanço de pagamentos atraindo capitais voláteis.

Com isso, ela devasta as <finanças públicas> e gera níveis recordes de inadimplência (atraso nos pagamentos) e falência. Nada menos de 8.953 empresas já quebraram neste ano. (FSP, 10-12-95, p. 2.4, c. 5)

Nota Nas <finanças públicas> estão incluídas a receita e a despesa públicas. Em geral, a receita é obtida através de tributos (impostos e taxas); rendas patrimoniais (aluguéis, juros, dividendos de bens e valores patrimoniais); rendas industriais (renda líquida de serviços públicos e industriais e saldos das empresas estatais); contribuições parafiscais (previdência); transferências correntes e empréstimos. Quando emite papel-moeda o Estado obtém recursos extraordinários. (...) No conceito de <finanças públicas> também estão incluídas as finanças com o exterior, as quais, basicamente, dizem respeito à renda das exportações de bens e serviços, receitas de turismo, juros de empréstimos e lucros de investimentos. É o saldo apresentado pelo balanço de pagamentos do país que vai indicar se ele é devedor ou credor de outras nações. (Sandroni, 1994, p. 138-9)

Cf. **setor público**

flexibilização sf

Processo pelo qual normas, contratos, preços, entre outros elementos, podem ser negociados e modificados legalmente.

No segundo semestre enfrentaremos no Congresso Nacional o 2º ato de uma "tragédia-farsa" que se inaugurou no primeiro tempo com a <"flexibilização"> dos grandes monopólios estatais. O novo rolo compressor tratará das reformas fiscal, administrativa e da Previdência (o conceito de Seguridade Social impresso na Constituição parece definitivamente varrido). (FSP, 30-07-95, p. 2.4, c. 5)

Nota Sintagmas expandidos: **flexibilização de preços, flexibilização do mercado de trabalho**

Sin. **adaptabilidade**

floating sm

Var. **float**

Ganho obtido por instituições financeiras ou empresas em decorrência da inflação.

O que existe é a disputa entre indústria e comércio para ver quem vai ficar com o <"floating">. Este é o nome que os economistas dão ao ganho que a inflação propicia quando há prazo entre a venda e o pagamento. Os supermercados, por exemplo, compram a prazo e vendem à vista. Logo, podiam aceitar que os preços da indústria embutissem o custo financeiro, já que os recursos obtidos nas vendas poderiam ficar aplicados por até 20 dias. (FSP, 26-06-94, p. 2.4, c. 1)

Outra dificuldade dos latinos é adaptar seus bancos a um regime de inflação baixa e âncora cambial. A estabilização elimina os ganhos conhecidos como <"float"> (o ganho puramente inflacionário). (FSP, 08-10-95, p. 2.2, c. 5)

Nota Em período de inflação, os bancos, que recebem depósitos à vista não-remunerados, aplicam recursos e obtêm ganhos decorrentes da correção monetária. Empresas ganham com a inflação em conseqüência do intervalo entre a venda e o pagamento de um determinado produto.

Empréstimo do inglês

Sin. **ganho inflacionário**

Cf. **banco comercial, depósito à vista, taxa de inflação**

flutuação cambial sf

Procedimento pelo qual a taxa cambial pode variar livremente, obedecendo às leis da oferta e da procura.

Em segundo lugar, a indignação prevalece porque essa equipe desperdiçou várias oportunidades para conseguir o curso das políticas cambial e monetária. Por exemplo, quando batemos no limite superior da grande banda cambial no começo do ano poderíamos ter evoluído para uma <flutuação cambial> mais orientada pelo mercado, como fez Israel e assim manteve-se ao largo da crise atual. Com a vantagem de praticar

juros mais baixos, acelerando o crescimento sem provocar inflação. (FSP, 04-11-97, p. 2.2, c. 3)

Sin. **livre flutuação**

Cf. **inflexibilidade cambial**

fluxo de caixa sm

Movimento de entrada e saída de recursos monetários de determinado indivíduo ou entidade.

Lembrando que as medidas "não alteram a seletividade na concessão de novos empréstimos", Rocha afirmou que o alongamento dos prazos e a flexibilização dos cartões de crédito vão permitir que os clientes adequem melhor seu <fluxo de caixa> aos gastos de final do ano, como presentes de Natal, matrícula e férias escolares. (FSP, 03-12-95, p. 2.7, c.1)

fluxo de capitais sm

Movimento de capitais, entre países, que viabiliza os investimentos internacionais.

De forma geral, disse /Manuel Guitián, do FMI/, o benefício da abertura dos <fluxos de capitais> é melhorar a eficiência na alocação de recursos. O FMI reconhece, porém, que o mercado pode ser volátil e arriscado. (FSP, 25-09-97, p. 2.8, c. 3)

Cf. **investimento estrangeiro**

franchising s

Sistema que autoriza a comercialização de bens ou serviços a um distribuidor ou vendedor, que obtém o direito do uso de uma marca mediante o pagamento de uma soma e o compromisso de preservação das características dessa marca.

A classe comercial registrou um crescimento de 5%, desempenho influenciado pela abertura de novos pontos de venda, especialmente do sistema de <franchising>. Adicionalmente, fatores como a expansão

do consumo em shopping centers, o avanço da terceirização e a automação bancária foram responsáveis pela expansão do mercado comercial, que tem representação de 13% no total. (CE, v. 48, 08-94, p. 38, c. 2)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **franquia**

franquia sf

Comércio ou produção de bens ou serviços administrado por um distribuidor ou vendedor, que obtém o direito do uso de uma marca mediante o pagamento de uma soma e o compromisso de preservação das características dessa marca.

E a aceitação desses fatos só pode beneficiar e fortalecer ainda mais o franchising, já que o sistema tem como base e essência o desenvolvimento e a transmissão de conhecimento. Numa organização de <franquias> decidida a ter sucesso, o capital intelectual tende a ser cada vez mais valorizado. (FSP, 29-09-97, p. 2.4, c. 5)

Cf. **franchising**

free shop sm

Loja que comercializa produtos importados com isenção de impostos cobrados sobre importação, localizada nos setores de embarque e desembarque internacional dos aeroportos.

Monopólio local.

O aeroporto de Londres inaugurou área de 3.600 metros quadrados com 31 lojas de <free shops>, onde os produtos são quase 20% mais baratos do que nas lojas normais.

No Brasil, os principais <free shops> são explorados por uma única empresa, a Brasif. (FSP, 19-09-93, p. 2.2, c. 2)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **Imposto de Importação**

Fundão sm

Ver **Fundo de Aplicação Financeira**

<Fundão> – São os Fundos de Aplicação Financeira criados no Plano Collor 2. Cada investidor possui determinado número de cotas e cada cota tem variação a cada dia útil. (FSP, 28-04-91, p. 3.14, c. 5)

fundo de ações sm

Recursos financeiros aplicados em carteiras compostas de ativos e negociados no mercado acionário.

O patrimônio líquido de todos os <fundos de ações> é muito pequeno, se comparado ao volume de negócios das bolsas de valores brasileiras ou ao crescimento verificado nos outros tipos de fundos nos últimos anos (...). Um dos motivos para os <fundos de ações> ainda não terem despertado interesse maior é a alta volatilidade das cotações das ações nas bolsas brasileiras, fato estreitamente relacionado à própria instabilidade econômica do país desde o início dos anos 80. (CE, v. 50, 01-96, p. 24, c. 2)

Cf. **mercado acionário**

fundo de ações carteira livre sm

Var. **fundo de carteira livre**

Fundo de aplicação do mercado acionário, com rentabilidade e possibilidades de resgate diárias, cujas aplicações são concentradas em operações de risco.

Os <fundos de ações carteira livre>, vedetes dos novos tempos, combinam ações (mínimo 51%) e renda fixa (máximo 49%). Neles, o imposto de renda sobre os ganhos de capital é de 10%, contra 15% nos demais fundos. Há desde fundos agressivos (com até 100% em Bolsa) e outros com potencial limitado de perdas – nunca se tira menos do que se investiu – e boas chances de superar a renda fixa, quando a Bolsa sobe. "Esses fundos são ideais para os investidores que já levaram traulitada com ações e querem garantir seu capital", explica Armond. (FSP, 26-01-97, p. 2.7, c. 2)

Enquanto os fundos mútuos de ações permaneceram inalterados, os <fundos de carteira livre> sofreram diversas modificações, sendo a principal a proibição de operações consideradas de renda fixa. (CE, v. 50, 01-96, p. 30, c. 2)

Cf. **investimento de risco, mercado acionário**

Fundo de Amortização da Dívida Pública sm

Sigla **FAD**

Fundo, criado com a implantação do Plano Real, que objetiva vender ações de empresas estatais que não podem ser privatizadas.

O governo quer começar a venda de ações de empresas como Petrobrás, Telebrás e Vale do Rio Doce já em novembro. A meta é arrecadar para o <FAD (Fundo de Amortização da Dívida Pública)> cerca de US$ 6 bilhões. O <FAD> foi criado pela MP do Real com a finalidade de vender ações de estatais que não podem ser privatizadas. Os recursos serão usados para reduzir a dívida pública. (FSP, 23-10-94, p. 2.10, c. 3)

Cf. **empresa estatal, Plano Real**

Fundo de Amparo ao Trabalhador sm

Sigla **FAT**

Fundo, formado por receitas captadas pelo PIS-Pasep, que objetiva financiar programas de treinamento e de assistência social aos trabalhadores e conceder-lhes abonos.

A partir de outubro de 88, os recursos passaram a custear o seguro-desemprego, o abono salarial de um mínimo para trabalhadores de baixa renda (que ganham, em média, até dois salários mínimos), programas de formação e recolocação de mão-de-obra e financiamentos do BNDES. Foi criado naquela época o <FAT> (...) para o qual passaram a ser canalizados os recursos do PIS-Pasep. Da arrecadação, 40% são emprestados ao BNDES, que financia projetos industriais etc. Para a administração e gestão do <FAT> foi criado o Codefat (Conselho Deliberativo do FAT) composto por representantes de trabalhadores, de empresários e do governo. (FSP, 03-11-96, p. 2.12, c. 6)

Cf. **PIS-Pasep**

Fundo de Aplicação Financeira sm

Sigla **FAF**

Fundo de investimento, criado com a implantação do Plano Collor II, que possuía rentabilidade e possibilidades de resgate diárias.

Apesar de o Governo pretender a desindexação ao alongamento das modalidades de aplicação disponíveis no mercado, hoje ainda é elevado o número de ativos financeiros de curtíssimo prazo, como o <FAF> e outros fundos, com liquidez diária e quase similar à de um depósito à vista, não sendo, entretanto, computados como tal para fins estatísticos. (CE, v. 48, 09-94, p. 13, c. 3)

Nota O <FAF> era um investimento diversificado em títulos de renda fixa e outros compulsórios, adequado para quem dispunha de recursos a curtíssimo e/ou curto prazo e, portanto, que necessitava de liquidez em detrimento de rentabilidade.

A aplicação era de fácil acompanhamento, podendo ser efetuada em qualquer dia útil. Os resgates podiam ser feitos por telefone e, no mesmo dia, o valor era creditado em conta corrente. A rentabilidade era igual para todos os cotistas, independente do valor aplicado. Não havia carência.

(...) O Fundão também permitia uma ligação com a conta corrente, de forma que os cheques sacados podiam, caso não existissem recursos em conta corrente para cobri-los, ser cobertos por resgates automáticos sobre o Fundão em módulos determinados pelo banco. Tal fato representava um conforto para o cliente e um excelente serviço dos bancos que, embora simplificando processos e reduzindo recursos, podiam perder receita vis-à-vis o ganho da conta corrente e o ganho no <FAF>.

A taxa de administração cobrada pelos bancos variava de 4 a 8% ao ano. Estes fundos foram incorporados aos FIF de Curto Prazo. (Fortuna, 1997, p. 235-6)

Sin. **Fundão**

Cf. **fundo de investimento**

fundo de aval sm

Fundo governamental que objetiva garantir o pagamento de empréstimos concedidos por instituições bancárias a empresas.

A criação de um <Fundo de Aval>, com R$ 300 milhões que, segundo as elucubrações ilimitadas de Kandir, vão se expandir até R$ 2,8 bilhões, foi apresentada como ato benemérito para a pequena e média empresas. Em comparação com os tantos milhares de empresas destas que estão sendo arruinadas pela política econômica, a verba significa pouco ou nada.

Sua finalidade objetiva tem alto significado, no entanto. Sob o nome meio obscuro de <Fundo de Aval>, o governo levou o BNDES a garantir, com seu aval, 60% do dinheiro que qualquer banco forneça a uma empresa pequena ou média, em financiamento, desconto de títulos ou mecanismos semelhantes. (FSP, 12-11-97, p. 1.5, c. 1)

fundo de commodities sm

Fundo, extinto em 1995, no qual o investidor aplicava seus recursos financeiros em produtos primários de grande importância econômica no comércio internacional.

Outra função que vem sendo desempenhada pelos fundos de investimentos é a canalização de recursos financeiros para o financiamento de investimentos produtivos. Isso é possível devido ao perfil de longo prazo dos investidores em algumas das modalidades de fundos de investimento. Segundo um estudo da Anbid, os investidores dos extintos <fundos de commodities> permaneciam em média com seu dinheiro aplicado durante 270 dias. Esse prazo e a grande liquidez disponível nos fundos tornaram-nos aptos a demandar grande quantidade de debêntures e outros títulos de endividamento empresarial tipicamente direcionados ao aumento da capacidade produtiva. (CE, v. 50, 01-96, p. 29, c. 1)

Nota **commodity** – empréstimo do inglês

Cf. **comércio internacional, commodity, fundo de investimento**

Fundo de Compensação de Variações Salariais sm

Sigla **FCVS**

Fundo, criado para cobrir o eventual saldo devedor ao final de contratos com o Sistema Financeiro da Habitação, cujas prestações ou saldos são reajustados conforme o salário do trabalhador.

O seguro habitacional, na verdade, funciona como uma subconta do <FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais)>, criado para cobrir as diferenças entre os reajustes das prestações – conforme os salários dos mutuários – e dos saldos financiados. (FSP, 21-04-96, p. 2.2, c. 1)

Cf. **Sistema Financeiro da Habitação**

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço sm

Sigla **FGTS**

Fundo, formado por depósitos mensais correspondentes a 8% do salário do trabalhador e efetuados pela empresa em uma conta bancária vinculada, que objetiva prover recursos para o pagamento de indenizações trabalhistas.

O dinheiro que as empresas depositam no <FGTS> – encargo equivalente a 8% do salário a cada mês – ao longo dos anos não fica parado, à espera de saques de trabalhadores que são demitidos sem justa causa, se aposentam etc.

De janeiro a dezembro do ano passado foram arrecadados R$ 11,67 bilhões e sacados R$ 11,16 bilhões. É uma ciranda, espécie de bicicleta que não pode parar. Daí a impossibilidade de o <FGTS> ser extinto de uma hora para outra, se incorporando aos salários, como sugerem alguns.

O grosso dos recursos do <FGTS> financia imóveis para camadas de baixa renda e obras de saneamento básico. Ao final de 96, as operações de crédito atingiam quase R$ 50 bilhões. (FSP, 06-04-97, p. 2.14, c. 4 e 5)

fundo de investimento sm

Fundo de uma instituição financeira que recebe, temporariamente, o exercício de certo poder aquisitivo pertencente a um indivíduo

ou a uma entidade e oferece rendimentos sobre o capital investido.
No momento em que a indústria de <fundos de investimento> brasileira passa por uma reforma que busca torná-la mais flexível, nos moldes dos mercados financeiros mais avançados, é importante notar o crescimento recente desse mercado e sua importância para o sistema financeiro e para a economia nacional.
Ao permitir que pequenos investidores possam desfrutar de taxas de retorno semelhantes àquelas somente alcançadas por investigadores de maior porte, os <fundos de investimento> cumprem importante função democratizante no mercado financeiro. (CE, v. 50, 01-96, p. 29, c.1)
Cf. **instituição financeira**

Fundo de Investimento Financeiro sm
Sigla **FIF**
Fundo formado por meio de recursos monetários investidos no mercado financeiro.
Ao criar os <Fundos de Investimento Financeiro (FIFs)> neste mês, o governo quis induzir ao alongamento dos prazos das aplicações financeiras, adaptando-as aos novos tempos de estabilidade econômica. Na prática, porém, está ocorrendo o inverso. (FSP, 22-10-95, p. 2.1, c. 2)
(...) a reação da poupança não ocorre à custa dos <Fundos de Investimento Financeiro FIFs>, seus concorrentes mais diretos em nível de grande público.
Em outubro, já com captação positiva na poupança, os principais <FIFs> (curto prazo, de 30 e de 60 dias) também tiveram mais depósitos do que saques, informa o BC. (FSP, 17-11-96, p. 2.1, c. 4 e 5)
Cf. **fundo de investimento**

Fundo de Investimento Financeiro de Curto Prazo sm
Var. **FIF de curto prazo**
Fundo de investimento que possui rentabilidade e possibilidades de resgate diárias.
<FIF de Curto Prazo> – Substitui os FAF e os de renda fixa de curto

prazo. Pode ter o valor de cota reajustado diariamente para efeito de retirada de recursos e possui carteira idêntica à dos demais FIF, exceto pelo compulsório. (CE, v. 50, 01-96, p. 29, c. 2)

Cf. **fundo de investimento, Fundo de Investimento Financeiro**

fundo de pensão sm

Fundo, formado a partir de depósitos mensais extraídos de um percentual do salário do trabalhador, que objetiva permitir-lhe a percepção de uma determinada soma ao tornar-se inativo.

Os <fundos de pensão>, símbolos de uma previdência inteligente, próspera, que reúne no Brasil cerca de 2 milhões de trabalhadores e já assegura aposentadorias dignas a mais de 400 mil, se não pagam impostos sobre seus patrimônios nem nas operações financeiras que realizam, geram impostos nos negócios em que investem. (FSP, 09-11-97, p. 2.9, c. 5)

Nota Em alguns casos, a empresa também colabora financeiramente na formação dos <fundos de pensão> de seus empregados.

fundo de pensão fechado sm

Fundo de pensão administrado pela própria empresa em que o empregado trabalha ou por alguma instituição ligada a ela.

Nos <fundos de pensão fechados> e mesmo nos planos individuais de previdência aberta não há limite de abatimento no IR.

No resgate, a regra é a mesma para todos. Quando o dinheiro for sacado, em parcelas ou totalmente, incide IR na fonte como antecipação do devido na declaração. (FSP, 10-08-97, p. 2.6, c. 2)

Para quem pensa em entrar num plano de previdência privada, é bom lembrar que há um custo nas entidades abertas, que oferecem o produto ao público em geral.

"Não podem ser confundidos com uma aplicação financeira normal", alerta o consultor Miguel José Ribeiro de Oliveira (...).

Também diferem dos <fundos de pensão fechados>, sem fins lucrati-

vos, nos quais as empresas patrocinadoras entram com parte dos recursos. (FSP, 15-12-96, p. 2.6, c. 1)

Cf. **fundo de pensão**

fundo de renda fixa sm

Fundo de investimento que possui rentabilidade e possibilidades de resgate estabelecidas previamente.

Aplicação <fundo de renda fixa>. Prazo: resgates a cada 28 dias. Tributação: IR na fonte de 30% sobre o rendimento real, acima da Ufir diária; IPMF de 0,25% na aplicação. Mudanças prováveis. Prazo: resgate a cada 30 dias. Tributação: redução na alíquota do IOF, passando a incidir sobre o rendimento nominal. (FSP, 31-07-94, p. 2.3, c. 4, 5 e 6)

Assim tem sido desde o início de sua proliferação no Brasil, a partir do final da década de 80. De lá para cá, diversos <fundos de renda fixa> geridos por instituições de grande porte, marcadas pelo atendimento popular de larga escala, renderam mais do que a poupança, o CDB ou o overnight dos grandes investidores. (CE, v. 50, 01-96, p. 29, c. 1)

Cf. **fundo de ações, fundo de investimento, fundo de renda variável, renda fixa**

fundo de renda variável sm

Fundo de investimento cujo rendimento não pode ser estabelecido previamente.

Com a crise das finanças públicas da década de 80, eliminaram-se os aludidos incentivos fiscais, a Resolução CMN 961 dividiu os fundos mútuos em fundos de renda fixa e <fundos de renda variável> (ou de ações), reconhecendo assim uma especialização que já vigorava na prática, e a Resolução 1.023 incorporou os fundos 157 aos fundos de ações. (CE, v. 48, 02-94, p. 31, c. 1)

Cf. **fundo de ações, fundo de investimento, fundo de renda fixa**

fundo do poço sm

Valor mínimo atingido por um indicador econômico.

Como as categorias das 12 datas-bases recebiam reajuste expurgado (inflação menos 10 pontos) durante três meses e a recomposição no quarto mês em períodos distintos, o salário real (calculado em URV ou dólar) se situava no "pico", próximo à média ou no <"fundo do poço"> em fevereiro. A URV deixou todos na média. (FSP, 27-03-94, p. 2.9, c. 2)

Nota Neologismo semântico

Cf. **indicador econômico, pico**

Fundo Monetário Internacional sm

Sigla **FMI**

Instituição financeira internacional que funciona como reserva de recursos destinados a auxiliar financeiramente países com problemas no balanço de pagamentos.

A Tailândia deve cumprir à risca os acordos com o <FMI (Fundo Monetário Internacional)> como melhor maneira de sair de sua atual crise financeira. (FSP, 23-09-97, p. 2.12, c. 3)

Nota <Fundo Monetário Internacional>. Organização financeira internacional criada em 1944 na Conferência Internacional de Bretton Woods (em New Hampshire, EUA). É uma agência especializada da ONU (Organização das Nações Unidas) com sede em Washington e que faz parte do sistema financeiro internacional, ao lado do BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento). O <FMI> foi criado com a finalidade de promover a cooperação monetária no mundo capitalista, coordenar as paridades monetárias (evitar desvalorizações concorrenciais) e levantar fundos entre os diversos países membros, para auxiliar os que encontrem dificuldades nos pagamentos internacionais. Quase todos os países relativamente industrializados (com exceção dos países socialistas) fazem parte da organização. Cada país contribui com cotas-parte para o fundo (uma

quarta parte em ouro e o restante em moeda nacional corrente) e nomeia um delegado e um suplente como seu representante. (Sandroni, 1994, p. 141-2)

Cf. **balanço de pagamentos, instituição financeira**

Fundo Social de Emergência sm

Sigla **FSE**

Fundo de caráter provisório, instituído em 1994, formado por recursos oriundos de receitas compulsórias com o objetivo de cobrir gastos sociais emergenciais.

Os trabalhos da revisão foram atropelados, logo após sua instalação, pelo lançamento do programa de estabilização em curso, que previa como etapa inicial um ajuste fiscal de emergência. Para reequilibrar o orçamento da União de 1994/1995, foi proposta a criação do <fundo social de emergência-FSE>, formado por receitas tributárias oriundas, em parte, de majoração excepcional de alíquotas e, na maior parte, da desvinculação de parcelas constitucionalmente atribuídas aos governos subnacionais, educação, seguridade social e outros programas. (CE, v. 48, 11-94, p. 22, c. 3)

ganho de seignoriage sm

Var. **senhoriagem** sf

Ganho real obtido pelo governo nos casos em que os meios de pagamento aumentam em ritmo superior ao da produção física.

Lopes acrescenta que hoje os investidores estão pagando um preço alto pela aplicação do dinheiro das transações no curto prazo. É que os fundos de curto prazo sofrem recolhimento de 40% de seus recursos a título de depósito compulsório não-remunerado no BC. Dentro do novo cenário, portanto, há um ganho fiscal importante para o governo, que recolhe recursos sem precisar pagar por eles. É o chamado <ganho de "seignoriage">, que compensa parte dos juros altos que o governo paga em seus títulos públicos. (FSP, 22-10-95, p. 2.3, c. 6).

O que o governo ganha com a inflação é o montante adicional de

moeda que a população demanda para efetuar suas transações, já que todos os preços subiram. Dá-se o nome de <senhoriagem> (lembrando os tributos dos senhores feudais) a esse valor. No caso do Brasil, a <senhoriagem> representava uma receita média de cerca de 2,5% do PIB ao ano até 1994. (FSP, 03-08-97, p. 2.4, c. 3)

Nota Em termos históricos a <senhoriagem> consistia no conjunto de obrigações e deveres que o vassalo medieval devia a seu suserano ou senhor. Uma modalidade especial de <senhoriagem> era a taxa ou renda paga ao rei pelo nobre feudal para receber a concessão de cunhar moedas em seu domínio. Em termos mais específicos, isto é, quando relacionada com a emissão de moeda, a <senhoriagem> é a receita obtida por aqueles que têm o poder de emitir, decorrente da diferença entre o valor de face da moeda e o seu custo de produção, que inclui o valor do metal correspondente (ouro, prata, bronze etc.) e o trabalho de cunhagem propriamente dito. Nos períodos históricos em que o valor de face da moeda correspondia ao seu conteúdo material em metal, a <senhoriagem> abarcava apenas os custos de cunhagem (nesse caso denominando-se braceagem) que até o século XVII eram relativamente elevados. À medida que o valor de face da moeda foi se distanciando do valor de seu conteúdo material, a renda da <senhoriagem> foi crescendo, pois a mesma era apropriada por quem detinha o poder ou o privilégio de emitir. Reis, monarcas, príncipes abusaram desse meio para reforçar as finanças públicas, isto é, suas próprias finanças. (Sandroni, 1994, p. 320)

seignoriage – empréstimo do francês

Cf. **ganho fiscal, ganho real, meios de pagamento**

ganho fiscal sm

Ganho obtido pelo governo em decorrência do aumento de tributos ou da redução de despesas.

Ao explicar a redução dos déficits à metade, Franco usou a hipótese de que o pacote fiscal editado pelo governo vá ter um impacto de pouco

mais de 2% do PIB. Segundo avaliação do governo, as 51 medidas vão permitir um <ganho fiscal> (redução de gasto e aumento de receitas) de R$ 20 bilhões. (FSP, 14-10-97, p. 2.6, c. 6)

ganho inflacionário sm
Ver **floating**
Segundo dados da EF&C (Engenheiros Financeiros & Consutores), 26% das receitas totais dos 40 maiores bancos em 1993 veio do <ganho inflacionário> (também chamado de "floating"). No primeiro semestre deste ano, esse ganho caiu para 1,3%. (FSP, 05-11-95, p. 2.4 c. 1)

ganho líquido sm
Ver **rendimento líquido**
Em contrapartida, foram revogadas as isenções sobre os rendimentos dos depósitos de poupança, depósitos especiais remunerados e letras hipotecárias de pessoas jurídicas. Permaneceram isentos os rendimentos ou <ganhos líquidos> nas aplicações financeiras nos mercados futuros de taxas de juros, taxas de câmbio e ouro efetuadas para as carteiras próprias das instituições financeiras, ou em operações de "hedge" realizadas em bolsas de valores, mercadorias, futuros ou em mercado de balcão. (CE, v. 49, 02-95, p. 31, c. 1)

ganho nominal sm
Ver **rendimento nominal**
O mercado de ações enfrentou um período de realização de lucros, o qual interrompeu a acentuada valorização registrada em dezembro e janeiro. Ainda assim, o Ibovespa acumulou, em fevereiro, um <ganho nominal> de 29,37%. (CE, v. 31, 03-92, p. 5, c. 1)

ganho real sm
Ver **rendimento real**
O professor de matemática financeira José Dutra Vieira Sobrinho lembra que a tributação do CDB incide sobre o <ganho real> da aplica-

ção, ou seja, sobre o rendimento bruto subtraído da correção monetária indexada pela Ufir. (FSP, 09-01-94, p. 2.8, c. 1)

ganho tributável sm

Ver **rendimento tributável**

Se a Ufir variar mais e se aproximar muito do rendimento bruto, reduzindo o <ganho tributável>, o novo IOF entra em ação e faz o papel do Imposto de Renda. É um risco que favorece a poupança. (FSP, 16-10-94, p. 2.3, c. 5)

gasto público sm

Soma das despesas efetuadas por uma instituição governamental.

O controle dos <gastos públicos> tanto a nível federal como estadual, perseguido pela Fazenda e o Planejamento vinha criando confrontos freqüentes e com seguidas vitórias do lado dos ministros econômicos. (FSP, 14-08-88, p. 2.2, c. 5)

Todavia, a cidadania ainda não alcançou um amadurecimento. Falta ainda penetrar em profundidade em dois pontos fundamentais da atuação estatal: a tributação e o <gasto público>. (FSP, 16-02-97, p. 2.2, c.1)

Nota Sintagma expandido: **gasto público nominal**

gatilho salarial sm

Instrumento, implantado pelo governo do ex-presidente José Sarney, que objetivava reajustar os salários de acordo com os índices de inflação.

O ex-presidente José Sarney foi um campeão em mudar a fórmula de calcular salários: fez isso seis vezes durante seu governo. Ele congelou salários (no Plano Cruzado) e criou o <"gatilho salarial">. (FSP, 18-06-95, p. 2.4, c. 4)

Cf. **índice de inflação**

globalização sf

Processo de integração mundial de tecnologias, empresas e economias implementado a partir da década de 80.

O bom senso manda incluir uma expressão pouco charmosa ("Rodada Uruguai") como um marco no processo de <globalização>. A "Rodada Uruguai" começou em 1986 em Montevidéu (daí o nome), arrastou-se por quase oito anos e terminou com o mais abrangente pacote de redução das barreiras ao comércio planetário. Seu impacto mais visível e até certo ponto quantificável surge da redução das tarifas alfandegárias para importações. (FSP, 02-11-97, Especial, p. 8, c. 1)

O que é, afinal de contas, <globalização>? Como em qualquer assunto em que entre a questão econômica, essa pergunta vai encontrar 11 respostas diferentes, se forem consultados 10 economistas. A explicação talvez mais didática está no teorema do economista Eduardo Gianetti da Fonseca: "O fenômeno da <globalização> resulta da conjunção de três forças poderosas: 1) a terceira revolução tecnológica (tecnologias ligadas à busca, processamento, difusão e transmissão de informações; inteligência artificial; engenharia genética); 2) a formação de áreas de livre comércio e blocos econômicos integrados (como o Mercosul, a União Européia e o Nafta); 3) a crescente interligação e interdependência dos mercados físicos e financeiros, em escala planetária." (FSP, 02-11-97, Especial, p. 2, c. 1)

Sin. **mundialização**

golden share s

Título especial, pertencente ao governo, que lhe permite participar de decisões e estratégias administrativas de uma empresa.

A União será detentora de ações especiais <(golden shares)> que lhe permitirão interferir nas decisões das duas empresas. No caso da Valecom, o poder de veto durará pelo período previsto para a existência da holding, cinco anos, e se refere a mudanças na composição acionária da empresa. No caso da Vale do Rio Doce, a ação especial é por tempo indeterminado, garantindo à União decidir, por exemplo,

pela permanência da sede da empresa no Rio de Janeiro, pela manutenção da razão e objeto sociais, pela venda de ativos, bem como pelo sistema de escoamento de minério de ferro (ferrovias, portos, terminais). Ou seja, com esse instrumento nas mãos, o governo continuará podendo interferir em resoluções estratégicas da empresa. (CE, v. 50, 10-96, p. 16, c. 2 e 3)

Nota Empréstimo do inglês

head hunter s

Indivíduo responsável pela seleção de executivos bastante qualificados para serem contratados por grandes empresas.

Dominic Costriota, <"head hunter"> que trabalha apenas com empresas de Wall Street, afirma que nem sempre é fácil encontrar brasileiros qualificados dispostos a se mudar para Nova York. (FSP, 02-03-97, p. 2.13, c. 1)

Nota Empréstimo do inglês

hedge s

Operação financeira, realizada com derivativos, que objetiva proteger o valor de ativos e passivos contra eventos econômicos inesperados.

Nem sequer é conhecido na praça como uma modalidade tradicional de seguro, embora ofereça proteção contra oscilações imprevistas no câmbio. É encontrado nos principais bancos e corretoras de commodities do país e tem atraído um número crescente de empresas, principalmente depois da impantação do real. Para contratá-lo basta pedir pelas operações conhecidas no mercado financeiro pelo nome de <hedge>. Ao pé da letra, <hedge> significa proteção, em inglês. São operações feitas com o uso do que se convencionou chamar de derivativos, a última moda no mercado financeiro mundial em termos de instrumentos de proteção de ativos e passivos contra imprevistos. (Ex, 21-12-94, p. 106, c. 1)

Nota Sintagma expandido: **hedge cambial**

Empréstimo do inglês

Cf. **derivativo, operação financeira**

hiperinflação sf

Var. **híper**

Inflação que atinge níveis muito elevados.

Vivendo muitos anos com inflação elevada, o Brasil mal se dava conta dos custos que esse processo causava. Apenas quando se chegou perto da <hiperinflação> é que a sociedade passou a perceber com mais clareza não só o custo em termos de correção do valor da moeda, mas algumas outras distorções na economia. (FSP, 03-08-97, p. 2.4, c. 2)

Resumo geral: independentemente do que ocorra com as candidaturas presidenciais, inclusive de FHC, é muito provável que neste ano não haja nada melhor senão esperar que a inflação não chegue a <híper>. E que ao menos se encaminhe um retiro para o próximo presidente atacar a inflação antes que a <híper> acabe com todos nós. (FSP, 30-01-94, p. 2.6, c. 4)

Cf. **processo hiperinflacionário**

home banking sm

Sistema que oferece serviços bancários informatizados na residência do próprio cliente.

Do <"home banking"> (banco a domicílio) ao "eletronic cash" (dinheiro eletrônico), passando pela expansão da Internet, os sistemas bancários dependem cada vez menos de ter o ponto certo na esquina certa. (FSP, 08-10-95, p. 2.2, c. 5)

Nota Empréstimo do inglês

hora extra sf

Período de tempo em que o empregado trabalha além do horário estabelecido no contrato de trabalho.

A proposta da redução da jornada de trabalho, que receber o apoio informal do presidente Fernando Henrique Cardoso, desconsidera um

dado fundamental: os sindicatos ainda não conseguem ao menos negociar a limitação das <horas extras>. Desde 1988, quando a Constituição reduziu a jornada de 48 para 44 horas, a porcentagem de trabalhadores que fazem <hora extra> no país cresceu substancialmente. Antônio Prado, coordenador técnico do Dieese, calcula que 1,5 milhão de empregos potenciais deixaram de ser criados por causa das 265 milhões de <horas extras> trabalhadas entre 1985 e 1986. "Coibir as <horas extras> é tão importante quanto reduzir a jornada", diz Prado. (FSP, 23-03-97, p. 2.1, c. 1)

hot money sm

Empréstimo bancário de curto prazo.

Outro fator que impede os negócios são os altos juros, afirma o vice-presidente da Firjan e da Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic), Manoel Leite. Ele é também presidente do grupo Café Câmara e do açúcar Pérola e está espantado com as taxas do <hot money> (empréstimos bancários de curtíssimo prazo), que em alguns bancos chegaram a 13% ao mês. (ESP, 10-07-94, p. B4, c. 2)

Nota É o empréstimo de curtíssimo prazo, normalmente por um dia, ou um pouco mais, no máximo em 10 dias. (Fortuna, 1997, p. 114)
Empréstimo do inglês

Cf. **curto prazo**

impacto inflacionário sm

Aumento da inflação em decorrência de um evento econômico.

Com a nova "banda" e com a instituição dos leilões simultâneos de compra e venda de dólar, o BC criou um cenário em que essa trajetória altista do dólar poderá ser feita sem solavancos – o que reduz seu <impacto inflacionário> – e, ao mesmo tempo, criou-se espaço para a queda dos juros. (FSP, 25-06-95, p. 2.3, c. 4)

Cf. **taxa de inflação**

Imposto de Exportação sm

Imposto cobrado pelo governo federal sobre mercadorias exportadas.

Os simplórios, pretendendo facilitar as trocas internacionais, sugerem a criação do imposto sobre o comércio exterior, em substituição simplificadora do Imposto de Importação e do <Imposto de Exportação>, embora a sua incidência continue sobre aquelas operações. (FSP, 28-05-95, p. 2.8, c. 2)

Nota Imposto criado, em 1979, com o propósito de reduzir a queda na receita de exportações em função da maxidesvalorização do cruzeiro daquele ano, bem como elevar o preço de vários produtos para o consumidor externo, contendo a exportação desses produtos e garantindo seu fornecimento no mercado interno. Foi utilizado também por ocasião da maxidesvalorização de 1983, com alíquotas que variaram de 5 a 20% sobre 69 produtos da pauta de exportações, tanto primários como industrializados. (Sandroni, 1994, p. 167)

Cf. **Imposto de Importação**

Imposto de Importação sm

Imposto cobrado pelo governo federal sobre mercadorias importadas.

Eles /importadores/ se aproveitam da falta de estrutura do sistema de fiscalização e usam diversos esquemas para burlar as regras e pagar menos <Imposto de Importação> o que torna o produto importado mais competitivo no mercado interno. (FSP, 15-06-97, p. 2.10, c. 1)

Sin. **tarifa aduaneira, tarifa de importação, taxa de importação**

Cf. **Imposto de Exportação**

Imposto de Renda-Pessoa Física sm

Sigla **IRPF**

Imposto cobrado pelo governo federal sobre os rendimentos obtidos por um indivíduo pelo exercício de suas atividades profissionais ou pelo resultado de suas aplicações financeiras no decorrer de um ano.

A receita tributária cresceu 9,69% no semestre em relação ao mesmo período de 1993. Os impostos e contribuições responsáveis pelos resultados positivos foram:
· imposto de importação (...)
· <imposto de renda pessoa física> – 89,31%; (...) crescimento justificado pelo fato de ainda estarem ocorrendo pagamentos de cotas de imposto referentes ao ano-base de 1992 e também pela elevação da alíquota de 25% para 25,6% e pela criação da nova alíquota de 35%. (CE, v. 48, 09-94, p. 17, c. 1)

Cf. **aplicação financeira, Imposto de Renda-Pessoa Jurídica**

Imposto de Renda-Pessoa Jurídica sm
Sigla **IRPJ**

Imposto cobrado pelo governo federal sobre os rendimentos obtidos por uma empresa pelo exercício de suas atividades ou pelo resultado de suas aplicações financeiras no decorrer de um ano.

Depois disso, o lucro final das instituições financeiras é tributado com 25% de <IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica)> e com o adicional de 15% sobre a parcela que exceder 300 mil Ufir ao ano. (FSP, 17-07-94, p. 2.12, c. 3)

Cf. **aplicação financeira, Imposto de Renda-Pessoa Física**

imposto inflacionário sm

Ganho obtido pelo governo federal ao emitir moeda e provocar a perda de poder aquisitivo de outros agentes.

A aceleração da inflação no primeiro semestre de 1994, de responsabilidade do BC, teve esse papel de piorar o ambiente. Assim, quando se deu a substituição do cruzeiro real pelo real houve um grande alívio. A redução do <imposto inflacionário> cobrado sobre o dinheiro que se carregava no bolso (uma quantia nada desprezível de cerca de 2,5% do PIB) teve, ao menos, este aspecto positivo. (FSP, 30-07-95, p. 2.7, c. 1)
Com o impacto do custo da cesta básica (Procon) e o das tarifas públi-

cas, o poder de compra do salário mínimo de junho ficou 10,8% menor do que o salário médio de novembro a fevereiro (meses usados na conversão à URV). Esta perda, segundo Fernando Monteiro, consultor da MBA, será contrabalanceada em julho. O salário mínimo ganhará 14,6% com o fim do <imposto inflacionário>. <Imposto Inflacionário> é como os economistas chamam a perda de poder aquisitivo do dinheiro que fica sem rendimento (no bolso ou na conta corrente). (FSP, 12-06-94, p. 2.1, c. 1)

Cf. **agente econômico**

Impostos Predial e Territorial Urbano sm

Sigla **IPTU**

Imposto cobrado pelo governo municipal, anualmente, sobre imóveis e terrenos da zona urbana.

Depois de comemorar na semana passada o aniversário da cidade, o paulistano nesta semana entra em contato com a realidade de pagar para morar nela. E com correção diária. É que na sexta-feira, dia 4, vence o prazo de pagamento da primeira parcela ou da cota única do <Imposto Predial e Territorial Urbano>, que este ano é corrigido diariamente pela Unidade Fiscal do Município. Este prazo é para proprietários ou residentes nas ruas cujo CEP comece por 014, 024, 044 ou 080. (FSP, 30-01-94, p. 2.8, c. 1)

Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira sm

Sigla **IPMF**

Imposto provisório, em vigor de 26-08-93 a 01-01-95, que taxava em 0,25% os valores que passavam pelo sistema financeiro com o objetivo de aumentar a arrecadação e combater a sonegação.

Neste ano, o Tesouro estima novo crescimento de 30% nas receitas, apesar da perda com o fim do <IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira>, o tributo sobre os cheques). Em junho, o total de impostos arrecadados foi de R$ 8,5 bilhões. (FSP, 16-07-95, p. 2.4, c. 4)

Cf. **Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, sistema financeiro**

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores sm
Sigla **IPVA**

Imposto cobrado pelo governo estadual, anualmente, sobre o valor de veículos pertencentes a particulares.

À vista, em janeiro, com desconto de 3,5%; em parcelas, em janeiro, fevereiro e março. Essas são, pela ordem, as duas formas mais vantajosas que os proprietários de veículos licenciados no Estado de São Paulo têm para pagar o <IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores)> de 98. (FSP, 31-10-97, Especial B, p. 1, c. 4)

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sm
Sigla **ICMS**

Imposto cobrado pelo governo estadual sobre a compra e a venda de mercadorias e sobre a prestação de serviços.

O governador de São Paulo, Mário Covas, contestou ontem o estudo preparado pelo Ministério do Planejamento mostrando que a receita total do <ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)> nos Estados teria aumentado 5,3% em termos reais 11 meses após a Lei Kandir, em comparação com o período anterior.

(...) A Lei Kandir, aprovada em setembro de 96, isentou as exportações de produtos básicos e semifaturados e a aquisição de máquinas e equipamentos da cobrança do <ICMS>. Conforme Covas, São Paulo perdeu nos últimos 12 meses cerca de 800 milhões de arrecadação em função da lei. (FSP, 07-10-97, p. 2.6, c. 3)

A desgravação do <ICMS> incidente sobre as exportações constitui-se, assim, em importante passo inicial para a redução do chamado "custo-Brasil". Através dessa medida, as autoridades incentivam as exportações e, por via de conseqüência, a produção e o emprego de mão-de-obra. Ademais, dão maior fôlego à atual política cambial, que se encontra, a justo título, contestada por resultados medíocres na balança comercial e pela polêmica da "defasagem cambial" inexistente desde a implantação do Plano Real. (CE, v. 50, 10-96, p. 4, c. 2)

Nota A Constituição de 1988 criou o <ICMS> como resultado da fusão do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e do ISS (Imposto sobre Serviços).

Imposto sobre Operações Financeiras sm

Sigla **IOF**

Imposto cobrado pelo governo federal sobre operações de crédito, câmbio, seguro, saldo devedor de contas correntes e outras transações de caráter financeiro.

O aumento da alíquota do <IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)> nas operações de crédito mudou o perfil do financiamento de veículos. O crédito direto, que respondia por 60% do total financiado no primeiro semestre, representou 15% em julho e agosto. (FSP, 02-10-97, p. 2.7, c. 1)

Nota Instituído em 20 de outubro de 1966, incide sobre as operações de crédito e seguro realizadas por instituições financeiras e seguradoras. São contribuintes do imposto os tomadores de créditos e os segurados. O recolhimento, de responsabilidade da instituição financeira, é efetuado mensalmente ao Banco Central do Brasil. Em contas correntes, o <IOF> é gerado sobre o saldo devedor: se uma conta fica devedora, imediatamente incide sobre ela um imposto sobre o valor devido. No caso de cheques especiais, o imposto é sobre o saldo médio devedor mensal. (Sandroni, 1994, p.177)

Imposto sobre Produtos Industrializados sm

Sigla **IPI**

Imposto cobrado pelo governo federal sobre produtos industrializados ou que tenham passado por processo de beneficiamento.

Caracteriza-se industrialização qualquer operação que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto, na modalidade beneficiamento, sujeitando-se, regra geral, ao pagamento do <Im-

posto sobre Produtos Industrializados (IPI)>. Contudo, à conversão para acionamento a álcool, de motor usado de veículo movido por outro combustível, não se considera industrialização por expressa exclusão dessa atividade do campo de incidência do imposto. (FSP, 11-09-94, p. 2.2, c. 2)

Imposto Territorial Rural sm
Sigla **ITR**

Imposto cobrado pelo governo federal, anualmente, sobre propriedades rurais.

O outro modelo para estimular a transferência de patrimônio dos sem-capital aos sem-terra viria por um pacote lançado via medida provisória, voltado à chamada reforma agrária por via fiscal. A idéia é estabelecer alíquotas e mudanças operacionais no <Imposto Territorial Rural (ITR)> suficientemente punitivas para o proprietário de terras improdutivas a ponto de tornarem a terra um ativo estéril ou mesmo oneroso, de todo modo inadequado como reserva de valor. (FSP, 17-11-96, p. 2.14, c. 1)

in cash adv
Var. **cash** a

Referentemente a operação financeira em que se utiliza dinheiro como pagamento.

O comércio que trabalha com mercadorias de baixo valor – de peças de vestuário a artigos de perfumaria e mercearia –, registra aumento no uso de dinheiro vivo – cédula e moedas.
(...) Uma grande rede com 68 lojas especializadas em produtos de baixo valor informa que 97% do pagamento dos produtos está sendo feito <"in cash">. (FSP, 24-07-97, p. 2.3, c. 4)

O tratamento discriminatório dispensado ao capital estrangeiro na Constituição de 1988 precisa ser revisto e alterado. O estímulo ao investimento produtivo estrangeiro poderia, inclusive, propiciar maior

dinamismo ao Programa Nacional de Desestatização, com uma entrada vultuosa de recursos <cash>. (CE, v. 49, 02-95, p. 5, c. 2)

Cf. **operação financeira**

incentivo fiscal sm

Incentivo pelo qual o governo oferece isenção ou redução de tributos para as empresas que investem em atividades importantes para a política econômica de um país.

Todos os <incentivos fiscais> para projetos setoriais e regionais terão redução de 50%. Também serão reduzidos os incentivos à informática, como os realizados por meio do CNPq. Ganho esperado de R$ 550 mil na arrecadação. (FSP, 11-11-97, p. 2.1, c. 1)

indexador sm

Instrumento estatístico utilizado como índice de reajuste para diversos valores econômicos.

Aluguéis residenciais com reajuste anual neste mês (pagamento no início de dezembro) vão subir na faixa entre 20% e 25,50% dependendo do índice. Se o contrato é antigo e tem como <indexador> IPC da Fipe, IGP, IGP-M, ou INPC, os percentuais estão no Roteiro de Índices, na tabela "Inflação do real". São as taxas acumuladas até outubro. O IGP, por exemplo, acumulou 16,42%, contra 23,79% do INPC. (FSP, 28-11-95, p. 2.9, c. 1)

indicador econômico sm

Instrumento quantitativo que mede uma grandeza ou um fenômeno econômico.

E dessa perspectiva a situação é bem mais animadora, especialmente para o mercado de NY.

Lá o país vive uma lua-de-mel com seus <indicadores econômicos>. A inflação é baixa e a economia cresce com vigor. (FSP, 02-02-97, p. 2.5, c. 4)

Índice Bovespa sm

Acrôn. **Ibovespa**

Principal índice financeiro da Bolsa de Valores de São Paulo, que reflete o valor de um número limitado de ações muito negociadas.

O mercado de ações continua com tendência indefinida, mas na última semana houve uma seqüência maior de bom desempenho. Tanto é assim que o <Índice Bovespa> – que mede o comportamento das ações mais negociadas – fechou a semana com alta acumulada de 12,97%, contra 7,31% de variação da Ufir, um parâmetro da inflação. (FSP, 28-11-93, p. 2.6, c. 5)

O <Ibovespa>, principal indicador do mercado paulista de ações, fechou a sessão com valorização de 1,55%, movimentando um total de R$ 813,4 milhões. Na segunda, sem ter o mercado norte-americano de juros como referência, o desempenho foi muito pior: os negócios somaram apenas R$ 407 milhões. (FSP, 15-10-97, p. 2.8, c.1)

Cf. **Bolsa de Valores de São Paulo**

Índice de Custo de Vida sm

Sigla **ICV**

Índice calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, que reflete o resultado da inflação com base em uma amostragem de famílias que recebem de um a trinta salários mínimos.

Neste ano, os reajustes de preços de quase todos os grupos de medicamentos perderam feio para a inflação. A única exceção coube aos produtos dermatológicos, que subiram 23,53% acima do ICV, o <índice de custo de vida> do Dieese que mede a inflação para famílias com rendimento de um a trinta salários mínimos. (Ex, 21-12-94, p. 39, c. 1)

Cf. **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, taxa de inflação**

Índice de inadimplência sm

Índice que reflete o percentual de indivíduos que deixaram de efetuar um determinado pagamento.

Os <índices de inadimplência>, afirma Galetti, também variam conforme a região. Para a média de 5,64% do índice de janeiro (mais de 180 dias de atraso), a Grande São Paulo aparece com 4,64%, o interior de São Paulo com 5,4% – "aqui vem crescendo nos últimos quatro meses", diz ele –, 5,8% no Rio de Janeiro e 8,90% no Rio Grande do Sul. (FSP, 16-03-97, p. 2.10, c. 3)

índice de inflação sm

Índice que reflete o percentual do aumento de preços durante um período determinado.

A volatilidade dos <índices de inflação> brasileiros está preocupando a FGV (...), um dos principais centros de estudos econômicos do país. A edição de fevereiro da revista "Conjuntura Econômica", publicada pela FGV, afirma que "os <índices de inflação> ainda oscilam demasiadamente ao longo dos meses", mesmo com a inflação anual chegando à casa de um dígito. Para ele, o maior problema gerado pela volatilidade é a oscilação das taxas de juros reais (descontada a inflação) que ela provoca. "Queremos chamar a atenção para um problema que não é fundamental, mas que está atrapalhando", disse Campelo. O fundamental, segundo ele, continua sendo o déficit público. (FSP, 09-03-97, p. 1.5, c. 1)

Cf. **taxa de inflação**

Índice de Preços ao Consumidor sm

Sigla **IPC**

Índice calculado pela Fundação Getúlio Vargas com base nos reajustes dos preços, ao consumidor, de produtos pertencentes à cesta básica de consumo de famílias que recebem até trinta e três salários mínimos.

O <índice de preços ao consumidor> apurado para a cidade do Rio de Janeiro registrou em junho alta de 51,02%, informou o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. A análise do resultado evidencia as pressões sobre o índice médio, exercidas com mais

intensidade pelos serviços pessoais (54,22%), alimentação (52,63%) e vestuário (52,42%). Abaixo da variação média ficaram os grupos assistência à saúde (50,39%), artigo de residência (49,87%), serviços públicos (44,09%) e habitação (43,10%). (CE, v. 48, 08-94, p. 168, c. 3)

Nota O <Índice de Preços ao Consumidor> é também calculado por outras instituições como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que utilizam metodologias próprias.

Cf. **Índice Geral de Preços do Mercado**

Índice de Preços no Atacado sm

Sigla **IPA**

Índice calculado pela Fundação Getúlio Vargas, em nível nacional, com base nos preços de produtos negociados entre empresas no atacado.

Já o IGP-M é um índice composto. Ele é formado pelo <IPA (Índice de Preços no Atacado)> e o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção). O <IPA> coletado nacionalmente através de planilhas enviadas às empresas, corresponde a 60% do IGP-M. De acordo com a FGV, a pesquisa do <IPA> capta os descontos dados pelas indústrias. (FSP, 10-04-94, p. 2.12, c. 6)

Cf. **Índice Geral de Preços do Mercado**

Índice do Sistema Eletrônico de Negociação Nacional sm

Acrôn. **I-Senn**

Var. **Índice Senn**

Índice composto pelas ações de maior liquidez no Sistema Eletrônico de Negociação Nacional.

As Bolsas de Valores voltaram a liderar o ranking dos investimentos em setembro. Só perderam a liderança em um mês este ano. O índice Bovespa registrou alta de 52,04% no mês, acumulando 2.062,08% no ano. Na Bolsa do Rio, o <índice Senn> subiu 60,39% e 2.004,60%, respectivamente. (FSP, 03-10-93, p. 2.6, c. 1)

Nota O Sistema Eletrônico de Negociação Nacional coordena as bolsas de valores brasileiras, com exceção da Bolsa de Valores de São Paulo.

Cf. **Bolsa de Valores de São Paulo, liquidez**

índice Dow Jones sm

Índice calculado pela Bolsa de Valores de Nova Iorque com base nas negociações de suas principais ações.

Na última segunda-feira, o <índice Dow Jones> – que reúne as principais ações negociadas em Wall Street – registrou queda de 7,18% ou 550 pontos, a maior desde outubro de 87, quando a Bolsa chegou a registrar queda de quase 23% em um dia. (FSP, 02-11-97, p. 2.11, c. 1)

índice econômico sm

Instrumento estatístico que reflete a medida de um fenômeno econômico durante um período determinado.

Porém, ainda que esses números sirvam para abrir novas perspectivas, os analistas tradicionais preferem seguir os <índices econômicos>. (FSP, 02-02-97, p. 2.5, c. 4)

Índice Geral de Preços do Mercado . sm

Sigla **IGP-M**

Índice composto, calculado pela Fundação Getúlio Vargas com base no Índice de Preços no Atacado, no Índice de Preços ao Consumidor e no Índice Nacional de Custo da Construção .

A inflação de novembro, medida pelo <IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)> da Fundação Getúlio Vargas, alcançou 2,85%, um aumento de 1,03 ponto percentual em relação ao mês anterior. O <IGP-M> é composto pelo IPA (Índice de Preços por Atacado), INCC (Índice Nacional de Custo de Construção) e IPC (Índice de Preços ao Consumidor). (FSP, 04-12-94, p. 2.2, c. 6)

Cf. **Índice de Preços ao Consumidor, Índice de Preços no Atacado, Índice Nacional de Custo da Construção**

Índice Nacional de Custo da Construção sm
Sigla **INCC**

Índice calculado pela Fundação Getúlio Vargas, em nível nacional, com base na variação dos preços dos materiais de construção.

Já o IGP-M é um índice composto. Ele é formado pelo IPA (Índice de Preços no Atacado) e o <INCC (Índice Nacional de Custo da Construção)>.O IPA coletado nacionalmente através de planilhas enviadas às empresas, corresponde a 60% do IGP-M. De acordo com a FGV, a pesquisa do IPA capta os descontos dados pelas indústrias. (FSP, 10-04-94, p. 2.12, c. 6)

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), pesquisado no Rio e em São Paulo, ficou em 0,17%, e o <Índice Nacional de Custo da Construção (INCC)>, em 0,27%. (FSP, 10-10-97, p. 2.5, c.1)

Cf. **Índice Geral de Preços do Mercado**

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial sm
Sigla **IPCA-E**

Índice calculado diariamente pela Fundação Getúlio Vargas, em regiões metropolitanas, com base nos reajustes dos preços de produtos pertencentes à cesta básica de consumo de famílias que recebem até quarenta salários mínimos.

O <IPCA-E> é um índice de preços apenas ao consumidor, apurado diariamente via coleta por pesquisadores. A coleta é feita em nove regiões metropolitanas de capitais (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio, São Paulo, Curitiba e Fortaleza) e nas cidades de Brasília e Goiânia. O período de coleta vai do dia 16 do mês anterior a 15 do mês em curso. Os preços escolhidos para a coleta são baseados na cesta de consumo de uma família que ganha até 40 salários mínimos. (FSP, 10-04-94, p. 2.12, c. 5)

Cf. **Índice de Preços ao Consumidor**

inflação anual sf

Inflação acumulada no decorrer de um ano.

A <inflação anual> do Chile ficou em 6,6% em 96, segundo informou ontem o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) do país. O índice é o mais baixo registrado no país nos últimos 36 anos. (FSP, 05-01-97, p. 2.10, c. 4)

inflação doméstica sf

Inflação calculada com base nos preços internos de um país.

Pelas novas regras, o preço do dólar deverá flutuar entre R$ 0,91 e R$ 0,99, o que significa uma desvalorização potencial máxima de 7,6% sobre a taxa de 21.6.95. Desvalorização tímida, pois será inteiramente corroída em três meses se a <inflação doméstica> ficar onde já está, ou seja, em 2,5% ao mês. É de notar que essa política de faixa cambial parece estar durando cada vez menos. As regras anteriores (a faixa informal entre R$ 0,84 e 0,86 por dólar e a entre R$ 0,88 e 0,92) permaneceram em vigor cerca de cinco e três meses, respectivamente. (CE, v. 49, 07-95, p. 10, c. 2)

inflação inercial sf

Inflação decorrente do reajuste dos preços segundo a taxa inflacionária do período anterior.

O plano foi um sucesso eleitoral, permitiu que se vendesse uma grande ilusão para a sociedade e cumpriu seu objetivo político elegendo FHC. Foi possível derrubar a inflação e manter um elevado crescimento econômico, como ocorre na primeira fase das políticas de estabilização com âncora cambial, reforçada pela utilização de um mecanismo criativo e inovador de combate à <inflação inercial>, que dispensa congelamentos e quebras de contratos: a URV. (FSP, 25-06-95, p. 2.4, c. 5)

Cf. **taxa de inflação**

inflação zero sf

Situação em que se observa ausência de inflação, o que mantém constante o poder aquisitivo da moeda.

O mercado já se ajusta à <inflação zero>. Esta é a razão da queda do over, além de o fato da crise dos pequenos bancos mostrar controle monetário. (FSP, 24-07-94, p. 2.11, tit.)

inflexibilidade cambial sf

Procedimento pelo qual a taxa cambial é mantida fixa.

Outra situação semelhante é a da Argentina. Novamente, observa-se <inflexibilidade cambial> (embora com menos irresponsabilidade monetária que no caso mexicano) e desde o início de 1995, forte especulação contra a moeda nacional. (CE, v. 50, 10-96, p. 12, c. 2)

Cf. **flutuação cambial**

iniciativa privada sf

Conjunto de atividades exercidas por agentes econômicos fora do âmbito governamental.

Bolsa de Valores, em todo o mundo quase um sinônimo de <iniciativa privada>, continua se movendo a combustível estatal no Brasil. (FSP, 26-10-97, p. 2.11, c. 3)

Cf. **agente econômico**

instabilidade econômica sf

Situação econômica em que se observam flutuações relativas ao nível de produção, emprego ou consumo.

Na verdade, os números de 1993, quando a economia cresceu cerca de 4,5%, revelam evolução pouco satisfatória do emprego. A situação reflete a <instabilidade econômica>, o peso dos encargos sociais cobrados ao empregador na contratação de pessoal e os efeitos de mudanças tecnológicas e de gestão realizadas pelas empresas para se ajustarem a uma nova realidade de mercado e de inserção na economia internacional. (CE, v. 48, 03-94, p. 4, c. 1)

instituição financeira sf

Instituição que realiza operações financeiras como captação de poupanças, recebimento de títulos, operações de crédito, entre outras.
ASSISTÊNCIA PERMANENTE

Nos últimos dois meses, o BC vem financiando <instituições financeiras> em dificuldades. (FSP, 22-10-95, p. 2.2, c. 1)

Cf. **operação de crédito, operação financeira**

Instituto Nacional do Seguro Social sm

Sigla **INSS**

Instituição federal que provê aposentadorias, pensões, assistência médica, odontológica e farmacêutica, entre outros benefícios, a seus contribuintes e dependentes.

Segurados do <INSS (Instituto Nacional do Seguro Social)> que pediram a aposentadoria por tempo de serviço neste mês vão conseguir um benefício inicial de no máximo R$ 934,85. Esse valor é a média aritmética dos 36 últimos salários-de-contribuição de quem contribuiu pelo teto em todo o período, até fevereiro de 97, corrigidos mês a mês pela inflação. (FSP, 30-03-97, p. 2.9, c. 1)

intercâmbio comercial sm

Relações comerciais estabelecidas em um país ou entre países.

O texto do acordo, obtido pela **Folha**, *é ambicioso. Na parte comercial, prevê "fomentar o incremento e a diversificação de seus <intercâmbios comerciais>, preparar a posterior liberalização progressiva e recíproca dos mesmos e promover a criação de condições que favoreçam o estabelecimento da associação inter-regional". (FSP, 10-12-95, p. 2.3, c. 3)*

Cf. **intercâmbio econômico**

intercâmbio econômico sm

Relações econômicas estabelecidas entre países.

De 2000 a 2005, virá a fase de "liberalização progressiva e recíproca do <intercâmbio econômico>" – redução paulatina das tarifas de importação entre os 19 países-membros, até eventualmente zerá-las –, para formar a zona de livre comércio. (FSP, 10-12-95, p. 2.3, c. 4 e 5)

Cf. **intercâmbio comercial**

intermediação financeira sf

Processo pelo qual se realizam operações financeiras por meio de instituições que atuam como intermediadoras entre agentes econômicos.

Com a crise mexicana, que provocou a retirada de depósitos do sistema bancário argentino, notou-se que havia instituições que não administraram bem seus ativos ou que tinham custos de <intermediação financeira> excessivamente elevados. Eram instituições débeis. (FSP, 26-11-95, p. 2.6, c. 3 e 4)

Cf. **agente econômico, desintermediação financeira, operação financeira**

investimento de risco sm

Investimento cuja rentabilidade incerta pode causar prejuízos ao investidor.

Vamos enfocar um pouco a entrada de recursos internos. Cita-se no país o caso da China, que recebeu investimentos externos de US$ 35 bilhões em 1993. Estaríamos felizes se a entrada de recursos no Brasil imitasse a China pois lá trata-se de <investimento de risco>, na abertura de fábricas e em infra-estrutura. (FSP, 04-12-94, p. 2.5, c. 2)

Sin. **capital de risco** (reg. em Ferreira)

investimento direto sm

Investimento estrangeiro a longo prazo direcionado para a participação acionária em empresas existentes ou para a instalação de novas unidades.

<Investimentos diretos>: são os **investimentos estrangeiros** *de mais longo prazo, direcionados à produção (compra ou abertura de fábricas, por exemplo). Cresceram nos últimos anos (US$ 16,8 bilhões nos últimos 12 meses). (FSP, 15-11-97, p. 2.3, c. 5)*

Cf. **investimento estrangeiro, investimento produtivo, setor produtivo**

investimento estrangeiro sm

Recursos financeiros provenientes do exterior e aplicados na economia de um país.

Uns, têm procurado por meio de ações tópicas, principalmente na área do comércio exterior e na esfera fiscal e tributária, compensar os efeitos do arranjo cambial e monetário que sustenta o Plano Real. Outros vêm acenando com os benefícios do <"investimento estrangeiro"> e dos ganhos de produtividade que seriam capazes de (...) superar os prejuízos causados à competitividade da indústria local de câmbio desalinhada. (FSP, 01-12-96, p. 2.15, c. 2 e 3)

Nota **<INVESTIMENTO ESTRANGEIRO>**

O investimento de capital estrangeiro pode ser direto, quando aplicado na criação de novas empresas ou na participação acionária em empresas já existentes; e indireto, quando assume a forma de empréstimos e financiamentos a longo prazo. (Sandroni, 1994, p. 176)

Cf. **investimento direto**

investimento estrangeiro especulativo sm

Investimento estrangeiro recebido por um país para aplicações, no curto prazo, que oferecem altos rendimentos.

O <investimento estrangeiro especulativo> chega ao país quando este se encontra numa situação que pode dar certo ou errado. É dinheiro que entra e sai com a mesma rapidez. O investimento produtivo de multinacionais que ainda não estão no país, só vem quando a situação já está plenamente estabilizada. (FSP, 26-12-93, p. 2.3, c. 5)

Cf. **capital especulativo, curto prazo, investimento estrangeiro**

investimento produtivo sm

Investimento estrangeiro direcionado para o setor produtivo.

No tocante aos <investimentos produtivos>, o quadro econômico que combina os juros elevados, câmbio sobrevalorizado e incertezas quanto à consistência de longo prazo da política econômica é pouco propício aos <sinvestimentos produtivos> que não devem passar de 17% a 18% do PIB. (FSP, 21-04-96, p. 2.2, c. 3)

Cf. **investimento direto, investimento estrangeiro, setor produtivo**

investimento público sm

Investimento efetuado pelo governo federal, estadual ou municipal para a ampliação da capacidade produtiva do setor público.

Maranhão, Rio Grande do Norte e Sergipe puderam contar com <investimentos públicos> importantes (da Petrobrás e da Vale do Rio Doce), mas também buscaram mobilizar melhor seus recursos locais. (FSP, 05-01-97, p. 2.10, c. 2)

Cf. **setor público**

isenção fiscal sf

Ver **isenção tributária**

A proposta do congressista republicano Richard Armey eliminaria todas as deduções, requerendo do contribuinte impostos apenas sobre os salários. Toda renda decorrente de capital (cerca de 25% da receita global) seria isenta de tributo para a pessoa física. Vários prognósticos indicam que tal quadro fiscal seria exeqüível, pois o fim das deduções daria conta da <isenção fiscal> sobre a renda decorrente de capital. (CE, v. 50, 01-96, p. 55, c. 1)

isenção tributária sf

Dispensa do pagamento de tributos concedida legalmente a alguns produtos, serviços ou atividades.

De fato, a <isenção tributária> das exportações tornou-se uma prática aceita por todos os países que integram a Organização Mundial do Comércio (OMC). Ela está na origem do grande investimento da corrente de comércio exterior nos últimos anos, particularmente nos países em desenvolvimento do Leste da Ásia. (CE, v. 50, 10- 96, p. 4, c. 1)

Sin. **isenção fiscal**

isonomia salarial sf

Princípio que garante a igualdade de reajuste salarial para servidores que exercem as mesmas atribuições em diferentes segmentos do setor público.

O orçamento de 1995 projeta um déficit de R$ 9 bilhões (extinção do IPMF, <isonomia salarial> do funcionalismo etc.), montante este que não encontra, no exercício, outra alternativa aparente de cobertura, uma vez que a almejada reforma fiscal, se levada a cabo, somente deverá produzir resultados no início de 1996 e, ao que tudo indica, não são desejadas pelo novo governo alternativas inflacionárias. (CE, v. 48, 12-94, p. 38, c. 1)

Cf. **reajuste salarial, setor público**

juro efetivo sm

Ver **juro real**

O Departamento de Economia da agência "Dinheiro Vivo" projeta para setembro um IPC-Fipe de 1,5%. Se o BC abrir setembro, como supõe o mercado futuro, com over a 5,33%, projetará <juro efetivo> de 3,8% e real de 2,27%. De bom tamanho. (FSP, 21-08-94, p. 2.7, c. 3)

juro interbancário sm

Juro utilizado para o cálculo de rendimentos referentes a operações entre instituições.

Se o BC não sancionar integralmente as expectativas baixistas do mercado, pode se extinguir a vantagem hoje existente do CDB/CDI, que

acompanha a oscilação dos <juros interbancários>. *(FSP, 05-02-95, p. 2.7, c. 4)*

juro nominal sm

Juro cobrado sobre uma soma emprestada ou financiada, sem desconto da correspondente correção monetária.

Enquanto a oferta de produtos não se ajusta à demanda gerada pelo fim do imposto inflacionário, o governo é obrigado a fazer o <juro nominal> caminhar acima da inflação para evitar que a massa de R$ 87 bilhões da caderneta de poupança e dos fundos de investimentos flua para o consumo, jogando gasolina no rescaldo da inflação ainda em brasa. *(FSP, 13-11-94, p. 2.4, c. 3)*

Nota Quando a inflação é zero, inexistindo correção monetária, o <juro nominal> é equivalente ao juro real. (Sandroni, 1994, p. 181)

Cf. **juro real**

juro real sm

Juro cobrado sobre uma soma emprestada ou financiada, descontada a correspondente correção monetária.

Este efeito da inflação velha não precisa, portanto, ser temido. O fim da correção monetária na nova moeda, este sim deve ser temido. Para que não haja uma corrida aos ativos reais, o <juro real> deve superar as expectativas quanto à inflação nova, a que começará a ser medida a partir de 1º de julho. *(FSP, 15-05-94, p. 2.11, c. 3)*

Nota Sintagmas expandidos: **juro real bruto, juro real líquido**

Sin. **juro efetivo**

Cf. **juro nominal**

just-in-time sm

Sigla **JIT**

Método de gestão de produção, baseado na redução das perdas e do tempo de fabricação e armazenamento, que objetiva aumentar a produtividade e obter resultados eficazes.

Trabalhar fazendo só o necessário, na quantidade que precisa, no momento certo e com qualidade. Para alcançar resultados compensadores, as empresas podem adotar a filosofia do <"just in time"> com controle de produção por cartões "kanban". A receita é de Romualdo Batista de Melo, coordenador do programa de qualidade total da Dresser Indústria e Comércio – divisão Wayne. A empresa fabrica bombas de combustíveis, elevadores hidráulicos e elétricos, compressores de ar e calibradores de pneus. (FSP, 27-11-94, p. 2.10, c. 1)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **aumento da produtividade, Programa de Qualidade Total**

laranja sm

Indivíduo ou empresa que cede seu nome para a realização de operações financeiras escusas com o objetivo de imprimir-lhes aparência legal.

Segundo concluiu o relatório da CVM, Nahas utilizava <"laranjas"> (pessoas ou empresas que cedem seu nome para acobertar transações financeiras) nas operações. Na verdade, estava comprando e vendendo para ele mesmo. (FSP, 14-10-97, p. 2.8, c. 1)

Nota Neologismo semântico

Cf. **conta-laranja, operação financeira**

lavagem de dinheiro sf

Operação financeira utilizada para que recursos obtidos ilicitamente apareçam de forma legalizada para o governo.

O Brasil sugeriu ao FMI e ao Banco Mundial que usem seu poder de pressão para que os países desenvolvidos tornem ilegal o pagamento de suborno por empresas em países emergentes. Gostaria, também, de ver as duas instituições discutindo de forma mais ativa a <lavagem de dinheiro> e os "paraísos fiscais". (FSP, 25-09-97, p. 2.1, c. 4)

Cf. **operação financeira, paraíso fiscal**

legislação anticartel sf

Conjunto de leis antimonopolistas que objetivam salvaguardar o livre comércio nos mercados internacional e interno.

Nos últimos 15 anos, em um dos setores mais dinâmicos da economia – da construção civil e dos serviços públicos – a competição foi massacrada por uma cartelização espúria, que encareceu os preços dos contratos e impediu o florescimento de uma nova geração de empreendedores. A maneira de romper esse círculo vicioso é complexa. Primeiro, cria-se uma nova <legislação anticartel>. Depois, um ambiente político que transmita segurança para que as empresas do setor rompam com o cartel e apontem na competição. (FSP, 06-02-94, p. 2.3, c. 1)

Cf. **lei antitruste, livre comércio, mercado internacional, mercado interno**

lei antitruste sf

Lei antimonopolista que objetiva salvaguardar o livre comércio no mercado interno.

O problema com a nova <lei antitruste> é que ela atenta contra o que supostamente defende. Na prática, ela representa muito mais uma ameaça à ordem de mercado do que um mecanismo de salvaguarda da competição. Isso acontece não tanto em função do tamanho das multas e prisões previstas na lei, mas por conta do poder discricionário e quase ilimitado que ela confere ao Conselho de Defesa Econômica (Cade) para "apreciar atos e condutas" e aplicar punições. (FSP, 12-06-94, p. 2.6, c. 5)

Cf. **cartelização, legislação anticartel, livre comércio, mercado interno**

Lei de Patentes sf

Lei que garante ao autor de uma invenção a exclusividade sobre o direito de fabricar, vender e utilizar o invento durante um período determinado.

Muitos políticos brasileiros sabem que, já há algum tempo, as entrevistas com os chamados altos dignatários do governo americano começa-

ram a incorporar no rol dos assuntos prioritários o tal de projeto Sivam, além da rotineira abertura comercial e da indefectível <Lei de Patentes>. (FSP, 26-11-95, p. 2.4, c. 2)

liberalismo comercial sm

Doutrina baseada na livre concorrência e na minimização de intervenção estatal nas relações comerciais entre países.

No jogo financeiro global os japoneses desempenham um papel de auxiliar de primeira linha para a continuação do financiamento externo norte-americano. Mais recentemente decidiram apoiar a prática imperial de adotar as teses do <liberalismo comercial> e da desregulamentação do investimento direto "para os outros", em particular seus negócios menores, os "ex-tigres asiáticos". (FSP, 15-12-96, p. 2.7, c. 4 e 5)

Cf. **comércio internacional, livre concorrência**

liberalização comercial sf

Var. **liberalização do comércio**

Processo que propicia a entrada de produtos estrangeiros em um país por meio da redução de impostos e tarifas sobre as importações e da facilitação de operações financeiras com o exterior.

<Liberalização comercial> – É o processo de redução das barreiras às importações, tanto pela redução dos impostos sobre as importações e das tarifas como pela redução dos produtos com importação diretamente controlada. (FSP, 05-08-90, p. B.20, c. 4)

No tema que dominou a discussão, a <liberalização do comércio> de produtos de informática, tínhamos pouco a dizer: nossa capacidade competitiva nos segmentos de alta tecnologia é baixa porque o custo de geração desses produtos é alto. (FSP, 15-12-96, p. 2.4, c. 3)

Cf. **Imposto de Importação, liberalismo comercial, operação financeira**

liberalização da economia sf

Processo de expansão do liberalismo comercial caracterizado pela maior competitividade no mercado e pela privatização de empresas estatais.

À medida em que as empresas operando no Brasil marcham em direção ao século 21, se defrontam com um ritmo dramático – talvez sem precedentes – de mudanças no ambiente negocial: <liberalização da economia>, globalização crescente, competidores vindos de todas as partes do mundo, a tendência à privatização, os desafios inerentes às empresas familiares e assim por diante. (FSP, 20-08-95, p. 2.2, c. 3)

Cf. **empresa estatal, liberalismo comercial**

liberdade cambial sf

Procedimento adotado por alguns países que permite a livre conversão de moedas estrangeiras.

Do Uruguai, país de <liberdade cambial>, os cruzeiros reais, transformados em dólar, podem seguir para qualquer outro lugar. (FSP, 03-10-93, p. 2.13, c. 4)

licença-maternidade sf

Período de cento e vinte dias em que a empregada que dá à luz é dispensada de comparecer ao trabalho sem sofrer perda salarial.

Ocorrendo o nascimento da criança no decorrer das férias da empregada gestante, o gozo das mesmas fica suspenso durante o período do salário-maternidade (120 dias) sendo retomado logo após o término do benefício previdenciário, com o conseqüente pagamento das diferenças salariais decorrentes de aumentos ocorridos no período da <licença-maternidade>. (FSP, 19-09-93, p. 2.2, c. 1)

Cf. **salário-maternidade**

liquidez sf

Possibilidade de conversão de ações ou bens em moeda corrente.

A intenção do governo é criar com o Fapi uma nova modalidade de poupança que sirva para financiar investimentos de longo prazo.O Fapi não vai substituir o FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço), mas apenas servir como uma alternativa que poderá ser usada com finalidade previdenciária. Segundo Mendonça de Barros, esse tipo de aposentadoria tem a vantagem de não ter nenhum valor previamente acertado para reduzir as possibilidades de problemas de <liquidez>. (FSP, 24-11-96, p. 2.3, c. 4)

Cf. **liquidez diária, liquidez interna**

liquidez diária sf

Possibilidade de retirada dos rendimentos de uma aplicação a qualquer momento.

Mas até lá haverá uma fase de transição, onde a dificuldade será conviver com duas moedas: o cruzeiro real e a URV. Neste período, Assis recomenda Bolsa de Valores para quem tem apetites por riscos e fundo de commodities para os que preferem <liquidez diária>. Os juros devem continuar altos mesmo após a criação do real. (FSP, 27-03-94, p. 2.1, c. 1)

Cf. **aplicação financeira, liquidez**

liquidez interna sf

Possibilidade de conversão de títulos ou ativos de um país em moeda corrente.

Para sua esterilização, a autoridade monetária vai aumentar a colocação de títulos públicos no mercado aberto com duas conseqüências imediatas: o aumento do custo financeiro do Tesouro em função do spread negativo de mais de 20% entre os juros pagos nos títulos públicos em cruzeiros e os recebidos pela aplicação das reservas externas no exterior. Em segundo lugar, a volta da questão controvertida do aumento

da <liquidez interna> pela criação de quase moeda. (FSP, 16-10-94, p. 2.3, c. 4)

Cf. **liquidez**

livre comércio sm

Princípio antiprotecionista baseado na liberalização, por parte dos governos, do fluxo de mercadorias e serviços entre países.

A 11ª Reunião do Conselho do Mercosul (...) deverá terminar sem a assinatura definitiva do principal acordo negociado ao longo deste ano – aquele que trata do <livre comércio> do bloco econômico com a Bolívia. (FSP, 15-12-96, p. 2.11, c. 3)

livre concorrência sf

Princípio do liberalismo econômico que incentiva a competição entre empresas privadas.

O Brasil deve privatizar tendo em conta alguns dos maus resultados da Argentina. (...) assunto dos monopólios: os monopólios estatais viraram monopólios regionais, já que o país foi dividido em regiões para evitar a <livre concorrência>. É o caso dos telefones, com duas empresas, e do gás, com quatro empresas. Para evitar isso, os organismos regulatórios da privatização brasileira têm de ter poder para solucionar esses problemas. (FSP, 16-02-97, p. 2.8, c. 6)

Cf. **empresa privada, neoliberalismo**

livre flutuação sf

Var. **flutuação livre**

Ver **flutuação cambial**

Folha – Não há possibilidade de adoção de um câmbio mais flexível, como o modelo de bandas existente no Brasil?

Cavallo – Só se a Argentina tiver um aumento da produtividade de sua economia maior do que a dos Estados Unidos, ao longo dos próximos anos. Nesse caso, a moeda argentina tende a valorizar-se em rela-

ção ao dólar. Foi o que se passou com o marco alemão e o iene. Nesse caso, iríamos para uma flutuação, mas com a moeda argentina mais forte do que o dólar. Mas isso não significa sair da conversibilidade. É seguir uma <livre flutuação>, em direção à valorização da nossa moeda. (FSP, 26-11-95, p. 2.6, c. 6 e p. 2.7, c. 1)

Esperando a recessão, contentaram-se (temporariamente?) com a fixação arbitrária da paridade entre o real e o dólar e permitiram a <flutuação livre> (?) da taxa de compra de divisas em mercado. (FSP, 31-07-94, p. 2.5, c. 3)

Cf. **banda cambial, inflexibilidade cambial**

livro-caixa sm

Registro de despesas e receitas utilizado por empresas e profissionais liberais.

53) O <livro caixa> usado por profissionais liberais deve, obrigatoriamente, ser registrado na Receita Federal?

O <livro caixa> está dispensado de registro, mas sua escrituração deve estar acobertada por documentação hábil e idônea. (FSP, 17-04-94, p. 2.5, c. 1)

London Interbank Ordinary Rate sf

Acrôn. **libor**

Var. **taxa libor**

Taxa de juros cobrada pelos bancos londrinos com base na variação obtida no mercado local e utilizada no reajuste de operações financeiras internacionais.

Há pouco tempo, o Banco Central da Suécia elevou drasticamente a taxa de juros doméstica, tentando evitar um ataque especulativo contra a Krona, moeda daquele país escandinavo. A taxa de juros, anualizada, chegou a 500%. (...) O mesmo ocorreu anos atrás, quando a "Prime Rate" e a <"Libor"> alcançaram, respectivamente, 21% e 17% ao ano. (FSP, 10-07-94, p. 2.2, c. 3)

Em Londres, o índice FT-100 registrou alta de 1,39%. No mercado de ações de Tóquio, Nikkei recuou 2,35%. A <taxa libor> (prazo de seis meses) fechou a 5,80% ao ano. (FSP, 02-10-97, p. 2.10, c. 6)

Cf. **operação financeira, prime rate, taxa de juros**

longo prazo sm

Período de tempo considerado extenso em relação ao vencimento de créditos ou débitos e ao retorno de investimentos.

Quem se decidir pela aposta, após o vencimento de opções amanhã na Bovespa, deve pensar no médio e <longo prazo>. O curto prazo está com alto risco até para profissionais. (FSP, 16-10-94, p. 2.4, c. 6)

Cf. **curto prazo, médio prazo**

lucro inflacionário sm

Lucro obtido pela desvalorização do dinheiro causada pela inflação.

No que concerne ao <lucro inflacionário>, todavia, isto é, aquele lucro gerado pela inflação, a questão que se recoloca está na legalidade da cobrança de Impostos de Renda sobre o lucro não realizado e que, na intenção originária dos seus criadores, deveria ser deferido até sua efetiva realização, visto que não representa tal lucro uma aquisição de disponibilidade econômica. Numa simplificação – infelizmente todas as simplificações são mutiladoras –, o <lucro inflacionário> resulta em uma conta credora da correção monetária decorrente de um ativo permanente superior ao patrimônio líquido, representando, tal diferencial, lucro obtido por força do processo inflacionário. (FSP, 15-01-95, p. 2.2, c. 3)

Cf. **imposto inflacionário**

lucro operacional sm

Lucro decorrente das operações produtivas das empresas.

US$ 505.470.000 foi o lucro líquido contabilizado pela Telesp em 1993. Um número muito superior ao de 1992 e que foi de US$ 25.713.000.

Mas mais importante ainda foi o <lucro operacional> de US$ 282 milhões em 1993 contra um prejuízo de US$ 54 milhões em 1992. (CE, v. 48, 08-94, p. 11, c. 1)

Nota Sintagma expandido: **lucro operacional tributável**

lucro pré-tributado sm

Lucro cujo imposto é descontado antes da distribuição do ganho.

Visando dinamizar a economia, os liberais mais extremados desejam abolir o imposto sobre ganhos de capital alegando dupla taxação. Ou seja, as pessoas jurídicas pagam impostos sobre lucros, enquanto os acionistas pagam impostos sobre dividendos oriundos dos mesmos <lucros pré-tributados>. (CE, v. 50, 01-96, p. 54, c. 2)

M4 sm

Agregado monetário que abrange o dinheiro em circulação, as aplicações em poupança e os títulos públicos e emitidos por bancos.

De outubro de 1994 a março de 1995, o chamado pelos economistas de <M4> (a soma de todo o dinheiro em circulação na economia mais as aplicações em títulos públicos e emitidos por bancos) cresceu R$ 23,6 bilhões – registrando forte incremento dos CDBs. (FSP, 30-04-95, p. 2.3, c. 2)

A evolução dos agregados monetários se manteve sob controle em novembro, quando a base monetária se expandiu 3% e o agregado mais amplo <(M4)> atingiu 2,1%. As taxas de juros reais se reduziram um pouco, mas ainda há margem para redução adicional nos próximos meses. Em primeiro lugar, porque o governo tem começado a retirar as amarras impostas sobre a concessão de crédito e reduzido o peso do recolhimento compulsório sobre o sistema financeiro. Em segundo, porque a conjuntura é favorável: no exterior os juros devem cair em 1996 e, internamente, a recuperação dos saldos comerciais e o nível recorde das reservas internacionais afastaram o risco de crise cambial. (CE, v. 50, 01-96, p. 8, c. 1)

Cf. **agregados monetários, base monetária, título público**

manufatura de origem agropecuária sf
Sigla **MOA**

Produção com matérias-primas oriundas da criação de animais e da atividade agrícola.

Os produtos que fazem parte das <manufaturas de origem agropecuária (MOA)> decrescem de uma participação da ordem de 41,1% em 1991 para 36,7% em 1993. Entre elas, a carne apresentou baixa nos dois anos, enquanto produtos não-tradicionais, como hortaliças, frutas e legumes, mostraram forte alta em 1992, de 28,6%, e depois uma brusca queda de 48% em 1993, em comparação com igual período de 1992. (CE, v. 48, 02-94, p. 48, c. 2)

Cf. **setor agrícola**

manufatura de origem industrial sf
Sigla **MOI**

Produção com matérias-primas oriundas de atividades ligadas à transformação de bens.

As exportações de <manufatura de origem industrial (MOI)> passaram de uma queda de 8% em 1992 a um aumento de 23% em 1993. Tendo o peso argentino sido continuamente valorizado, durante o período, parte da explicação para a recuperação das exportações industriais pode ser encontrada no aumento da produtividade do setor industrial, conseguido com a implementação de políticas de redução dos custos internos, sobretudo por meio da eliminação de regulamentos e componentes impositivos. Outro fator de influência teria sido o cumprimento de compromissos referentes ao Mercosul. Por exemplo, o forte incremento do componente material de transporte, automóveis em especial, que passa de 2% do total de exportações em 1991 para 4,9% em 1993, relacionando-se com medidas bilaterais visando a reduzir o desequilíbrio comercial do Brasil. (CE, v. 48, 02-94, p. 48, c. 2)

Cf. **setor industrial**

margem de ganho sf

Percentual de ganho obtido por uma empresa em relação ao seu faturamento total.

Pequenos bancos de crédito tendem a desaparecer em função da redução das <margens de ganho> imposta pela estabilização da economia. A atividade será concentrada em grandes instituições. (FSP, 03-12-95, p. 2.7, c. 3)

Sin. **margem de lucro**

margem de lucro sf

Ver **margem de ganho**

A experiência vem mostrando <margem de lucro> bem maior nas locações. Tanto que estamos entrando também no mercado de aluguel de tevês. (FSP, 12-04-92, p. 2.1, c. 1)

market share s

Percentual de participação de uma empresa no mercado de um produto ou serviço.

Conforme explicitado na tabela 1, as 30 empresas consideradas obtiveram um crescimento real de faturamento da ordem de 40% no primeiro semestre de 1994 em relação a igual período do ano anterior. Estes dados revelam um aspecto econômico importante, sinalizando ganhos de <market share> por parte das empresas em questão. No entanto, considerando seu desempenho em termos de lucros, os resultados obtidos foram opostos: de um total de 115,5 milhões de URV em termos consolidados, os lucros semestrais desse grupo foram reduzidos para 47,2 milhões de URV, sofrendo um declínio de 59,10% em termos reais. (CE, v. 49, 01- 95, p. 29, c. 1)

Nota Empréstimo do inglês

maxidesvalorização sf

Var. **máxi**

Aumento brusco e acentuado dos preços de moedas estrangeiras com o objetivo de reduzir as importações e equilibrar a balança comercial de um país.

Sem <máxi>

Segundo o diretor da AEB, os exportadores brasileiros não desejam que a equipe econômica promova uma <maxidesvalorização> do real, pois seu resultado seria ruim para todos. (FSP, 01-11-97, p. 2.10, c. 3)

Cf. **minidesvalorização**

médio prazo sm

Período de tempo considerado intermediário, entre o curto e o longo prazo, em relação ao vencimento de créditos ou débitos e ao retorno de investimentos.

Os prazos na análise econômica variam com o momento histórico. Numa economia como a brasileira, um a dois trimestres já é <médio prazo>. (FSP, 12-08-90, p. B.16, c. 5)

Cf. **curto prazo, longo prazo**

megaespeculador sm

Investidor que aplica quantias relativamente elevadas em um mercado de risco.

Prova maior dos altos riscos envolvidos nestes mercados é que até <megaespeculadores> queimaram as mãos neles no final de março. George Soros, 63, dono do fundo Quantum Emerging Grouth (estimado em US$ 11 bilhões), deixou para trás US$ 600 milhões no dia 14 de fevereiro (primeira alta de juros nos EUA após cinco anos) ao empenhá-los na aposta de que o dólar subiria em relação ao iene. (FSP, 17-04-94, p. 2.12, c. 2)

Sin. **megainvestidor**

Cf. **aplicação financeira, investimento de risco, mercado acionário, mercado de risco**

megainvestidor sm

Ver **megaespeculador**

Claro que não se trata de fazer a caveira de empresas de consultoria tão prestigiadas. Parece que o problema está na própria natureza da informação financeira. Um problema que poucos estão dispostos a reconhecer.

Um desses poucos e insuspeitos críticos fez fortuna e se transformou num ícone das finanças globais. É o <megainvestidor> George Soros, que desenvolveu a teoria da "reflexividade". (FSP, 26-11-95, p. 2.2, c. 5 e 6)

meios de pagamento sm

Recursos detidos por um país em dinheiro em espécie e em depósitos à vista efetuados em seus bancos comerciais.

A evolução da oferta de moeda demonstra que o Banco Central conseguiu recuperar o controle das emissões. Os agregados monetários mais restritos, base monetária e <meios de pagamento> (M1), decresceram 7,2% e 2,4% respectivamente, em abril, e 13,8% e 9,4% desde janeiro. Os agregados mais amplos, M2, M3 e M4, que são formados por depósitos e títulos de alta liquidez, cresceram 0,4%, 2,2% e 0,9% em abril, respectivamente, demonstrando também desaceleração em relação ao período anterior. (CE, v. 49, 07-95, p. 16, c. 1)

Cf. **banco comercial, depósito à vista, dinheiro em espécie**

mercado acionário sm

Var. **mercado de ações**

Mercado em que se realizam operações de compra e venda de ações pertencentes a empresas.

O mercado de capitais e, mais especificamente, o <mercado acionário> devem ser os instrumentos de viabilização da reforma da Previdência e da intensificação do processo de privatização. Não é possível que se continue percebendo o mercado acionário apenas como um instrumento de especulação para poucos. (FSP, 24-09-95, p. 2.2, c. 5)

Dá uma idéia, entretanto, de quanto está em jogo no <mercado de ações>. E prejuízo efetivo de fato ocorreu, principalmente em instituições que operavam alavancadas nos mercados futuros. (*FSP, 29-10-97, p. 2.3, c. 4*)

Mercado Comum do Cone Sul sm

Acrôn. **Mercosul**

Associação econômica estabelecida entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que objetiva facilitar e aumentar as transações comerciais realizadas entre os países-membros e, futuramente, adotar taxas de importação comuns em relação a outros países ou blocos econômicos.

O Tratado de Assunção, em seu capítulo 1, artigo 1º, reza que "os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará <'Mercado Comum do Sul' (Mercosul)>." (*FSP, 23-01-94, p. 2.2, c. 3*)

A 11ª Reunião do Conselho do Mercosul (...) deverá terminar sem a assinatura definitiva do principal acordo negociado ao longo deste ano – aquele que trata do livre comércio do bloco econômico com a Bolívia. O presidente Fernando Henrique Cardoso e seus colegas do <Mercosul> (...) e da Bolívia deverão firmar documento tímido, que prevê a renegociação de tarifas e a implementação do acordo em data não prevista de 1997. (*FSP, 15-12-96, p. 2.11, c. 3*)

<Mercosul>

É uma união aduaneira entre o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Isso significa que, além da livre circulação de mercadorias e cidadãos, esses quatro países também poderão adotar políticas alfandegárias comuns – ou seja, instituir taxas de importação para produtos de outros países. (*FSP, 13-10-97, p. 1.11, c. 2*)

Cf. **Área de Livre Comércio das Américas, bloco econômico, Imposto de importação, transação comercial**

mercado de câmbio sm

Mercado em que se realiza a troca de moeda nacional por moedas estrangeiras.

As chances de uma valorização do dólar acima da taxa de juros até o início do ano que vem são bastante remotas, pela análise dos especialistas do <mercado de câmbio>. (FSP, 18-09-94, p. 2.11, c. 1)

Nota A troca é efetuada de acordo com o preço de cada moeda estrangeira em moeda nacional.

Sintagmas expandidos: **mercado de câmbio de taxas livres, mercado de câmbio livre**

mercado de locações sm

Mercado que reúne a oferta e a demanda de imóveis disponíveis para locação.

Com a entrada do Plano Real e as regras de conversão dos aluguéis estabelecidas pelo Governo, o nível de incerteza no <mercado de locações> aumentou, consideravelmente. (CE, v. 48, 09-94, p. 5, c. 1)

mercado de opções sm

Mercado em que se negocia o direito de optar pela compra ou venda de ações no futuro.

Além do feriado nos EUA, o mercado financeiro nacional está fortemente influenciado pelo vencimento dos contratos futuros do Ibovespa, marcado para quarta-feira, e pelo vencimento no <mercado de opções>, na próxima segunda-feira. (FSP, 14-10-97, p. 2.12, c. 1)

Cf. **mercado futuro**

mercado de risco sm

Mercado cujas aplicações não oferecem remuneração pré-determinada aos investidores.

É verdade que poderá tentar controlar administrativamente a entrada e saída de capitais de curto prazo e sujeitar a paridade do real com o

dólar a uma grande flutuação. Esta, porém, não pode ser tão ampla que mergulhe os <mercados de risco> numa especulação juro-câmbio, infernal para a administração do BC. (FSP, 12-02-94, p. 2.7, c. 5)

Cf. **investimento de risco, megaespeculador**

mercado doméstico sm

Ver **mercado interno**

Para compensar o exportador (que adianta contratos para aplicar reais no <mercado doméstico>), atrair dólares e conter o consumo sem mexer no câmbio, o governo mantém os juros altos. (FSP, 28-05-95, p. 2.11, c. 3)

mercado emergente sm

Mercado financeiro de países em desenvolvimento que atraem a confiança de investidores internacionais.

Mas há também um paradoxo. O interesse maior nos <mercados emergentes> (coisa boa) acaba criando desequilíbrios que afetam a percepção de risco dos investidores nesses mesmos mercados (coisa ruim). (FSP, 28-09-97, p. 2.2, c. 2)

mercado futuro sm

Mercado em que são contratados ou previamente estabelecidos preços, juros e outros valores nas bolsas de mercadorias e futuros e que objetiva salvaguardar os investidores de acontecimentos inesperados.

Ocorre que os mercados internacionais são interligados. Nos <mercados futuros> (onde investidores compram e vendem ações apostando no seu valor em determinada data futura), quando ocorrem grandes desvalorizações, o investidor "vendido" (que se dispôs a vender a ação por determinado preço) é obrigado a repor a margem (aportar mais garantias à Bolsa). (FSP, 29-10-97, p. 2.3, c. 1)

Nota Sintagmas expandidos: **mercado futuro de café, mercado futuro de dólar, mercado futuro de juros**

Cf. **Bolsa de Mercadorias & Futuros, mercado de opções**

mercado internacional sm

Mercado constituído pelas economias de todos os países.

Em 91 os enfoques praticamente· inexistem, obrigando o país a comprar boa parte do que consome no <mercado internacional>. (FSP, 22-09-91, p. 3.1 c. 2)

Sin. **mercado mundial**

mercado interno sm

Conjunto de todos os mercados localizados em um país.

Os fabricantes de veículos devem vender 60 mil caminhões no <mercado interno> em 97, 18 mil a mais do que o resultado estimado pela indústria para este ano.

Para Smidt, o desempenho do segmento dos caminhões será "a grande surpresa" de 97, depois do mau resultado em 96.

Ele lembra que no Brasil há apenas 1 veículo para cada 10 habitantes, enquanto na Argentina essa proporção é de 1 para 6. Na Alemanha e Japão, para cada 2 habitantes existe um carro. (FSP, 17-11-96, p. 2.16, c. 6)

Sin. **mercado doméstico**

mercado monetário sm

Setor do mercado financeiro, constituído por bancos comerciais, empresas financeiras de crédito e outras instituições financeiras, no qual se realizam movimentações de ativos de alta liquidez no curto prazo.

E a economia sempre tem dois lados: taxas de juros altas são péssimas para a indústria, o comércio e devedores. Mas são boas para os poupadores. Quando o <mercado monetário> é livre (coisa que no Brasil é uma miragem longínqua), a taxa de juros iguala a oferta e a demanda e equilibra o mercado. (FSP, 10-12-95, p. 2.7, c. 6)

Cf. **banco comercial, curto prazo, instituição financeira, liquidez**

mercado mundial sm

Ver **mercado internacional**

Um estudo do Banco Mundial, editado no ano passado, dá bem a medida das transformações ocorridas: até 1978, cerca de um terço da população ativa do mundo vivia nos fechados países comunistas. (...) "Se as tendências atuais se mantiverem daqui até o ano 2000, menos de 10% dos trabalhadores viverão em países muito afastados dos <mercados mundiais>", conclui o estudo. (FSP, 08-12-96, p. 2.1, c. 1)

mercado secundário sm

Mercado em que se negociam ações ou títulos emitidos anteriormente.

O <mercado secundário> tem interesse nos títulos, mas não conhece a agricultura. E não precisará conhecer, se o mercado que emite os títulos for de alta credibilidade. Na falta de um mercado de credibilidade, procurar-se-á uma instituição financeira (banco) que "avalize" os títulos, ou que lhes dê confiança e credibilidade, pois o mercado secundário não corre riscos além dos que lhe são peculiares. Os fundos têm seus limites e têm também os seus riscos (falamos, naturalmente, do fundo de commodities). Além desses riscos, nada mais. (CE, v. 49, 01-95, p. 43, c. 3)

Nota **MERCADO PRIMÁRIO** – Mercado de títulos em fase de lançamento para subscrição pública. Nessa fase, os títulos em apreço não precisam ser negociados em bolsa. (Sandroni, 1994, p. 218)

minidesvalorização sf

Aumentos freqüentes e pouco acentuados dos preços de moedas estrangeiras em moeda nacional.

O diretor técnico da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), José Augusto de Castro, defendeu ontem a aceleração das <minidesvalorizações> do real que o governo vem promovendo. Isso ajudaria, segundo ele, a compensar o aumento dos custos de finan-

ciamento às exportações que a alta dos juros, anunciada anteontem, deve causar. (FSP, 01-11-97, p. 2.10, c. 3)

Cf. **maxidesvalorização**

modelo neoliberal sm

Ver **neoliberalismo**

O lado mais perverso é que essa opção por um <modelo neoliberal> impõe novos valores e importantes mudanças políticas. O país celebra o individualismo, o consumismo e a ética da eficiência se impõe à ética da solidariedade.

Nesse <modelo neoliberal>, uma parte cada vez maior da população simplesmente não serve, a economia caminha sem sua contribuição. (FSP, 10-12-95, p. 2.4, c. 6)

moeda desindexada sf

Ativo monetário que não exige indexação pelo fato de manter constante seu poder de compra.

Quarto: quem sabe, se o ministro fizer o que se propõe aqui, ele tenha a felicidade de curtir um país menos fragmentado, que não precise de URVs, Ufirs, ORs ou TRs para chegar ao objetivo final, uma <moeda desindexada>, de nome simples e caráter forte, um cruzeiro estável, como, de fato, todos desejamos. (FSP, 26-12-93, p. 2.2, c. 6)

Sin. **moeda estável**

Cf. **moeda indexada**

moeda estável sf

Ver **moeda desindexada**

O desejável é uma <moeda estável> (desindexada) e não uma moeda forte. Esta última, por definição, é privilégio dos países do Primeiro Mundo que dominam o sistema financeiro mundial. (FSP, 31-07-97, p. 2.5, c. 2)

moeda fiduciária sf

Moeda não-lastreada e sem valor intrínseco, cujo preço é determinado pelo governo.

A tentativa de lastrear a nova moeda em dólar, numa cesta de moedas em ações das estatais, em hipótese de ativos reais, ou sob que forma seja, não fará nascer por si só uma moeda "real" em qualquer sentido da palavra. Será obrigatoriamente uma <moeda fiduciária>, como todas as moedas conhecidas contemporâneas. (FSP, 08-05-94, p. 2.5, c. 1)

Nota A moeda assume várias formas. Na economia dos EUA fazem-se transações com um item cuja única função é a de servir de moeda. Os pedaços de papel com a figura de George Washington teriam pouco valor se não fossem geralmente aceitos como moeda. A moeda que não tem valor intrínseco é chamada de <moeda fiduciária>, uma vez que é moeda porque isso foi determinado por uma lei.

Embora a <moeda fiduciária> seja a norma na maioria das economias contemporâneas, historicamente muitas sociedades usaram como moeda um bem com algum valor intrínseco. Moeda deste tipo é chamada moeda-mercadoria.

O ouro é o exemplo mais difundido de moeda-mercadoria. Quando o ouro serve de moeda, diz-se que a economia está sob o padrão-ouro. O ouro é uma forma de moeda-mercadoria porque pode ser usado para várias finalidades – jóias, obturações dentárias etc. – além de seu uso como meio de troca. Os EUA e muitos outros países adotaram alguma forma de padrão-ouro durante a maior parte do século XIX.

(...) Concluindo, a necessidade do lastro ouro se torna irrelevante. Se ninguém se dá ao trabalho de trocar as notas por ouro, ninguém se preocupa com o lastro. Enquanto todos continuarem aceitando os certificados, ou notas, nas transações, estes terão valor e servirão como moeda. Assim, um sistema de moeda-mercadoria se transforma gradualmente em um sistema de <moeda fiduciária>. (Mankiw, 1992, p. 99-101)

moeda indexada sf

Ativo monetário cujo valor é corrigido periodicamente para compensar os efeitos da inflação sobre seu poder de compra.

No passado, com a inflação na casa dos 40% ao mês, a escolha de quem iria perder era dada pelo acesso ao que os economistas chamam de <"moeda indexada"> (o dinheiro que rendia todo o dia e não perdia seu poder de compra). Quem não tinha pagava a conta. (FSP, 16-07-95, p. 2.5, c. 3)

Cf. **moeda desindexada, taxa de inflação**

moeda podre sf

Título emitido pelo governo com o objetivo de saldar dívidas para com o setor privado e que sofre desvalorização em conseqüência da perspectiva de não-pagamento.

<"Moedas podres"> são títulos emitidos pelo governo para pagar dívidas com a iniciativa privada que vão perdendo o valor à medida que o governo paga os débitos. (FSP, 27-05-94, p. 1.10, c. 6)

Para José Pio Borges, o apelido de <"moedas podres"> já não é adequado para os títulos que foram usados como meios de pagamentos nas privatizações. Segundo ele, esses papéis estão sendo hoje muito procurados para servir de lastro para fundos de renda fixa. (FSP, 15-09-97, p. 1.11, c. 5)

Sin. **título podre**

Cf. **setor privado**

moeda única européia sf

Var. **moeda única**

Ver **euro**

Analistas avaliam que a <moeda única européia> abalará hegemonia mundial norte-americana (subtít.) (FSP, 14-12-97, p. 1.2, c. 4)

A idéia de uma <moeda única> com circulação livre por todo o território europeu é antiga. O renascimento da tese nos anos 70 deveu-se à visível expansão do comércio europeu. Mas a idéia não é nova: no

século 19, por exemplo, a libra inglesa desempenhou esse papel. O centro do sistema de empréstimos internacionais indubitavelmente era Londres. Hoje, os ingleses parecem temer a <moeda única> e dizem abertamente que não vão tomar parte. Afinal, a Inglaterra nunca foi mesmo da Europa continental e vai continuar insular. (FSP, 05-11-95, p. 2.7, c. 5)

moeda-lastro sf

Moeda utilizada sob forma de reserva, que objetiva cobrir um determinado valor monetário a ser emitido sob a garantia da autoridade monetária responsável.

O "currency board" é uma autoridade monetária simples. Ele emite uma moeda sob sua chancela, para circulação local, contra o recebimento de dólares ou de outra moeda escolhida como âncora. Uma vez emitida uma certa quantia inicial desta moeda, contra o estoque de divisas que dá o primeiro lastro às operações, as emissões futuras ficam dependentes da entrada (ou saída) de dólares.

(...) A regra de operação básica do "currency board" é estabelecer uma taxa de câmbio e manter conversibilidade da moeda que emite contra a <moeda-lastro>. (FSP, 03-10-93, p. 2.2, c. 3)

Cf. **autoridade monetária, reservas cambiais**

monetização sf

Aumento do uso de papel-moeda ou de cheques.

O mecanismo de financiamento monetário chega ao fim, quando ninguém mais deseja reter a moeda emitida pelo governo, em função de sua desvalorização acelerada. Assim, a alternativa de financiamento via <monetização> de déficits tem limites que impedem o seu uso indiscriminado. (CE, v. 48, 09-94, p. 20, c. 1)

Nota Derivado prefixal: **remonetização**

O governo tem insistido em que a expansão da base monetária além do limite de R$ 7,5 bilhões até setembro, que fora estabelecida na me-

dida provisória que criou o real, não representa problema para o plano visto que (...) b) os dados de execução da política monetária em julho e agosto indicam que "a <remonetização> da economia ocorreu (...) exclusivamente pelo aumento da demanda de papel-moeda e depósitos à vista, não resultando de pressões advindas dos fatores condicionantes da base monetária" (BCB – Nota à Imprensa). (CE, v. 48, 10-94, p. 15, c.1)

monopólio estatal sm

Monopólio do mercado de determinado produto ou serviço detido pelo setor público.

Poucos meses depois de aprovada emenda constitucional flexibilizando o <monopólio estatal> do setor, o governo editou a legislação mínima necessária a que deslanchem, uma vez obtida a aprovação no Congresso, os processos de concessão de serviços nas áreas de satélites, telefonia móvel, TV a cabo e transmissão de dados. (FSP, 03-12-95, p. 2.4, c. 5)

Sin. **monopólio público**

Cf. **empresa estatal, monopólio privado, setor público**

monopólio privado sm

Monopólio do mercado de determinado produto ou serviço detido pelo setor privado.

Aliás, a privatização da infra-estrutura – tomado o cuidado de garantir a competição e não substituir simplesmente o <monopólio> público pelo <privado> – é fundamental para melhorar a competitividade sistêmica e constituir-se na única fonte não-inflacionária de recursos para dar suporte aos programas de emergência e a reforma do Estado. (FSP, 11-09-94, p. 2.2, c. 5)

Cf. **empresa privada, monopólio estatal, setor privado**

monopólio público sm

Ver **monopólio estatal**

Aliás, a privatização da infra-estrutura – tomado o cuidado de garantir a competição e não substituir simplesmente o <monopólio público> pelo privado – é fundamental para melhorar a competitividade sistêmica e constitui-se na única fonte não inflacionária de recursos para dar suporte aos programas de emergência e à reforma do Estado. (FSP, 11-09-94, p. 2.2, c. 5)

moratória fiscal sf

Suspensão da exigência do pagamento de impostos.

Com exceção dos ingressos advindos da <moratória fiscal> e das contribuições para aposentadorias, o resto da arrecadação fiscal superou as projeções. (CE, v. 48, 09-94, p. 62, c. 3)

movimento especulativo sm

Operação com moeda estrangeira que objetiva a obtenção de lucros elevados.

É bastante provável que eventuais estrangulamentos no balanço de pagamentos, que possam ocorrer devido à valorização do real, sejam solucionados com a redução das limitações impostas ao capital estrangeiro, já que, por um lado, mudanças na política cambial comprometeriam a credibilidade do plano e por outro lado, o atual volume de reservas é fundamental para inibir <movimento especulativo> com o dólar. (CE, v. 48, 09-94, p. 9, c. 1)

Cf. **capital especulativo**

mudança cambial sf

Mudança no regime de cotação de moedas que objetiva estabelecer uma nova taxa de câmbio.

Em entrevista exclusiva à **Folha**, *Cavallo admitiu que pode haver <mudança cambial> no país. Segundo ele, o peso pode se valorizar*

em relação ao dólar num prazo de três a cinco anos. Isso dependeria do aumento da produtividade argentina em relação à dos EUA. (FSP, 26-11-95, p. 2.6, c. 3)

Cf. **desvalorização cambial, valorização cambial**

mundialização sf

Ver **globalização**

Globalização e <mundialização> são quase sinônimos. Os americanos falam em globalização. Os franceses preferem <mundialização>. (FSP, 02-11-97, Especial, p. 2, c. 5)

neoliberalismo sm

Doutrina político-econômica que constitui uma adaptação moderna dos princípios do liberalismo, em que são incentivadas as atividades e as iniciativas individuais em contraposição às do Estado.

Para quem quer que tenha imaginado este fim de século como um "fim de História" sem graça, as coisas até que estão sendo bastante emocionantes. Acumulam-se obstáculos ao que parecia uma consolidação tranqüila do <neoliberalismo>, tido como adesão irrestrita às chamadas leis do mercado. (FSP, 10-12-95, p. 2.2, c. 3)

Sin. **modelo neoliberal**

Cf. **iniciativa privada**

nicho de mercado sm

Grupo de consumidores que apresentam os mesmos interesses e objetivos e constituem um elevado potencial para o consumo.

A busca frenética dos bancos por novos <nichos de mercado> apenas começou. Se até o Real os bancos podiam fazer de tudo um pouco, agora eles têm que ser muito bons em poucas coisas. (FSP, 03-12-95, p. 2.7, c. 3)

norma tributária sf

Lei reguladora dos cálculos e dos pagamentos de tributos.

O que está em jogo neste litígio é o exercício das funções de administração tributária. Não é possível em pleno final do segundo milênio, que uma entidade privada, embora poderosa, impeça o poder público de cumprir o seu dever de zelar pela correta observância da <norma tributária>, obstando que o pagamento correto de um tributo seja feito. (FSP, 16-10-94, p. 2.2, c. 4)

onça-troy sf

Unidade de medida e referência do ouro, equivalente a 31,1 gramas.

O preço do ouro subiu 0,37% em Nova York na última semana. A <onça-troy> (31,1 gramas) está em US$ 384,90. (FSP, 13-11-94, p. 2.4, c. 1)

Nota **troy** – empréstimo do inglês

onda sucessiva sf

Processo pelo qual ações de menor liquidez, menos negociadas nas bolsas de valores, passam a ocupar o lugar de ações com maior liquidez.

As Bolsas de Valores não são mais as mesmas. A entrada dos investidores estrangeiros desequilibrou esse mercado, ainda restrito para tanto dinheiro. Ganha força o que os analistas chamam de <ondas sucessivas>. Isto é, as ações de maior liquidez começam a perder espaço para os papéis menos negociados. Essa tendência pode se firmar com o Plano FHC. (FSP, 13-02-94, p. 2.1, c. 1)

Cf. **liquidez**

operação ativa sf

Operação pela qual os bancos financiam determinada transação econômica.

Há sinais de que o BC está considerando mudanças nessa direção. Com efeito, em maio, foram tomadas as seguintes medidas: a) foi

eliminado o compulsório de 60% sobre o saldo de depósitos a prazo que excedesse o valor verificado na última semana de fevereiro; b) foi reduzido de 15 para 10% o recolhimento compulsório sobre as <operações ativas> (financiamentos) dos bancos. (CE, v. 49, 07-95, p. 17, c. 2 e 3)

Cf. **transação econômica**

operação comercial sf

Operação pela qual se efetua a compra ou a venda de determinada mercadoria.

B – Essas debêntures, sem prazo de vencimentos e resgatáveis no caso da dissolução da SPE mediante a sua transformação em quotas – partes do empreendimento, pagam juros fixos de 1% ao mês até que ele entre em <operação comercial>. A partir daí, os papéis dão direito a uma participação nos lucros do negócio. (FSP, 04-12-94, p. 2.3, c. 6)

operação de crédito sf

Operação, efetuada por instituições bancárias, pela qual são oferecidos empréstimos a clientes especiais que possuem algum bem para garantia do pagamento do valor emprestado.

Segundo o estudo da Austin, as <operações de crédito> dos estrangeiros, contando já com a renda do BCN, chegariam a 18,1% do total do setor bancário privado nacional (a pesquisa exclui os bancos públicos). No final de 1996, o percentual era de 4,3%. (FSP, 28-09-97, p. 2.1, c. 3 e 4)

operação de depósito interbancário sf

Operação pela qual é efetuada a troca de dinheiro entre instituições bancárias.

Os fundos de commodities estão projetando rentabilidade bruta de 3,90%, em média, para este mês, contra 4,14% para as <operações de Depósito Interbancário> (DI), que são taxas mais altas do mercado

financeiro. Esta projeção para novembro pode se alterar porque os juros estão em alta. (FSP, 13-11-94, p. 2.4, c. 4)

operação de refaturamento sf

Operação pela qual empresários do comércio exterior abrem subsidiárias em paraísos fiscais com o objetivo de que parte do lucro gerado pelas exportações permaneça no exterior.

Atrasos na legislação permitem incentivos à criatividade dos agentes econômicos, como a <operação de refaturamento>, negócio feito pelos empresários do setor de comércio exterior. Por ela, cerca de 10% do dinheiro gerado das exportações jamais chegam ao Brasil. Em dinheiro, somam mais de US$ 3,5 bilhões ao ano.

Os exportadores montaram esse artifício para ficar com dinheiro depositado no exterior. Eles abrem subsidiárias em algum país com regime de paraíso fiscal e registram sua vendas para essa filial, embora o comprador seja outro. Dizem que estão contratando o negócio para recebimento no prazo de 180 dias, mas, na verdade, o pagamento é feito à vista ou 30 dias. (FSP, 20-02-94, p. 2.13, c. 3)

Cf. **comércio exterior, paraíso fiscal**

operação-desmonte sf

Operação pela qual o governo federal transfere encargos para estados e municípios.

Em razão dessas alterações, os recursos tributários disponíveis (receitas tributárias menos transferências constitucionais) da União ficaram reduzidos. A reação da União a essas perdas leva a caminhos distintos. De um lado, a tentativa de livrar-se dos compromissos com a aplicação da chamada <operação desmonte> (repasse de encargos para estados e municípios) não chegou a ser efetuada de maneira satisfatória, sendo até hoje motivo de divergências políticas. Por outro lado, são elevadas as receitas não compartilhadas com as unidades administrativas subnacionais, como, por exemplo, a criação de novas fontes de imposição

tributária (contribuição sobre o lucro das empresas) e a elevação da alíquota de contribuição do Finsocial (atual Cofins) para 2%. (CE, v. 48, 09-94, p. 32, c. 2)

operação financeira sf

Operação pela qual se efetuam transações com títulos financeiros ou com operações de crédito.

O carro-chefe das cotações do dólar é o chamado mercado de câmbio livre, que concentra 94% do volume do negócio, com as transações comerciais (exportações e importações) e as <operações financeiras> (investimentos estrangeiros nas Bolsas de Valores, empréstimos externos e remessas de lucros e dividendos). (FSP, 18-09-94, p. 2.11, c. 2)

Cf. **operação de crédito**

operação interbancária sf

Operação efetuada entre bancos por meio de depósitos interbancários.

No Brasil, os juros estão em 3,64% ao mês – 53,58% ao ano – nas <operações interbancárias> de um dia (DI-over). (FSP, 16-10-94, p. 2.8, c. 2)

Cf. **Certificado de Depósito Interbancário**

operação zé-com-zé sf

Operação fictícia, realizada por empresas de um mesmo grupo ou por intermediários de um investidor, que objetiva provocar a alta ou a baixa de ações por meio da compra e da venda desses papéis no mesmo dia.

<Operação "Zé-com-Zé">

Era uma forma utilizada por Nahas para manipular os preços das ações.

1) Nahas comprava ou vendia um lote de ações por meio de empresas de sua propriedade ou de um intermediário ("laranja").

2) Com a operação já combinada, outro intermediário vendia ou com-

prava essas mesmas ações, gerando um círculo de negócios que estimulava a procura ou a venda de um determinado papel. Na verdade, Nahas negociava com ele mesmo para manipular os preços. (FSP, 15-10-97, p. 2.5, c. 2 e 3)

Cf. **laranja**

orçamento doméstico sm

Total dos recursos previstos para as despesas de consumo de uma família.

A família pobre destina pouco mais de metade de seus gastos à alimentação, composta de três itens: arroz e feijão, massas e farinha e aves e ovos. Outras despesas importantes dessa família são aluguel e transporte público. Juntas essas duas classes de despesas absorvem aproximadamente 30% do <orçamento doméstico>. O restante é dirigido a roupas, material de limpeza, bebidas e fumo. Não há, nesta faixa de renda, gastos privados com educação e saúde. (CE, v. 48, 09-94, p. 12, c. 1)

orçamento fiscal sm

Total dos recursos, arrecadados por meio de tributos, com os quais o poder público financia suas despesas.

O financiamento dos gastos com saúde e assistência são, portanto, de responsabilidade do conjunto da sociedade, devendo os recursos provir do <Orçamento Fiscal>, em particular dos orçamentos fiscais de Estados e municípios. (FSP, 19-09-93, p. 2.2, c. 4)

Orçamento Geral da União sm

Sigla **OGU**

Total das aplicações e dos recursos previstos para o financiamento das despesas do governo federal.

As receitas deverão crescer 1% do PIB, sendo 0,6% correspondente à criação da CPMF, mas são insuficientes para fazer frente ao financiamento das despesas. Entretanto, o <Orçamento Geral da União> foi elaborado em bases mais realistas. (CE, v. 50, 10-96, p. 14, c. 3)

Cf. **aplicação financeira**

Organização Mundial do Comércio sf
Sigla **OMC**
Instituição que estabelece regras e disciplina no âmbito das negociações do comércio internacional.
<Organização Mundial do Comércio>, nascida a 1° de janeiro de 95, para substituir com funções ampliadas o Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Regula o comércio internacional e dela participam 127 países. Outros 20 estão em processo de adesão. O Brasil é membro fundador. (FSP, 08-12-96, p. 2.4, c. 3 e 6)
Cf. **comércio internacional**

overgold sm
Fundo de investimento de curto prazo em que o dinheiro, com lastro em ouro, é aplicado por um dia.
O <overgold> é hoje a melhor aplicação de curto prazo, pois rende mais que os fundos de carteira livre de ações com perfil de renda fixa. Isto porque não é tributado pelo IOF, que atinge os fundos de ações e reduz o ganho das aplicações por prazo inferior a 16 dias úteis.
Por não ser regulamentado pelo Banco Central, o <"overgold"> é praticado por poucas instituições e também limitado aos grandes clientes.
Na maneira mais comum de operá-lo, o banco compra ouro na BM&F (com liquidação no mesmo dia) e aplica o dinheiro no CDI. Paga juros ao redor de 93% do CDI. Para prazos de até 14 dias úteis, o ganho é maior que a carteira livre, que paga em média 98% do CDI.
Quanto menor o prazo, maior a vantagem do <overgold>. Para 14 dias, o <overgold> rende 24,49% líquidos e o carteira livre, 24,17%. Para quatro dias, 6,43% e 4,29%, respectivamente. Depois de 15 dias, ocorre o contrário: carteira livre rende 26,83% e o <overgold> 26,47%. (FSP, 20-03-94, p. 2.11, c. 1)
Nota Empréstimo do inglês
Cf. **curto prazo, fundo de investimento**

overshooting s

Fenômeno econômico em que se observa a queda da cotação do dólar, no curto prazo, como conseqüência da mudança da política cambial.

O problema é que na passagem do regime de taxas de câmbio indexadas com acumulação de reservas para o de taxas flutuantes (ou quase, ocorre o fenômeno conhecido em economês como <overshooting>: o dólar cai a curto prazo abaixo da sua posição de equilíbrio a médio e longo prazo. Ou seja, esta última taxa, se não chega à paridade de 1 para 1, também não é tão baixa quanto 85 centavos de real para dólar. A razão do fenômeno é que o primeiro ajuste da taxa de câmbio ocorre apenas na conta de capital (onde se contabilizam a entrada e a saída de capitais), já que o balanço comercial leva vários meses para reagir à mudança cambial. (Ex, 21-12-94, p. 13, c. 1)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **curto prazo, política cambial**

oversold a

Referente à situação em que o mercado financeiro apresenta mais títulos do que dinheiro.

No dia em que há um pesado recolhimento de impostos, o mercado fica seco e o juro explode; mas no dia de pagamento do funcionalismo, o mercado fica alagado e o juro despenca.

No caso da segunda alternativa, é interessante para o BC que o mercado fique desequilibrado e, como se chama no jargão, <"oversold"> (com mais títulos do que dinheiro). É que, desta forma, o BC estabelece mais facilmente o juro, no momento em que recompra por um dia os títulos em excesso. (FSP, 18-06-95, p. 2.5, c. 4)

Nota Empréstimo do inglês

pacotaço sm

Conjunto de medidas de política econômica implantadas simultaneamente que objetivam solucionar problemas referentes à Economia.

Balbuciavam, não explicavam coisa alguma em português e, mesmo em economês, tiveram lá suas vacilações. Davam a impressão de que a honestidade intelectual de muitos deles colidia com a obrigação de mentir ou tergiversar sobre os efeitos do <pacotaço>, em especial sobre a atividade econômica e, por extensão, o emprego. Por isso, coravam. (FSP, 11-11-97, p. 2.2, c. 3)

Nota *A expressão "<pacote> econômico" entrou em uso a partir do governo José Sarney (1985-1990) para definir um conjunto de medidas drásticas que visam a alterar o curso da economia do país. (FSP, 12-11-97, p. 1.6, c. 5)*

Derivado sufixal de **pacote** (reg. em Ferreira)

pacote anticonsumo sm

Conjunto de medidas que objetivam conter as despesas de consumo.

Ou seja, a equipe econômica do governo FHC parece estar convencida de que o aumento dos juros aumentaria os gastos com a dívida pública interna, sem conter a saída de dinheiro das aplicações financeiras para o consumo. Neste campo, limitou-se a melhorar a competitividade da poupança mexendo no redutor da TR. *Preferiu tentar refrear a demanda na economia com o <pacote anticonsumo> do Plano Real, baixado na quarta-feira, cercando as fontes de recursos que sustentam as vendas a prazo dos lojistas – automóveis e eletrodomésticos – fora do sistema convencional de empréstimos bancários. (FSP, 26-02-95, p. 2.4, c. 3)*

pacote fiscal sm

Conjunto de medidas que objetivam alterar a política fiscal do governo por meio do aumento da arrecadação tributária e da diminuição dos gastos públicos.

É evidente que a alta dos juros, principalmente, mas também o <pacote fiscal> de ontem, podem ajudar a atenuar o problema externo.

No entanto, deve fazê-lo de forma perversa, ao provocar a desaceleração da economia. Com ela, diminui a demanda por produtos importados e sobe o excedente disponível para exportar. Cai, portanto, o déficit comercial. (FSP, 11-11-97, p. 1.2, c. 2)

Cf. **gasto público, pacotaço, política fiscal**

pacto fiscal sm

Pacto estabelecido entre governo e setores da sociedade com o objetivo de alterar a forma de financiamento do setor público.

Durante 1992, os custos do trabalho começarão a baixar, caindo até 20% nas zonas mais afastadas da capital federal, em virtude da redução das contribuições patronais propiciada pelo <pacto fiscal> que inclui a eliminação de impostos provinciais. (CE, v. 48, 03-94, p. 60, c. 1)

Cf. **setor público**

pacto social sm

Pacto estabelecido entre governo e vários setores da sociedade com o objetivo de realizar modificações na política econômica.

O salário do setor industrial mexicano teve ganhos reais de 15% nos últimos dez anos com o sistema de livre negociação. Essa é uma das conclusões do mais recente estudo da OIT (Organização Internacional do Trabalho) sobre salários no México (...). De Uries esteve presente à reunião do <pacto social> patrocinada pelo governo de Ernesto Zedillo, realizado na semana passada, para discutir reformas na atual lei trabalhista mexicana. (FSP, 18-06-95, p. 2.4, c. 3)

paraíso fiscal sm

País que concede isenções tributárias a investidores estrangeiros que nele realizam operações financeiras permitidas por lei.

A onda do momento entre os sonegadores é a "bicicleta". A operação é feita na hora, por fax. O interessado deposita cruzeiros reais no Brasil e recebe, na

mesma hora, o equivalente em dólares no exterior. Com os dólares compra uma empresa em algum <paraíso fiscal> (países que têm sua receita na oferta de serviços desse tipo) e a movimentação é feita em seu nome. (...) "Um <paraíso fiscal> é um território independente, sem economia interna. Por isso, sobrevive de vender serviços financeiros." (FSP, 30-01-94, p. 2.10, c. 1)

Cf. **investimento estrangeiro, isenção tributária, operação financeira**

patrimônio líquido sm

Soma de todos os ativos de uma empresa, descontadas as dívidas.

O Bradesco, hoje segundo banco em <patrimônio líquido> será elevado à liderança do sistema financeiro por esse critério, superando o Banco do Brasil (BB). (FSP, 28-10-97, p. 2.4, c. 1 e 2)

pensão alimentícia judicial sf

Pensão estabelecida judicialmente, pela qual o ex-marido deve pagar uma parte de seus rendimentos mensais à ex-cônjuge e aos filhos gerados em função do casamento, somente ficando liberado desse encargo no caso de uma nova união por parte dela.

Ela (Elisabeth Libertuci) lembra que na declaração de 90, ano-base 89, as despesas com saúde (médicos, dentistas etc.) podiam ser abatidas mês a mês. O assalariado levava o recibo ao departamento pessoal para que a dedução fosse feita. É possível que a Receita adote mecanismo parecido para a dedução das contribuições à previdência aberta. Isso já acontece com a <pensão alimentícia judicial>, que é descontada da base de cálculo do IR na fonte, afirma o tributarista Carmine Abbondati Neto. (FSP, 10-12-95, p. 2.9, c. 3 e 4)

Nota A <pensão alimentícia judicial> também pode ser paga pela ex-esposa ao ex-cônjuge no caso em que este não consegue recursos para garantir sua subsistência.

pensão por morte sf

Pensão paga pela Previdência Social aos filhos menores de 21 anos, ou maiores, no caso de invalidez, por ocasião da morte do pensionista que contribuía para essa instituição.

A quota da <pensão por morte> devida ao filho ou equiparado irmão ou designado menor, de ambos os sexos, se extingue quando o pensionista completar 21 anos de idade, salvo se for inválido, quando atestada a invalidez por meio de exame médico pericial e pela morte do pensionista. Portanto, o fato de a filha e/ou filho menor se casar não acarretará a perda da <pensão por morte>. (FSP, 08-05-94, p. 2.2, c. 1)

pico sm

Valor máximo atingido por um indicador econômico.

Restou, porém, uma grande insatisfação dos proprietários com as regras determinadas pelo Governo, pois os valores dos aluguéis convertidos pela média acarretam perdas em torno de 60% em relação ao valor no primeiro dia do último reajuste (valor do <pico>) e perdas muito maiores ainda em relação ao preço de mercado. (CE, v. 48, 09-94, p. 5, c. 2)

Nota Neologismo semântico

Cf. **fundo do poço, indicador econômico**

PIS-Pasep sm

Fundo resultante da reunião do Fundo de Participação do Programa de Integração Social (PIS) e do Fundo Único do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), que objetiva arrecadar recursos para investimentos privados como também garantir ao trabalhador a participação nos lucros da empresa e a criação de um pecúlio para sua aposentadoria.

Trata-se, pois, de uma apropriação indevida da receita do <PIS-Pasep> em 20% e da apropriação integral da receita do PIS arrecadado pelas instituições financeiras. (FSP, 25-11-97, p. 1.3, c. 2 e 3)

Nota <**PIS-PASEP**>. Fundo contábil de natureza financeira criado em 11 de setembro de 1975. Resultou da unificação do Fundo de Participação do Programa de Integração Social <(PIS)> e do Fundo Único do Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público <(PASEP)>, ambos criados em 1970. Propõe-se a integrar o trabalhador à vida da empresa, garantindo-lhe participação nos lucros, criar um pecúlio para sua aposentadoria e arrecadar recursos para investimentos privados, sobretudo na média e pequena empresa. É gerido por um conselho formado por quatro membros efetivos e quatro suplentes indicados pelo Ministério da Fazenda, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No <PIS> são cadastrados os trabalhadores empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os trabalhadores avulsos sem vínculo empregatício e os temporários. Não participam do <PIS>, mesmo com registro em carteira, os empregados domésticos e os trabalhadores rurais. (Sandroni, 1994, p. 263)

Nota <PIS-Pasep> é um acrônimo constituído com base nas formações sintagmáticas **Programa de Integração Social** e **Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.**

Plano Bresser sm

Plano de estabilização, implantado em meados de junho de 1987 pelo então ministro Luís Carlos Bresser Pereira, que objetivava conter a inflação e corrigir alguns aspectos do Plano Cruzado.

<Plano Bresser>

Em meados de junho de 1987, com inflação de 25,87% (IGP), o ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que sucedeu Funaro, voltou a congelar preços e tarifas. (FSP, 11-11-97, p. 2.18, c. 1)

Nota Em maio de 1987, Dilson Funaro, ministro da Fazenda durante o Plano Cruzado e os caóticos meses que sucederam seu colapso, foi substituído por Luis Carlos Bresser Pereira. O novo ministro, já no mês de junho, introduziu um plano de estabilização econômica conhecido popularmente como <Plano Bresser>. Embora incluísse

congelamento de preços e salários, ele diferia do plano anterior pela flexibilidade com que essas medidas deveriam ser aplicadas, com duração de noventa dias, permitindo reajustes periódicos. Essa maleabilidade também foi aplicada aos preços do setor público e ao câmbio, a fim de evitar dois dos maiores problemas do Plano Cruzado: os déficits das empresas públicas e a supervalorização da moeda que prejudicou a competitividade das exportações do país. A ênfase dada por Bresser Pereira ao controle do déficit público como um dos principais instrumentos antiinflacionários foi de grande importância. Sua meta era reduzir esse déficit para 2% do PIB até o final do ano. Finalmente, o <Plano Bresser> também visava manter as taxas de juros acima da taxa de inflação a fim de evitar o tipo de excesso de consumo que havia contribuído para a queda do Plano Cruzado. (Baer, 1995, p. 194)

Cf. **Plano Cruzado, plano de estabilização**

Plano Collor I sm

Plano de estabilização, implantado em março de 1990 pela então ministra Zélia Cardoso de Melo, que introduziu um novo programa antiinflacionário com base no bloqueio do dinheiro mantido em contas correntes e aplicações financeiras, na introdução do cruzeiro e no congelamento de preços, entre outras medidas.

A Latasa, única fabricante de latas de alumínio do mercado interno, fez sua estréia no Brasil junto com o <Plano Collor>. Com o confisco, veio o resultado previsível. A empresa ficou três meses sem vender uma única lata e fechou 1990 no vermelho. (FSP, 15-05-94, p. 2.14, c. 1)

Nota Quando Fernando Collor de Melo assumiu a presidência em março de 1990, a inflação havia atingido uma taxa mensal de 81%. Enfrentando uma hiperinflação em ritmo ascendente, Collor imediatamente introduziu um surpreendente e novo programa antiinflacionário que consistia das seguintes medidas:

1. 80% de todos os depósitos do overnight, contas correntes ou de poupança que excedessem a NCz$ 50 mil (equivalentes a US$ 1,300 pelo câmbio da época) foram congelados por 18 meses, recebendo durante esse período um retorno equivalente à taxa corrente de inflação de 6% ao ano;
2. Foi introduzida uma nova moeda. O Cruzeiro substituiu o Cruzado Novo (Cr$ 1,00 = NCz$ 1,00);
3. Foi cobrado um imposto extraordinário e único sobre operações financeiras (IOF), sobre o estoque de ativos financeiros, transações com ouro e ações, e sobre as retiradas de contas de poupança;
4. Congelamento inicial de preços e salários, com ajustes posteriores seguindo determinação governamental baseada na inflação esperada;
5. Eliminação de vários tipos de incentivos fiscais – para importações, exportações, agricultura, regiões Norte e Nordeste e a indústria de computadores; aplicação de imposto de renda sobre os lucros provenientes das operações no mercado de ações, atividades agrícolas e exportações; e a criação de um imposto sobre grandes fortunas;
6. Indexação imediata dos impostos (sobre renda e produtos manufaturados), obrigando seu ajuste à inflação no dia posterior à realização da transação;
7. Implementação de medidas disciplinares e novas leis reguladoras sobre operações financeiras, buscando reduzir significativamente a sonegação fiscal;
8. Aumento do preço dos serviços públicos (por exemplo, 57,8% no preço do gás; 83,5% nos serviços postais; 32% em eletricidade e telefone e 72,28% nos salários);
9. Liberação do câmbio e adoção de várias medidas para promover uma gradual abertura da economia brasileira em relação à concorrência externa;
10. A extinção de vários institutos governamentais e o anúncio da intenção do governo de demitir cerca de 360 mil funcionários públicos; e

11. Medidas preliminares para instituir um processo de privatização. (Baer, 1995, p. 197-8)

Cf. **aplicação financeira, plano de estabilização**

Plano Collor II sm

Plano de estabilização, implantado em fevereiro de 1991 pela então ministra Zélia Cardoso de Melo, que objetivava combater a inflação por meio do congelamento de salários e preços e da extinção de muitas formas de indexação.

No total, foram R$ 23,2 bilhões em depósitos e R$ 19,4 bilhões em retiradas. A diferença equivale à captação positiva em dezembro de 95, mas, naquela época, houve a transferência, para a poupança, de R$ 2,2 bilhões esquecidos no DER, herança do <Plano Collor>. (FSP, 05-01-97, p. 2.1, c. 3)

Nota Embora as medidas do <Plano Collor II> tenham causado um impacto de curto prazo sobre os preços (cujo aumento mensal caiu de 21% em fevereiro para 6% em maio), a equipe responsável por ele foi substituída em maio de 1991, antes que o efeito de longo prazo de todo o plano pudesse ser sentido. A principal razão para a mudança no Ministério da Fazenda pode ser encontrada na crescente diminuição do apoio político à equipe de Zélia Cardoso, que era encarada como excessivamente centralizadora e autoritária. O forte intervencionismo do Plano Collor I (especialmente o congelamento dos ativos financeiros) e seu subseqüente fracasso, a imposição de outro congelamento de preços e uma nova forma de indexação exerceram um forte impacto negativo sobre o setor privado e a mídia. (Baer, 1995, p. 201-2)

Cf. **Plano Collor I, plano de estabilização**

Plano Cruzado sm

Plano de estabilização, implantado em fevereiro de 1986 pelo então ministro Dilson Funaro, que objetivava conter a inflação de maneira drástica por meio do congelamento de preços e salários e da criação do cruzado, entre outras medidas.

<Plano Cruzado>
Adotaram-se congelamento de preços, corte de três zeros na moeda (que passou a se chamar cruzado) e os salários foram convertidos pelo valor real médio dos últimos seis meses. Tiveram abono de 8% e ficou estabelecido que os reajustes seriam anuais, com gatilho de 20%. (FSP, 11-11-97, p. 2.18, c. 1)

Nota Em 28 de fevereiro de 1986, num pronunciamento na televisão, o presidente Sarney anunciou o Decreto-lei 2.283, cuja meta era derrubar a inflação com um golpe violento. Esse Decreto-lei (e sua versão ligeiramente revista, o DI 2.284), impôs as seguintes medidas: (1) um congelamento geral dos preços finais dos produtos; (2) um congelamento seguindo-se a um reajuste que fixou os novos salários reais com base na média dos seis meses anteriores mais 8%, e 15% para o salário mínimo; (3) aplicação da mesma fórmula a aluguéis e hipotecas, sem o aumento de 8%; (4) um sistema de reajustamento salarial, que assegurava um aumento automático a cada vez que o índice de preços ao consumidor tivesse aumentado 20% em relação ao ajuste anterior ou a partir da data base anual de cada categoria trabalhista; (5) proibição de cláusulas de indexação em contratos com menos de um ano; e (6) criação de uma nova moeda, o cruzado, que substituía o antigo cruzeiro (Cz$ 1 sendo igual a Cr$ 1.000,00). (Baer, 1995, p. 166-7)

Cf. **plano de estabilização**

plano de estabilização sm

Var. **plano de estabilização econômica**

Plano econômico que objetiva estabilizar a economia por meio da intervenção nos agregados monetários, na taxa cambial e nos fatores determinantes do nível de emprego e do saldo do balanço de pagamentos.

Não é isso, entretanto, o que aconteceu quando a inflação foi muito elevada por muito tempo e diversos <planos de estabilização> foram tentados com diferentes fatores de correção. (FSP, 03-08-97, p. 2.4, c. 3)

Grande parte dos problemas que as administrações públicas estaduais

vêm apresentando deve-se ao impacto negativo dos vários <planos de estabilização econômica> adotados nos últimos anos sobre as finanças dos Estados e não apenas à irresponsabilidade de seus governantes. (FSP, 10-03-91, p. 2.3, c. 4)

Cf. **agregados monetários, balanço de pagamentos, plano econômico, Plano Bresser, Plano Collor I, Plano Collor II, Plano Cruzado, Plano Real, Plano Verão**

plano de previdência privada sm

Plano particular de complementação de aposentadoria segundo o qual um indivíduo efetua pagamentos mensais a uma instituição financeira com o objetivo de receber uma renda, mensalmente, após um período determinado.

Entenda os <planos de previdência privada>.

O funcionamento dos planos é simples. Você paga periodicamente um benefício para, depois do prazo determinado, passar a receber mensalmente uma renda. Você pode determinar quanto vai pagar por mês, por exemplo. Sua renda vai depender da "poupança" acumulada no período. Ou pode seguir o caminho inverso: decidir quanto quer receber daqui a digamos 20 anos. O pagamento periódico será calculado de forma a alcançar esse valor. Da prestação, é descontada uma taxa de administração. O restante vai para a chamada "reserva matemática", que corresponde à sua poupança efetiva. É sobre ela que incidem os rendimentos e seu valor irá compor a renda que você passará a receber ao final do plano. (FSP, 31-07-94, p. 2.8, tít. e c. 1)

Sin. **previdência complementar**

Cf. **instituição financeira**

plano econômico sm

Conjunto coordenado de políticas econômicas que objetivam estabilizar a economia e promover o desenvolvimento de um país.

Destacamos a habilidade da equipe econômica em sinalizar aos agentes a inflação relevante pós-plano; a aparente concordância da classe política, que em sua maioria se absteve de criticar o plano, o que se

traduziu em baixa demanda por modificações na essência do programa; baixo questionamento a nível do Judiciário; absorção dos impactos da saída do BC do mercado de câmbio; a sinalização, por parte da equipe, quanto à necessidade de se promover um alongamento do perfil das aplicações financeiras e recuperação do redesconto; e finalmente, o fato de que pela primeira vez nos últimos anos um <plano econômico> reduziu a taxa de inflação sem recorrer a congelamento de preços. (FSP, 21-08-94, p. 2.2, c. 6)

Nota Os <planos econômicos> são essencialmente de dois tipos: plano econômico de desenvolvimento e plano econômico de estabilização. O primeiro tem caráter de longo prazo; o segundo tem caráter conjuntural e é esporádico.

Cf. **plano de estabilização**

Plano Real sm

Plano de estabilização implantado em julho de 1994 pelo então ministro Fernando Henrique Cardoso com base na criação de uma moeda estável, o real.

Multiplicam-se os indícios de que, desde a implantação do <Plano Real>, multiplicou-se a massa de consumidores de baixa renda cujo poder aquisitivo aumentou. (...) o <Plano Real> fez com que entre 1993 e 1995, a importação praticamente dobrasse, passando de US$ 25 bilhões para US$ 50 bilhões, fazendo com que o produto nacional crescesse mais que o interno. (FSP, 19-01-97, p. 2.2, c. 3)

Nota Ao contrário de planos de estabilização anteriores, o <Plano Real> foi precedido por uma tentativa de ajuste fiscal, não se valeu de congelamentos de preços e salários e foi abertamente discutido por representantes do governo, pelo Congresso e pelo público. A abertura da economia, iniciada pelo governo Collor/Itamar Franco, e a manutenção de uma taxa de câmbio estável, foram usadas eficientemente no <Plano Real> a fim de ajudar a estabilização de preços e pressionar as empresas a se tornarem mais eficientes. (Baer, 1995, p. 389-90)

Cf. **plano de estabilização, real**

Plano Verão sm

Plano de estabilização implantado em janeiro de 1989 pelo então ministro Maílson da Nóbrega com base no congelamento de preços e na criação do cruzado novo.

As medidas anunciadas, algumas delas com grande impacto sobre a opinião pública, procuraram, em geral, estabilizar a economia por meio de choques (Plano Cruzado, 1986; Plano Bresser, 1987; <Plano Verão>, 1989; Plano Collor, 1990) que não surtiram os efeitos desejados. A sucessão de fracassos tornou a taxa de inflação mais elevada, abalando seriamente a credibilidade do Governo como agente capaz de honrar seus compromissos e criar condições propícias à retomada do crescimento econômico. (CE, v. 48, 09-94, p. 31, c. 1)

Nota Assim, no início de 1989 a administração Sarney tentou, novamente, lidar com a inflação através de um programa especial chamado <"Plano Verão">, cujas principais medidas consistiam de: (1) um novo congelamento de preços e salários; (2) eliminação da indexação, exceto para depósitos de poupança; (3) introdução de uma nova moeda, o "Cruzado Novo", equivalente a 1.000 cruzados; (4) uma tentativa de restringir a expansão monetária e de crédito (aumentando as exigências de reservas a 80%; redução do prazo de empréstimos ao consumidor de 36 para 12 meses); suspensão de operações de conversão da dívida em capital de giro); e (5) uma desvalorização cambial de 17,73%. (Baer, 1995, p. 195-6)

Cf. **cruzado novo, plano de estabilização**

política agrícola sf

Política econômica do governo que determina os meios para a otimização dos mercados de produtos agrícolas.

Os instrumentos tradicionais da <política agrícola>: preços mínimos, crédito rural, preço de liberação de estoque, equivalência-produto, tarifa compensatória ou política comercial, estão, após a lei agrícola, orientados para promover maior competitividade e abertura no mercado agrícola. Contribuem também para reduzir a intervenção

governamental na comercialização de produtos agrícolas. Essas intervenções geraram incertezas e prejuízos consideráveis ao setor. Contudo, estes instrumentos de <política agrícola> são pouco confiáveis. Em grande parte, as definições dos planos de safra, em termos de disponibilidade de recursos (crédito rural) e prazos de pagamento de obrigações assumidas (Proagro), não são cumpridas. Sendo objetivo destas políticas fazer funcionar o mercado, é indispensável oferecer aos usuários a segurança necessária de que o estabelecido nos planos de sobra será observado rigorosamente. (CE, v. 48, 09-94, p. 42, c. 1)

Cf. **setor agrícola**

política cambial sf

Política econômica do governo que determina o valor da taxa cambial e o funcionamento do mercado de câmbio.

<Política cambial> – é a forma e o ritmo usados pelo Governo para promover a valorização ou desvalorização da moeda nacional frente às moedas estrangeiras. Uma <política cambial> agressiva significa em geral a promoção de desvalorização da moeda nacional em ritmo superior ao da inflação. Assim, pode-se conseguir tornar os produtos nacionais mais baratos no mercado internacional, apesar da inflação doméstica. (FSP, 03-03-91, p. 3.10, c. 6)

Cf. **mercado de câmbio, regime cambial**

política de juros sf

Política econômica do governo que objetiva manter a taxa de juros em um determinado patamar.

Em 1986, a fórmula de conversão dos contratos do Sistema Financeiro de Habitação acrescentou mais US$ 10 bilhões às contas públicas. Em 1988, <políticas de juros> sucessivas foram pingando bilhão atrás de bilhão no passivo público. Essa escalada louca teve que ser interrompida por um calote, bancado pelo conjunto dos investidores. (FSP, 22-10-95, p. 2.3, c. 1)

Cf. **taxa de juros**

política de privatização sf

Política econômica do governo que incentiva a participação da iniciativa privada na produção de bens e serviços por meio da venda de empresas estatais e da concessão de serviços públicos.

A criação de empresas independentes a partir das unidades de negócio, já implantadas na Cesp, CPFL e Eletropaulo, é uma decorrência do processo e um facilitador para uma <política de privatização> flexível e modularizável, orientada essencialmente pelo interesse público, permitindo que o Estado volte a capitalizar novos empreendimentos e ajuste a velocidade da <política de privatização> à disponibilidade de recursos no mercado de capitais. (FSP, 22-10-95, p. 2.2, c. 4)

Cf. **empresa estatal, iniciativa privada**

política fiscal sf

Política econômica do governo que coordena os gastos de acordo com a arrecadação dos tributos.

Entre as primeiras encontram-se a <política> monetária (que administra os instrumentos oferta monetária e taxa de juros), a <fiscal> (que trata dos tributos e dos gastos do Governo). (CE, v. 48, 03-94, p. 25, c. 1)

Cf. **gasto público**

política industrial sf

Política econômica do governo que objetiva planejar, coordenar e estimular a produção da indústria nacional.

Entendida a <política industrial> como um foco de atenção da política econômica global sobre a indústria, fica fácil compreender porque são normalmente considerados como objetivo primário da <política industrial> o crescimento, e a eficiência do setor. A política econômica direcionada para a indústria – a <política industrial> – deve ser tal que maximize a taxa de crescimento do setor e faça com que ele seja cada vez mais eficiente, fabricando produtos com preços e qualidade internacionalmente competitivos. Pode-se dizer que os mesmos objeti-

vos são perseguidos, também, pelas demais políticas de natureza setorial. (CE, v. 48, 03-94, p. 25, c. 3)

Cf. **setor industrial**

política salarial sf

Política econômica do governo que determina as formas de fixação e de reajuste dos salários.

Entre as primeiras, encontram-se a <política> monetária (que administra os instrumentos oferta monetária e taxa de juros), a fiscal (...), a cambial, (...) a <salarial> (que disciplina as formas de fixação e reajuste dos salários) etc. (CE, v. 48, 03-94, p. 25, c. 1)

Cf. **reajuste salarial**

População Economicamente Ativa sf

Sigla **PEA**

Parte da população, com mais de dez anos de idade, que se encontra apta para o trabalho.

De setembro de 1989 até o mês passado, foram criados 560 mil novos postos de trabalho na região. A <PEA (População Economicamente Ativa>, parcela de pessoas com mais de 10 anos que trabalha ou procura emprego) aumentou o dobro: 1,086 milhão de pessoas. (FSP, 29-10-95, p. 2.6, c. 2)

Nota É possível que um indivíduo faça parte da <População Economicamente Ativa> e não integre a **força de trabalho** – parte da população ativa que atua no mercado de trabalho – pelo fato de não precisar trabalhar.

portfolio sm

Conjunto de títulos, ações e outros ativos, lançados no mercado internacional ou interno, que compõem o patrimônio de um agente econômico.

A grande vedete dessa ciranda bilionária são os chamados investimentos de carteira ou <portfolio>. Segundo o FMI, os investimentos de

<portfolio> compõem-se de lançamentos de títulos ou ações nos mercados internacionais e de aquisições diretas de ações e ativos financeiros nos mercados domésticos por investidores estrangeiros. Já o Banco Central do Brasil faz uma classificação diversa e enquadra os lançamentos de títulos e ações na categoria de empréstimos em moeda. Para o Bacen, o exemplo por excelência de investimentos de <portfolio> são as carteiras de investidores estrangeiros formadas de acordo com o Anexo IV da Resolução nº 1289/87. (...) As aquisições diretas de ativos domésticos são investimentos incomparavelmente mais voláteis do que os lançamentos internacionais de títulos e ações. No entanto, por permitir comparações entre países, a classificação usada será a do FMI. (CE, v. 50, 02-96, p. 36, c. 3)

Cf. **agente econômico, mercado interno, mercado internacional**

poupança doméstica sf

Ver **poupança interna**

O expediente de abrir a economia para cortar este círculo vicioso tem fôlego curto, como o demonstrou a experiência recente do Plano Real. Bate-se rapidamente nas limitações do financiamento do balanço de pagamentos. Assim, sem <poupança doméstica>, o ritmo de crescimento da economia oscila como em um processo do tipo "stop and go". (FSP, 16-07-95, p. 2.2, c. 6)

poupança externa sf

Recursos estrangeiros que podem ser utilizados para o financiamento de gastos em um país.

Nasceu assim, sob a égide do Estado, o modelo de industrialização substitutiva de importações. Verificado seu sucesso inicial, tal modelo foi potencializado a partir do final dos anos 60, primeiro pelas medidas adotadas então, direcionadas ao aumento da taxa de poupança interna e segundo pelo acesso fácil às <poupanças externas>. Os recursos correspondentes financiaram a expansão "imperial" do Estado brasileiro, dando a ilusão aos grupos de poder – tecnocratas, empresá-

rios estatais e privados, políticos etc. – de possibilidades ilimitadas de crescimento. Era a época da "ilha de tranqüilidade" em meio a um mundo conturbado. (CE, v. 49, 03-95, p. 3, c. 1)

Cf. **poupança interna**

poupança interna sf

Parte da renda nacional que não é gasta em consumo.

1) O que é mais seguro para um país? Valer-se do ingresso de capitais externos, nem sempre direcionados para atividades produtivas, ou incrementar a <poupança interna> por meio de fundos de pensão? (FSP, 09-11-97, p. 2.2, c. 3)

Sin. **poupança doméstica**

Cf. **poupança externa**

pré-pagamento sm

Operação por meio da qual o pagamento de uma mercadoria é efetuado antes de sua entrega.

O saldo total de câmbio contratado para fins comerciais e financeiros cresceu 165% entre o primeiro semestre de 1994 e o de 1993. Somente os contratos de exportação acumulados até junho já eram 62,5% do total acumulado no ano de 1993. Nesse sentido, foram implementadas algumas medidas, visando arrefecer a entrada de capital externo, que poderiam comprometer as metas monetárias. A principal seria a proibição de transformar ACC (adiantamento de contrato de câmbio) em operação de <pré-pagamento> exceto para commodities, fumo e pescado. Essa prática permitia a postergação do embarque efetivo das mercadorias e estimulava os contratos de ACC com o intuito de ganhos no mercado financeiro. Agora os exportadores terão que realizar até o final do ano o alto volume de ACC que se observou no primeiro semestre. Em adição, não se espera que a medida afete negativamente as exportações, pois continuam disponíveis os mecanismos via ACC ou <pré-pagamento>. (CE, v. 48, 08-94, p. 177, c. 1)

preço abusivo sm

Preço atribuído a determinado produto com o objetivo de proporcionar lucros excessivos a quem o oferece.

Governo promete inaugurar a lei antitruste na semana que vem. O jurista Ives Gandra Martins sustenta que a lei tem defeitos técnicos que a inviabilizam. Entre outros: não estabelece distinção entre <preço abusivo> e lucro abusivo. O que deve ser coibido e punido é o lucro abusivo. (ESP, 10-07-94, p. B2, c. 6)

preço de mercado sm

Preço de determinados bens ou serviços decorrente das leis da oferta e da procura.

Os cálculos da Economástica mostram que o valor das ações das 237 empresas, tendo por base o <preço de mercado> do papel mais líquido de cada uma delas, equivalia a R$ 201,5 bilhões no último pregão na Bovespa em 96. (FSP, 29-10-97, p. 2.3, c. 5)

preço médio sm

Média dos preços de um produto ou serviço durante um período determinado.

Os agricultores vão colher neste ano uma safra que, em termos financeiros, vai render cerca de R$ 1,5 bilhão a menos do que a safra do ano passado. (...) Homem de Melo, que também é pesquisador da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), estimou recentemente que a perda de receita do setor agrícola nesta safra seria de R$ 9,6 bilhões. Nos dois cálculos, a estimativa é feita levando em conta os 20 principais produtos cultivados no país, com base nos <preços médios> praticados nos primeiros cinco meses deste ano. (FSP, 22-10-95, p. 2.5, c. 1)

preço mínimo sm

Menor preço garantido pelo governo a determinado produto agrícola.

Os instrumentos tradicionais da política agrícola: <preços mínimos>, crédito rural, preço de liberação de estoque, equivalência-produto, tarifa compensatória ou política comercial, estão, após a Lei Agrícola, orientados para promover maior competitividade e abertura no mercado agrícola. (CE, v. 48, 09-94, p. 42, c. 1)

Cf. **setor agrícola**

preço relativo sm

Relação entre os preços de diferentes produtos observados durante um momento determinado.

Outro exemplo é que com uma nota de R$ 50,00, é possível comprar um liquidificador Walita (R$ 42,50) ou uma cafeteira elétrica Eletrolux (R$ 49,00), mas não é suficiente para adquirir um forninho infantil da Estrela (R$ 78,50).

Esta confusão de valores é traduzida pelos economistas como dispersão de <preços relativos>.

(...) "Com a inflação alta, os produtos serão reajustados por algum índice de preços e não pela sua variação de custos", diz José Maurício Soares, secretário-técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). (FSP, 19-03-95, p. 2.4, c. 1)

Nota A introdução da moeda veio também permitir a substituição da complexa cadeia de <**preços relativos**>, que regia as trocas na economia de escambo, pelo sistema de **preços monetários** em que cada mercadoria tem seu valor expresso em termos de moeda. O <preço relativo> é uma relação de troca que revela o valor de uma mercadoria em termos de outra (...). (Leite, 1994, p. 108)

prejuízo líquido sm

Perda de capital de uma empresa, descontados impostos e encargos.

A tecelagem Santaconstância teve um resultado negativo (<prejuízo líquido>) sobre os recursos próprios (patrimônio líquido) de 141,5% no balanço dos nove meses de 1992. No demonstrativo do mesmo pe-

ríodo de 1993, já registrava ganho (lucro líquido) sobre os recursos próprios de 4,3%, contra uma média setorial de 1,2%. (FSP, 13-02-94, p. 2.10, c. 2)

Cf. **prejuízo operacional**

prejuízo operacional sm

Perda de capital decorrente do funcionamento dos serviços em uma empresa, nos casos em que os custos de produção excedem as receitas das vendas.

A Lobrás realizou lucro líquido de R$ 604 mil de janeiro a março (<prejuízo operacional> de R$ 698 mil e despesas financeiras líquidas de R$ 1 milhão no período). (FSP, 02-07-95, p. 2.2, c. 1)

Cf. **custo de produção**

previdência complementar sf

Ver **plano de previdência privada**

Na semana passada, o ex-ministro Antônio Britto encaminhou ao presidente Itamar projeto de lei alterando os dispositivos legais referentes às entidades fechadas de <previdência complementar>. (...) o surgimento de um sistema de <previdência complementar> capaz de elevar os níveis de poupança da população constitui fator decisivo para que haja financiamento adequado a um novo ciclo de crescimento. (FSP, 19-12-93, p. 2.2, c. 3 e 4)

previdência privada aberta sf

Plano de previdência privada, administrado por banco ou seguradora, que não estabelece restrição a adesões de novos associados.

A legislação que regulamenta a <previdência privada aberta> não oferece muitas garantias ao consumidor em relação à segurança do seu dinheiro. Caso a instituição na qual contratou o plano seja liquidada pelo governo ou vá à falência, o cliente é obrigado a entrar na fila para receber seu dinheiro. A prioridade, após a venda dos ativos da empre-

sa, é para a quitação de dívidas fiscais e trabalhistas. (*FSP, 07-09-97, p. 2.10, c. 5 e 6*)

Cf. **plano de previdência privada**

previdência privada fechada sf

Plano de previdência privada, administrado por empresa privada, cujos associados devem atender a determinados requisitos.

Com cerca de R$ 760 de aposentadoria pública, a saída para assalariados do setor privado de renda mais elevada é pensar na complementação. Isso pode ser feito com os planos de <previdência privada fechada> (por empresa) ou aberta (administrada por bancos e seguradoras), mas há também a opção do pecúlio individual. (*FSP, 22-10-95, p. 2.9, c. 1 e 2*)

Cf. **empresa privada, plano de previdência privada**

prime rate sf

Taxa de juros baixa, aplicada nos Estados Unidos a clientes preferenciais, na qual se baseia o sistema norte-americano de juros e que se reflete em operações econômicas internacionais.

Nos EUA, a <prime rate> (taxa cobrada pelos grandes bancos dos clientes preferenciais) é de 7,75% ao ano para prazos de seis meses. (*FSP, 16-10-94, p. 2.8, c. 2*)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **London Interbank Ordinary Rate, taxa de juros**

processo hiperinflacionário sm

Processo pelo qual a inflação atinge níveis muito altos, o que provoca uma acelerada desvalorização da moeda.

A resposta do governo à crise fiscal do início da década dos 80 foi no primeiro momento (governo Figueiredo) proceder a um ajuste transitório, ao invés de um ajuste fiscal permanente. E daí em diante, repetiu-se erros do passado, quando não agravou-se a situação, como na

Constituição de 1988. A crise fiscal estancou o crescimento da nossa economia e provocou um <processo hiperinflacionário> que até hoje não foi debelado. (...)
O custo social anual desta experiência sinistra é igual ou maior do que o valor total do Produto Interno Bruto brasileiro. Isto significa dizer que cada brasileiro poderia ter a sua disposição hoje o dobro dos bens e serviços que efetivamente tem. Entretanto, este custo é irrecuperável. (FSP, 13-02-94, p. 2.2, c. 6)

Cf. **desvalorização cambial, hiperinflação**

produção doméstica sf

Bens ou serviços produzidos no território de um país.
Do lado das importações, ocorreram mudanças resultantes da política de abertura comercial implantada a partir de 1990. Verifica-se um decréscimo de 30,2% dos gastos com petróleo. Contribuíram para este resultado tanto a redução dos preços internacionais do produto quanto o aumento da <produção doméstica>. Hoje, as compras de petróleo no exterior não chegam a representar 10% do valor importado pelo Brasil. Isto significa que a economia brasileira praticamente deixou de ser vulnerável a choques externos. (CE, v. 48, 03-94, p. 21, c. 2)

Produto Interno Bruto sm

Sigla **PIB**

Valor da totalidade de bens e serviços finais produzidos no território de um país durante um ano.
"O crescimento econômico anual entre 4% e 5% indicado no Plano Plurianual não é suficiente para absorver o estoque de desempregados que já existe, mais a nova mão-de-obra", diz Delfim.
A equação do deputado é a seguinte: para resultar em aumento real de emprego, o <PIB (Produto Interno Bruto>, que significa toda riqueza produzida pelo país) deveria crescer mais do que a soma da oferta e da produtividade. (FSP, 22-10-95, p. 2.4, c. 1)

Nota <**Produto interno bruto (PIB)**>. O produto total gerado no interior de um país durante um dado ano. Contrasta com o PNB, que é o produto obtido com os factores possuídos pelo país. (Samuelson, 1991, p. 862)
Sintagmas expandidos: **PIB agrícola, PIB industrial**

Programa de Alimentação do Trabalhador sm
Sigla **PAT**
Programa de política social de uma empresa pelo qual seus empregados recebem alimentação durante o período de trabalho.
O ministro do Trabalho, Walter Barelli, assinou portaria na última semana alterando regras do <PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)>. Agora, as empresas que participam do <PAT> terão de garantir refeições com 1.400 calorias (almoço ou jantar) ou 300 calorias (desjejum ou merenda). A meta é aumentar de 7,5 milhões para 8 milhões o número de trabalhadores beneficiados até dezembro. As regras, segundo Barelli, devem beneficiar o trabalhador rural. (FSP, 19-09-93, p. 2.4, c. 6)
Nota As empresas que adotam o Programa podem deduzir do imposto de renda o dobro das despesas efetuadas.

programa de demissões voluntárias sm
Programa pelo qual empresas privadas e estatais estimulam a demissão espontânea do trabalhador, por meio da concessão de benefícios, com o objetivo de conter despesas.
Segundo ele, metade desses trabalhadores estará se aposentando. Os outros 50% vão deixar a empresa por meio de um <programa de demissões voluntárias>. A Vale possui hoje cerca de 15 mil funcionários. O modelo do <programa de demissões voluntárias> ainda será definido pela empresa. Uma das propostas em estudo é pagar dois salários por ano trabalhado aos que aderirem. (FSP, 28-10-97, p. 2.4, c. 5 e 6)
Cf. **empresa estatal, empresa privada**

Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional sm

Acrôn. **Proer**

Programa governamental que objetiva recuperar e ajudar financeiramente instituições bancárias em crise.

"É muito importante montar um sistema preventivo de crises antes que os problemas realmente comecem a acontecer", disse Good-friend à Folha, por telefone, dos EUA. (...) Também defendem o princípio preventivo do <Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional)> os ex-ministros Mário Henrique Simonsen e Ernane Galvêas. (FSP, 19-11-95, p. 2.1, c. 4 e 5)

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que, "se for candidato", vai usar o <Proer> (o programa de ajuda aos bancos em dificuldades) como peça de campanha eleitoral". Explicou que o programa, "tão mal falado, foi, não obstante, uma das peças fundamentais para permitir o saneamento dos bancos, fazendo com que os banqueiros que atuaram mal perdessem seus bens, mas os depositantes não sofressem as conseqüências do colapso de um banco." (FSP, 06-12-97, p. 1.5, c. 5)

Programa de Geração de Empregos e Renda sm

Acrôn. **Proger**

Programa de política econômica e social do governo que objetiva criar empregos à população, por meio da oferta de financiamento a empresas de pequeno porte, com recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O <Proger (Programa de Geração de Empregos e Renda)>, que começou a funcionar em janeiro de 1995 (...) é um dos 42 projetos ditos como prioritários por FHC. Está incluído no Brasil em Ação, nome dado pelo governo ao plano de obras que terão preferência na administração federal. O objetivo básico do <Proger> é oferecer financiamentos de baixo valor para pequenas e microempresas, cooperativas e

formas associativas de produção. O valor médio desses empréstimos tem variado de R$ 3.000 a R$ 17.000. O dinheiro é repassado aos empreendedores por quatro agentes financeiros estatais: Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. (FSP, 10-12-97, p. 2.5, c. 1 e 2)

Cf. **Fundo de Amparo ao Trabalhador**

Programa de Qualidade Total sm

Sigla **PQT**

Programa implantado por uma empresa com o objetivo de otimizar a produção de seus bens ou serviços.

A Pirelli também resolveu adotar o <PQT (Programa de Qualidade Total)> em todas as suas unidades em março do ano passado. (...) Um dos projetos do <PQT> é reduzir o tempo no qual o produto está disponível com qualidade e preço adequado para nosso cliente. Antigamente bastava saber fazer bem o produto. Hoje precisamos fazer bem, a um custo baixo, entregando ao cliente o mais rápido possível. Para obter esse resultado, é necessária uma mudança de cultura nas organizações. Até bem pouco tempo os nossos departamentos trabalhavam como se fossem uma empresa isolada. De vez em quando se compravam "serviços", sem reclamar muito dos atrasos por serem clientes internos. (FSP, 24-07-94, p. 2.4, c. 1 e 5)

Cf. **Certificado Internacional de Qualidade ISO 9000**

Programa de Renda Mínima sm

Programa de política econômica e social do governo que destina recursos a famílias carentes que mantêm filhos de sete a quatorze anos na escola.

"O <programa de renda mínima>, que garante um reforço financeiro à família de crianças entre 7 e 14 anos que ficam na escola, é uma boa idéia", diz Branco. Ele teme que a flexibilização da legislação trabalhista comprometa conquistas e não crie novos empregos. (FSP, 22-10-95, p. 2.4, c. 4)

Programa Nacional de Desestatização sm
Sigla **PND**
Programa de política econômica do governo que regulamenta a venda de empresas públicas para a iniciativa privada.
Na segunda quinzena de janeiro, dois fatos mereceram destaque no cenário da privatização, e certamente irão influenciar o futuro desta no âmbito da reforma de Estado proposta pelo presidente da República. (...)
O segundo altera a estrutura do <Programa Nacional de Desestatização (PND)> e torna o programa mais abrangente, ao incluir bancos e serviços de utilidade pública. (CE, v. 49, 05-95, p. 21, c. 1)
Cf. **empresa estatal, iniciativa privada**

reajuste salarial sm
Var. **reajuste de salário**
Correção de salários efetuada com o objetivo de ajustá-los proporcionalmente à inflação.
O ex-ministro Ricúpero, que entrou e saiu do auditório do Monte Líbano sob aplausos, aproveitou para passar um recado aos empresários. Naquela que, involuntariamente, acabou sendo sua última advertência pública sobre o assunto, disse que os futuros <reajustes salariais> nas datas-base dos trabalhadores devem ocorrer por conta dos aumentos de preços da nova moeda. (Ex, 14-09-94, p. 66, c. 2)
"A semana que passou foi marcada pela greve dos metalúrgicos do ABC, por <reajuste de salários>". (FSP, 18-09-94, p. 2.5, c. 1)
Cf. **salário real, taxa de inflação**

real sm
Moeda legal brasileira vigente desde 1° de julho de 1994 com a implantação do Plano Real.
Os preços não serão congelados com a chegada do <real>, em 1° de julho, como ocorreu nos planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2.

(...) Todos os preços que já estão em URV passarão automaticamente para o <real> no dia 1º de julho. A paridade será 1URV = R$ 1. Os preços ainda não urverizados serão convertidos para o <real> com base na URV do dia 30 deste mês. A estimativa é que o valor de conservação seja próximo de CR$ 2.800,00 para um <real>. Todos os preços inferiores ao valor da última URV passarão a custar centavos de <real>. Os preços acima custarão mais de um <real>. Um produto que custa CR$ 1.904,00 passará a R$ 0,68. (FSP, 26-06-94, p. 2.15, c. 1.3)

Nota Em meados de 1994, à medida que uma crescente parcela de preços era cotada em URVs, o governo decidiu introduzir a nova moeda cuja unidade era igual à URV, o que ocorreu em 1º de julho com a introdução do <"Real">, igual a uma URV, ou US$ 1 igual a CR$ 2.750,00, vigentes. Na época de conversão dos preços da velha moeda para o <Real> houve uma onda de aumentos em muitos supermercados e lojas, pois muitas empresas tiraram vantagem da confusão inicial do público em relação aos preços relativos na nova moeda. (Baer, 1995, p. 381)

Cf. **Plano Real**

receita fiscal sf

Ver **receita tributária**

O grupamento das <receitas fiscais> de origem não-tributária, responsável por 33,1% da arrecadação total do mês (...) contribuiu com Cr$ 988,3 bilhões, experimentando um crescimento real da ordem de 8,2% comparativamente ao primeiro mês de 1991 (ref: fonte de recursos do Governo). (CE, v. 31, 03-92, p. 25, c. 2)

receita tributária sf

Receita arrecadada pelo governo por meio de impostos, taxas e contribuições.

As <receitas tributárias>, desmembradas em diretas e indiretas, abrangem a arrecadação de impostos, taxas e contribuições. A arreca-

dação exclui incentivos e deduções e, no caso de recolhimentos atrasados, inclui a dívida ativa, multas e juros de mora incidentes sobre ela. Utiliza-se o conceito de carga tributária bruta (...). (CE, v. 48, 09-94, p. 31, c. 1)

Sin. **receita fiscal**

recolhimento compulsório sm

Ver **depósito compulsório**

O Banco Central já devolveu R$ 12 bilhões ao sistema bancário desde agosto de 95, quando a intervenção no Econômico detonou uma crise de credibilidade. Esse dinheiro fazia parte dos recursos que os bancos são obrigados a depositar no BC, os chamados <recolhimentos compulsórios>. (FSP, 21-07-96, p. 2.1, c. 1)

recursos externos sm

Ver **capital estrangeiro**

Vamos enfocar um pouco a entrada de <recursos externos>. Cita-se no país o caso da China, que recebeu investimentos externos de US$ 35 bilhões em 1993. Estaríamos felizes se a entrada de recursos no Brasil imitasse a China pois lá trata-se de investimento de risco, na abertura de fábricas e em infra-estrutura. (FSP, 04-12-94, p. 2.5, c. 2)

recursos públicos sm

Recursos detidos pelo governo com o objetivo de financiar despesas e investimentos do setor público.

O desafio não era o de simplesmente bem gerir empresas estatais, mas sim conceber uma estratégia efetiva que, reestruturando o setor energético, fosse uma solução viável para o conflito entre a escassez de <recursos públicos> e a necessidade de investimentos maciços no futuro, sem comprometer a qualidade de serviço ao consumidor. (FSP, 22-10-95, p. 2.2, c. 3)

Cf. **setor público**

redutor sm

Procedimento utilizado para corrigir o valor de uma grandeza econômica.

A expectativa dos bancos é de forte crescimento dos depósitos nas cadernetas de poupança em dezembro porque o <redutor> da TR será de apenas 0,85%. Com isso, há possibilidade de a caderneta superar a rentabilidade até mesmo de fundos de 60 dias – os mais rentáveis porque não têm compulsório – com taxa de administração relativamente alta (acima de 2% ao ano). (FSP, 17-11-96, p. 2.7, c. 4)

Nota Neologismo semântico

reforma administrativa sf

Conjunto de reformas institucionais que objetivam reestruturar a administração do setor público de um país.

A <reforma administrativa> do setor público entra e sai da ordem do dia, gera controvérsias em face dos interesses corporativos atingidos e não caminha, apesar do sopro de esperança a ela dado pelo empenho dos governadores estaduais em eliminar os óbices constitucionais a sua liberdade de administrar seu quadro de pessoal, reduzir suas despesas de custeio e gerar saldo de recursos para investimentos. A reforma da Previdência, depois da confusão que causou, é hoje convenientemente ignorada. (...) As privatizações estão em marcha lenta. (...) Além disso, poderá contribuir para melhorar as contas públicas e atuar como auxiliar na administração da taxa de câmbio, enquanto não são atacadas as causas primárias do desequilíbrio macroeconômico, por meio das reformas tributária, fiscal e administrativa do setor público e da Previdência. (FSP, 24-09-95, p. 2.8, c. 5)

Cf. **setor público**

reforma fiscal sf

Reforma que objetiva implementar mudanças no regime de cobrança de tributos simultaneamente à diminuição dos gastos públicos em um país.

Quanto à <Reforma Fiscal>, ela é fundamental para reduzir as taxações excessivas sobre a agricultura. Estas taxações transferiram mais renda da agricultura do que a sobrevalorização cambial e o protecionismo à indústria de insumos. Assim, não basta reduzir as distorções de impostos, como o ICMS, que incide em cascata (regressivo); incide duplamente, isto é, sobre os insumos e sobre o produto, e também sobre as exportações. (CE, v. 48, 09-94, p. 42, c. 1)

Cf. **gasto público, reforma tributária**

reforma monetária sf

Reforma que objetiva implantar novas regras de criação de moeda para a estabilização da economia de um país.

Ninguém acredita ou aceita mais congelamento algum. A reforma fiscal está na ordem do dia e deve ser aprovada pelo Congresso nas próximas semanas. Nesse cenário, bastaria ao governo deixar o circo pegar fogo e identificar, por critérios sempre discutíveis, o momento de decretar uma <reforma monetária> e introduzir uma nova moeda sem nenhum congelamento simultâneo. (FSP, 30-10-91, p. 1.8, c. 3)

Cf. **estabilidade monetária**

reforma tributária sf

Reforma que objetiva implementar mudanças no regime de cobrança de tributos e contribuições em um país.

Racionalização dos impostos, simplificação da legislação, alívio tributário para os cidadãos-contribuintes. Eis aí o que se espera da <reforma tributária>. (FSP, 09-11-97, p. 2.2, c. 2)

Cf. **gasto público, reforma fiscal**

regime cambial sm

Sistema cambial vigente em um país, que pode variar entre o câmbio livre e o câmbio fixo.

Folha – O sistema cambial brasileiro, que mantém o real valorizado frente ao dólar, é insustentável?

Cavallo – Eu não posso dar uma opinião sobre esse tema. Além disso, o <regime cambial> brasileiro não é como o argentino. Há bandas de flutuação que vêm mudando através do tempo. (FSP, 26-11-95, p. 2.7, c. 1 e 2)

Cf. **câmbio fixo, câmbio livre, política cambial**

regionalismo aberto sm

Integração de blocos econômicos de diferentes regiões.

Folha – Por que a União Européia decidiu dar prioridade ao Mercosul, quando tem à disposição tantos outros blocos econômicos, como o asiático ou o próprio Nafta?

Marín – Em primeiro lugar, por um desenho estratégico. Em segundo lugar, porque o Mercosul responde ao que é a vocação natural da União Européia, ou seja, a integração regional. Como desenho estratégico, porque cremos que, neste final de século, existe uma tendência natural à constituição de blocos do que se chama o <regionalismo aberto>, quer dizer, blocos econômicos que vão configurando realidades comerciais, econômicas e políticas e estão desenhando um novo modo de entender as relações internacionais. (FSP, 10-12-95, p. 2.4, c. 1)

Cf. **bloco econômico**

relação custo-benefício sf

Relação comparativa entre os custos de determinado serviço e os benefícios dele decorrentes.

Daqui por diante, a União terá poucos incentivos para reformular ou até para aumentar seus impostos tradicionais, pois sua receita será em grande parte repassada a outras instâncias. E, os governos locais, enquanto puderem servir-se de abundante receita compartilhada, não terão como avaliar e explorar adequadamente a <relação custo-benefício> dos serviços prestados, já que a distância entre físico e contribuinte é elevada no caso dos tributos federais. Estimulava-se assim o chamado caronismo federal nos Estados e municípios e a criação de novas formas de contribuição a nível federal. (FSP, 14-08-88, p. B.2, c. 2)

renda bruta sf

Rendimento total de um indivíduo ou entidade, durante um período determinado, sem desconto de tributos e contribuições sociais.

Para a declaração de 96, ano-base 95, a única novidade será a possibilidade de contribuintes com <renda bruta> até R$ 21.458,00 optarem pelo desconto único de 20% no lugar das deduções normais. Na declaração de 97, ano-base 96, o desconto valerá para <renda bruta> até R$ 27 mil. (FSP, 10-12-95, p. 2.9, c. 5)

Cf. **renda líquida**

renda fixa sf

Rendimento cujo valor é estabelecido previamente.

A caderneta de poupança poderá repetir neste ano o boom experimentado no final de 96. Para quem não se lembra, houve naquela época uma enxurrada de depósitos atrás de uma rentabilidade quase imbatível na <renda fixa>. (FSP, 02-11-97, p. 2.1, c. 5)

Nota Sintagmas expandidos: **ativo de renda fixa, fundo de renda fixa, mercado de renda fixa, papel de renda fixa, título de renda fixa**

Cf. **renda variável**

renda líquida sf

Rendimento de um indivíduo ou entidade, durante um período determinado, descontados tributos e contribuições sociais.

Para proporcionar, hipoteticamente, <renda líquida> de 10,4% ao ano, a taxa de juros nominal (inclui inflação) deve ser de 21,7%. Sem imposto, essa mesma taxa nominal cairia para 18%, proporcionando a mesma <renda líquida>. (FSP, 06-11-97, p. 2.4, c. 1)

Cf. **renda bruta**

renda real sf

Rendimento de um indivíduo ou entidade, durante um período determinado, descontadas eventuais taxas de inflação.

Se a <renda real> da população ocupada na Grande São Paulo teve forte crescimento nos primeiros meses do Plano Real e não foi corroída até o primeiro semestre de 96, por que a sensação é de perda de poder aquisitivo, principalmente na classe média? (FSP, 08-09-96, p. 2.4, c. 1)

Cf. **taxa de inflação**

renda variável sf

Rendimento cujo valor, não-estabelecido previamente, varia de acordo com as oscilações do mercado.

Investidores estão avaliando cuidadosamente todos os mercados, tirando dinheiro de companhias mais especulativas. Alguns, tirando inclusive seus recursos da <renda variável> e colocando na renda fixa ou na caderneta de poupança, como reagiram os investidores brasileiros no primeiro momento de crise. (G, 02-11-97, p. 40, c. 6)

Nota Sintagmas expandidos: **aplicação em renda variável, mercado de renda variável**

Cf. **renda fixa**

renda-padrão sf

Média dos rendimentos de uma amostragem da população durante um período determinado.

Os institutos levantam centenas de preços e cada um deles tem peso específico, de acordo com pesquisas, feitas de dez em dez anos, sobre as despesas normais de famílias com uma <renda-padrão>. (FSP, 08-05-94, p. 2.8, c. 2)

rendimento bruto sm

Ganho obtido sobre uma aplicação financeira, sem desconto de impostos e taxas.

Quem aplicar o 13º num FIF de curto prazo na próxima quinta-feira poderá ter rendimento de 1,18% até 2 de janeiro (um dia útil de novembro e 20 de dezembro). É estimativa de <rendimento bruto>. A

taxa líquida seria de 1,06%. Se sacar o dinheiro em 20 de dezembro, para juntar com a segunda parcela do 13º e fazer uma compra, o <rendimento bruto> pode ir a 0,80%, e, o líquido, 0,72%. (FSP, 28-11-95, p. 2.9, c. 1)

Cf. **aplicação financeira, rendimento líquido**

rendimento líquido sm

Ganho obtido sobre uma aplicação financeira, descontados impostos e taxas.

A rentabilidade líquida, para saque em 1º de novembro, vai depender da variação da Ufir. Se este indexador ficar em 2%, o ganho real seria de 1,17% e o <rendimento líquido> de 2,90%. (FSP, 16-10-94, p. 2.3, c. 5)

Sin. **ganho líquido**

Cf. **aplicação financeira, rendimento bruto**

rendimento médio sm

Média de um ganho obtido sobre uma aplicação financeira durante um período determinado.

Num FIF de 30 dias, o <rendimento médio> estimado para o mesmo período, até 2 de janeiro, é de 2,45% brutos e 2,21% líquidos. Se sacar no meio do caminho perderá toda a rentabilidade. (FSP, 28-11-95, p. 2.9, c. 1 e 2)

Cf. **aplicação financeira**

rendimento não-tributável sm

Ganho isento da cobrança de imposto de renda.

O item 6, sobre a fase da URV, diz o seguinte: "A diferença, em cruzeiros reais, verificada entre o valor efetivamente recebido e o que serviu de base de cálculo para o Imposto de Renda na fonte ou recolhimento obrigatório (carnê-leão), convertida em Ufir pelo valor desta no mês

do recebimento do rendimento, será considerada <rendimento não-tributável>." (FSP, 24-07-94, p. 2.13, c. 2)

Cf. **Imposto de Renda-Pessoa Física, Imposto de Renda-Pessoa Jurídica, rendimento tributável**

rendimento nominal sm

Ganho obtido sobre uma aplicação financeira, sem desconto de eventuais taxas de inflação.

Os depósitos feitos em caderneta de poupança na próxima quarta-feira, dia 1°, vão render mais até abril. O <rendimento nominal> passa do patamar de 2% para o de 2,6%. Isto vai acontecer porque os últimos "aniversários" vinham tendo 18 ou 19 dias úteis e agora vai passar para 23 dias úteis. A partir de 1° de março a TR também será calculada com redutor um pouco menor, o que deve melhorar a rentabilidade da poupança em comparação com a de outras aplicações, como os fundos de commodities. (FSP, 26-02-95, p. 2.5, c. 1)

Sin. **ganho nominal**

Cf. **aplicação financeira, rendimento real, taxa de inflação**

rendimento real sm

Ganho obtido sobre uma aplicação financeira, descontadas eventuais taxas de inflação.

A crise que afeta as corretoras de valores está ligada à queda dos volumes transacionados (em novembro de 1994, a Bovespa negociou US$ 6,4 bilhões; um ano depois, esse volume caiu para cerca de US$ 4 bilhões), principalmente em decorrência da escassez de recursos externos, acarretando perdas reais superiores a 18% em 1995. Apesar dos expressivos ganhos conseguidos nos anos de 1994 e 1995, quando os ganhos reais superaram 200%, o mercado de ações não teve fôlego para competir com as elevadas taxas de juros internas, que garantem <rendimentos reais>, sem risco, acima de 50% a.a. É bem verdade que o país já vem praticando juros elevados desde a era Marcílio, mas, em um cená-

rio de inflação ascendente os juros reais somente são conhecidos ex-post, elevando o risco. Com a inflação sob controle, fica mais fácil prever os ganhos reais das aplicações de renda fixa, que com isso tiveram um sobreganho de atividade. (CE, v. 50, 01-96, p. 36, c. 1)

Nota Sintagmas expandidos: **rendimento médio real, rendimento real médio**

Sin. **ganho real**

Cf. **aplicação financeira, rendimento nominal, taxa de inflação**

rendimento tributável sm

Ganho sobre o qual incide, obrigatoriamente, a cobrança de imposto de renda.

A pessoa jurídica que pagar rendimentos por serviços de transporte prestados por pessoa física deverá tributar na fonte usando a tabela progressiva do dia do pagamento, considerando como <rendimento tributável> 40%, no mínimo, dos rendimentos do transporte de carga e 60%, no mínimo, no caso de passageiros. (FSP, 31-10-93, p. 2.2, c. 1)

Sin. **ganho tributável**

Cf. **Imposto de Renda-Pessoa Física, Imposto de Renda-Pessoa Jurídica, rendimento não-tributável**

rentabilidade bruta sf

Percentual de rendimento de uma aplicação financeira, sem desconto de impostos e taxas.

Os fundos de commodities estão projetando <rentabilidade bruta> de 3,90%, em média, para este mês, contra 4,14% para as operações de Depósito Interbancário (DI) que são taxas mais altas do mercado financeiro. (FSP, 13-11-94, p. 2.4, c. 4)

Cf. **aplicação financeira, rendimento bruto, rentabilidade líquida**

rentabilidade líquida sf

Percentual de rendimento de uma aplicação financeira, descontados os impostos e taxas.

Marcos Araújo, diretor do Banco Safra, procurou o porto seguro da renda fixa para adaptar seus investimentos a um período de instabilidade no mercado financeiro. A <rentabilidade líquida> (descontados os impostos) da carteira de investimentos no período de 3 de janeiro a 3 de fevereiro foi de 47,62%, o que significou um ganho real de 2,27% em relação à variação da Ufir (44,35%). (FSP, 06-02-94, p. 2.5, c. 2)

Cf. **aplicação financeira, rendimento líquido, rentabilidade bruta**

rentabilidade média sf

Média dos percentuais de rendimento obtidos sobre uma aplicação financeira durante um período determinado.

Para este mês os fundos de commodities projetam <rentabilidade média> de 3,84%, contra 3,38% da poupança do dia 1°, mas a taxa dos fundos deve variar para baixo ao longo do mês. O Banco Real projeta taxa média de 3,82% brutos para dezembro. (FSP, 04-12-94, p.2.4, c. 5)

Cf. **aplicação financeira, rendimento médio**

rentabilidade nominal sf

Percentual de rendimento de uma aplicação financeira, sem desconto de eventuais taxas de inflação.

Na hipótese de uma taxa de administração de 3% e <rentabilidade nominal> de 20%, por exemplo, o cliente ficaria com 16,5%. Tirando o custo de administração, toda a rentabilidade será apropriada pela cota do Fapi. (FSP, 05-10-97, p. 2.6, c. 2)

Cf. **aplicação financeira, rendimento nominal, rentabilidade real, taxa de inflação**

rentabilidade real sf

Percentual de rendimento de uma aplicação financeira, descontadas eventuais taxas de inflação.

Imagine que você aplique apenas R$ 100 por mês, durante 25 anos, obtendo <rentabilidade real> (acima da inflação) de 0,5% ao mês.

Formaria um pecúlio que permitiria retiradas mensais de R$ 446,50 também por 25 anos. (FSP, 07-09-97, p. 2.11, c. 4 e 5)

Nota Sintagma expandido: **rentabilidade real positiva**

Cf. **aplicação financeira, rendimento real, rentabilidade nominal, taxa de inflação**

rentista s

Indivíduo que obtém rendimentos com aplicação de capital.

Os empresários industriais já nem reclamam mais. Os pequenos, dos têxteis e dos calçados, porque muitos já faliram ou desistiram e não freqüentam mais a ponte aérea Rio-Brasília. Os grandes reclamavam sobretudo do câmbio, mas já se acomodaram às benesses do endividamento externo, para aplicação no mercado financeiro, sobretudo depois que o desaquecimento, a desova de estoques e a folga de liquidez não lhes dão outra alternativa senão voltarem a ser <rentistas> de suas próprias aplicações líquidas. (FSP, 05-11-95, p. 2.4, c. 5)

Cf. **aplicação financeira**

renúncia fiscal sf

Isenção tributária concedida pelo governo com o objetivo de desenvolver uma região ou estimular alguns setores da Ecònomia.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu o fim de parte da <renúncia fiscal> (quando o governo abre mão de cobrar impostos de empresas) existentes no país. Segundo dados do senador, a Receita deixa de arrecadar R$ 17 bilhões por ano abrindo mão de impostos. "Essa seria a maior gordura a ser cortada. Se o governo quer aumentar a arrecadação, tem que buscar o dinheiro onde ele está", afirmou o senador. (FSP, 12-11-97, p. 2.3, c. 3)

Sin. **renúncia tributária**

Cf. **isenção tributária**

renúncia tributária sf

Ver **renúncia fiscal**

Há um elenco de impostos, extorsivamente impingido ao nosso povo, que necessita sofrer uma mudança decisiva, para tornar mais racional o suporte financeiro do Estado, diminuir a carga tributária incidente sobre os cidadãos e as empresas, simplificar a legislação de sorte a torná-la inteligível e assimilável, e rever as chamadas obrigações acessórias que infernizam o dia-a-dia das empresas e reavaliar a continuidade de incentivos e isenções, as chamadas <renúncias tributárias>. (FSP, 02-11-97, p. 2.2, c. 1)

repouso semanal remunerado sm

Pagamento referente a um dia da semana em que o empregado não trabalha e goza de descanso.

A maioria dos ministros entendeu que o governo havia violado o dispositivo da Constituição que dá preferência aos domingos para o <repouso semanal remunerado>. (FSP, 04-10-97, p. 2.4, c. 1)

reserva de mercado sf

Situação em que um setor produtivo é protegido pelo governo por meio de restrições às importações e de estímulo à produção no território nacional.

Paraguai e Miami são os centros preferidos para busca de equipamentos e distribuição ilegal no Brasil. O fim da <reserva de mercado> na informática não acabará com o contrabando de micros, impressoras e componentes. (FSP, 18-10-92, p. 2.1, c. 4)

Cf. **setor produtivo**

reserva matemática sf

Parte do valor das parcelas mensais pagas a um plano de previdência privada com o objetivo de compor a renda a ser restituída ao contribuinte no final do período determinado no contrato.

*<**Reserva matemática**> – É a poupança do titular. Pelo menos 70% do prêmio deve ir para esta reserva. Mas quando o pagamento é mensal, essa obrigatoriedade só existe após a sexta prestação (inclusive). Há empresas que, nos seis primeiros meses, não destinam qualquer quantia para a reserva. Se desistir nesse período, não receberá nada de volta. Após 24 meses, você tem direito a resgatar no mínimo 90% do total (100% só no final do plano). (FSP, 23-05-93, p. 2.9, c. 5)*

Cf. **plano de previdência privada**

reservas bancárias sf

Recursos conservados por um banco com o objetivo de atender o giro dos depósitos ou de cumprir disposição do Banco Central.

As taxas de juros alcançaram percentuais recordistas em 1995, devido a tais restrições e compulsórios. No mercado de <reservas bancárias>, que dá o piso das taxas de juros na economia brasileira, as operações overnight lastreadas em títulos públicos acumularam rendimento real bruto de 32% em 1995. Pior ainda, no lado das operações ativas dos bancos, os mutuários tiveram de pagar taxas de juros estratosféricas, provavelmente as maiores do mundo. (CE, v. 50, 01-96, p. 5, c. 2)

Cf. **Banco Central**

reservas cambiais sf

Recursos em moedas fortes detidos por um país.

Este é um bom momento para quem vai viajar para o exterior comprar dólar. Com uma grande <reserva cambial>, o Banco Central tem controle sobre os preços e vem mantendo ágio (diferença entre a cotação do comercial e do paralelo) muito baixo e, algumas vezes, até negativo. Na verdade, a moeda norte-americana tem praticamente acompanhado a inflação. (FSP, 26-12-93, p. 2.9, c. 2)

Cf. **reservas internacionais**

reservas internacionais sf

Recursos em moedas fortes e metais preciosos detidos por um país.

O novo diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central, Demóstenes Madureira de Pinho Neto, 37, quer terceirizar a gestão de parte das <reservas internacionais> do país (o caixa em moeda forte, que somava US$ 62,2 bilhões em agosto). (FSP, 21-09-97, p. 2.14, c. 1)

Cf. **reservas cambiais**

resgate líquido sm

Retirada de capital investido em fundos de aplicação, descontados impostos, taxas e comissões.

Na última sexta-feira papéis para 31 dias corridos e 20 úteis pagavam cerca de 53,30% ao ano e 3,75% brutos no período para grandes investidores. Se a Ufir variar 2% este mês, o <resgate líquido> será de 3,23%. A poupança, no mesmo período, deve dar entre 2,90% e 3% líquidos. (FSP, 11-09-94, p. 2.5, c. 2)

Cf. **aplicação financeira**

risco Brasil sm

Taxa adicional imposta ao Brasil nos casos de contratação de financiamentos ou investimentos estrangeiros.

Com isso, ao menos em tese, diminui o chamado <"risco Brasil">, ou seja, o percentual adicional que o país paga para obter financiamentos ou investimentos. (FSP, 07-09-97, p. 2.9, c. 1 e 2)

Cf. **investimento estrangeiro**

risco cambial sm

Possibilidade de risco ao investidor causada pela instabilidade da política cambial de um país.

No fronte interno, a alta brutal dos juros patrocinada pelo governo na quinta-feira à noite serviu para garantir aos investidores estrangeiros que a política cambial será mantida a todo o custo, o que inclui levar o

país à recessão. Com um <risco cambial> consideravelmente menor, os estrangeiros voltaram ao mercado, comprando majoritariamente papéis da Telebrás, a estatal de telecomunicações que deve ser privatizada no meio do ano que vem. As ações do tipo PN (Preferencial Nominativa, que tem preferência na distribuição dos lucros da empresa) fecharam com alta de quase 5% e representaram cerca de metade dos negócios. (FSP, 01-11-97, p. 2.8, c. 1)

Cf. **política cambial**

risco-país sm

Possibilidade de risco ao investidor causada pela situação econômica instável de um país, a qual o torna pouco atrativo ao capital especulativo proveniente do exterior.

O impacto dos recentes aumentos das taxas de juros dos EUA no mercado local foi atenuado pelas medidas do governo para evitar um aumento do <risco-país> argentino e pela baixa volatilidade dos mercados financeiros locais. No início de abril, a diferença entre a taxa interna de retorno da série 1989 de Bonex e dos bônus de três anos da tesouraria dos EUA aumentou 4% antes de se reduzir a 2,6% no fim de maio; isso contribuiu para a baixa volatilidade das taxas de juros no mercado financeiro local. (CE, v. 48, 09-94, p. 62, c. 1)

Cf. **capital especulativo**

rombo patrimonial sm

Situação financeira em que a dívida é maior do que o valor do patrimônio de uma empresa.

(...) o BC ficou cativo de um jogo de cartas marcadas para com o Unibanco que, corretamente, objetivou maximizar seu lucro. (...) o tamanho do <rombo patrimonial> ainda é desconhecido. Por que aceitar que este rombo seja coberto com títulos da dívida pública, aceitos por seu valor de face, se estes são negociados com deságio no mercado? (FSP, 26-11-95, p. 2.7, c. 6)

Cf. **patrimônio líquido**

saída líquida sf

Diferença entre a entrada e a saída de capital estrangeiro investido em um país.

*Em agosto, setembro e nos primeiros dias de **outubro**, houve <saída líquida> de quase US$ 2,5 bilhões no segmento financeiro do mercado de câmbio. (FSP, 16-10-96, p. 2.3, c. 3)*

Cf. **capital estrangeiro**

salário bruto sm

Salário recebido pelo trabalhador, sem desconto de impostos, taxas e contribuições permitidos por lei.

Se a empresa faz adiantamento, o <salário bruto> (e não o líquido) deve ser dividido na mesma proporção e o valor em cruzeiros reais dividido pela URV do dia do pagamento. Por exemplo, salários de novembro pagos no dia 19 do próprio mês e 6 de dezembro. Use as URVs daqueles dias. (FSP, 06-03-94, p. 2.9, c. 3 e 4)

Cf. **salário líquido**

salário contratual sm

Salário registrado na carteira profissional do trabalhador por ocasião de sua contratação.

O cálculo é do economista Edward Amadeo, da PUC do Rio. Amadeo divide do seguinte modo o custo do salário no Brasil:

1) <Salário contratual>, registrado em carteira, representando 42% do custo total;

2) 13°, horas extras, comissões e abonos, ajuda de custo, salário-família, salários-maternidade e enfermidade e abono de férias, que somam 24% do custo;

3) Encargos sociais (INSS, FGTS, salário-educação e contribuições para Senai, Sesi e Sebrae), com 22%;

4) Horas pagas e não-trabalhadas (férias e feriados) representando um custo de 12%. (FSP, 22-10-95, p. 2.5, c. 3 e 4)

salário indireto sm

Ver **benefício indireto**

Os altos executivos, diz a tributarista Elisabeth Libertuci, costumam receber <salários indiretos>, tributados exclusivamente na fonte em 33%. Como essa renda não aparece na declaração, alguém poderá ser questionado pelo fato de seu salário direto não ser compatível com a manutenção dos bens. Mas nada impede que o executivo se justifique, perante o fisco, com a opção pelos 33%, respaldado no artigo 74 da lei 8.383/91. (FSP, 12-02-94, p. 2.9, c. 6)

salário líquido sm

Salário recebido pelo trabalhador, sobre o qual é calculado o valor a ser retido para pagamento de imposto de renda, descontados impostos, taxas e contribuições permitidos por lei.

A tabela de cálculo é progressiva, ou seja, cada "fatia" do salário é tributada pela respectiva alíquota, inclusive a de zero por cento, até a faixa isenta. Confira acima como funciona. Num <salário líquido> (já descontados dependentes, Previdência etc.) de R$ 2000, não se paga nada até a "fatia" de R$ 561,80. Daí até R$ 1095,51, o imposto devido de 15% resulta em R$ 80,05. A "fatia" que excede paga 26,6%, ou R$ 240,59. (FSP, 24-07-94, p. 2.13, c. 4)

Cf. **Imposto de Renda-Pessoa Física, salário bruto**

salário médio sm

Média dos salários recebidos pelo trabalhador durante um período determinado.

Ainda segundo as contas de Edward Amadeo, a demissão de um trabalhador que fique apenas seis meses no emprego representa, para a empresa, um custo de 119% do <salário médio> do período. (FSP, 22-10-95, p. 2.5, c. 5)

salário nominal sm

Salário recebido pelo trabalhador, sem desconto de eventuais taxas de inflação.

<Salários nominais> e reais – O salário recebido pelo trabalhador tem um valor real, que é o seu valor nominal descontada a inflação registrada no mês trabalhado. Quando existe uma fórmula geral para a correção salarial que não repõe integralmente essa inflação passada, portanto, todos os trabalhadores têm uma perda real de salários. Mas quando os salários nominais evoluem em ritmos diferentes, livremente negociados por setor econômico ou empresa, além da perda geral possível ocorrem perdas maiores para os trabalhadores com menor poder sindical, ou seja, com menor poder de barganha com os empresários. (FSP, 20-05-90, p. B.10, c. 5)

Cf. **salário real, taxa de inflação**

salário real sm

Salário recebido pelo trabalhador, descontadas eventuais taxas de inflação.

Em um ambiente de aceleração inflacionária, é muito fácil conceder elevados reajustes para os salários nominais, pois o <salário real> acaba corroído pela inflação crescente. (FSP, 26-11-95, p. 2.2, c. 3)

Cf. **salário nominal, taxa de inflação**

salário-de-benefício sm

Média dos últimos trinta e seis salários-de-contribuição pagos pelo trabalhador à Previdência Social, cujo valor serve de base para o cálculo da aposentadoria.

<Salário-de-benefício> é a média dos 36 últimos salários-de-contribuição corrigidos mês a mês pelos fatores fornecidos pela Previdência. A partir dele é que se calcula a aposentadoria, de 70% a 100%. (FSP, 28-09-97, p. 2.3, c. 6)

Cf. **salário-de-contribuição**

salário-de-contribuição sm

Salário sobre o qual é calculada a contribuição mensal do trabalhador para a Previdência Social.

Esses fatores atualizam monetariamente os 36 últimos <salários-de-contribuição> do segurado que está se aposentando. É na média aritmética desses 36 valores que o INSS se baseia para calcular a aposentadoria. (FSP, 28-09-97, p. 2.3, c. 4)

No caso de homens, isso significava ter pelo menos 35 anos de serviço. No de mulheres, 30 anos (aposentadorias especiais têm limites menores).

É possível aposentar com menos tempo, mas aí o segurado não tem direito a 100% do chamado salário-de-benefício (média dos 36 últimos <salários-de-contribuição>). (FSP, 22-10-95, p. 2.9, c. 4)

Cf. **salário-de-benefício**

salário-educação sm

Pagamento efetuado pela empresa ao trabalhador com o objetivo de auxiliá-lo nos gastos com educação.

O governo quer tirar os custos da folha e ao mesmo tempo determinar outra fonte de recursos para viabilizar os programas das entidades empresariais. A idéia é conseguir desonerar os custos do emprego formal em 7,8%. O programa que o governo pretende encaminhar ao Congresso no próximo ano vai retirar da folha as chamadas contribuições sociais – sistema S, <salário-educação> e seguro-acidente. (FSP, 22-10-95, p. 2.5, c. 5 e 6)

salário-enfermidade sm

Pagamento efetuado ao trabalhador nos primeiros quinze dias pela empresa e no restante do tempo pelo Instituto Nacional do Seguro Social, nos casos de impedimento de trabalho causado por doença ou acidente.

O cálculo é do economista Edward Amadeo, da PUC do Rio. Amadeo divide do seguinte modo o custo do salário no Brasil:

1) *Salário contratual, registrado em carteira, representando 42% do custo total;*
2) *13%, horas extras, comissões e abonos, ajuda de custo, salário-família, <salários>–maternidade e <enfermidade> e abono de férias, que somam 24% do custo;*
3) *Encargos sociais (INSS, FGTS, salário-educação e contribuições para Senai, Sesi e Sebrae), com 22%;*
4) *Horas pagas e não-trabalhadas (férias e feriados) representando um custo de 12%. (FSP, 22-10-95, p. 2.5, c. 3 e 4)*

Cf. **Instituto Nacional do Seguro Social**

salário-maternidade sm

Salário pago pela Previdência Social à empregada que dá à luz durante os cento e vinte dias em que goza de licença-maternidade.

O <salário-maternidade> é um benefício previdenciário pago pela empresa à segurada gestante durante 120 dias, ou seja, 28 dias antes e 92 dias depois do parto, conforme atestado médico. A empregada admitida há apenas três meses terá direito ao recebimento desse benefício, posto que o <salário-maternidade> independe de carência e é devido enquanto existir a relação de emprego. (FSP, 22-05-94, p. 2.2, c. 2)

Cf. **licença-maternidade**

saldo comercial sm

Saldo resultante da diferença entre importações e exportações.

O secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, diz estar convencido do aumento das exportações em 97. Nas contas do governo, somente o <saldo comercial> (exportações e importações) agrícola será US$ 1 bilhão maior. (FSP, 05-01-97, p. 2.2, c. 1)

Cf. **déficit comercial, superávit comercial**

saldo negativo sm

Saldo cujos débitos excedem a soma dos créditos.

Cheque especial – se faltarem recursos na conta corrente, o consumidor pode entrar no <saldo negativo>, caso tenha o cheque especial. Um mau negócio, porque os custos também são muito elevados. (FSP, 03-12-95, p. 2.9, c. 4)

Cf. **saldo positivo**

saldo positivo sm

Saldo cujos créditos excedem a soma dos débitos.

Na primeira quinzena deste mês, houve um ingresso líquido de US$ 542 milhões, considerando-se os números preliminares do BC sobre o movimento de câmbio do último dia 14. Esse <saldo positivo> foi decorrente de um superávit de US$ 928 milhões nas transações comerciais – US$ 1,734 bilhão de exportações contra US$ 806 milhões de importações em função do volume elevado de ACC. (FSP, 16-10-94, p. 2.8, c. 1)

Cf. **saldo negativo**

sazonalidade sf

Fenômeno econômico que tende a repetir-se em épocas determinadas.

Não se refere exclusivamente a fenômenos ligados ao clima, embora se associe geralmente a acontecimentos ligados às estações do ano, como a entressafra de produtos agrícolas ou a entrada no mercado de roupas para uma nova estação. Mas a idéia de <sazonalidade> pode ser usada para fenômenos que nada têm a ver com o clima. Por exemplo, adiar despesas públicas ao longo do ano para se conseguir resultados de caixa no Tesouro mais positivos. No fim do ano há uma <sazonalidade> associada ao registro dessas despesas adiadas. As vendas mais aquecidas no comércio em determinadas festas também são uma <sazonalidade> que nada tem a ver com o clima. (FSP, 13-05-90, p. B.14, c. 4 e 5)

Nota Neologismo semântico

Cf. **dessazonalizar**

securities sf

Ver **título mobiliário**

A meta era atingir os investidores em papéis, títulos e valores mobiliários (as chamadas <securities>). Esse mercado poderia passar a financiar as safras agrícolas, com a retirada do Governo dos créditos de comercialização em particular dos empréstimos do Governo federal (EFG), um crédito lastreado por produtos depositados em armazéns. (CE, v. 49, 01-95, p. 43, c. 3)

Nota Empréstimo do inglês

securitização sf

Processo pelo qual se transformam ativos em títulos mobiliários.

Rioli explica que a <securitização>, em seu conceito mais amplo, consiste na transformação de determinados ativos (contas a receber, créditos de exportação e investimentos em negócios com base imobiliária) em títulos mobiliários ("securities", em inglês) que podem ser negociados no mercado secundário. (FSP, 04-12-94, p. 2.3, c. 3 e 4)

A <securitização> pode ser feita de várias formas. A maneira clássica envolve basicamente três etapas:

1) uma empresa que precisa de dinheiro e tem ativos a receber (créditos de fornecedores, por exemplo) cria uma nova empresa;

2) a nova empresa recebe os ativos (créditos a receber) da empresa que a originou;

3) a nova empresa lança debêntures no mercado e, com o dinheiro da venda paga os créditos recebidos.

Há no mínimo duas vantagens: juros menores e a desburocratização da estrutura de caixa das empresas. Isto porque cria-se, juridicamente, uma instituição para ser repassadora e captadora de crédito no mercado. (FSP, 27-11-94, p. 2.7, c. 1)

Cf. **título mobiliário**

securitização de recebíveis sf

Venda de títulos, garantidos por empréstimos bancários, que podem ser negociados fora das bolsas de valores.

A história da chamada <"securitização de recebíveis"> – venda de títulos com garantia em recursos a receber, fora das Bolsas, no chamado mercado secundário – é recente. Esse tipo de operação nasceu nos EUA, na década de 80, em meio à crise de financiamento do sistema imobiliário. (FSP, 28-09-97, p. 2.13, c. 3)

Nota Sintagma expandido: **securitização de recebíveis financeiros**

Cf. **securities, securitização**

Seguridade Social sf

Conjunto de medidas governamentais que objetivam assegurar à população o direito à saúde, à previdência e à assistência social.

Outra posição aparentemente falaciosa (...) é a que justifica a reforma da <seguridade social> pela necessidade de redução do consumo e, portanto, o aumento da poupança privada. A reforma da <seguridade social> se justifica no Brasil, assim como em outros países, porque a velha estrutura está falida e é incapaz de financiar aposentadorias dignas, e sua situação se agrava quando mais se precisa dela: nos períodos de expansão do desemprego e queda das contribuições. (FSP, 05-01-97, p. 2.2, c. 4 e 5)

seguro de vida sm

Prêmio, pago por um indivíduo a uma seguradora, que objetiva indenizar a família do segurado no caso de sua morte.

O faturamento por trabalhadores da pequena indústria que adota o vale-transporte, por exemplo, situa-se próximo à casa dos US$ 26 mil anuais, as empresas que asseguram alimentação aos empregados atingem o patamar de US$ 30 mil, o faturamento por pessoa ocupada da indústria que contrata plano de saúde para os funcionários vai além, para US$ 45 mil; na empresa que garante <seguro de vida>, o ganho é de aproximadamente US$ 50 mil anuais. (FSP, 27-03-94, p. 2.2, c. 6)

seguro-acidente sm

Indenização paga pela Previdência Social ao trabalhador no caso em que este sofra acidente seguido de seqüelas e relacionado com o exercício de sua função.

O governo quer tirar os custos da folha e ao mesmo tempo determinar outra fonte de recursos para viabilizar os programas das entidades empresariais. A idéia é conseguir desonerar os custos do emprego formal em 7,8%. O projeto que o governo pretende encaminhar ao Congresso no próximo ano vai retirar da folha as chamadas contribuições sociais – sistema S, salário educação e <seguro-acidente>. (FSP, 22-10-95, p. 2.5, c. 5 e 6)

seguro-desemprego sm

Pagamento temporário efetuado pela Previdência Social ao trabalhador dispensado do emprego sem justa causa.

O <seguro-desemprego> pode ser concedido por períodos que variam de três a cinco meses, a cada 16 meses, da seguinte forma: três parcelas, se esteve empregado de 6 a 11 meses no período; quatro parcelas, de 12 a 23 meses; e cinco parcelas, por 24 meses ou mais. O valor do <seguro-desemprego> é calculado com base na média dos três últimos salários do trabalhador, de dois ou apenas do último, se não houver três, diz Torelly. (FSP, 15-10-95, p. 2.9, c. 5)

O <seguro-desemprego> pode ser cancelado: pela recusa do trabalhador de outro emprego condizente com sua qualificação e remuneração anteriores; por falsidade na prestação de informações para a habilitação; por fraude visando a recepção indevida do <seguro-desemprego> e por morte do empregado. (FSP, 27-11-94, p. 2.2, c. 1)

seguro-fiança sm

Prêmio, pago pelo locatário a uma seguradora, que garante o pagamento do aluguel do imóvel e substitui a figura do fiador.

Para o locatário, a vantagem é que o <seguro-fiança> acaba com o

tormento de procurar um fiador e fica muito mais barato do que o fiador profissional. (*FSP, 12-04-92, p. 2.6, c. 2*)

Cf. **cartão-fiança**

seguro-saúde sm

Prêmio, pago por um indivíduo ou uma empresa a uma seguradora, que objetiva cobrir as eventuais despesas médicas dos segurados.

Você quer um plano ou <seguro-saúde> que vá buscá-lo de avião UTI em sua fazenda no Mato Grosso, caso necessite? Ou prefere outro que garanta atendimento gratuito a seus dependentes por cinco anos, caso você morra? Ou, ainda, as duas coisas juntas?

Pois saiba que isto já existe no mercado. Hoje, cada empresa do setor procura encontrar diferenciais para seus produtos, para enfrentar a concorrência. (*FSP, 19-09-93, p. 2.11, c. 4*)

setor agrícola sm

Setor da Economia voltado para as atividades relativas à agricultura, à pecuária e ao extrativismo vegetal.

Homem de Melo, que também é pesquisador da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), estimou recentemente que a perda de receita do <setor agrícola> nesta safra seria de R$ 9,6 bilhões. (*FSP, 22-10-95, p. 2.5, c. 1*)

setor financeiro sm

Setor da Economia que realiza operações financeiras e é constituído por instituições como bancos, seguradoras e corretoras.

Este ano, até outubro, já houve redução de 50.160 empregos no <setor financeiro> (inclui seguradoras, corretoras etc.), segundo dados do Ministério do Trabalho. Para Berzoini, a principal causa para as demissões, mesmo após o Proer – que estimula fusões no setor bancário –, continuará sendo a automação. "As novas tecnologias tornam desnecessárias funções em todas as áreas dos bancos." (*FSP, 26-11-95, p. 2.3, c. 1*)

Cf. **instituição financeira, operação financeira**

setor industrial sm

Setor da Economia voltado para as indústrias ou constituído por elas.

A tendência à desindustrialização tem-se manifestado em quase todos os países que adotaram a âncora cambial. Os setores mais frágeis tendem a desaparecer e ser substituídos por importados. Os principais <setores industriais> aumentam significativamente o peso dos importados, como está ocorrendo no automobilístico, de bens de capital e eletroeletrônico, entre outros. Mesmo os setores competitivos perdem mercados externos. Este desequilíbrio estrutural na balança comercial impede que a economia cresça e aumenta o desemprego. (FSP, 26-05-96, p. 2.5, c. 1 e 2)

setor privado sm

Setor da Economia, representado por empresas privadas, cujas decisões são determinadas pelo mercado.

O Programa Nacional de Desestatização (PND) superou, com competência, a complicada etapa de sua própria concepção. Superou a espinhosa ação de lidar com a exploração política, político-partidária e sindical de que tem sido alvo, muitas vezes com o emprego de violência física ou institucional, como nas greves em setores essenciais, como reação à saída do Estado de atividades que podem ser, mais eficientemente, assumidas pelo <setor privado>. (FSP, 24-09-95, p. 2.8, c. 5 e 6)

Cf. **empresa privada**

setor produtivo sm

Setor da Economia responsável pela produção de bens e serviços em geral.

O governo vai reestabelecer, a partir do início de 1998, a redução do Imposto de Importação (II) sobre a compra de 500 máquinas e equipamentos. A medida beneficiará exclusivamente 19 <setores produtivos> nacionais. (FSP, 11-12-97, p. 2.10, c. 1)

setor público sm

Setor da Economia, representado por entidades governamentais, cujas decisões decorrem de processo político.

A exceção a esse quadro de insolvência da administração pública no Rio Grande do Sul é a prefeita de Porto Alegre, que ao longo da década de 90 nunca ultrapassou o limite de 60% de sua receita com pessoal. Mas, mesmo com ela, em 1995 deverá se aproximar bastante desse patamar, ratificando o impacto negativo de queda da inflação sobre as despesas do <setor público>. (FSP, 26-11-95, p. 2.2, c. 3 e 4)

Cf. **empresa estatal**

sistema bancário sm

Conjunto de instituições financeiras privadas e estatais que oferecem serviços como guarda, empréstimo e aplicação de dinheiro.

"A concentração do <sistema bancário> irá continuar. Sobrarão menos bancos, só que bem mais fortes. Os pequenos irão deixar de existir. Ou serão absorvidos, ou fecharão as portas por falta de competitividade", diz Feldman. (FSP, 15-12-96, p. 2.1, c. 1)

Cf. **aplicação financeira, instituição financeira**

Sistema Especial de Liquidação e Custódia sm

Acrôn. **Selic**

Sistema computacional pelo qual são efetuadas transações de compra e venda de títulos públicos com liquidação imediata.

A taxa <Selic> embute um dos juros mais altos do mercado financeiro, na ponta das aplicações. Está em torno de 1,6% ao mês. É a taxa do over nos negócios com títulos públicos federais. (FSP, 13-04-97, Especial, p. 8, c. 1)

Nota Foi criado em 1980 o <Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic)>, sob a responsabilidade do Banco Central e da Associação Nacional das Instituições dos Mercados Abertos (Andima). O <Selic>, na verdade, é um grande sistema computadorizado on line, real time, ao qual têm acesso apenas as instituições credenciadas

no Mercado Financeiro. Através do <Selic>, os negócios têm liquidação imediata. Os operadores das instituições envolvidas, após acertarem os negócios envolvendo Títulos Públicos, transferem estas operações, via terminal, do <Selic>. O computador imediatamente transfere o registro do título para o banco comprador do mesmo e faz crédito na conta do banco vendedor. (Fortuna, 1997, p. 69-70)

Cf. **título público**

sistema financeiro sm

Conjunto de instituições e operações que constituem o setor financeiro.

Sem ter concluído o saneamento do <sistema financeiro>, o ministro dobrou a aposta ao substituir as reservas bancárias por um sistema de "requisitos de liquidez" nos bancos muito mais flexível (e que inclui a remuneração dos fundos que os bancos imobilizam para garantir a solvência de suas operações). (FSP, 22-10-95, p. 2.2, c. 5)

Cf. **instituição financeira, operação financeira, setor financeiro**

Sistema Financeiro da Habitação sm

Sigla **SFH**

Sistema financeiro, constituído por entidades governamentais e privadas, que objetiva financiar imóveis habitacionais e serviços de infra-estrutura urbana para a população.

A revisão das taxas de seguro cobradas no <SFH (Sistema Financeiro da Habitação)> está em estudo há mais de um ano, mas não há previsão para que saia do papel e reduza o custo final das prestações dos novos mutuários.

(...) Para os financiamentos acima de R$ 28 mil na faixa tabelada do <SFH>, o prêmio do seguro por morte e invalidez permanente, embutidos na prestação inicial, equivale a 0,14429% do valor financiado em qualquer agente financeiro. A regra é sempre a mesma para todos. (FSP, 30-03-97, p. 2.10, c. 1)

Nota Cristalizou-se na reforma de 64/65, através da instituição da correção monetária nos contratos de interesse social, da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), da criação do fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS) e da organização do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).
(...) O <SFH>, com a extinção do BNH, limitou-se às instituições integrantes do SBPE, cuja constituição remonta ao biênio 66/67, sendo formado por sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimo, e carteiras imobiliárias das caixas econômicas estaduais, da Caixa Econômica Federal e dos bancos múltiplos.
São os recursos captados por estas instituições, notadamente através das cadernetas de poupança, que, somados aos oriundos do FGTS, viabilizam o programa de investimento gerido pelo <SFH>. (Fortuna, 1997, p. 28)

Cf. **sistema financeiro**

sobrevalorização cambial sf

Redução excessiva dos preços de moedas estrangeiras em moeda nacional.

Todos os processos de abertura comercial e desregulação financeira foram acompanhados no começo por <sobrevalorização cambial> que durante a década de 80 teve de ser combatida periodicamente com desvalorizações da moeda. Estas coincidiam com movimentos especulativos bruscos, fuga de capitais e explosões inflacionárias. (FSP, 04-12-94, p. 2.4, c. 2)

Sin. **câmbio sobrevalorizado, câmbio supervalorizado**

Cf. **desvalorização cambial, valorização cambial**

superávit comercial sm

Superávit resultante do valor maior de exportações em relação ao de importações.

Não há dúvida de que, depois disso, será possível restaurar o <superávit comercial> (sem reajustar a taxa de câmbio real) e de quebra, jogar a inflação para baixo. Causará inveja ao grande Cavallo saber que, em menos de um ano, fizemos tudo aquilo que ele levou quatro para conseguir. (FSP, 21-05-95, p. 2.4, c. 6)

Cf. **déficit comercial, saldo comercial**

superávit fiscal sm

Superávit resultante do valor maior da arrecadação de tributos em relação aos gastos públicos.

Ele /Flávio Nolasco/ afirma que o <superávit fiscal> só será alcançado a partir de uma reforma administrativa que redistribua os gastos entre as esferas de governo e promova cortes no número de funcionários públicos. (FSP, 26-11-95, p. 2.4, c. 4)

Cf. **gasto público**

superávit operacional sm

Superávit resultante do valor maior das receitas correntes em relação às despesas correntes, aos investimentos e aos juros.

Atualmente, aos 55 anos (idade em cuja cercania a maior parte dos brasileiros se aposenta), se tem ainda uma expectativa de vida e, portanto, de duração dos benefícios previdenciários, de 25-30 anos. Qualquer cálculo financeiro com taxas de redesconto realistas evidenciaria que o custo atuarial desse benefício seria extremamente caro. Como não é este o caso, o sistema se reequilibra a duras penas com o contínuo aumento das alíquotas de contribuição, geradoras de informalidade, e o rebaixamento do valor real dos benefícios. Sintomático disso é que, em 1994, se não fossem os rendimentos de aplicações financeiras de R$ 1,79 bilhão, decorrentes da defasagem entre recebimentos e pagamentos em regime de inflação crônica, não teria sido possível obter o <superávit operacional> de R$ 1,67 bilhão. (CE, v. 49, 05-95, p. 4, c. 2)

superávit primário sm

Superávit resultante do valor maior da arrecadação de tributos em relação às despesas sobre as quais não incidem juros.

<Superávit primário> – É a situação das contas públicas em que a arrecadação de impostos supera as despesas não-financeiras do governo. (FSP, 11-03-90, p. 3.10, c. 5)

swap s

Operação em que ocorre a troca do indexador utilizado para o cálculo de determinada transação econômica.

A julgar pelo comportamento do mercado de <"swap"> (troca) de taxas de juros, o Banco Central está conseguindo induzir ao alongamento dos prazos no mercado financeiro. (...)

No mercado de <"swap">, quem tem aplicações ou compromissos corrigidos por um determinado índice – como TR, dólar, taxa prefixada ou pós-fixada – pode trocá-lo por outro, caso decida um risco diferente do que havia pensado no início. (FSP, 28-04-96, p. 2.4, c. 3)

Nota É, basicamente, uma operação financeira na qual são trocadas as naturezas das taxas de juros incidentes sobre determinados empréstimos por um determinado período de tempo. Essa troca permite alterar as características dos pagamentos das taxas de juros devidas ou a receber, ou seja, ela permite o pagamento de uma taxa fixa de juros, em lugar de uma taxa flutuante, ou vice-versa, permitindo uma proteção (*hedge*) contra os riscos de uma variação acentuada de taxas ou, para os que querem correr riscos, a especulação com as variações. (Fortuna, 1997, p. 280)

Empréstimo do inglês

Cf. **indexador, transação econômica**

T-bond sm

Título do governo norte-americano.

No mercado de Nova York, os <T-bonds> (títulos do governo dos EUA) de 30 anos fecharam sendo negociados a 6,018% ao ano. (FSP, 12-12-97, p. 2.14, c. 6)

Nota Empréstimo do inglês

tablita sf

Tabela, introduzida com a implantação do Plano Cruzado, que converte valores com o objetivo de controlar o índice de inflação e provocar uma situação deflacionária.

Os advogados acham ainda que a <tablita> é inconstitucional. No Plano Cruzado, a <tablita> só foi considerada constitucional porque mudou também o sistema monetário. (FSP, 10-03-91, p. 3.8, c. 2)

Cf. **índice de inflação, Plano Cruzado**

tarifa aduaneira sf

Ver **Imposto de Importação**

Entretanto, em países em desenvolvimento, como o Brasil, que necessitam praticar <tarifas aduaneiras> mais elevadas para proteger a indústria nascente e defender o trabalho nacional, o contrabando pode assumir proporções acintosas e insuportáveis, pelas distorções que provoca. (FSP, 09-02-97, p. 2.2, c. 3)

tarifa de importação sf

Ver **Imposto de Importação**

O acordo de livre comércio prevê a redução mútua e paulatina das <tarifas de importação> dos produtos para favorecer o comércio bilateral – por exemplo, o acordo entre Mercosul e Chile. (FSP, 15-12-96, p. 2.11, c. 1)

tarifaço sm

Aumento simultâneo de várias tarifas governamentais.

"O <tarifaço> de 46% fez mais pela contenção do consumo de combustíveis do que o programa de racionamento de 17 de janeiro." (FSP, 10-03-91, p. 3.2, c. 5)

Nota Derivado sufixal de **tarifa** (reg. em Ferreira)

taxa de desemprego sf

Percentual resultante da relação entre o número de pessoas desempregadas e a População Economicamente Ativa durante um período determinado.

FOLHA – Qual é a <taxa de desemprego> ideal para as atuais condições da economia brasileira? A taxa brasileira é relativamente baixa. Está em torno de 5,5%, a taxa média, estável ao longo da década de 90. No ano de 97, as taxas são menores que as do ano passado, tanto do IBGE como do Dieese. Não há, no Brasil, uma tendência de aumento do desemprego. (FSP, 27-04-97, p. 2.5, c. 6)

Cf. **População Economicamente Ativa**

taxa de importação sf

Ver **Imposto de Importação**

A <taxa de importação> de produtos agrícolas, que totalizava US$ 884 milhões na década de 60, saltou para cerca de US$ 26,5 bilhões na década de 90. (FSP, 28-04-91, p. 3.6, c. 3)

taxa de inflação sf

Var. **taxa inflacionária**

Percentual de aumento dos preços observados durante um período determinado.

Outro foco de confusão, ligado à percepção do cidadão comum, é a comparação de um mesmo preço no início e no final do mês. Medida dessa forma, ponta-a-ponta, a <taxa de inflação> é mero instrumento de análise de tendência. A <taxa de inflação> medida pelos institutos reflete a variação dos preços médios em trinta dias contra os trin-

ta dias anteriores. Raramente coincide com a ponta-a-ponta. (FSP, 08-05-94, p. 2.8, c. 2)

O indicador de preços das ações na Bovespa teve alta nominal de apenas 308,3% em 90, contra uma <taxa inflacionária> (IPC-IBGE) de 1.795%. (FSP, 12-05-91, p. 3.1, c. 3)

Cf. **índice de inflação**

taxa de juros sf

Índice percentual de remuneração que incide sobre valores tomados como empréstimo ou aplicados no mercado financeiro.

Um dos estímulos para atrair os mutuários será a concessão de um seguro alternativo ao imóvel. Outro benefício será a redução das <taxas de juros> para a linha de crédito criada para financiar o pagamento do saldo devedor. (FSP, 16-02-97, p. 2.9, c. 4)

Nota Sintagma expandido: **taxa de juros de longo prazo**

Cf. **aplicação financeira**

taxa de juros doméstica sf

Ver **taxa de juros interna**

As reservas internacionais fecharam o ano de 1993 em US$ 27 bilhões (conceito "caixa") e US$ 34 bilhões (conceito "liquidez internacional"). O aumento das reservas foi o resultado da combinação de políticas de estabilidade da taxa de câmbio real e de elevação da <taxa de juros doméstica> vis-à-vis a internacional, bem como de controles inoperantes do fluxo de capitais. Em dezembro, o Banco Central voltou a restringir as iniciativas dos investidores estrangeiros direcionadas para aproveitar o diferencial positivo entre os juros interno e externo mediante operações box nos mercados derivativos de ações e moedas. Como já foi dito, não é provável que medidas parciais como estas revertam a enxurrada de dólares dos investidores externos que vêm se beneficiar das altas <taxas de juros domésticas>. (CE, v. 48, 02-94, p. 13, c. 3)

taxa de juros interna sf

Taxa de juros aplicada a contratos que envolvem agentes da economia de um país.

Apesar dos expressivos ganhos conseguidos nos anos de 1994 e 1995, quando os ganhos reais superaram os 200%, o mercado de ações não teve fôlego para competir com as elevadas <taxas de juros internas>, que garantem rendimentos reais, sem risco, acima de 50% a. a. (CE, v. 50, 01-96, p. 36, c. 1)

Sin. **taxa de juros doméstica**

Cf. **agente econômico, taxa de juros**

taxa líquida sf

Índice percentual de correção de aplicações, descontados os impostos.

Os fundos de renda fixa de curto prazo renderam em novembro 3,41% brutos, segundo a Anbid. A <taxa líquida>, no caso de resgate, foi de 3,04%. (FSP, 04-12-94, p. 2.4, c. 2)

Cf. **aplicação financeira**

taxa nominal de juros sf

Var. **taxa de juros nominal**

Taxa de juros com percentual de correção prefixado.

Adivinhar a inflação é mais que simplesmente um frívolo esporte nacional: boa parte das aplicações financeiras é feita a partir de <taxas nominais de juros> e, portanto, o incentivo a acertar a inflação se torna monumental. (FSP, 15-05-94, p. 2.2, c. 3)

A conseqüência inevitável seria uma reversão de tendência de queda da inflação. A aceleração da inflação levaria a um aumento de <taxa de juros nominal>, às demandas pela indexação da economia e à necessidade de um aumento de taxa real para evitar a aceleração da fuga das aplicações em ativos financeiros. (FSP, 10-07-94, p. 2.2, c. 6)

Cf. **taxa de juros, taxa real de juros**

taxa real de juros sf
Var. **taxa de juros real**
Componente da taxa nominal de juros que supera a inflação e varia de acordo com o mercado.
Duas afirmações são consensuais atualmente na economia brasileira: a) as <taxas reais de juros> – ou seja, o componente acima da inflação das taxas nominais de juros – estão exageradamente altas, tanto para os depositantes e investidores quanto para os tomadores de crédito; b) tais taxas de juros, por desestimularem fortemente o investimento produtivo, são incompatíveis com a retomada do crescimento econômico numa perspectiva de médio e longo prazo. (CE, v. 49, 07-95, p. 5, c. 1)
Para 1996, com uma dívida mobiliária maior, digamos que atinja o valor médio de R$ 100 bilhões. Se a <taxa de juros real> for de 20% no próximo ano (hipótese otimista se considerarmos a diretoria do Banco Central), o governo desembolsará cerca de R$ 20 bilhões ou 3,4% do PIB. (FSP, 22-10-95, p. 2.7, c. 6)
Cf. **taxa de inflação, taxa de juros, taxa nominal de juros**

taxa referencial sf
Sigla **TR**
Taxa criada com a implantação do Plano Collor II para ser utilizada no cálculo dos juros cobrados em operações financeiras.
Nós precisamos repensar todo o sistema financeiro e torná-lo mais compatível com um ambiente de estabilidade. Toda a idéia do programa é que, uma vez estabelecida a economia, o mercado financeiro possa operar com um indexador único, que é a <TR (Taxa Referencial)>. Ela é a taxa de juros básica da economia. (FSP, 10-07-94, p. 2.12, c. 3)
Nota Sintagmas expandidos: **taxa referencial de juros, taxa referencial pós-fixada**
Cf. **operação financeira, Plano Collor II**

taxa-over sf

Taxa de juros utilizada para o cálculo do rendimento pago ao investidor ou cobrada no crédito concedido por um dia útil.

A <taxa-over> é uma mera referência para o cálculo da taxa paga ao investidor ou cobrada no crédito por um dia útil (hot-money). Dividindo-se a <taxa-over> mensal por 30, obtém-se a diária.

A <taxa-over> é influenciada pelas expectativas de inflação e pela atuação do Banco Central. Fundamental, porém, é o número de dias úteis do período. No Brasil, o dinheiro aplicado "dorme" nos fins de semana e feriados. (FSP, 24-04-94, p. 2.10, c. 1)

Nota **over** – empréstimo do inglês

Cf. **taxa de juros**

terceirização sf

Processo de transferência de serviços a terceiros, geralmente constituídos por empresas ou indivíduos especializados.

Adicionalmente, fatores como a expansão do consumo em shopping-centers, o avanço da <terceirização> e a automação bancária foram responsáveis pela expansão do mercado comercial, que tem representação de 13% no total. (CE, v. 48, 08-94, p. 38, c. 2)

Nota Derivado prefixal: **desterceirização**

É interessante observar que essa reestruturação do subsetor vem causando a expansão não apenas relativa, mas sobretudo em valores absolutos, dos grupos de trabalhadores vinculados ao comércio e aos serviços gerais. Uma possível hipótese é a necessidade de uma estratégia de marketing mais agressiva para fazer frente ao produto importado, no primeiro caso. Já no segundo caso, esse argumento do subproduto dos trabalhadores ligados à cozinha e à conservação e limpeza poderia ser atribuída ao avanço dos grandes estabelecimentos no período em conseqüência da modernização, que pode estar engendrando uma internalização de serviços – ou seja, está havendo uma espécie de <desterceirização>. (CE, v. 50, 01-96, p. 50, c. 3)

Cf. **downsizing**

tigre asiático sm

País asiático que se tornou um grande exportador, a partir da década de 60, em decorrência de políticas de investimento estrangeiro e de apoio à produção.

Assim, Hong Kong, Cingapura e Taiwan, bem como a Coréia, passaram, a partir da década de 60, por um formidável crescimento econômico, superior a 8% ao ano, tornando-se conhecidos como <"tigres asiáticos">. Mais recentemente, outros países do Sudeste Asiático foram incorporados a esse processo, como a Tailândia e a Malásia. (FSP, 28-12-97, p. 2.2, c. 3)

Nota O conjunto dos <tigres asiáticos> era inicialmente constituído por Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul e Taiwan. Mais recentemente, Tailândia, Malásia e Indonésia foram incorporados ao conjunto.

Cf. **investimento estrangeiro**

título de capitalização sm

Título comprado por um baixo valor, que concorre a sorteios e rende juros no momento do resgate.

Um dos negócios que mais tem atraído a atenção dos bancos, os <títulos de capitalização> devem fechar o ano com crescimento de 100% sobre 95 e faturamento próximo a US$ 3 bilhões. No caso dos chamados telebingos – como o Papa-Tudo e a Telesena –, o rendimento fica próximo da correção monetária e o resgate só pode ser feito após o prazo de um ano. (FSP, 01-12-96, p. 2.5, c. 1)

título mobiliário sm

Título negociável que representa a existência do crédito de um agente econômico em relação a outro.

Rioli explica que a securitização, em seu conceito mais amplo, consiste na transformação de determinados ativos (contas a receber, créditos de exportação e investimentos em negócios com base imobiliária) em

<títulos mobiliários> ("securities" em inglês) que podem ser negociados no mercado secundário. (FSP, 04-12-94, p. 2.3, c. 3 e 4)

Sin. **securities**

Cf. **agente econômico, securitização**

título podre sm

Ver **moeda podre**

Dos US$ 8,84 bilhões, a maior parte é representada pelos chamados <"títulos podres">, ou seja, aqueles que no mercado eram negociados com deságio (abaixo do valor de face). Em moeda corrente o faturamento chegou a algo próximo de US$ 1,8 bilhão. (FSP, 10-09-95, p. 2.5, c. 5)

título público sm

Título emitido pelo governo, que rende juros ao portador no momento do resgate.

Agora a arma usada pelo BC foi a venda de <títulos públicos> que pagam ao investidor a taxa de variação do câmbio. Ou seja, no caso de uma aceleração das desvalorizações, o investidor está protegido. O BC vendeu apenas em janeiro mais de US$ 4 bilhões, com prazos de vencimento de até três anos. (FSP, 09-02-97, p. 2.6, c. 4)

Sin. **título da dívida pública** (reg. em Ferreira)

trabalho assalariado formal sm

Ver **emprego formal**

Em todas as economias que entraram na "globalização", isto é, que permitiram a plena e irrestrita internacionalização de seus capitais, é patente a acelerada precarização das relações de trabalho, a ponto de o <trabalho assalariado formal> estar se transformando de regra em exceção e privilégio, uma espécie de apanágio de uma elite de trabalhadores. (FSP, 10-01-95, p. 2.2, c. 3)

trabalho informal sm

Ver **emprego informal**

Mesmo porque, avalia Juruna, os problemas dos trabalhadores – decorrentes da redução das categorias e do aumento do <trabalho informal> – acabam aumentando a demanda dos sindicatos por estudos técnicos e consultorias. (FSP, 02-03-97, p. 2.1, c. 1)

transação comercial sf

Transação de compra e venda de produtos físicos ou financeiros estabelecida entre indivíduos ou empresas.

"O carro-chefe das cotações do dólar é o chamado mercado de câmbio livre, que concentra 94% do volume de negócios, com as <transações comerciais> (exportações e importações) e as operações financeiras (investimentos estrangeiros nas Bolsas de Valores, empréstimos externos e remessas de lucros e dividendos)." (FSP, 18-09-94, p. 2.11, c. 2)

transação econômica sf

Transação entre agentes que envolve a realização de qualquer ação econômica como produção, comercialização e exportação.

Para Cintra, isso faz com que o conceito de <transação econômica> seja a síntese de todas as bases que são hoje isoladamente exploradas através de cada um dos impostos existentes.

"Apenas os impostos sobre o patrimônio, que são aqueles que incidem sobre ativos não estão incluídos no conceito da transação monetária e, conseqüentemente, não estariam incluídos nessa base tão ampla", diz. (FSP, 10-04-94, p. 1.16, c. 1)

Cf. **agente econômico**

traveller-cheque sm

Cheque em moeda estrangeira comprado por quem vai fazer viagens internacionais.

Mas se o turista tem disponibilidade financeira, vale a pena utilizar o cartão pelo conforto que ele oferece, afirma a economista. Do contrário, deve optar pelo <traveller-cheque>. (FSP, 02-04-95, p. 2.10, c. 4)

Nota **traveller** – empréstimo do inglês

União Européia sf

Sigla **UE**

Associação econômica estabelecida entre quinze países da Europa Ocidental com o objetivo de ampliar os limites econômicos dos países-membros.

Já Lia Vals Pereira (FGV-Fundação Getúlio Vargas) comparou as vantagens de o Brasil integrar-se à Alca ou à <União Européia>, com a qual o Mercosul também negocia zona de livre comércio, igualmente marcada para começar em 2005. (FSP, 11-05-97, p. 2.4, c. 4)

Nota Os países que fazem parte da <União Européia> são Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia.

Cf. **euro**

Unidade Fiscal de Referência sf

Acrôn. **Ufir**

Unidade de indexação utilizada para o reajuste de tributos, contribuições e outros valores.

Sobre a venda de bens e direitos a partir deste ano, a tributarista lembra que não há mais correção monetária, já que os valores estão em reais. Deixaram de ser declarados ou indexados à <Ufir (Unidade Fiscal de Referência)>. (FSP, 29-09-96, p. 2.7, c. 2)

Nota Sintagmas expandidos: **Ufir cheia, Ufir diária, Ufir mensal**

Unidade Padrão de Financiamento sf

Sigla **UPF**

Unidade monetária utilizada nas operações de financiamento imobiliário do Sistema Financeiro da Habitação.

O sonho da casa própria não estava, apenas, na pouca disposição dos bancos em financiar a longo prazo com poupança captada de 30 em 30 dias. O maior obstáculo, pelo menos para a classe média, está mesmo na renda do mutuário.
Em fevereiro, os bancos poderão efetuar empréstimos de no máximo CR$ 24,9 milhões. É o limite de 7.500 <UPFs (unidades Padrão de Financiamento)>, a moeda do setor imobiliário. (FSP, 30-01-94, p. 2.8, c. 1)

Cf. **Sistema Financeiro da Habitação**

Unidade Real de Valor sf

Sigla **URV**

Unidade de indexação diária instituída em 27 de maio de 1994 e extinta com a introdução do real.

Pois o Larida é a semente da <URV (Unidade Real de Valor)>, o truque que possibilitou a transição de uma economia em superinflação para uma economia de inflação baixa. A inflação imediatamente anterior ao real foi de 50,75%. Em boa medida, ela explica os 3,5% previstos para julho. A <URV>, com sua indexação diária, possibilitou uma sincronia para o reajuste de preços. Assim acabou um dos problemas que ajudaram a enterrar os outros planos. Todo congelamento (expediente anteriormente utilizado) acabava pegando alguns preços "inflados" e outros "defasados" – o que gerava ou corridas preventivas ou o aparecimento de ágio ou desabastecimento. Como a <URV> virou real com data pré-anunciada, ela possibilitou ainda, nos dias imediatamente anteriores, uma correção extra dos preços. (FSP, 02-07-95, Especial, p. 2, c. 4 e 5)

Cf. **real, urvização**

urvização sf

Processo de conversão dos valores de taxas, tarifas e preços em Unidade Real de Valor.

3) Existe ainda uma outra diferença fundamental entre os planos Cruzado e o atual. (...)
No atual, espera-se outro repique de preços após a morte anunciada do cruzeiro real, que se não for absorvido pelos índices, poderá acabar de engolir o ganho obtido com a <urvização> dos salários. (FSP, 08-05-94, p. 2.7, c. 3)

Nota Derivado sufixal da sigla **URV**

Cf. **Unidade Real de Valor**

valor agregado sm

Parte do valor de uma mercadoria que é incorporada pela empresa que a produziu.

O imposto sobre o <valor agregado> dos alimentos e dos remédios foi estabelecido em 0% (zero por cento) quando era, anteriormente, de 6%. (CE, v. 31, 01-92, p. 89, c. 1)

valor de cobertura sm

Valor máximo que um banco paga por um cheque ou saque, nos casos em que o saldo do correntista é inferior ao valor a ser debitado.

O limite individual é de US$ 100 mil e em cada conta conjunta os titulares têm o mesmo <valor de cobertura>. Se um depositante possui duas contas conjuntas com diferentes co-titulares, sua cobertura será de US$ 50 mil em cada uma, perfazendo US$ 100 mil. (FSP, 03-12-96, p. 2.4, c. 3)

Cf. **saldo negativo**

valor de face sm

Valor, previamente estabelecido, do resgate de um título.

Suponha um título público que vai vencer daqui a 35 dias, com um <valor de face> (de resgate) de 100. A taxa de remuneração do papel está em 1,5% ao mês ou 0,07% ao dia útil (supondo mês com 22 dias úteis).

O cálculo do valor atual do título é chamado de Preço Unitário (PU). O PU visa responder à seguinte questão: qual deve ser o PU de hoje para, supondo-se uma remuneração de 0,07% ao dia, daqui a 35 dias o papel estar valendo 100? No exemplo, o PU do papel seria de 97,58. Ou seja, quem comprar o papel por 97,58 e resgatar por 100, daqui a 35 dias, terá recebido uma remuneração equivalente a 0,07% ao dia, ou 1,55% ao mês. (FSP, 04-11-97, p. 2.3, c. 2)

valorização cambial sf

Redução dos preços de moedas estrangeiras em moeda nacional.

Uma tese parece consensual: os ganhos de produtividade introduzidos pela abertura deram condições para a implementação de uma âncora cambial. Pautada por padrões globais, a indústria brasileira não apenas agüentou como deu as bases para um plano de estabilização centrado na <valorização cambial>. (FSP, 03-12-95, p. 2.2, c. 5)

Cf. **desvalorização cambial, sobrevalorização cambial**

venda casada sf

Operação pela qual a compra de um produto implica, obrigatoriamente, a compra de outro produto.

O empresário mineiro Luiz Otávio Gonçalves, distribuidor de Coca-Cola em seu Estado, criou em 82 a Kaiser, para enfrentar a Brahma e Antártica, que usavam a <venda casada>. Comerciante que quisesse vender cerveja precisava comprar também refrigerantes. Gonçalves tinha refrigerante e precisava de cerveja. (FSP, 31-10-93, p. 2.10, c. 1)

vendido sm

Investidor que se compromete a vender um ativo por determinado preço no futuro.

O volume de negócios cresceu e as perspectivas eleitorais e mesmo econômicas trazem alento aos pregões. De qualquer forma, a reação da Bolsa neste momento deve ser vista com cautela porque no dia 15 há

vencimento de opções e no dia 17, do índice futuro em São Paulo. Não há tendência definida. "Comprados" (investidores que apostam na alta) e <"vendidos"> (na baixa) travam uma batalha que tem influência direta sobre os preços das ações mais negociadas. (FSP, 07-08-94, p. 2.10, c. 5)

Nota <Vendido> é também utilizado em função adjetival:

Ocorre que os mercados internacionais são interligados. Nos mercados futuros (onde investidores compram e vendem ações apostando no seu valor em determinada data futura), quando ocorrem grandes desvalorizações o investidor "vendido" (que se dispôs a vender a ação por determinado preço) é obrigado a repor a margem (aportar mais garantias à Bolsa). (FSP, 29-10-97, p. 2.3, c. 1)

Cf. **comprado, mercado de opções, mercado futuro**

vendor sm

Operação pela qual uma empresa compra um produto a prazo de outra, que recebe o pagamento à vista de um banco que atua como intermediário.

Os bancos reduziram a taxa paga na operação CDB-CDI para compensar a perda com a queda da inflação e dos juros. O <vendor> é uma alternativa de fuga à elevação do spread, uma transação entre o fornecedor e o comprador, com o banco servindo de intermediador. (FSP, 23-10-94, p. 2.7, c. 1)

Nota Empréstimo do inglês

volatilidade sf

Possibilidade de oscilação das cotações de moedas no mercado de câmbio.

O emagrecimento das taxas mensais de inflação teve, além disso, um outro efeito: reduziu a <volatilidade> (oscilação das cotações). A oscilação também propiciava ganhos (e perdas). "O Brasil é hoje menos volátil, o que reduz a possiblidade de ganho nas

operações de tesouraria dos bancos", diz Carlos Daniel Coradi, presidente da EF&C. (FSP, 05-11-95, p. 2.4, c. 1)

Nota Neologismo semântico

Cf. **mercado de câmbio**

welfare sm

Sistema de bem-estar social que inclui, entre outros benefícios, o seguro-desemprego e a licença-maternidade.

Os Conservadores tentaram, mas não conseguiram. Agora são os social-democratas que tentam podar os excessos do <welfare> sueco, o avô de todos os sistemas de bem-estar social. Uma das propostas: diminuir 17 dólares dos 100 que o governo paga mensalmente por cada criança às suas famílias, independentemente de serem ricas ou pobres. A Suécia é o país que mais gasta com benefícios sociais – que incluem, entre outras benesses, um ano de licença-maternidade com recebimento de 80% do salário. Segundo as estatísticas mais recentes, nada menos que 34% do PIB são reservados para pagar contas como essa. (Ex, 15-02-95, p. 16, c. 2)

Nota Empréstimo do inglês

Cf. **licença-maternidade, seguro-desemprego**

zeragem automática sf

Operação pela qual o Banco Central compra títulos públicos de bancos mediante o compromisso de que essas instituições recomprem tais títulos no dia posterior à negociação.

A operação é simples. Ele recompra títulos por um dia e "injeta" os recursos equivalente no mercado. Os bancos que vendem assumem o compromisso de recomprar os títulos no dia seguinte.

No outro dia, a troca é refeita, já que o mercado continua desequilibrado.

Essa operação é conhecida como <zeragem automática>. O rombo é estimado com unanimidade pelos analistas ouvidos pela FOLHA em R$ 17 bilhões. Esse número impediria a extinção imediata da zeragem,

como chegou a ser cogitado no âmbito das medidas de desindexação. (FSP, 18-06-95, p. 2.5, c. 3)

Nota Sintagma expandido: **zeragem automática informal**

Cf. **Banco Central, saldo negativo, título público**

SIGLAS E ACRÔNIMOS:
índices e referências

ALCSA: Acordo de Livre Comércio Sul-Americano

BBC: Bônus do Banco Central

BTN: Bônus do Tesouro Nacional

BZF: Brazil Fund

BZL: Brazil Equity Fund

CAE: Centro de Aperfeiçoamento das Atividades Econômicas

CES: Coeficiente de Equiparação Salarial

CM-G: Certificado de Mercadorias – com emissão garantida

Codevi: Conta para o Desenvolvimento Industrial

CP: Certificado da Privatização

CPR: Cédula de Produto Rural

CTPS: Carteira de Trabalho e Previdência Social

CUB: Custo Unitário Básico

Dame: Declaração Anual de Movimento Econômico

DCTF: Declaração de Contribuições e Tributos Federais

DRA: Depósito de Reaplicação Automática

ECC: Emprego com Carteira Assinada

EGF: Empréstimo do Governo Federal

FAC: Fundo de Aplicações em Cotas dos FIFs

Fapi: Fundo de Aposentadoria Programada Individual

FAS: Fator de Atualização Salarial

FDS: Fundo de Desenvolvimento Social

Febrapoa: Fundo Bancário de Proteção à Poupança

FEF: Fundo de Estabilização Fiscal

FGC: Fundo de Garantia de Crédito

FGDLI: Fundo de Garantia dos Depósitos e Letras Imobiliárias

FII: Fundo de Investimento Imobiliário

FND: Fundo Nacional de Desenvolvimento

Fobrapoa: Fundo de Proteção para os Depósitos Bancários

FPM: Fundo de Participação dos Municípios

Funcafé: Fundo do Café

Fupa: Fundo de Unificação de Preços do Álcool

Gatt: Acordo Geral de Tarifas e Comércio

GQT: Gestão pela Qualidade Total

GRPS: Guia de Recolhimento da Previdência Social

ICB: Índice da Cesta Básica

IDRM: Índice Diário de Remuneração Média

IDTR: Índice Diário da Taxa Referencial

IGP-DI: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

IIP: Imposto sobre Importação do Petróleo

INA: Indicador do Nível de Atividades

INC: Indicador do Nível de Consumo

IOC: Imposto sobre Operação de Crédito

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor Amplo

IPR: Índice de Preços Recebidos

IPV: Índice de Preços no Varejo

IQEF: Índice de Qualidade do Emprego Formal

IRF: Imposto de Renda na Fonte

IRSM: Índice de Reajuste do Salário Mínimo

IRVF: Índice de Reajuste de Valores Fiscais

ISN: Índice de Salários Nominais

ISS: Imposto sobre Serviços

ITBI: Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

IULC: Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis

IUT: Imposto Único sobre Transações

IVA: Imposto sobre Valor Agregado

IVC: Imposto sobre Vendas e Consignações

IVV: Imposto sobre Venda no Varejo

NDN-SH: Nomenclatura Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado

NFSP: Necessidade de Financiamento do Setor Público

NTN: Nota do Tesouro Nacional

OAT: Obrigação do Tesouro Nacional

OFND: Obrigação do Fundo Nacional de Desenvolvimento

PAEG: Plano de Ação Econômica do Governo

PCR: Plano de Comprometimento de Renda

PES: Plano de Equivalência Salarial

PES-CP: Plano de Equivalência Salarial por Categoria Profissional

PGE: Programa de Gestão das Estatais

PGPM: Política de Garantia de Preços Mínimos

PGV: Planta Genérica de Valores

Pice: Programa de Integração e Cooperação Econômica

PLR: Participação nos Lucros e Resultados

Pnad: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio

PNB: Produto Nacional Bruto

PNBE: Pensamento Nacional das Bases Empresariais

POF: Pesquisa de Orçamentos Familiares

PPA: Plano Plurianual de Investimento

PPP: Política de Paridade do Poder Aquisitivo

Proálcool: Programa Nacional do Álcool

Proex: Programa de Estímulo às Exportações

PU: Preço Unitário

RDB: Recibo de Depósito Bancário

Seafi: Sistema Integrado de Administração Financeira

Sacre: Sistema de Amortização Crescente

SBPE: Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

Simples: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte

Sine: Sistema Nacional de Emprego

SM: Salário Mínimo

Tban: Taxa de Assistência do Banco Central

TBC: Taxa Básica do Banco Central

TBF: Taxa Básica Financeira

TDA: Título da Dívida Agrária

TDE: Título de Desenvolvimento Econômico

TEC: Tarifa Externa Comum (Mercosul)

TLIF: Taxa de Fiscalização, Localização, Instalação e Funcionamento

UDI: Unidade Indexadora

UFESP: Unidade Fiscal do Estado de São Paulo

UFM: Unidade Fiscal do Município

UPC: Unidade Padrão de Capital

VBC: Valor Básico de Custeio

VRF: Valor Referência de Financiamento

VTN: Valor da Terra Nua

SIGLAS E ACRÔNIMOS:
instituições

Aabic: Associação das Administradoras de Bens Imóveis e de Condomínios

Abac: Associação Brasileira de Administradoras de Consórcio

Abad: Associação Brasileira dos Atacadistas e Distribuidores

Abav: Associação Brasileira de Agências de Viagens

ABBC: Associação Brasileira dos Bancos Comerciais e Múltiplos

ABBI: Associação Brasileira dos Bancos Internacionais

Abdib: Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base

Abecip: Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança

Abecs: Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços

Abeiva: Associação Brasileira de Empresas Importadoras de Veículos Automotores

Abicalçado: Associação Brasileira das Indústrias de Calçado

Abics: Associação Brasileira de Café Solúvel

Abifa: Associação Brasileira da Indústria de Fundição

Abinee: Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

Abiplast: Associação Brasileira da Indústria de Plástico

Abradec: Associação Brasileira de Defesa do Consumidor

Abrapp: Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada

Abras: Associação Brasileira de Supermercados

Abrinq: Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

ABTN: Associação Brasileira de Normas Técnicas

Acrefi: Associação Nacional das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento

Adebim: Associação das Empresas Brasileiras para a Integração do Mercosul

Ademi: Associação das Empresas do Mercado Imobiliário

AFP: Administradoras de Fundo de Pensão

Aladi: Associação Latino-Americana de Integração

Anapp: Associação Nacional da Previdência Privada

Anbid: Associação Nacional dos Bancos de Investimentos

Ancor: Associação Nacional das Corretoras de Valores, Câmbio e Mercadorias

Andima: Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto

Anecc: Associação das Empresas Credenciadas em Câmbio

Anefac: Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

Anfacer: Associação Nacional dos Fabricantes de Cerâmicas para Revestimentos

Anfavea: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

Anfip: Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias

Anforme: Associação Nacional dos Fornecedores de Mercado

Anoro: Associação Nacional de Câmbio e Ouro

BNDESPar: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participação

BNH: Banco Nacional da Habitação

Cade: Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CAE: Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

CBIC: Câmara Brasileira da Indústria da Construção

Cedes: Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social

CEF: Caixa Econômica Federal

Cetip: Central de Custódia e de Liquidação Financeira

Cide: Centro de Investigação e Desenvolvimento Econômico

CMN: Conselho Monetário Nacional

CNC: Confederação Nacional de Comércio

CND: Conselho Nacional de Desestatização

CNF: Confederação Nacional das Instituições Financeiras

CNI: Confederação Nacional das Indústrias

CNSP: Conselho Nacional de Seguros Privados

Coci: Central de Administração de Crédito Imobiliário

Codefat: Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

Cofeci: Conselho Federal dos Corretores de Imóveis

Conet: Conselho Nacional de Estudos Tarifários

Confaz: Conselho de Política Fazendária

Copom: Comitê de Política Monetária

CPA: Companhia Paulista de Ativos

EBCE: Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro

EF & C: Engenheiros Financeiros e Consultores

FCESP: Federação do Comércio do Estado de São Paulo

Febraban: Federação Brasileira das Associações de Bancos

Fenaban: Federação Nacional dos Bancos

Fenaceg: Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização

Fenadi: Federação Nacional das Administradoras de Imóveis

Fenape: Federação Nacional de Apoio dos Pequenos Empreendimentos

Fiesp: Federação das Indústrias de São Paulo

Fipe: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Fipecaf: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Contábeis e Financeiras da USP

IAPI: Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

Ibmec: Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

IBRE: Instituto Brasileiro de Economia

Idec: Instituto de Defesa do Consumidor

Iesp: Instituto de Economia do Setor Público

IIF: Instituto Internacional de Finanças

In-metro: Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial

Iosco: Organização Internacional das Comissões de Valores

Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ipead: Instituto de Pesquisas Econômicas

IRB: Instituto de Resseguros do Brasil

MICT: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

MPE: Micro e Pequenas Empresas

MTb: Ministério do Trabalho

OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT: Organização Internacional do Trabalho

Procon: Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor

Profeco: Procuradoria Federal do Consumidor

SAC: Serviços de Atendimento ao Consumidor

SCI: Serviço de Segurança ao Crédito e Informação

SCPC: Serviço Central de Proteção ao Crédito

SDE: Secretaria de Direito Econômico

Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Secex: Secretaria de Comércio Exterior

Secovi: Sindicato das Empresas de Compra, Venda e Locação e Administração de Imóveis

Serasa: Centralização de Serviços dos Bancos S/A

Sobeet: Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transacionais e da Globalização Econômica

SPC: Serviço de Proteção ao Crédito

Suframa: Superintendência da Zona Franca de Manaus

Susep: Superintendência de Seguros Privados